

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Gabriela Teixeira de Freitas Ribeiro Vilhagra

O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO  
a Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo  
e a formação de pedagogas(os)

Campinas

2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Gabriela Teixeira de Freitas Ribeiro Vilhagra

O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO

a Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo

e a formação de pedagogas(os)

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por Gabriela Tixeira de Freitas Ribeiro Vilhagra, para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, orientado pelo Prof. Dr. José Luis Sanfelice na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Campinas

2009

*Aos ventos do leste, que movem  
os desafortunados cata-ventos.*

## Agradecimentos

Agradeço as funcionárias e funcionários da Biblioteca da Faculdade de Educação da UNICAMP, da Biblioteca Central da UNICAMP, do Arquivo Setorial da UNICAMP e do Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia, História e Ciências Humanas da UNICAMP pela ajuda para manusear, limpar, arquivar e preservar os documentos da Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo. Com seus conselhos, pude estudar os arquivos com mais segurança e dar-lhes melhores condições de armazenamento.

Agradeço ao Lalo Watanabe Minto pela leitura dedicada e atenta, pelos conselhos, indicações de leitura e complementos deste trabalho.

Agradeço ao apoio incondicional da minha família capixaba que permitiu minha vinda para Campinas. Com essa formação burguesa pude ingressar numa das mais concorridas universidades do Brasil e chegar a tempo de fazer o curso de pedagogia ainda na modalidade presencial. Sair de casa foi das coisas mais importantes que já fiz.

Agradeço a Manezona de Coração, minha irmã e querida amiga por me perturbar todas as vezes que eu estava em paz (inclusive por ver que meu braço estava sem tinta). A Flor mais bela, marido dedicado, pelo carinho de sempre. A Mé pelos longos debates, sempre de incentivo e me jurar que não bebe pinga. A Suzete e Aimar por sempre me defenderem. A Lai pelo carinho e atenção tão grandes. A Lila por querer se aventurar por Campinas. A Fer por não ter passado em psicologia e ser tão abusada quanto a mané. Ao Sérgio pela paciência e bondade. Ao Mentirinha pelas várias horas de piadas na cantina. A Lu por ser mais desesperada e exagerada do que eu. Ao Bê pela constante alegria. A Jujubs pelas neuroses. A Jô pela paciência histórica. A Nosella pelas gavetadas.

Agradeço as colegas de gestões de centro acadêmico por cada momento. Aprendi muito, vivi muito, briguei muito, festejei muito, graças e com vocês. Obrigada Mi, Márcia, Fruvis, Cris, Tchela, Sú e Wis pela Pagú que mora em mim.

Agradeço as(os) colegas das gestões da EEEPe – SP por cada reunião, cada encontro, sinto falta dos meus finais de semana roubados para ver vocês.

## Resumo

Este trabalho identifica a importância da participação das(os) estudantes na Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo (EEEPe - SP) para a formação de pedagogas(os). Discutirá, ainda, a formação de professoras/professores no Brasil e conta com uma breve análise do currículo da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). As atividades das entidades do movimento estudantil, seu histórico de ação e questionamentos as condições do ensino e da sociedade brasileira, podem permitir uma formação política para a(o) estudante. Cabe à formação acadêmica e a participação em movimentos contra-hegemônicos, como o movimento estudantil a formação política das(os) estudantes. O movimento dialético entre a formação teórica e atuação estudantil proporciona uma/um profissional que atuará de forma emancipada do sistema capitalista. Tal identificação se dá pela análise dos documentos oficiais da FE, como o projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia de 2008, e da EEEPe – SP, como seus planos de luta dos encontros anuais e semestrais e atas de reuniões.

Palavras-chave: A formação dos intelectuais; o movimento estudantil; formação de pedagogas(os).

## Lista de Siglas

- ABE - Associação Brasileira de Educação
- ACE - Avaliação das Condições de Ensino
- ANDES - Associação Nacional do Docentes do Ensino Superior
- ANFOPE – Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação
- ANPAE – Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação
- ANPED – Associação Nacional de Pós Graduação em Pesquisa em Educação
- AP - Ação Popular
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CFE - Conselho Federal de Educação
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPC - Centro de Cultura Popular
- COMVEST – Comissão Permanente para Vestibulares - UNICAMP
- COPEPe - Conselhos Paulistas de Entidade de Pedagogia
- COTUCA - Colégio Técnico de Campinas
- COTIL - Colégio Técnico de Limeira
- DCNCP – Diretrizes Curriculares Nacional do Curso de Pedagogia
- EEEPe – SP - Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo
- ENADE - Exame Nacional de Desenvolvimento do Aluno
- ENE - Encontro Nacional de Estudantes
- EPEPe - Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia
- EPEU - Encontro de Pedagogia dos Estudantes da UNESP
- EXNEPe – Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia
- FE – Faculdade de Educação
- FHC - Fernando Henrique Cardoso
- FSA - Fundação Santo André
- FONEPe - Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia
- FORUMDIR – Fórum Nacional De Diretores De Faculdades/Centros De Educação ou Equivalentes Das Universidades Públicas Brasileiras

IES – Instituições de Ensino Superior  
JUC - Juventude Universitária Católica  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MARE - Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
Paiub - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras  
PNUD - Programa das Nações Unidas par ao Desenvolvimento  
PPP – FE - Político Pedagógico da Faculdade de Educação  
PROMEDLAC - Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação para América Latina e Caribe  
PUCCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
POLOP - Política Operária  
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior  
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos  
UNE - União Nacional dos Estudantes  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNESP - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”  
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul  
URJ - Universidade do Rio de Janeiro  
USAID - Unated States Agency for Internacional Development  
USP - Universidade de São Paulo

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>12</b>
<b>A UNIVERSIDADE BRASILEIRA: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO .....</b>	<b>12</b>
1.2 Os princípios da Universidade.....	20
1.3 A história da UNICAMP .....	22
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>26</b>
<b>O MOVIMENTO ESTUDANTIL: A TRAJETÓRIA DAS ENTIDADES .....</b>	<b>26</b>
2.1 O estudante na condição de jovem, o jovem na condição de estudante.....	26
2.2 O Movimento Estudantil Brasileiro.....	29
2.3 A Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo.....	44
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>71</b>
<b>A FORMAÇÃO DE PEDAGOGAS(OS).....</b>	<b>71</b>
3.1 As reformas educacionais e a formação de professoras/professores .....	71
3.2 O curso de Pedagogia no Brasil.....	74
3.3 O currículo da UNICAMP .....	77
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO I – .....</b>	<b>92</b>
<b>SÍNTESE DO I CONGRESSO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA.....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXO II – .....</b>	<b>100</b>
<b>ESTATUTO DA EXECUTIVA PAULISTA DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO III – .....</b>	<b>106</b>
<b>CARTA DE INFORMES.....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXO IV – .....</b>	<b>111</b>
<b>CIRCULAR Nº 1 DE 1968.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO V – .....</b>	<b>112</b>
<b>ESTATUTO DA EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE .....</b>	<b>112</b>
<b>PEDAGOGIA DE SÃO PAULO.....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO VI – .....</b>	<b>118</b>
<b>ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA EEEPE – SP REALIZADA .....</b>	<b>118</b>

<b>NOS DIAS 18 E 19 DE MARÇO.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO VII –.....</b>	<b>126</b>
<b>O INFORMATIVO .....</b>	<b>126</b>
<b>ANEXO VIII –.....</b>	<b>128</b>
<b>ATA DA I REUNIÃO DA EEEPE – SP REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO .....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXO IX –.....</b>	<b>137</b>
<b>FOLDER DO II ENCONTRO PAULISTA DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA .....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO X –.....</b>	<b>138</b>
<b>BOLETIM DA EEEPE – SP .....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXO XI –.....</b>	<b>140</b>
<b>BIXOGUIA 97 – GESTÃO 1996/199.....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXO XII –.....</b>	<b>144</b>
<b>ESTATUTO DA EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE.....</b>	<b>144</b>
<b>PEDAGOGIA DE SÃO PAULO.....</b>	<b>144</b>
<b>ANEXO XIV –.....</b>	<b>152</b>
<b>FOLDER DO VII ENCONTRO PAULISTA DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA .....</b>	<b>152</b>
<b>ANEXO XV –.....</b>	<b>153</b>
<b>PROJETO DO VII ENCONTRO PAULISTA DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA .....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO XVI –.....</b>	<b>157</b>
<b>ESTATUTO DA EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE.....</b>	<b>157</b>
<b>PEDAGOGIA DE SÃO PAULO.....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO XVII –.....</b>	<b>166</b>
<b>PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE.....</b>	<b>166</b>
<b>ENSINO SUPERIOR FORMADORAS DE PROFESSORES .....</b>	<b>166</b>
<b>ANEXO XVIII –.....</b>	<b>170</b>
<b>PROJETO DO VIII ENCONTRO PAULISTA DE ESTUDANTES DE .....</b>	<b>170</b>
<b>PEDAGOGIA. SÃO PAULO .....</b>	<b>170</b>
<b>ANEXO XIX –.....</b>	<b>176</b>
<b>JORNAL DA EEEPE – SP – IX EPEP.....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXO XX –.....</b>	<b>180</b>

<b>DOCUMENTO FINAL DO X ENCONTRO PAULISTA DE .....</b>	<b>180</b>
<b>ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DE SÃO PAULO.....</b>	<b>180</b>
<b>ANEXO XXI – .....</b>	<b>188</b>
<b>JORNAL DA EEEPE – SP .....</b>	<b>188</b>
<b>ANEXO XXII –.....</b>	<b>192</b>
<b>JORNAL DOS ALUNOS DA PEDAGOGIA DO MACKENSIE .....</b>	<b>192</b>
<b>ANEXO XXIII – .....</b>	<b>196</b>
<b>OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FORMAÇÃO .....</b>	<b>196</b>
<b>DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>196</b>

## Introdução

Este trabalho parte de que o movimento estudantil é um espaço de formação. São suas entidades que constroem e abarcam a história da luta, reivindicação e contestação da juventude estudantil universitária brasileira. Dedicase ao estudo de uma entidade específica, a Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

O movimento estudantil não é somente um espaço de qualquer formação. Há um amadurecimento da(o) estudante ao participar das atividades, inclusive identificado pelos autores aqui usados e depoimentos dados em suas obras. Não é ao desenvolvimento pessoal que este trabalho se dedica, e sim a formação do coletivo de estudantes atuando em coletivo.

A troca de experiências, as vivências, as atividades pessoais e mudanças de comportamento são fatores relevantes na ilustração, como análises são consideradas as práticas coletivas, os espaços de discussão e documentos elaborados.

Para estudo do movimento estudantil como formação, é preciso rever como se desenvolve o ensino superior no Brasil. Entender como se organizaram as Instituições de Ensino Superior e perceber suas vinculações com interesses que muitas vezes não são das demandas sociais do país faz-se importante para decifrar os caminhos do movimento estudantil e de algumas de suas ponderações.

Com todas as condições de exploração da sociedade capitalista, “Deseja-se corrigir detalhes e acomodar a educação à globalização, à mundialização da produção, à reestruturação de trabalho e à transnacionalização do capital”(Sanfelice, 2008, p.81). Se a educação está a reboque das reformas neoliberais do Estado, ela ainda é realizada por humanos, que se formam por essas mesmas instituições. Como um das formas de resistência cabe pensar na formação como fator diferencial.

Não entende-se que o movimento estudantil é quem fornecerá a formação revolucionário, como esclarece Foracchi e é explicado no segundo capítulo deste trabalho. Entretanto, a formação do estudante na academia e em conjunto sua atuação no movimento estudantil podem formar um profissional que identifique as condições de vida do Estado capitalista e talvez se proponham a modificá-las.

A esse trabalho coube a análise inicial dos documentos, precisando (e merecendo), uma pesquisa mais aprofundada mediante dados das(os) participantes deste processo, os estudantes. Fica restrito, então, a comparação de documentos elaborados nos fóruns de debate e deliberação da EEEPe – SP e do Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Alguns dos documentos utilizados para a pesquisa constam em anexo no trabalho.

Sempre que possível serão identificadas(os) as(os) sujeitos pelo gênero, considerando a maioria feminina nos cursos de pedagogia, no movimento estudantil de área de pedagogia. A estrutura da gramática brasileira não permite uma generalização feminina, mesmo que numa coletividade de maioria feminina. Assim este trabalho aponta em seu texto a diferenciação do gênero feminino, demonstrando contrariedade a manifestação machista da língua brasileira.

## CAPÍTULO 1

### A Universidade Brasileira: um breve contexto histórico

O surgimento das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil se dá de forma bastante dispersa e conveniente aos interesses privados. Segundo Fávero (1977), a primeira tentativa de desenvolvimento do ensino superior foi no século XVI com os jesuítas, que eles ofereciam o curso de Letras e Artes. Após o término, as(os) que queriam seguir a carreira eclesiástica tinham espaço dentro das escolas brasileiras, as(os) que não, a alternativa era buscar seus estudos na Universidade de Coimbra, em Portugal ou na Universidade Montpellier, na França.

“A história da criação de Universidades no Brasil revela, inicialmente, considerável resistência tanto por parte de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, como por parte de alguns brasileiros que não viam justificativa para criação de uma instituição desse gênero no país, considerando muito mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para fazer seus estudos superiores” (Moacyr, 1937, II, p. 580-1 apud Fávero, 1977, p.18).

Em 1808 há a criação dos primeiros cursos superiores no Brasil, a Academia Real da Marinha, o curso de Cirurgia na Bahia, o curso de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro e a cadeira de Economia na Bahia. Desde essa data até 1920, quando foi criada a primeira universidade brasileira (Universidade do Rio de Janeiro), são estabelecidos mais treze cursos superiores centralizados na Bahia e no Rio de Janeiro e oito tentativas de criação de Universidades no Brasil a partir de projetos apresentados nos órgãos Legislativos Nacionais.

Com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) multiplica-se o debate sobre o Ensino Superior no Brasil. São promovidos congressos e inquéritos tanto pelo Governo Federal quanto por organizações particulares, como a Associação Brasileira de Educação (ABE). Segue-se um movimento interessante, pois “o problema da necessidade da existência da instituição universitária entre nós como uma instância de saber já não é mais posta em dúvida.” (Fávero, 1977, p.32).

Em 1925 o Governo Federal apresentou a Reforma Rocha Vaz, através do Decreto nº 16.782-A, que com seu artigo nº 260 autorizou a criação de outras universidades que teriam que “ser pautada no modelo do Rio de Janeiro, possuir um patrimônio em edifícios e instalações das faculdades não inferior a três contos de reis” (Fávero, 1977, p. 30).

Apesar de os Inquéritos promovidos em 1922, pelo *O Estado de São Paulo* e em 1928 pela ABE, apontarem a necessidade de uma unificação das Faculdades que compõem a Universidade - crítica que vem da análise da Universidade do Rio de Janeiro - a Reforma Rocha Vaz trás justamente a continuidade desse modelo. O Governo Federal, na justificativa de criar Universidades, simplifica a questão juntando institucionalmente um grupo de Faculdades já existentes. Como diz Fernando de Azevedo,

“A verdade porém, é que, sob a denominação Universidade não se lançaram bases de uma instituição orgânica e viva, de espírito universitário moderno. Mas agruparam apenas, por justaposição, as escolas superiores profissionais já existentes. Problema de tamanha importância e complexidade reduziu-se por esta forma, com maior naturalidade a uma questão de rótulo.” (Fernando de Azevedo apud Fávero, 1977, p. 29)

Em 1930 criou-se o Ministério da Saúde e Educação que teve como ministro Francisco Campos. Ele implementou, em 1931, uma reforma educacional, conhecida pelo seu nome; que se propunha a reorganizar o Ensino Superior. Segundo Fávero,

“Trata-se, sem dúvida, de adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho” (2006, p.6).

Com relação ao Ensino Superior são três os decretos que dissertam sobre a Universidade e sua organização, todos assinados em 11/04/1931: nº 19.850, nº 19.851 e nº 19.852. Trazem no corpo de seu texto medidas com relação a estruturação da Universidade: o que a compõe, sua organização administrativa e burocrática, seus

objetivos, a quem ela atende, sua função e seu cotidiano ativo, como espaço de vivências. (Fávero 1977)

Assim, a Reforma Francisco Campos é um marco pela densidade de suas propostas, que traziam reivindicações dos congressos e inquéritos dos anos 1920, como também pelos seus numerosos apontamentos, tentando dar suporte para a existência das Universidades. Como afirma Fávero, “as Reformas Francisco Campos e em particular a Reforma do Ensino Superior, refletem as ambiguidades do momento histórico; o caráter dúbio de certas afirmações, o reforço a um tipo de educação humanista e elitizante, entre outros, são sinais que refletem uma época” (1977, p.36).

Outro fato a considerar foi o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, que marca um movimento de discussões sobre a educação e suas instituições. Foi um documento assinado por vinte e cinco educadores e que sistematiza debates sobre as reformas dos anos 1920 e início de 1930. Traz propostas gerais para a educação e enfatiza que:

“a criação de Universidades que pudessem exercer a tríplice função que lhes é essencial – elaborar ciência, transmiti-la e vulgarizá-la – e que por meio de institutos estivessem voltadas para a investigação científica, para elaboração de cultura, para formação de professores nos diferentes níveis e de profissionais em todas as profissões de base científica” (Azevedo, Fernando. apud Fávero, 1977, p. 37).

A partir de então foi criada a Universidade de São Paulo (USP) em 1934 composta pela Faculdade de Direito, pela Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Escola Superior Luiz de Queiroz, o Instituto de Educação e a recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A esta última foi dado o papel de centralizar algumas disciplinas e atividades num intuito de unificar os programas da Universidade e torná-la mais orgânica.

Em 1935 foi instituída a Universidade do Distrito Federal, encabeçada por Anísio Teixeira, com a proposta de uma Universidade integrada. Tem como princípio não só a transmissão do conhecimento como também a sua produção e utilidade pública. É dissolvida em 1938 pelo Governo Federal e Anísio Teixeira é afastado da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Outro acontecimento importante para o Ensino Superior foi a criação, em 1938, da União Nacional dos Estudantes (UNE). As(os) estudantes, através de suas entidades,

expuseram em vários momentos suas reivindicações com relação ao Ensino Superior. Antes da fundação da UNE “as entidades estudantis eram de caráter estritamente local, com objetivos assistencialistas, desportivos ou culturais” (Cunha 2000, p. 169). Segundo Fávero, a socialização dos debates sobre Universidade para as pessoas que não tinham vínculo com a academia se deve, majoritariamente, pela atuação das(os) estudantes. A autora exemplifica com os documentos e campanhas que foram mais significativas como a *Declaração da Bahia*, em 1961, a *Carta do Paraná*, em 1962, a *Greve do 1/3*, em 1962, a *Revogação do Acordo do Ministério da Educação e Cultura e do United States Agency for International Development (Acordo MEC – USAID)* e da *Revogação Lei Suplicy Lacerda*, de 1964 a 1967.

E por fim, o último movimento marcante para o ensino superior antes de 1964, segundo Fávero (1977), foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 4.024 de 1961.

“a LDB apresenta-se mais como enumeração de providências particulares, do que como arcabouço consistente para uma reforma em profundidade. (...) Mais ainda: além de não inovar, estabeleceu diretrizes para o ensino superior apoiada em ‘clichês’ e normas ultrapassadas.” (p. 53)

A partir de 1964, conforme Fávero (1977), também não é elaborado um projeto de Reforma Universitária, foram tomadas várias medidas dispersas em decretos, leis e pareceres que, em seu conjunto, são conhecidos como a *Reforma de 68*. O primeiro, segundo a mesma autora, foi o acordo assinado pela MEC com o professor Rudolf P. Atcon, em 1965. A pedido da Diretoria do MEC, Atcon indicou sugestões para a reformulação da universidade brasileira. Seus apontamentos se referiam tanto ao cotidiano e organização da Universidade como também nas responsabilidades do Estado com a instituição.

Também em 1965 é assinado o primeiro acordo entre o MEC e a USAID referente ao Ensino Superior. Nele são firmadas sugestões para uma expansão organizada do Ensino Superior brasileiro.

Em 1966 é instituído o Decreto-Lei nº 53/66 que disserta sobre a organização interna das Universidades, tocando na questão da indissociabilidade entre ensino e pesquisa e da regulamentação das Unidades, fossem Faculdades, Institutos ou Escolas.

No ano seguinte, outro acordo entre o MEC e a USAID é assinado, desta vez estabelecendo o *Convênio de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior*. São lançados ainda no mesmo ano, o Decreto-Lei nº 252 instituindo os departamentos nas Unidades da Universidade e o Decreto nº 62.024, que deu origem ao *Relatório Meira Mattos*. Com o decreto, foi aberta uma Comissão Especial, presidida pelo Coronel Meira Mattos, que tinha como uma das finalidades monitorar as ações estudantis, propor atividades ministradas pelo governo para essa categoria e garantir o cumprimento dessas propostas como representante do Ministério do Estado.

Com os movimentos de repressão cada vez mais intensos, 1968 marca o início do período de ditadura conhecido como *Anos de Chumbo*. As medidas de controle da população e principalmente dos movimentos contrários ao Regime Ditatorial Militar eram cada vez mais freqüentes e violentos. A repressão se colocava como um pêndulo, cada vez que os movimentos sociais, encabeçados pelo Movimento Estudantil e pelos partidos políticos agiam, as reações policiais eram mais duras e severas. (Silva, 2007, p. 59 a 83)

Em 1968 são apresentados: o Decreto nº 62.937, instituiu o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, que elabora um documento apresentando as falhas e as sugestões de mudança; o Decreto nº 63.341, referente a expansão do Ensino Superior; e a Lei nº 5.540, que estabelece que o ensino superior se concentre em Universidades e, em última instância em estabelecimentos isolados e dispõe o Estatuto do Magistério Superior Federal.

A situação não muda nos anos seguintes, tanto em matéria de legislação como de autoritarismo do Regime. Em 1969 foi lançado o Decreto nº 464 que discorre sobre o acesso a Universidade, ressaltando o Vestibular e implantando o *Primeiro Ciclo* como forma de equalizar os conhecimentos dos ingressantes. Foi apresentado também o Decreto nº 465, que se referiu aos cargos nas Universidades Federais, o Parecer nº 77 do Conselho Federal de Educação (CFE) que instituiu normas para a Pós Graduação e o Decreto nº 65.310 que atribuiu a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) a tarefa de identificar quais programas de Pós Graduação estavam adequados às normas da Pós Graduação.

Em 1971 foi lançado o Parecer nº 33/71 do CFE que instituiu o sistema de créditos nas Universidades, que apesar de já existir há um tempo não era rigidamente

seguido por algumas instituições. E, em 1974 o Decreto nº 73.411 criou o Conselho Nacional de Pós Graduação.

A partir dos anos 1980 as propostas de reformulação da educação, e conseqüentemente educação superior, trazem um caráter mais empresarial. Segundo Cunha (2000), Minto (2006) e Silva Jr. (2002) e Neves (2004) a participação de órgãos e investimentos internacionais contribuem cada vez mais para a configuração do projeto de universidade nos projetos de lei e decretos.

Na observa-se dos autores acima citados uma subdivisão de 1980 até a atualidade que se dá no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e no governo de Luis Inácio Lula da Silva. Apesar de aparentemente terem princípios diferentes para a gestão da nação, “Um mapa político dos governos eleitos na última década indicaria que todos eles, social democratas ou neoliberais, compartilham os mesmos fundamentos neoliberais.”(Leher, 2004, p. 13 e 14).

Considerando os apontamentos dos autores citados, a primeira proposta governamental, a partir dos anos 1980, é em 1985 com a criação do GERES, o Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior. Esse grupo elaborou e divulgou no ano seguinte um anteprojeto de Reorganização das Universidades Federais Com o governo de FHC,

“provoca também uma transformação no aparelho do Estado, que, de interventor e estruturador da economia em favor do capital nacional e internacional desde a década de 1930, passa, na década de 1990, a um Estado modernizado, a um Estado gestor (...)” (Silva Jr, 2002, p. 62).

Se, mesmo com toda a articulação dos movimentos sociais, as políticas para formação da Universidade e para desenvolvimento do Ensino Superior foram, de 1930 a 1980, ditadas pelos governos, a partir da década de 1990 foi pelos órgãos de financiamento internacional. Tanto que em 1993 o Brasil assina a *Declaração de Nova Delhi*, elaborada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), e se compromete a buscar capital externo para financiar seus projetos educacionais (Silva Jr, 2002).

Ainda segundo Silva Jr (2002), desdobram-se da Declaração, em 1994, o *Plano Decenal de Educação para Todos* e, em 1995, o *Planejamento Político Estratégico 1995/1998*. Minto (2006) e Silva Jr. (2004) destacam, ainda em 1995, a Lei nº 9.131, de

24 de novembro, que institui o *Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras* (Paiub) do qual o Exame *Nacional de Curso* se sobressai: “na realidade, a avaliação do curso de graduação a partir do desempenho dos estudantes.” (Cunha, 2000, p.190). Para Cunha, esse Exame “deu a partida para a montagem de um complicado mecanismo de avaliação, que mistura métodos finalísticos e institucionais” (ibidem, p. 190).

Também em 1995 Minto (2006) aponta a criação do *Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado* (MARE) que numa de suas medidas impõe a reformulação do conceito de educação para o Estado e estabelece, com o recente *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, que a educação superior é considerada como “serviços não exclusivos do Estado” (p. 163). E por fim desse ano, Silva Jr. (2002) coloca a Proposta de Emenda Constitucional nº 173 que lança o documento/roteiro *Etapas para viabilização da aplicação da lei de organizações sociais na recriação de universidade pública a ser administrada por contrato de gestão*.

Cunha (2001) destaca ainda em 1995 a Lei nº 9.192 que legaliza a Consulta para a escolha de Reitor(a) da Universidade. Essa lei foi aprovada num momento em que a instituição espera seu retorno de autonomia e democracia, tão antes podados no período da Ditadura Militar.

Em 1996, segundo Minto (2006), foi lançado o decreto nº 2.026 que implanta a *Avaliação das Condições de Ensino* (ACE) que promoveria a existência dos cursos de graduação por meio de preenchimento de um formulário pelas IES e visitas as mesmas. Há também em 1996 a promulgação da LDB de 96 que disserta sobre o Ensino Superior em alguns de seus artigos.

Destacado por Minto (2006), de 1993 a 1996, foi elaborado o *Relatório Delors* que elabora diretrizes para as reformas educacionais no mundo a pedido da UNESCO e sistematizado por Jacques Delors. Em 1997, o autor coloca ainda o lançamento do Decreto nº 2.306, em 19 de agosto, que determina cinco tipos de IES: as universidades, os centros universitários, as faculdades integradas, as faculdades e institutos ou escolas superiores.

Ainda nesse ano foi aprovada a Lei nº 2.306 que retira das Universidades particulares a isenção de impostos. Havia uma diferenciação entre as instituições comunitárias e particulares. Apesar de as duas exigirem a taxa de matrícula, a comunitária destinava sua verba para pagamento de orçamentos, enquanto que a

particular gerava lucro. A primeira se coloca então como Fundação Privada de Direito Público, a segunda como Empresa. Mas as duas tinham isenção de impostos. Com a Lei as Instituições Privadas “passam a pagar impostos e contribuições (...)” (Cunha, 2000, p.195) e se escolherem ser uma instituição comunitária tem uma série de regulamentações a seguir.

Segundo Silva Jr. (2002), em 1999, foi elaborado o *Programa de Formação de Professores em Exercício* pela Secretaria de Educação à Distância. O programa, justificado a partir do artigo 87, do § 3º, inciso III da LDB de 96, visa garantir para os professores leigos que já trabalham uma formação de graduação.

Minto (2006) observa que, em 2001, foi apresentado o Decreto nº 3.860, no dia sete julho, que determina três tipos de IES: universidade, centros universitários ou faculdades integradas, e faculdades ou institutos ou escolas superiores; e torna obrigatório a publicação anual dos resultados do ENC e ACE.

Neves (2004) destaca em 2003 o GT interministerial, que contou com o Ministério da Casa Civil, a Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e Ministério da Ciência e Tecnologia, que elaborou o documento *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira*.

Destaca-se ainda, em 2004, a Lei nº 11.096 que institui o *Programa Universidade para Todos* que oferece bolsas integrais ou parciais para estudantes em Universidades Particulares, a Lei nº 10.861 que cria o *Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior* (SINAES), comprometendo-se a avaliar a IES através do desempenho das(os) estudantes numa prova, o ENADE (Exame Nacional de Desenvolvimento do Aluno), e da instituição com relatórios de uma comissão interna e externa. Ainda nesse ano, mas no site do ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), foi apresentada a primeira versão do anteprojeto de Reforma Universitária, no dia seis de dezembro pelo ministro da Educação, Tarso Genro.

Em 2005 é apresentada, também disponíveis no site do ANDES<sup>1</sup>, a segunda e a terceira versão do anteprojeto de Reforma Universitária, consecutivamente, no dia trinta de maio e vinte e nove de julho. Só em 2006 é apresentada a versão final do anteprojeto, no dia doze de junho, e encaminhada ao Congresso Nacional como Projeto de Lei nº 7.200.

E por fim, o Decreto nº 6.096 que institui o Programa de Reorganização das Universidades Federais (REUNI).

## 1.2 Os princípios da Universidade

A Universidade “a) se define em relação ao contexto social do qual é parte; e b) a Universidade é, por sua natureza, local de encontro de modelos culturais diversos, de visões de mundo diferentes” (Fávero, 1977, p.11). Ela atua como aparelho do contexto que vive. Como instituição de um sistema capitalista, sua dinâmica serve ao sistema. Mas também, por se colocar como centro de troca de conhecimentos, está sujeita a refletir sobre sua própria função e atuação, e mudá-la. A sua identidade se dá conforme a constituição da sociedade que a cerca, incluindo os debates ideológicos de seu cotidiano.

Por essa característica questiona-se suas funções. A partir das considerações de Fávero e Cunha no ponto anterior, percebe-se que, mesmo durante a criação da Universidade e no decorrer de sua história houve várias reivindicações e ponderações, suas atividades se voltaram, em geral, para pequenos e privilegiados grupos da sociedade. Mesmo as várias propostas que surgiram de alteração na estrutura da Universidade (com relação a URJ, por exemplo) não eram seguidas pelas legislações.

Segundo Fávero (1977),

“a Universidade não deve se voltar apenas para habilitar ‘bons profissionais’ numa perspectiva pragmática e utilitarista; **concomitantemente** a essa forma, deve haver a preocupação de formar profissionais conscientes em exercer influências sobre a realidade onde vão atuar, numa perspectiva de mudança.”(1977, p. 15, grifo meu)

Assegurar uma formação de qualidade não pode para dar suporte e melhorias para o mercado de trabalho, mas sim para a comunidade, principalmente para quem não está na Universidade, quem não teve acesso a ela. Não só isso, “Cabe-lhe ainda oferecer instrumentos teóricos que permitam uma reflexão verdadeiramente empenhativa sobre o sentido global da sociedade em mudança.” (Vaz, 1973 apud Fávero, 1977, p.16).

---

<sup>1</sup> <http://www.andes.org.br> .

São as bases teóricas que dão suporte para uma leitura mais profunda e completa da sociedade. Dar acesso aos autores clássicos das várias ciências e voltar os mesmos para uma reflexão do mundo é fundamental.

“Por isso, reafirmamos que a formação de professores não pode se eximir de uma bagagem filosófica, histórica, social e política, além de uma sólida formação didático-metodológica, visando formar um profissional capaz de teorizar sobre relações entre educação e sociedade e, aí sim, como parte dessa análise teórica, refletir sobre a sua prática, propor mudanças significativas na educação e contribuir para que os alunos tenham acesso à cultura resultante do processo de acumulação sócio-histórica pelo qual a humanidade tem passado.” (Arce, 2001.)

Mesmo considerando as Universidades Públicas sua atuação para a classe mais carente é restrita a pequenas atividades. O conhecimento produzido nela fica, muitas vezes, para atender a demandas de grandes empresas, ou não chegam de forma fácil e acessível no cotidiano da população. Segundo Saviani, “o público é sempre, ainda que de modo contraditório, privado” (1991, p. 15).

Ou seja, como uma forma de mudança, a Universidade deverá atrelar-se às camadas populares da sociedade. É o que a transforma numa instituição a serviço da Revolução Proletária de fato. Sem essa troca, ela está voltada a servir ao capitalismo e principalmente contra as camadas mais carentes de auxílio e condições de sobrevivência.

“Considerando-se que ‘toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica’, cabe entender a educação como um instrumento de luta. [assim,] (...) a constituição de uma nova sociedade não será possível sem a elevação do nível cultural das massas.” (Saviani, 1991, p.36)

A Universidade, por esse viés, deve se voltar para as massas, tanto na construção de suas teses e projetos, como no resultado dos mesmos. É esse choque cultural, essa mescla de vivências e realidades que acontece na Universidade, reforçado com a participação das camadas populares em seu cotidiano, que pode propiciar uma formação mais ampla, comumente dita de politizada, aos estudantes. Segundo Bacelar, (2007, p. 36), “Não é por acaso que a estudantada era politizada. Como a desigualdade social, no

Recife, era muito forte, era difícil não se politizar, não se sensibilizar com a realidade social que estava em seu entorno”.

Assim, “Estudantes e intelectuais têm um papel importante a desempenhar na seleção de informações críticas, na sua armazenagem (resgate e preservação da memória) e na sua difusão entre os grupos interessados, tendo em vista a descolonização das mentes” (Thiollent, 2007, p.134).

Segundo Marx (1888), para a transformação da sociedade é necessário um movimento dialético entre o conhecimento revolucionário e o cotidiano burguês. O autor esclarece que “homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada (...)”, e, no entanto, as condições e a educação são modificadas e fornecidas pelos homens.

É essa a dinâmica da consciência política<sup>2</sup>, é um “ir e vir” entre a realidade burguesa e a consciência da transformação da sociedade. É também o movimento entre a descoberta das opressões e da exploração no e pelo Estado, sua disputa por ele e a negação dessa participação para construção de outra organização da sociedade.

### **1.3 A história da UNICAMP**

Criada durante o Regime Militar, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) possui uma história com particularidades. A primeira delas é seu planejamento. Enquanto muitas das universidades foram formadas a partir da aglomeração de faculdades já existentes, a UNICAMP começou “como um projeto orgânico e coeso”<sup>3</sup>. A Universidade foi criada a partir da Lei Estadual nº 7.655, mas sua elaboração e construção só se deram em 1965 a partir do Decreto nº 45.220 que instaurou a Comissão Organizadora regida por Zeferino Faz, futuro reitor da UNICAMP.

A primeira faculdade a ser implementada foi a Faculdade de Medicina, com funcionamento provisório na maternidade de Campinas, em 1963. Até o final da década de 1960 foram criados mais sete institutos e três faculdades, entre elas a Faculdade de Educação.

Hoje a UNICAMP possui três *campi*, o central em Campinas, e os outros em Limeira e Piracicaba, além de seus Colégios Técnicos em Limeira, COTIL(Colégio

---

<sup>2</sup> Cf. Silva 2009, define política e consciência política.

Técnico de Limeira), e em Campinas, COTUCA (Colégio Técnico de Campinas). O *campus* de Campinas possui “20 unidades de ensino e pesquisa, que são divididas em dez institutos e dez faculdades.

Se a característica principal é a coesão, é por que ela foi feita a partir da premissa que “O projeto de instalação da Unicamp veio responder à demanda crescente por pessoal qualificado numa região do Brasil, o Estado de São Paulo(...)”<sup>4</sup>. Desde o princípio sua criação visa atender ao mercado e as empresas que cercam a região.

“A definição dos cursos a serem implantados demandou uma série de reuniões com representantes da indústria e da sociedade. As unidades e os laboratórios surgiram assim em função de **necessidades concretas do mercado**, que na época exigia engenheiros, químicos, físicos, biólogos, matemáticos e economistas, entre outros profissionais.”<sup>5</sup> (grifos meus)

O modelo de Universidade foi orgânico, mas não proposto para as massas populares. Como exposto no site, “A instituição mantém várias centenas de contratos para repasse de tecnologia ou prestação de serviços tecnológicos a indústrias da região de Campinas(...)”<sup>6</sup>.

A indicação feita ao público é de forma equivocada e assistencialista se referindo a atividade de Extensão, “Além disso, a Unicamp tem se caracterizado por manter fortes ligações com a sociedade através de suas atividades de extensão e, em particular, de sua vasta área de saúde.”<sup>7</sup> Como diz Saviani 1991,

“a extensão terá maior chance de se realizar na medida em que o ensino e a pesquisa se vinculem cada vez mais às necessidades da sociedade em que a universidade se insere. [Assim] (...) é a sociedade que vai colocar os problemas; e é o contato com os problemas efetivos da sociedade que vai permitir à universidade transformar os objetos de suas pesquisas em algo **relevante** para a sociedade e adequar o ensino às necessidades da sociedade. (p. 49 e 55, grifo meu)

---

<sup>3</sup> <http://www.unicamp.br>

<sup>4</sup> Ibidem

<sup>5</sup> Ibidem

<sup>6</sup> Ibidem

<sup>7</sup> Ibidem

Outro ponto marcante na história da UNICAMP é sua dedicação e produção científica. Suas/Seus estudantes de pós-graduação correspondem a quase 50% do corpo discente, e sua produção acadêmica atinge 12% da produção nacional. Mas mesmo suas atividades de pesquisa, em geral, também se voltam para o mercado,

“a Unicamp parte do princípio de que a pesquisa, servindo prioritariamente à qualidade do ensino, pode ser também uma atividade econômica. Daí a naturalidade de suas relações com a indústria, seu fácil diálogo com as agências de fomento e sua rápida inserção no processo produtivo”.<sup>8</sup>

Observa-se também, com os dados apresentados, uma maior afinidade do histórico e propostas de Universidade com os cursos das áreas Exatas e de Biológicas, em detrimento da Humanas.

A Faculdade de Educação, inicia suas atividades “através do oferecimento de disciplinas pedagógicas nos Cursos de Licenciatura então existentes, ampliaria significativamente a sua atuação na formação de profissionais em Educação em todos os níveis”<sup>9</sup>. Atualmente ministra disciplinas para 19 cursos de licenciatura da UNICAMP além das turmas do curso de pedagogia que visam

“(formam profissionais para atuarem como professores nas séries iniciais do ensino fundamental e na educação infantil (crianças de zero a dez anos); como administradores, supervisores, assessores pedagógicos e educacionais em instituições escolares dos diferentes graus de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio); **na Formação e Treinamento de Recursos Humanos**, em instituições não escolares (como sindicatos, **empresas**, etc.); ou ainda em clínicas especializadas em Educação Especial”.<sup>10</sup> (grifos meus)

Possui um amplo programa de Pós Graduação, no qual “estão sendo desenvolvidos cerca de 150 projetos de pesquisa”<sup>11</sup>. Realiza também atividades como “cursos de extensão a profissionais de Educação.”<sup>12</sup>

---

<sup>8</sup> Ibidem

<sup>9</sup> [www.fe.unicamp.br](http://www.fe.unicamp.br)

<sup>10</sup> Ibidem

<sup>11</sup> Ibidem

<sup>12</sup> Ibidem

Mesmo aparentando ter uma preocupação maior com a sociedade e com seus órgãos do governo, como Prefeituras e Secretarias de Educação, indica como parte de sua formação de professores estudo de empresas e suas repartições.

## CAPÍTULO 2

### O Movimento Estudantil: a trajetória das entidades

A literatura sobre o movimento estudantil brasileiro é vasta, sobretudo durante o período da ditadura militar (1964-1985). O movimento é destacado por vários autores como parte importante da resistência ao capitalismo e a cultura hegemônica, chegando ainda a interferir na agenda dos governos da época. Zaidan Filho coloca que “A inserção e influência da militância comunista – via universidade e movimento secundarista – foi decisiva para o avanço democratizante e popular das chamadas ‘reformas de base’ (...)” (2007, p.103). Poerner fala ainda que “o movimento estudantil se tornou quase um barômetro da vida política no País (...)” (1968, p.35).

Cavalari, ao contrário, ressalta a dificuldade do movimento estudantil interferir nas pautas e medidas dos governos. O movimento estudantil da década de 1960 foi “um movimento da pequena burguesia, que estava interessada em ampliar suas oportunidades, apesar da forma ‘radicalizada’ que se revestiam” (1986, p.286). Foracchi afirma que “O jovem não tendo nenhum compromisso firmado... pode fazer amplas críticas ao mundo em que vive. Mas, ao mesmo tempo, por não estar vinculado a nada, suas críticas não chegam a ameaçar a estabilidade social” (1968, apud Groppo, 2000, p. 338).

Para entender melhor como se dá a atuação do movimento estudantil tanto na universidade, na sociedade brasileira, ou na formação dos universitários, é necessário fazer um recorte sobre a/o estudante, como se organiza, suas motivações e suas posturas.

#### 2.1 O estudante na condição de jovem, o jovem na condição de estudante

Marialice Foracchi foi uma das autoras que mais se dedicou a estudar o estudante universitário. Para a autora, a(o) estudante pode ser definido pelo seu vínculo financeiro com a família, seu vínculo de dependência.

“Tais como se configuram na situação do estudante, seja ele totalmente mantido pelos pais, parcialmente mantido pelos pais ou trabalhe para prover

seu sustento, nelas estão contidos os delineamentos da atuação do jovem como ser socialmente dependente, em busca de recursos eficientes de autonomia ou de emancipação.” (Foracchi, 1977, p. 18)

Assim, a(o) estudante mantém, de alguma forma, sua condição de estudante vinculada à família. Para Foracchi a atuação da(o) estudante é fortemente marcada pela família, visto que a família é a condição de classe e é quem fornece condições de manutenção, ou, no caso da(o) estudante que mantém a família, que compartilha da manutenção. A autora coloca também que a(o) estudante na sua situação transitória, de uma(um) jovem inexperiente e dependente economicamente, é “mantido pelos pais e (...) pelo sistema. São modalidades diversificadas de manutenção que implicam, também, em formas diversas de dependência” (Ibidem, p.52).

Sua manutenção pelo sistema é provisória, pois o trabalho para o estudante é um trabalho parcial. O trabalho é caminho para a estabilidade financeira do estudante, mas o trabalho na condição de estudante tem as características da inexperiência e da temporariedade. Como afirma Foracchi, “Diversa é a situação do trabalhador que estuda, pois nesse caso, o acidente não é o trabalho mas o estudo.” (1977, p. 49)

Ser estudante é projetar a sua vida para a independência econômica, que se manifesta nos rumos da sua carreira.

“É, enquanto *projeto de profissional*, é, enquanto categoria transitória, ciente da sua transitoriedade e, convencida, por isso mesmo, que sua razão de ser é o seu projeto e que a *carreira é o seu projeto*, que o estudante pode desvendar, no ato de superação da sua própria condição restrita, os caminhos da emancipação, como meta e como destino.” (Foracchi, 1977, p.172 e173. Grifos da autora)”

Segundo Foracchi (1977), a projeção da(o) estudante na carreira profissional parte da perspectiva de emancipação do grupo familiar, ou seja, da classe ao qual a(o) estudante pertence, “Suponhamos seja a família considerada não em si mesma como manifestação da situação de classe. Ela refletiria, nesse caso, as tensões vividas pela classe, enquanto determinação do sistema”(Ibidem, p.87)

Considerando que a titulação da educação superior aparentemente aspira de ascensão de classe, ou de garantia de emprego, ou ainda de melhores condições de

trabalho e salário, a família almeja a formação da(o) estudante universitário para sua melhora de condição social.

“Servindo-se do jovem como instrumento da sua vinculação à situação de classe, nele colocando a problemática crucial da continuidade da sua posição no sistema, a família cria as condições necessárias para que ele se transforme em estudante e, portanto, para que ele próprio se realize como jovem” (Ibidem, p. 115)

Sendo a família um mecanismo de controle da(o) estudante, Foracchi afirma que “a formação de posições, sejam elas quais forem, se processa no âmbito da vida universitária” e a “perspectiva de emancipação se forma, inicialmente, com base no curso” (Ibidem, p. 72 e 76). As atividades acadêmicas permitem uma vivência de reflexão sobre a vida da(o) estudante.

A(O) estudante então busca caminhos, dentro das suas atividades, para a emancipação. As primeiras contestações surgem em torno do curso, das atividades cotidianas e específicas da condição de seu curso e de sua Instituição de Ensino Superior, para depois relacionar ao sistema como um todo. Da discussão sobre a carreira e atuação profissional transforma-se “na prática estudantil, em ação que procura ultrapassar os obstáculos que lhe são impostos” (Ibidem, 1977, p. 196).

O Movimento Estudantil, ou seja, a organização coletiva das(os) estudantes, é contestador da ordem social. Várias propostas podem surgir desses debates sobre como poderia se organizar a sociedade, mas minimamente a atuação começa com uma contestação. Segundo Foracchi, “ou o estudante se acomoda e, como diz, participa da engrenagem que a sociedade oferece”, ou a combate, tentando com isso, alterar, tanto sua condição particular, quanto a situação global.”(1977, p. 211).

Assim, o movimento estudantil é a representação dos anseios das(os) jovens com suas carreiras. Apesar de serem interesses puramente individuais e classistas, suas ações no movimento estudantil são coletivas. Atuar no movimento estudantil permite “reconhecer os vínculos sem deixar-se limitar por eles, é apegar-se ao curso sem convertê-lo num modo de realização pessoal, é valorizar o trabalho sem identificar-se com os fatores que promovem a alienação do homem” (Foracchi, 1977, p. 54).

Mesmo podendo não ser um espaço de formação para a revolução proletária, o movimento estudantil é fundamental na formação da(o) estudante. Ao se distanciar dos

interesses individuais, a(o) estudante pode na sua atuação questionar as condições da sociedade brasileira, e usar dela para formular suas idéias e ações, o que Foracchi chama de “*praxis* estudantil” (Ibidem, p.213, grifo da autora). Coloca ainda que

“o estudante, desenvolvendo o seu projeto em termos de alteração do padrão dado de atuação profissional, não objetiva somente modificações de curso ou currículo mas já está em condições de radicalizar o seu engajamento, ou seja, de identificar-se com os grupos que lutam pela transformação da sociedade. Isso posto, poder-se-ia afirmar que as condições para uma atuação desvinculadora estão delineadas; o estudante que se encontra parcialmente liberto dos valores conservadores que a classe imprimiu ao seu comportamento.” (Ibidem, p. 218 e 219).

Mesmo com as contradições da condição social da(o) estudante e sua atuação no movimento estudantil, suas ações podem ter uma amplitude maior que no seu cotidiano, ou ainda na sua formação. A participação em outros movimentos e construção de atividades com outros coletivos podem fazer com que o papel do estudante seja mais efetivo na sociedade, “Somente na medida em que a ação do estudante estiver identificada com um processo renovador, *já em curso*, é que ela poderá revestir-se de conotação ‘revolucionária’” (Ibidem, p. 294, grifo da autora).

## 2.2 O Movimento Estudantil Brasileiro

Não cabe a esse trabalho analisar todo o movimento estudantil brasileiro. No entanto, para poder acompanhar a trajetória da Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo, é importante delinear como os estudantes se organizaram no Brasil no decorrer da história. Para Groppo (2000) são três os fatores que influenciam as mobilizações juvenis: as questões geopolíticas, as sócio-econômicas e as político-culturais. Suas ações são, como coloca Foracchi (1977) influenciadas pela sua classe, e, como ressalta Groppo, pelos acontecimentos nacionais e mundiais.

Segundo Poerner (1968) é possível identificar na história do movimento estudantil no Brasil dois grandes momentos, antes da UNE e depois da UNE. Há indícios que apontam participação das(os) estudantes em diversos movimentos brasileiros desde a época da Colônia. Percebe-se o amadurecimento do movimento estudantil e acúmulo de conhecimento, mesmo nos períodos mais espaçados de

atividades. Seguem algumas das atividades mais importantes que culminam com a criação oficial da UNE em 1938.

A primeira manifestação de um coletivo de estudantes se deu em 1710, referente a invasão de aproximadamente mil soldados franceses à cidade do Rio de Janeiro. A resistência foi organizada por estudantes armados de forma desigual e precária, e que “estudavam em conventos e colégios religiosos, pois, à época, ainda não havia ensino universitário no país” (Poerner, 1968, p. 45).

Ainda no século XVIII houve o movimento intitulado *Inconfidência Mineira* que foi organizado, na sua maioria, por brasileiras(os) que estudavam nas universidades de Coimbra. No século XIX as ações são bem mais intensas, principalmente pela criação e proliferação das faculdades e cursos de ensino superior e da aspiração pelo regime republicano. O primeiro fato são indícios de participação de estudantes na *Revolução Farroupilha*, no Rio Grande do Sul, e mais intensamente na *Sabinada*, na Bahia, mas de forma individual.

Em 1833, foi criada a entidade Sociedade Filomática, da Academia de São Paulo, da qual faziam parte estudantes, sendo que um dos objetivos era discutir o progresso nacional. E em 1845, surgiu a primeira entidade estudantil que se tem registro, a Sociedade de Epicultura, “dos acadêmicos de São Paulo” (Ibidem, p.54). É um marco importante por ser umas das primeiras tentativas de organização coletiva das(os) estudantes universitárias(os).

Após 1850 surgem outras entidades, sem registro específico. No estado de São Paulo são formadas o Ensaio Filosófico Paulistano, o Ateneu Paulistano, Arcádia Paulistana, Associação Culto a Ciência e o Instituto Acadêmico. Duas outras entidades merecem destaque, a Sociedade Dois de Julho, fundada em 1852 na Bahia, por um “grupo de acadêmicos da Faculdade de Medicina da Bahia (...) destinada a alforriar escravos” (Ibidem, p.55); e entidade semelhante em São Paulo, em 1856, que conseguiu alforriar apenas dois escravos (Ibidem, p.56).

O fim do século XIX foi, no Brasil, o fim do regime Imperial, e a transformação para a República, marcado por muitas mobilizações e discussões. Poerner (1968) nota as(os) estudantes cada vez mais participativas(os), construindo as manifestações ou aderindo a elas. Estão, de alguma forma, tentando se organizar coletivamente. Ao fim do período imperial, aconteceu a *Revolta do Vintém*, em que estudantes aderem à manifestação organizada pelo republicano Lopes Trovão, contra o aumento do preço da passagem dos bondes.

O início do Período Republicano é marcado pela mobilização da juventude militar. Poerner aponta o movimento realizado em 1893, em conjunto por estudantes militares, os cadetes; e universitários, “em defesa da legalidade” (1968, p.66). O autor explica que a juventude militar foi incitada pela figura de Floriano Peixoto. É ela então responsável por manter as mobilizações estudantis, principalmente até o começo do século XIX e Primeira Guerra Mundial. Outro ato significativo, como narra Poerner (1968), foi em 1895 organizados por cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha contra as autoridades e manifestaram apoio a Floriano Peixoto.

Poerner (1968) afirma que foi escrito, em 1897, pelas(os) estudantes baianas(os) do curso de direito; o primeiro documento estudantil endereçado à Nação condenando o massacre de Canudos. Outras manifestações, com maioria de estudantes civis, aconteceram contra a *Light* durante o ano de 1901, concentrado nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Ainda em 1901 foi fundada a Federação dos Estudantes Brasileiros, que não obteve muitos resultados nas mobilizações estudantis.

O início do século XX foi repleto de manifestações, principalmente envolvendo os cadetes. Em 1904 os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha incorporaram o ato, junto com a população, contra a instituição da vacina obrigatória. Em 1909 novo protesto, desta vez contra a Brigada Policial, fazendo enterro simbólico do comandante do batalhão. Durante a manifestação soldados a paisana e a Brigada policial atacaram as(os) estudantes, dos quais dois estudantes foram mortos. Tal evento, como relata Poerner (1968), foi conhecido como *Primavera de Sangue*. Seguiram-se vários protestos com relação às mortes por parte de toda a população.

A partir de 1914 seguem-se atos grandes em seqüência, muito influenciados pela Primeira Guerra Mundial. Em 1914, Poerner (1968) fala de um protesto realizado pelas(os) estudantes contrariados com o governo de Venceslau Brás e seguiram em uma homenagem a Rui Barbosa.

Em 1917, são três os acontecimentos mais marcantes, todos narrados por Poerner (1968). O primeiro foi uma passeata devido ao ataque ao navio *Paraná*, organizada pelas(os) estudantes. O segundo a criação da Liga Nacionalista, formada pela juventude paulistana. E a terceira foi a realização do Congresso da Mocidade Brasileira, organizado pelo presidente Venceslau Brás, do Partido Republicano, e por estudantes, também ligados ao Partido. O congresso foi então uma tentativa do presidente de conter as manifestações estudantis.

Poerner (1968) observa que a Liga Nacionalista retorna com grande manifestação em 1919 com a campanha *Exame ou Rua*, da qual a organização obrigava suas/seus membros a prestarem o exame final do curso que havia sido cancelado pelo governo devido a necessidade de médicas(os) para atender a uma epidemia. Muitas(os) estudantes se retiraram então da entidade, escreveram e publicaram o *Manifesto dos Sessenta*, o que marcou o fim da Liga Nacionalista.

O autor narra também que, em 1922, houve mais uma grande manifestação dos cadetes no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como a *Revolta do Forte de Copacabana*.

A partir da década de 1930 o movimento estudantil passa a ter uma atuação diferenciada. Buscando cada vez mais uma ação em conjunto e com pautas ligadas a condição das(os) estudantes e a conjuntura brasileira. O que torna a década de 1930 diferente é também o processo de industrialização do qual o Brasil passa, a expansão das IES e a figura de Getúlio Vargas.

Após 1930 e antes da criação da UNE, como coloca Poerner (1968), dois fatos são marcantes e ilustram bem a mudança das(os) estudantes brasileiras(os). Em 1935, um ato que contou com a participação de estudantes apoiando a campanha da Aliança Nacional Libertadora. E em 1937, a criação da Frente Democrática da Mocidade, fundada por estudantes para participar da campanha presidencial.

Segundo Poerner (1968), em 11 de agosto de 1937, foi instituído o Conselho Nacional de Estudantes que chamou para o dia seguinte sua primeira reunião Ordinária. O Conselho, a época presidida por Ana Amélia Queiros Carneiro de Mendonça que era presidente da Casa do Estudante, teve dois dias de discussões e a deliberação de que uma comissão ficasse responsável de elaborar um projeto de estatuto para a nova entidade. A Casa do Estudante já existia, e há muito tempo sobre o controle de Ana Amélia, mas queria ser reconhecida como União Nacional de Estudantes. A organização do primeiro Conselho era visto, pela diretoria, como forma de legitimar essa decisão e manutenção no comando da entidade.

No dia 16 de agosto o estatuto foi aprovado e uma diretoria eleita com seis responsáveis e com mandato até dezembro de 1938. Em abril de 1938 é realizado novo congresso que “Ao contrário do que houvera um ano antes, o 2º Congresso adquiriu conotação política desde a primeira sessão plenária (...) embora não se pudesse registrar um cunho pòrpropriamente(sic) antigovernamental” (Ibidem, p.141). Ainda segundo Poerner, “O Conselho Nacional de Estudantes passou à condição de órgão deliberativo

da UNE (...) e a nova entidade instalou sua sede e secretaria na Casa do Estudante do Brasil” (Ibidem, p. 144).

A primeira diretoria da UNE tem uma gestão que procurou participar das atividades das IES e ficou mais próximo das entidades estudantis. Se posicionou também com relação as pautas nacionais e internacionais, no entanto, como uma dificuldade interna na sua relação com a Casa do Estudante. A deliberação do Congresso de fundar a UNE e estabelecer a ela uma nova diretoria foi, para a diretoria de Ana Amélia, uma contrariedade de planos

“pois a Casa do Estudante, ao pretender canalizar para os seus objetivos a campanha desenvolvida, espontaneamente(sic), pelos estudantes brasileiros, em prol da formação de uma União Nacional, ao convocar, por conseguinte, as reuniões de 37 e 38, não imaginava, provavelmente(sic), a seriedade com que seria aceita essa convocação”(Ibidem, p.149)

Assim, como afirma Poerner (1968), o III Congresso Nacional dos Estudantes e sua nova diretoria eleita teve dificuldade na manutenção da entidade sem sede, ou com sede precária, e sem verbas, da qual pleiteava com o governo federal, apoiador da entidade. Outra grande dificuldade encontrada foi a de impor a entidade nacionalmente. Mas com relação a seu reconhecimento, no próprio congresso já eram apresentados sinais de mudanças quando muitas(os) das(os) estudantes que estavam presentes eram organizados em centros acadêmicos e articuladas(os) pelos estados de origem.

Outro ponto marcante na gestão foi à eclosão da Segunda Guerra Mundial. A gestão lançava documentos pela paz, mas não se colocava a favor nem contra nenhuma das partes, a isso “se desincumbiriam gestões posteriores, de uma outra fase da UNE e da guerra que, em 1940, ainda não havia chegado às nossas costas” (Ibidem, p.155).

O IV Congresso Nacional de Estudantes, já bem mais reconhecido e legitimado, contou com a participação de “114 organizações representativas oficiais, 44 culturais e 13 assistenciais, além de sete Federações Esportivas, quatro Uniões Femininas, seis Centros Estudantis (...) e as Uniões Estaduais recém-fundadas, isso somente no que concerne aos institutos de ensino superior”(Ibidem, p.158). A diretoria eleita se manteria na gestão por dois anos seguidos, realizando o V Congresso somente em 1942.

A partir de 1945 as relações com o governo ficaram mais tensas a ponto de, no dia cinco de março, durante manifestação estudantil defendendo a campanha da

democratização do país, o estudante Demócrito de Souza Filho foi morto pela repressão policial, atingido por um projétil na testa.

De 1947 a 1950 a UNE passa por um período que Poerner (1968) denomina de *fase de hegemonia do Partido Socialista*. Suas reivindicações eram “em defesa do patrimônio territorial e econômico do país” (Ibidem, p. 188). De 1950 a 1956 a gestão da entidade ficou a cargo de grupos direitistas. Para Poerner, “A ascensão direitista na UNE coincidiu, assim, como aliás era de se esperar, com o início da infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro” (Ibidem, 191).

No final de década de 1950 Sanfelice aponta que a UNE “projetou-se, de maneira mais acentuada, no panorama político nacional, quando se lançou ao debate de questões que estavam presentes na sociedade brasileira da época” (2007, p. 25). Nota-se principalmente essa participação nas atividades nacionais na década de 1960, no governo de João Goulart. A UNE discutia a Reforma Universitária como uma das reformas de base a serem realizadas pelo governo e “o governo Goulart buscou se aproximar de correntes reformistas mais radicais (...) entre as quais a UNE” (Ibidem, p.34).

Em maio de 1961 a UNE realiza o I Seminário Nacional da Reforma do Ensino Superior. Nesse encontro foi elaborada a *Declaração da Bahia*, carta que os estudantes destinam a população problematizando as condições da universidade brasileira e propondo alternativas. Sanfelice aponta que os estudantes “fizeram de ensaiar o que denominaram de *análise crítica da realidade brasileira e da inserção da universidade no seu contexto*” (2007, p. 39, grifos do autor). A *Declaração da Bahia* é um marco importante no que se refere a produção de documentos estudantis, segundo Fávero, “é um dos primeiros textos, pode-se dizer assim, programáticos dos estudantes pela reforma universitária” (1977, p.45).

É importante perceber a auto-afirmação das(os) estudantes na sua entidade e dela com o Brasil. A participação dos Centros Acadêmicos e demais associações estudantis em crescente, como se notava na época, provavelmente tenha dado aos estudantes a impressão de grande mobilização e mudanças até na organização da sociedade. Essa impressão se arrasta por quase toda a década de 1960, que, também influenciado por outros fatores, definidos por Groppo (2000); como o foquismo, a bipolaridade da Guerra Fria e os movimentos contra-culturais mundiais, levam a entidade e seu coletivo a acreditarem que a revolução proletária estava a um passo de acontecer, e que só esperava a liderança e presença dos estudantes engajados. É nítido, ao observar os

documentos elaborados pelos estudantes à época, o compromisso que demonstram com a população brasileira.

Segundo Sanfelice (2007), Ainda em 1961 é realizado o XXIV Congresso da UNE, em Niterói, que elege como presidente Aldo Arantes, da Juventude Universitária Católica (JUC). Com o objetivo de discutir a questão da universidade, e a partir dos documentos já produzidos, as ações mais marcantes dessa gestão da UNE foram o II Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior, em 1962 na cidade de Curitiba; a Greve do 1/3 e a UNE-Volante.

Do II Seminário é elaborado a *Carta do Paraná*, documento similar à *Declaração da Bahia*, aprofundando o debate sobre a universidade e as propostas dos estudantes de mudança da estrutura da mesma. A greve foi campanha deliberada no II Seminário da entidade para reivindicar a participação paritária nos órgãos da universidade, fazendo com que estudantes, funcionárias(os) e professoras/professores tivessem a mesma proporção na representação. E a UNE-Volante era a mobilidade das(os) diretoras/diretores da UNE pelos estados brasileiros para ampliar as discussões sobre a Reforma Universitária.

Dessa atividade é notória a contribuição para a construção dos grupos políticos das(os) estudantes. Durante os primeiros anos da década de 1960 a JUC foi o grupo que predominou na diretoria da UNE. As divergências que foram surgindo entre o alto escalão da Igreja Católica no Brasil e as(os) estudantes da JUC vai aos poucos levando-os a indagar “se não seria o caso de ter outro instrumento de ação política (...)” e “Aos poucos surgiu a Ação Popular” (Sanfelice, 2007, p.67).

Em 1962 aconteceu o XXV Congresso da UNE que elege Vinícius Caldeira Brant, também era da juventude católica, só que da Ação Popular, AP, que se concretiza inicialmente como grupo católico não vinculado às hierarquias da Igreja católica, para futuramente chegar a assumir posturas maoístas.

Na gestão de Vinícius Brant é realizado o III Seminário da Reforma do Ensino Superior, do qual “manteve-se o básico da proposta da Carta do Paraná (...)” (Ibidem, p.51) e discussão das práticas do movimento estudantil. É colocado que o movimento sempre foi atuante nas reivindicações nas universidades, mas de forma desarticulada, e concluem que “pela luta em torno da Reforma Universitária, havia-se estabelecido o elo entre as reivindicações escolares e a política (...)”. (Ibidem, p. 51).

Ainda em 1963 o XXVI Congresso da UNE elege José Serra, também da AP, como presidente. Ele é o último presidente antes do período de ilegalidade da UNE. E a discussão da Reforma Universitária foi a última mobilização antes do golpe de 1964.

No que tange ao cunho ideológico a entidade estava sobe liderança da AP, que como coloca Sanfelice, “Falava-se de revolução, revolução socialista, mas sem apresentar uma proposição de como realizar essa revolução. Enfim, apesar de algumas formulações avançadas, teria predominado na Ação Popular uma linha reformista e sem uma estratégia clara delineada” (2007, p.71). E das atividades, Poerner (1968) destaca o Centro de Cultura Popular. Fundado em 1961, mas com funcionamento em 1962, o CCP tinha como “finalidade de se tornar uma empresa(sic) da cultura popular nacional. Através da UNE-Volante, o CPC levou sua mensagem cultural a tôdas as capitais o País (...)” (1977, p. 209). Traçavam assim, as(os) estudantes, uma trajetória de diálogo com a população de várias formas e que Groppo coloca como movimento gerado pelas contraculturas, que “também o diálogo entre política juvenil e arte-cultura encontrou pioneiros no Terceiro Mundo, como o Brasil. (...) o CPC buscava, apesar das dificuldades, o contato direto com as camadas trabalhadoras que afirmava querer conscientizar (...)” (2000, p. 247).

A abrangência que a entidade tomou na sociedade brasileira, seu reconhecimento pela população e órgãos oficiais, bem como, sua articulação nacional entre as diversas entidades estudantis, junto com a sua preocupação de dar respostas à população brasileira e principalmente ao proletariado brasileiro; tornaram-na um dos principais alvos da Ditadura Militar.

Nos primeiros meses do Regime Militar, mais precisamente em 9 de novembro de 1964, é promulgada a Lei nº 4.464, a chamada Lei Suplicy, que versava sobre as entidades estudantis. A lei transformou as entidades estudantis universitárias em

“Diretório Acadêmico (DA), em cada Faculdade; Diretórios Centrais de Estudantes (DCE), em cada universidade; o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), em cada Capital de Estado ou Território onde existisse mais de uma universidade, ou uma universidade e mais estabelecimentos isolados de ensino superior” (Poerner, 1968, p. 268).

Sobre a repercussão da Lei Suplicy, Altino Dantas Junior esclarece que “a Lei que pretendia controlar o movimento estudantil acabou por ironia, servindo como fator

de aglutinação e contribuindo para o início de sua reorganização” (1980 apud Cavalari, 1987, p.44 e 45.).

Mesmo na ilegalidade, as(os) estudantes continuavam a atuar na UNE, promovendo manifestações, elaborando panfletos e realizando seus congressos. Em 1964 nova diretoria é eleita provisoriamente para organizar o XXVII Congresso da UNE, que aconteceu em julho de 1965 (Cavalari, 1987). O movimento estudantil tem assim grande dificuldade de se organizar, sua entidade não é mais reconhecida pelas instituições, sua sede foi queimada, sua diretoria marcada pelos governos.

Em 1965, com a realização do congresso, as(os) estudantes conseguem se planejar e elaborar melhor suas bandeiras e plataformas. Ainda nesse ano chega ao conhecimento das(os) estudantes os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (Acordos MEC – USAID). Assim, a UNE terá como bandeira, até 1967, a *revogação da Lei Suplicy*, do qual fizeram um plebiscito com os estudantes, e a *revogação dos Acordos MEC – USAID*.

Em julho de 1966 aconteceu o XXVIII Congresso da UNE, sob grande dificuldade, na cidade de Belo Horizonte. Para a presidência elegeram Antônio Xavier e do encontro foram elaborados dois documentos importantes: *O Plano de Ação da UNE de 66-67* e a *Declaração de Princípios*.

*O Plano de Ação* colocava as principais pautas de discussão dos estudantes tanto em âmbito educacional, como os acordos MEC – USAID, a Lei Suplicy, a Reforma Universitária e a participação nas eleições dos Diretórios Acadêmicos, quanto no âmbito político discutindo a conjuntura brasileira, as condições colocadas pelo regime militar, e ainda sobre reformas de base para melhorias da vida das(os) brasileiras(os). Sanfelice comenta que “a UNE colocava sob sua crítica um amplo conjunto de medidas que o governo militar já havia tomado e estava para tomar” (2007, p.123). Na *Declaração de Princípios*, as(os) estudantes versam mais detalhadamente sobre a conjuntura, apontando as contradições do regime militar, mas principalmente do sistema capitalista como um todo. E colocam ainda como tarefa do estudantado “denunciar, manifestar, evidenciar as contradições do regime e propor um programa de luta capaz de fazer ressurgir o movimento de massas (...)”. (Ibidem, p.124).

Percebe-se cada vez mais a UNE se lançando-se como vanguarda da mobilização de massas do país, como fonte de esclarecimentos sobre a situação de opressão da classe trabalhadora e, como realmente o era, um dos principais movimentos a denunciar os abusos do regime militar.

Em 1967, pouco antes do Congresso, a UNE publica na Revista Revisão, do Grêmio da Filosofia da USP, uma tese com o título: *Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro*. A tese dissertava sobre a “a visão política e ideológica do movimento estudantil quanto ao imperialismo” (Sanfelice, 2007, p.139). É um documento muito importante pois representa a síntese das discussões de um coletivo sobre a conjuntura do país e do mundo, principalmente se for considerado a composição heterogênea do movimento estudantil.

Ainda em 1967 aconteceu o XXIX Congresso da UNE. “Seria o terceiro após o golpe e o segundo a ser realizado na mais absoluta clandestinidade”, e que elegeu Luis Travassos, também da AP, como presidente (Cavalari, 1987, p.78). Cavalari ainda esclarece que

“A nível interno, um desafio colocava-se ao movimento de 67, ou seja, a necessidade de articularem-se as lutas específicas dos estudantes com as lutas políticas mais amplas. Essa questão foi responsável pela cisão que iria ocorrer no movimento estudantil em 68” (Ibidem, p.80).

O Congresso, como coloca Sanfelice (2007), aconteceu em agosto num convento em Valinhos, cidade do interior de São Paulo, do qual resultou a *Carta Política da UNE*. Groppo ainda afirma que a Carta continha “muito do espírito da AP, que levava às discussões dentro do movimento estudantil prioritariamente temas políticos gerais, em destaque a crítica à ditadura e ao imperialismo”(2000, p.258).

O ano de 1968 apresenta mais particularidades e complexidades para o movimento estudantil que os outros períodos de ditadura. Para Groppo, “1968, 1917, 1905 e 1848 fazem parte de um mesmo conjunto cíclico de levantes contra os rumos da modernização ‘iluminista’, tecnicista, racionalista e criadora de desigualdades entre os indivíduos e grupos” (2000, p.22 e 23). O movimento estudantil através da UNE atinge, no ano de 1968, o ápice de suas mobilizações.

Groppo (2000) ressalta as mobilizações mundiais em 1968 dos movimentos de juventude, agrupando-os em Terceiro Mundo, Revolução Chinesa e Cubana, Leste Europeu e Primeiro Mundo. São essas condições geopolíticas que podem dividir os movimentos, que vão variar dada sua condição econômica, política e cultural, e que podem integrá-los, pela uniformidade das suas reações às diferentes manifestações da organização do Estado.

Alguns elementos que ajudam a contextualizar marcam a mobilização brasileira, e mundial, em 1968, e nos anos 1960 como um todo, são: a bipolarização da Guerra Fria, os movimentos de independência das nações africanas, os movimentos de contra cultura e o foquismo, nome dado por Debray para a prática da formação dos guerrilheiros em Cuba. Segundo Groppo, “Ele acreditava que a construção de crenças marxistas e a descoberta de como implementar o socialismo se daria no decorrer da luta armada”(2000, p.461).

Ou seja, o foco na luta armada, nas mobilizações, nos atos, foi ponto central para os estudantes, principalmente em 1968. Para Valle (2008), a violência conta a história de 1968 das(os) estudantes com a ditadura militar. As ações tanto para impedir o movimento estudantil de se organizar, como do movimento de resistir e revidar narram a crescente onda de violência como resposta as contrariedades.

Para Martins Filho (1996) a violência que dividirá também opiniões dentro da UNE, nas suas práticas em 1968. O grupo conhecido como “primeira posição”, foi encabeçado por Luis Travassos, e portanto pela AP, defendeu que as mobilizações se voltassem para as pautas mais gerais, da política nacional, da luta contra a ditadura, na construção do comunismo. Esse era uma posição considerada como radical, já que a própria AP mudaria suas perspectivas ideológicas passando a uma postura de cunho maoísta.

A “segunda posição”, defendida por Wladimir Palmeira, era de que o movimento deveria se centrar na luta específica, retornar a discutir as questões da universidade e a partir dela discutir a sociedade e suas perspectivas de mudança. Essa posição, considerada como moderado, era encabeçada pelo grupo dos dissidentes da AP e a POLOP (Política Operária). (Martins Filho, 1996)

São várias as leituras deste ano no Brasil, mas nota-se entre Valle (2008), Sanfelice (2007), Groppo (2000), Martins Filho (1998) e Cavalari (1987), a convergência em quatro grandes momentos de 1968 para o movimento estudantil. São ações que marcam a trajetória do turbilhão que foi o ano de 1968: a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, a Sexta Feira Sangrenta, a Passeata dos Cem Mil e o XXX Congresso da UNE em Ibiúna.

Todas elas começam com o fim de tarde de 28 de março, no restaurante universitário Calabouço da então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como descreve Martins Filho “O tiro partiu da direita. (...) em frente ao restaurante estudantil Calabouço, caiu morto o jovem Edson Luís Lima Souto, aluno do

curso de madureza, que viera de Belém do Pará para tentar uma faculdade no Rio de Janeiro” (1996, p.11).

A morte do estudante foi o estopim que faltava para o movimento se massificar. As(os) estudantes carregaram o corpo de Edson Luis em passeata até a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro gritando em coro: “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”(Ventura, apud Groppo 2000, p.303). A população acompanha o cortejo e permanece no local, onde inclusive foi feita a autópsia pois as(os) estudantes não queriam entregar o corpo. Durante a missa de sétimo dia, multidões presentes na igreja foram reprimidas pela polícia, a cavalaria chegou a invadir a igreja. Seguiram-se manifestações em homenagem ao estudante morto por todo o país.

Na sexta feira, 21 de julho, as(os) estudantes no Rio de Janeiro optam por tentar dialogar com o governo. Chegam ao Ministério da Educação em passeata e são recebidos por ataques policiais, demora pouco para começar o ataque com bombas e até tiros. As(os) estudantes se espalham e correm, sua resistência é a base de pedras e paus atirados nos policiais. Mas, “A proporção tomada pela violência na Sexta Feira Sangrenta tem um dado novo: a adesão de setores populares se fez presente de forma inusitada” (Valle, 2008, p. 110). A população reage também ao ataque aos estudantes, retrucando com pontapés e atirando objetos do alto dos prédios.

Valle (2008) retrata que em um dos objetos lançados, dentre eles até uma máquina de escrever, um policial é morto. Os jornais noticiam a brutalidade da polícia na sua ação, mesmo com as declarações do governo tentando justificar a manutenção da ordem pela participação de elementos “subversivos” nas atividades estudantis. É decretado, pelo governador do estado da Guanabara, que estão proibidas as manifestações de rua, ressaltando que se retornarem a acontecer, a polícia agirá na manutenção da ordem.

Diante de tal ato, acontece em 26 de julho a Passeata dos Cem Mil. A atividade foi organizada pelas(os) estudantes com apoio de grupos como “mães de alunos, artistas, professores, jornalistas, servidores, populares, advogados pela OAB, clero (...)” (Ibidem, 123), com o intuito de dar legitimidade as manifestações estudantis. A passeata já havia sido autorizada pelo governo e seguiu sem agressões. Segundo Sanfelice, a Passeata chegou “a dar a ilusória idéia de que o país aproximava-se de uma abertura democrática” (2007, p.165). Havia a perspectiva de diálogo das reivindicações estudantis com o governo, mesmo que esse não tenha acontecido. No entanto, seja por essa aparência compreensiva, seja pela Guerra da Maria Antônia, ou ainda as

divergências internas da primeira e segunda posição sobre a ação radicalizada, “Depois da grande marcha, o movimento estudantil brasileiro de 1968 inicia um lento declínio” (Martins Filho, 1996, p.93).

No dia 3 de outubro, na rua Maria Antônia, no centro de São Paulo, durante pedágio realizado pelas(os) estudantes em frente a Faculdade de Filosofia da USP, arrecadando fundos para o XXX Congresso da UNE, e após reunião sobre o Congresso nos jardins da Universidade Mackensie, acontece um ataque. Cardoso esclarece que

“de fato não foi um incidente, mas um ataque organizado e articulado, paramilitarmente, por integrantes do grupo do Comando à Caça dos Comunistas, o CCC, (...) foi realizado com pedras, tiros e bombas, tendo durado desde o final da manhã até a noite do dia 3 de outubro (...)” (1998, p. 35).

A faculdade estava ocupada pelos estudantes desde julho e “contando com apoio de vários professores, criaram ‘Comissões Paritárias’, compostas por alunos e professores para dirigir os diversos cursos” (Mendes Junior, apud Cavalari, 1987, p. 96).

Valle (2008) destaca ainda a falta de policiamento para defender o prédio da Faculdade de Filosofia, conhecido como prédio da Maria Antonia, ou conter a briga que se iniciou entre os estudantes das faculdades. O policiamento só se manifestou quando o prédio estava em chamas. Durante a briga morre o estudante da USP, José Guimarães, por conta de um tiro.

Segundo Valle (2008) a briga entre as faculdades vizinhas foi o pretexto, e armação, para o governo militar se defender com relação a violência. Se até então a acusação, inclusive divulgada pelos jornais, era de que as manifestações acabavam em violência por conta da repressão policial, a Guerra da Maria Antônia é o argumento para culpabilizar as(os) estudantes, que devido as disputas internas e aos fatores externos já expostos das mobilização, as(os) estudantes começam a se armar.

A Guerra da Maria Antônia é um dos indícios da desmobilização e descrença no movimento estudantil. Assim, a perspectiva da mobilização em massa da população, principalmente depois da Passeata dos Cem Mil, e no foquismo de guerrilha; manifestou nas(os) estudantes a necessidade de se armarem e provocarem conflitos, ou minimamente se deferem de forma equalizada. Além do que, “A saída do centro de São Paulo retirou a visibilidade política que a Maria Antonia tinha na cidade. O

confinamento numa Cidade Universitária ainda relativamente deserta (...) permitia estrategicamente o controle policial” (Cardoso, 1998, p. 40).

E por fim, no dia 11 de outubro aconteceu o XXX Congresso da UNE, em uma fazenda em Ibiúna. O encontro foi organizado pelo grupo de São Paulo, que tinha presença forte da AP. Segundo Cavalari,

“A UEE – SP, que na época era presidida por José Dirceu, encontrava-se por ocasião da preparação do XXX Congresso, fortemente impregnada de uma concepção ‘militarista’ do movimento estudantil, onde as questões políticas eram vistas sob o enfoque da segurança armada. E foi, segundo essa concepção que o Congresso de Ibiúna foi organizado” (1987, p.99).

O Congresso foi descoberto pelo governo e impedido antes que pudesse começar. Como Valle (2008) descreve<sup>13</sup>, as(os) estudantes foram muito descuidadas(os) com a organização e discrição: compraram comida em grande quantidade na cidade, circulavam em grupos grandes pela localidade, e boatos que andavam até armados. Assim que foram descobertas(os), não resistiram a prisão. Sofreram humilhações e piadas, foram amarrados e caminharam até a cidade, num percurso de aproximadamente 12 quilômetros. Todas(os) as(os) estudantes foram presas(os), as lideranças no DOPS e o restante em cadeia comum.

Cavalari afirma que “Ibiúna marca o início de um período negro para o movimento estudantil, apesar deste ainda ter tido fôlego para recompor-se” (1987, p. 103). Com as lideranças presas, o Congresso que não aconteceu e as(os) participantes todas(os) fichadas(os) e encaminhadas(os) para seus estados, aumenta a dificuldade do movimento se organizar, tanto para recuperar suas/seus presas(os), como dar continuidade às mobilizações.

No dia 13 de dezembro de 1968 é decretado o Ato Institucional nº 5 que, segundo Sanfelice, “Iniciava-se, para a história do Brasil, um período de muitas prisões, de muito silêncio e medo”(2007, 170).

O ano de 1969 é o maior desafio para a organização estudantil. Já em fevereiro o governo baixa um decreto-lei, nº 447, que proíbe, sob penalidade de expulsão e demissão, qualquer organização política.(Cavalari, 1987, p.137-8) Martins Filho fala ainda da dificuldade de organização já que as(os) estudantes de 1969 “viviam sob o

---

<sup>13</sup> Cf páginas 227 a 290.

signo do medo e vazio político. Somente em 1973 (...) as críticas à militarização, timidamente, ressurgem” (1998, p. 19).

Com relação a continuidade do XXX Congresso da UNE, em reunião do Conselho Nacional, optou-se por realizar Conselhos Estaduais, de onde saíam as(os) delegados e posteriormente a votação. Por fim, depois de larga disputa, Jean Marc Van Der Weid foi eleito presidente da UNE. Toda a diretoria da UNE dessa gestão foi duramente perseguida, por vezes presa e banida, ou ainda assassinada.

Os autores Romagnoli e Gonçalves colocam que “Só em 1974 o movimento estudantil consegue iniciar lentamente sua reconstrução, começando pelas primeiras reuniões nacionais de área e por greves localizadas e restritas a questões imediatas”(apud Martins Filho, 1998, p.19).

Cavalari (1987) retrata as mobilizações das(os) estudantes em 1976 inicialmente nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), completamente clandestinas, que organizaram o I Encontro Nacional de Estudantes (ENE). O encontro acontece em Campinas, e com pequeno grupo de entidades. Após a realização de quatro ENEs, em 1979 a UNE é refundada.

A eclosão do movimento se dá em 1977 principalmente pelas “campanhas de libertação de estudantes presas(os) e submetidas(os) à tortura, os protestos contra repressão policial-militar e as lutas localizadas contra as administrações universitárias mais autoritárias” (Martins Filho, 1998, p.20).

O autor aponta quatro motivos dos quais o movimento estudantil tem prática diferenciada e bem menos massificada a partir de 1977 até a década de 1980: uma nova geração de estudantes, que não acompanharam o movimento da década de 1960; a influência da produção cultural na mídia, principalmente a despolitização da época do governo Médici; o crescimento no número de estudantes e a reforma universitária de 1968; e a condição da classe média. Assim, Martins Filho observa nessa nova geração de estudantes “um processo de acentuada ritualização das atividades estudantis e de visível aparelhamento (uso das eleições estudantis para legitimar chapas de esquerda) da UNE e demais entidades” (1998, p.23).

Na década de 1980, como define Martins Filho 1998, a principal mobilização foi em 1984, na campanha pelas *Diretas Já* com a proposta de problematizar as eleições presidenciais. Para a década de 1990, o autor ressalta ao ano de 1992, na campanha pela derrubada do presidente Collor, dadas as denúncias de corrupção.

No site da UNE são dois os outros momentos de destaque nas mobilizações, lançados no histórico que a própria entidade fez. O primeiro foi o questionamento ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, onde a entidade “denunciou o ataque neoliberal ao país, repudiando as privatizações, os privilégios ao capital estrangeiro e o descaso com as políticas sociais e com a educação”<sup>14</sup>.

O segundo foi o consenso com relação ao governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Conforme consta, a UNE não se coloca como entidade do governo, seguindo suas deliberações e com completa concordância, mas manifesta que tem resistido com relação a “substituição do Provão por um novo modelo de avaliação das universidades e levantou os debates sobre a reforma universitária, (...) e ainda, de punhos erguidos para alterar a cara de nossas universidades: investindo na educação pública e regulando o setor privado”<sup>15</sup>.

Por fim, é importante ressaltar a tentativa de criação de outras entidades nacionais das(os) estudantes, a CONLUTE, Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes e ANEL, Assembléia Nacional dos Estudantes - Livre.<sup>16</sup>

### **2.3 A Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo**

É possível dividir a história da Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo (EEEPe - SP) em três grandes momentos. O primeiro vai de 1967 a 1968, e corresponde a sua criação. O segundo de 1993 a 2000, período da sua refundação e reconhecimento como entidade. E o terceiro dos anos 2000 até 2008, com debates mais focados na formação de pedagogas(os) e seu currículo.

Em 1967 foi criada a Executiva Paulista de Estudantes de Pedagogia ao final do I Congresso de Estudantes de Pedagogia, realizado na cidade de São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, durante os dias 14 a 17 de setembro.

O primeiro congresso traz quatro eixos temáticos, “Educação e desenvolvimento – Participação do licenciado em pedagogia”, “Análise da articulação e estrutura curricular”, “O problema da pós graduação” e “O problema da CADES no estado de São Paulo”, os quais foram debatidos e formulados documentos com considerações e

---

<sup>14</sup> [www.une.org.br](http://www.une.org.br)

<sup>15</sup> *Ibidem*

<sup>16</sup> Para mais detalhes da criação das entidades conferir [sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com). São entidades que se identificam como de oposição à UNE.

recomendações. Nota-se pelos temas que a preocupação não é só discutir a situação da formação da(o) pedagoga(o) na universidade, mas das condições da educação brasileira e do estado de São Paulo.

O Congresso foi noticiado em três jornais, dois de São Paulo e um de Santos, anunciando o encontro e seus temas de discussão. Após discussões sobre os temas, as(os) estudantes elaboraram documentos com apontamentos e recomendações dos quais destaca-se alguns que narram mais pontualmente a trajetória da defesa da formação de pedagogos pela entidade.

O documento traz questões relevantes sobre a reforma universitária, sobre a educação brasileira, sobre a defesa da escola pública e sobre os acordos MEC – USAID, tema muito discutido pela UNE inclusive. Uma das propostas que versam sobre a formação de professoras/professores coloca que a profissão da(o) pedagoga(o) é inserida num contexto sócio-econômico e cultural e recomenda “que se tenha uma consciência profissional, que leve o indivíduo a perceber as relações de trabalho, dentro da dinâmica de sua sociedade como um todo” (EEEPe – SP, 1967a, p.1). A proposta avança numa das discussões sobre formação, e numa discussão que permeará toda a história da EEEPe – SP, que é *a formação de que profissional e para atender a que condições sociais*, promovendo uma transformação ou não.

Interessante observar também as propostas levantadas pelas(os) estudantes referente ao currículo de pedagogia.

“Considerando,

1 - Que o Curso de Pedagogia se restringe na atualidade somente à formação teórica do professor,

2 - Que o Curso de Pedagogia negligencia outros aspectos essenciais à formação de profissionais no campo educacional,

3 -Que o curso de pedagogia está desvinculado da necessidade e realidade brasileira,

4 - Que o curso de pedagogia tem currículo enciclopédico, que a filosofia educacional no Brasil não condiz em uma necessária filosofia educacional brasileira,

5 - Que a estrutura sócio-econômica do país exige a formação de técnicos de educação em nível de graduação,

6 - Que existe improvisação no planejamento educacional brasileiro,

7 - Que a insuficiente capacitação favorece a perda do campo profissional pedagógico,

8 - Que a estrutura sócio-econômica-política brasileira impede que a educação seja um fator de revolução social;

(...) Recomenda:

1 - Um currículo dividido em dois ciclos: básico e profissional,

2 - Que o ciclo básico deve constar de unidades obrigatórias e ter a duração de 2 anos,

3 - Que o ciclo profissional deve constar de unidades obrigatórias e núcleos especializados de unidades optativas e ter a duração de 2 anos,

4 - Que as unidades básicas sejam: Sociologia, Psicologia, Filosofia e História da Educação, Fundamentos Econômicos da Educação, Estatística, Biologia, Fundamentos da Administração Escolar, Fundamentos de Métodos e Técnicas de Pesquisa,

5 - Que as unidades obrigatórias para o ciclo profissional sejam: Tendências atuais para Educação Brasileira, Didática, Teoria e Prática do Ensino Primário e Médio, Psicologia, Filosofia, Sociologia,

(...)” (EEEPe – SP, 1967b, p.2).

Essa é uma das poucas propostas do movimento estudantil para o currículo em toda a EEEPe – SP. No final dos anos 1990 em diante, é extensa a produção de documentos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de pedagogia (DCNCP), mas são poucas as elaborações concretas de como se daria o curso.

Ainda em 1967, em novembro, as(os) estudantes de pedagogia reuniram-se em Rio Claro e elaboraram o Estatuto da Executiva Paulista de Estudantes de Pedagogia – EPEP, que continha 47 artigos, e foi assinado pela Assembléia Geral das(os) Estudantes de Pedagogia.

Desse estatuto destaca-se dois artigos. O artigo 3º, que se refere às competências da entidade, que, como na UNE; ressalta a responsabilidade do movimento estudantil com a sociedade brasileira,

“j - promover e participar de atividades que visem o desenvolvimento político, econômico e social do Brasil, tendo por base os princípios da auto-determinação dos povos, libertação nacional, equiparação dos direitos e deveres de todos perante a lei, sem distinção de raça, cor, sexo, posição social e intelectual, credo político-religiosos, e lutar pela representatividade do povo no governo e pela integração efetiva do estudante na luta dos trabalhadores pela transformação da sociedade brasileira”. (EEEPe – SP, 1967c, p.1)

E o artigo 22º coloca como representação legal da entidade uma diretoria composta por: “a – presidente; b – 1º vice-secretário; c- 2º vice secretário; d – secretário; e – tesoureiro; e – Coordenadores regionais” (EEEPe – SP, 1967c, p.2). Diferente da configuração na década de 1990 em diante, havia uma hierarquia na gestão eleita, um modelo muito comum para a UNE, grande exemplo de organização na época.

O segundo Congresso foi realizado em setembro de 1968, na cidade de Santos, com o tema “Realidade Educacional Brasileira”. Suas teses eram: “Política Educacional do Governo”, “Cursos de Pedagogia dentro dessa política” e “O currículo do curso e sua validade”. Segundo reportagem do jornal Cidade de Santos sobre o encontro, houve participação de trinta faculdades do estado de São Paulo. Uma característica interessante é que as regionais realizaram discussões e elaboraram pré-teses para o Congresso.

Na *Carta de Informes* enviadas aos estudantes, a diretoria da EEEPe – SP, à época Executiva Paulista dos Estudantes de Pedagogia, coloca que “Relembramos aos colegas que o Curso de Pedagogia, como os demais, se acha envolvido na luta pela Reforma Universitária e, no corrente ano os trabalhos levados e a levar em todas as escolas se relacionam com o estudo de sua reestruturação” (EEEPe – SP, 1968a, p.1).

Diferente da UNE e do movimento geral como um todo que focava suas atividades em pautas gerais, a EEEPe – SP se voltou para questões mais específicas. E essa é também uma característica dos movimentos estudantis de área, ou seja, que atuam com estudantes de um curso específico.

Ao final do encontro as(os) estudantes elaboram a *Síntese dos Trabalhos realizados sobre a Realidade Educacional Brasileira e a reestruturação dos cursos de Pedagogia*. Essa síntese foi escrita para distribuição aos estudantes no dia 5 de novembro de 1968 em Franca. O documento é dividido em quatro partes: da apresentação dos seminários, da síntese dos trabalhos, da síntese das recomendações e do plano e programa.

Na apresentação a Diretoria afirma que devido à necessidade de organização do movimento de estudantes de pedagogia, atuará de forma descentralizada, para atingir tal objetivo. São apresentados ainda quatro regionais, a de Rio Claro, Sorocaba, São José dos Campos e Lins, onde os seminários, tirando a última região, já foram marcados.

Na síntese das discussões, com relação à formação de professores, aponta que “para que se consiga um curso de pedagogia realmente engajado na sociedade é preciso que se mude a estrutura político-social existente, uma vez que ela é a causa dos problemas existentes” (EEEPe – SP, 1968b, p.6), e ressalta que é importante se ancorar

em reformas, mas que não se pode abandonar a “perspectiva revolucionária” (Ibidem, p.7).

Esse trecho pode indicar que mesmo com um foco de discussão específico, é preciso considerar que os problemas educacionais só serão sanados com uma outra configuração do Estado.

Sobre os cursos faz vários apontamentos sobre como ele deve se organizar, desde a estrutura burocrática paritária, para participação por igual das(os) estudantes, como currículo que proporcione a reflexão sobre a realidade brasileira. Levanta como medidas para a diretoria a sistematização, dentre os cursos de pedagogia que se tinha conhecimento, das dificuldades enfrentadas na formação e debate entre as(os) estudantes para pensar propostas de reformulação.

Na Síntese das Recomendações:

“1 – todos os processos educacionais tenham por objetivos a conscientização do homem na prática das realidades que ele vive, em discussões constantes, seja em grupos de estudos, seja por outra forma qualquer, a fim de que participem dos movimentos estudantis; (...)” (Ibidem, p. 16 e 17).

A citação demonstra a preocupação das(os) estudantes com a formação. Aparentemente fica para elas/eles que uma formação política pode proporcionar uma profissional mais engajada(o) na transformação social. Essa será conclusão muito corriqueira nos anos seguintes.

E no plano e programa disserta sobre as propostas para reestruturação da universidade, dos cursos de pedagogia, mas principalmente da mobilização das(os) estudantes, do que os Centros de Estudo Pedagógicos, atuais Centros Acadêmicos, poderiam fazer e do papel da EEEPe – SP com eles no trabalho de base. Colocam ainda que “Na reestruturação do Curso, além do currículo, se enfatize; principalmente, a reformulação metodológica, para que os alunos sejam agentes de sua própria formação, tendo o professor como orientador e coordenador de trabalhos; (...)” (Ibidem, p.18).

Esses são os últimos documentos da década de 1960. Após esse período não há indícios da continuidade da entidade. Atas de reuniões futuras, na década de 1990, mostram que a Executiva não sobreviveu ao período mais duro de repressão, de 1968 em diante. A entidade volta a se organizar em 1994, ano de “retorno” do movimento estudantil nacional, como explicado no item anterior. Nos arquivos da Executiva, alguns

estatutos da Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia, indicando a mobilização, de alguma forma, das(os) estudantes de pedagogia do Brasil e uma provável participação paulista.

Não só os documentos aparecem apenas em 1994 como afirmando o recomeço da Executiva, ao reiniciar a numeração dos encontros. Aconteceu, entre os dias 21 a 24 de abril o I Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia (EPEPe). O encontro foi na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, *campus* Butantã, com o tema *Qualidade de ensino e políticas educacionais do estado de São Paulo: Práticas e perspectivas*. O encontro tem assim a proposta de discutir as novas medidas educacionais do estado de São Paulo.

No projeto do encontro encontramos a seguinte descrição

“Pretende ser um espaço privilegiado para que os estudantes de todo o Estado de São Paulo possam trocar experiências entre si, ter a oportunidade de ouvir autoridades e especialistas da área debatendo questões fundamentais da educação nacional e paulista, além de servir como propulsor de discussões que terão continuidade nas salas de aula das faculdades do Estado” (EPEPe – SP, 1994, p.2).

A Executiva coloca o EPEPe como seu principal espaço de discussão e de formação das(os) estudantes. Além de ressaltar a importância de seu espaço formador para difusão dos conhecimentos entre as(os) estudantes do estado, podendo interferir nas atividades realizadas em sala de aula.

Ainda no projeto, destaca-se outro objetivo do encontro, no qual as(os) estudantes enfatizam o cunho reivindicatório. Interessante observar nesse trecho a relação público/privado. Até então, nos documentos, a entidade fazia a defesa da educação pública, sem menções significativas às Instituições de Ensino Superior Privado. No entanto, as novas condições colocadas pelas reformas do ensino superior da década de 1990, da grande expansão do ensino privado e dos convênios das IES públicas com empresas para suprir verbas, trazem para os documentos as contradições de defesa do público, mas sem esquecer as(os) estudantes das IES privadas. A entidade não representa uma classe social, representa todas(os) as(os) estudantes do estado de São Paulo. Na década de 1990 era nítido o aumento do número de estudantes e escolas de ensino superior privadas do que públicas.

“Este evento pretende também chamar a atenção da população e dos governantes para a educação, **principalmente** a pública, colaborando para que esta venha a tornar-se, de fato, a prioridade absoluta das políticas governamentais. Não é demais lembrar que estamos num ano em que ocorrerão eleições nos diversos âmbitos de governo. Neste sentido, avaliar nossa situação atual se torna ponto de partida para a discussão e criação de projetos coerentes com a nossa conjuntura, na perspectiva de sua real transformação” (EEEPe – SP, 1994a, p.2, grifos meus)

Outro ponto relevante da citação acima é a perspectiva de mobilização para discussão de uma pauta e plataforma nacional, que é o período eleitoral. Como nas gestões da década de 1960, parece relevante discutir a conjuntura nacional para entender e intervir nas políticas públicas educacionais.

Através da ata de reunião da gestão eleita nesse encontro, percebe-se que a intervenção e objetivos da entidade são questões em amadurecimento. Segue a fala de um dos coordenadores.

“Qual o objetivo da Executiva Estadual? O que ela tem a ver com o movimento estudantil? Falta organização das Faculdades de Pedagogia. O movimento de área tenta trabalhar na sociedade e na universidade a partir da realidade do aluno, facilitando a aproximação dos estudantes. Este movimento se organiza através das executivas. As executivas não são reconhecidas pela UNE, que é um movimento geral” (EEEPe – SP, 1993, p. 1 e 2).

A partir desse ano, a EEEPe – SP realiza os encontros anualmente, até 2009. Por mais que a conjuntura nacional e estadual seja diferente, há uma certa continuidade da proposta da entidade desde então. As atividades realizadas pela EEEPe – SP não são muito diferentes, acrescentando os Conselhos Paulistas de Entidade de Pedagogia (COPEPe), que são encontros menores, com durabilidade de dois dias, com temas mais específicos e número de participantes reduzido, apenas delegadas(os) e suplentes dos Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos.

Os Encontros Paulistas de Estudantes de Pedagogia mantêm-se anualmente mesmo que fora do período padrão, onde completa o ciclo da gestão, entre abril e maio. Em todos os encontros o estatuto é avaliado, pode ser modificado e, na medida do possível, registrado no cartório junto com os nomes da nova gestão eleita.

O EPEPe seguinte aconteceu em Ribeirão Preto, na UNI-MAUÁ com o tema *Currículo e formação de pedagogo: o que se propõe e o que se forma*. Mais uma vez os documentos apontam a necessidade de formar profissionais que questionem a realidade da Universidade e do Brasil. E principalmente questionando a Universidade e seus processos. Não consta nos arquivos da EEEPe - SP os documentos finais do encontro.

Essa gestão é a primeira a elaborar o estatuto da EEEPe – SP, depois do que foi produzido em 1967. Dois artigos merecem destaque, o terceiro e quarto. Um fala das responsabilidades da entidade, e o outro de sua organização burocrática.

“Art. 3º - São deveres da Executiva:

- a) Coordenar o movimento estudantil de pedagogia no Estado de São Paulo;
- b) Congregar, representar e defender o conjunto dos estudantes de pedagogia do Estado de São Paulo;
- c) Lutar em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade no Estado de São Paulo;
- d) Lutar em defesa da qualidade de ensino nos cursos de pedagogia;
- e) Defender uma universidade pública, gratuita e democrática;
- f) Promover e incentivar a formação crítica dos estudantes de pedagogia;
- g) Promover o intercâmbio e o desenvolvimento cultural, científico e político dos estudantes de pedagogia;
- h) Manter contato e intercâmbio entre as entidades representativas de estudantes;
- i) Representar os estudantes de pedagogia de São Paulo a outras entidades e em eventos de interesses”.(EEEPe – SP, 1995a, p. 1)

Art. 4º - As instâncias de deliberações políticas e administrativas da Executiva, pela ordem são as seguintes:

- I - Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia – EPEPe;
  - II - Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia – COPEPe;
  - III - Coordenação Estadual da EEEPe – SP;
  - IV - Entidades Estudantis de Pedagogia (Centros e Diretórios Acadêmicos)”
- (EEEPe – SP, 1995a, p.2)

Assim, no artigo terceiro a EEEPe – SP se compromete com três fatores principais: com a mobilização das(os) estudantes, a formação das(os) estudantes e com a sociedade brasileira. E no artigo quarto demonstra sua organização, priorizando os espaços de maior coletividade e tempo de discussão, o EPEPe, depois a representação

dos centros e diretórios acadêmicos num espaço de discussão coletiva, o COPEPe, em seguida a representação eleita em espaço majoritário com estudantes de várias IES, a coordenação, e por fim sua base de mobilização, as entidade de pedagogia. Nota-se também que a entidade se organiza agora por coordenação, distribuição da hierarquia de forma horizontal, diferente da organização presidencial.

Interessante também que o encontro aconteceu numa Universidade Privada, ou como as(os) estudantes colocam, Universidade Pagas. Percebe-se então a possível preocupação de aproximar o movimento estudantil das IES privadas.

Em ata de reunião, acontecida em março de 1995, em Presidente Prudente, no ponto de Avaliação dos Cursos de Pedagogia discorre a seguinte proposta:

“Na reunião ocorrida em Araraquara se discutiu a qualidade dos cursos de pedagogia. Para isso pensamos em fazer um mapeamento das faculdades do Estado e iniciarmos buscando localizar os cursos vagos e de fim de semana. Concluímos que poderíamos intervir fazendo-as melhorar sua qualidade, e inclusive, fechá-las” (EEEPe – SP, 1995b, p.)

O trecho demonstra não só as expectativas de ação das(os) estudantes, que se colocam como interventores nas IES, como de análise dos currículos, como tendo referência de modelo curricular no qual se embasam.

Em outro documento a Executiva expõe suas expectativas com relação a mobilização estudantil e seus papéis nela. *O Informativo*, de responsabilidade da coordenação da regional II da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, com data de maio 1995 coloca no editorial que

“Este informativo surgiu da constatação da necessidade de termos um instrumento de comunicação alternativo, pois entendemos que um dos principais motivos da desmobilização dos estudantes é a falta de informação que reina hoje na nossa sociedade e especificamente no meio universitário” (EEEPe – SP, 1995c, p.1).

Num outro trecho do mesmo documento, aparece a importância da mobilização estudantil,

“POR QUE FAZER MOVIMENTO ESTUDANTIL? Em primeiro lugar é preciso saber o que deveria ser esse tal Movimento. Ele se caracteriza como

movimento social de estudantes, forma de organização e ação dos membros na manutenção e obtenção de seus direitos. Tais direitos ao estudo de qualidade, na pesquisa e na extensão, ou melhor dizendo, o direito de aprender ensinando, pesquisar dividindo os frutos desse processo com a comunidade, são frutos de muitas outras pessoas, operários nas ruas pelos direitos de seus filhos estudarem, estudantes nas salas de aula, nos laboratórios e nas passeatas.” (EEEPe – SP, 1995c, p.1).

Esses excertos deixam claro qual a perspectiva da gestão sobre a mobilização estudantil. Para eles, como consta nos escritos, é preciso informar as pessoas sobre os acontecimentos estaduais e nacionais, partindo do pressuposto que a coordenação sabe e a maioria da(os) estudantes não, para que com os dados a indignação provoque uma mobilização, partindo também do pressuposto que a maioria estudantil estava interessada em questionar a sociedade.

Além disso, coloca o movimento estudantil como movimento de manutenção e de garantia de direitos dos estudantes. Aparentemente questionam também os veículos de comunicação em massa pela abrangência e conteúdo.

Ainda em 1995 é realizado o I Conselho Paulista de Estudantes de Pedagogia, durante os 26 e 27 de setembro. Não há indicação de tema, e o encontro ocorreu na cidade de São Carlos, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Também não constam nos arquivos da Executiva os documentos finais desse encontro.

Em abril de 1996 acontece o III Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia com o tema *O pedagogo na sociedade: o que justifica sua existência?*, na cidade de São Carlos, na UFSCar. A discussão da relevância da(o) pedagoga(o) aparece com mais evidência quando estão para se institucionalizar as leis de formação de professoras/professores, no caso, a LDB. Não há nos arquivos os documentos finais do encontro.

No folder de divulgação do III EPEPe consta como apresentação e descrição do encontro,

“ ‘Pedagogos uni-vos!’ Calma que ninguém vai falar de Marx, nem Piaget ou Vigotsky, a não ser que queira falar desses caras. Essa é a idéia do Encontro, criar um espaço para que os estudantes de São Paulo possam trocar idéias sobre o que quiserem, até sobre Pedagogia. (...)Esse encontro será enriquecido com a participação de diversos professores e profissionais da área, mas, tão ou mais importante que isso será a nossa troca de

experiências, para uma intervenção efetiva e coerente na educação do nosso Estado.” (EEEPe – SP, 1996, p.2)

Nota-se nesse trecho uma preocupação de não limitar as concepções ideológicas do espaço, provavelmente reflexo das discussões heterogêneas e diversas das reuniões que elaboraram a programação. O amadurecimento do que o movimento estudantil é, como se organiza e como pode intervir na realidade é fruto de muitas discussões que nem sempre são alcançadas.

O que se vê nos documentos é um “ir e vir” desse assunto, sem parecer que haja uma conclusão certa, como se cada nova gestão recriasse o movimento estudantil. Por mais que haja um acúmulo de informações, como por exemplo com relação a importância do EPEPe para a formação e de diálogo entre diferentes localidades e currículos, há novamente o retorno da criação da Executiva e seu papel na sociedade, como consta no trecho abaixo, extraído da Ata da I Reunião da EEEPe – SP, em Jundiaí, no dia 28 de maio de 1995.

“Breve histórico da Executiva: Começou com uma reunião na UNICAMP no encontro da UNE em abril de 1993 – com o objetivo de se formar a Executiva. Efetivou-se mesmo na reunião da delegação (120 pessoas) de São Paulo no final do XII ENEPe que ocorreu em Brasília em 1993. em uma reunião no Mackensie formou-se definitivamente a Executiva. A princípio não era oficializada, pensou-se então, no Encontro para oficializá-la, estabelecer seu estatuto. (...) Somos um grupo novo e temos uma cara nova, as práticas da gestão passada não servem, temos que construir as nossas próprias. Vencer a pauta não é importante, o importante é sairmos com vontade de voltar a se encontrar e trabalhar”(EEEPe – SP, 1995e)

Cada gestão deixará marcada, até onde seus membros permanecerem, suas concepções de movimento estudantil e da sua possibilidade de intervenção na sociedade. As atividades são influenciadas não só pelas condições da sociedade e universidade, das mobilizações estudantis nacionais, mas também pela coesão e características do grupo que assume a coordenação da Executiva.

Em novembro do mesmo ano acontece o III Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia na cidade de Marília, na Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP). Esse encontro não tem tema nem documento final registrado nos arquivos da EEEPe – SP.

Em 1997 aconteceu o IV Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, com o tema *Educação: qualidade total e qualidade social*, na UNESP. O encontro acontece na cidade de Presidente Prudente, o que não é muito comum dada a distância do centro do estado. Pode indicar a preocupação de estar nos mais diferentes lugares para levar os informes e debates e construir as pautas, mobilizar o Estado inteiro, numa proposta parecida com a gestão de 1968. Não consta nos arquivos da Executiva o documento final desse encontro.

Também em 1997 houve o I Encontro Paulista de Escolas Pagas. Não há registro de data, tema e local do evento, mas em 2006 ele reaparece com a proposta de identificação e construção da Pauta das IES Pagas.

Dois documentos desse período mostram também a mobilização das(os) estudantes na época. Um deles é o Boletim da EEEPe – SP, de outubro 1996 que ao descrever a entidade coloca que

“Executivas são entidades estudantis que representam estudantes de um curso específico, por isso, este movimento estudantil é denominado movimento de área. (...) Após muitas discussões e reuniões nasceu a EEEPe – SP - Executiva Estadual do Estudantes de Pedagogia de São Paulo. E aqui estamos nós, na terceira gestão da Executiva, tropeçando, se trombando, mas sempre caminhando... buscando garantir a integração dos estudantes de Pedagogia, discussões acerca da nossa formação, organização de encontros, debates, estágios, discussões das políticas educacionais (...)” (EEEPe – SP, 1996b)

O outro é um Manual do Calouro, ou, como eles chamam, BixoGuia 97, elaborado pela gestão de 1996. Na apresentação do documento consta a seguinte acolhida:

“O curso poderá lhe ajudar a entender melhor tudo o que ocorre a nossa volta e pode, portanto, lhe estimular a intervir com mais confiança para mudar não só essa realidade do ensino superior, como todo o sistema educacional brasileiro que é extremamente injusto. A educação no Brasil, infelizmente, ainda não é para todos. (...) Mas, é justamente para entender melhor esta loucura toda do nosso sistema educacional, na perspectiva de melhorá-lo, é que fazemos Pedagogia, não é mesmo? Bem, se for assim acho que você está no curso certo. E isto é um ótimo sinal, pois teremos mais um

aliado na luta pela formação e evolução de nossa sociedade” (EEEPe – SP, 1997).

É interessante notar neste trecho a importância dada ao curso como momento em que haverá uma percepção da realidade até então não vista, e da qual provavelmente haverá uma quebra de paradigma.

É nítido o perfil da(o) ingressante estudante de pedagogia que o movimento estudantil faz e, principalmente, sua transformação comum. Nota-se também a importância dada ao curso, e portanto ao acesso ao conhecimento, como espaço de formação privilegiado.

Por mais que não se posicione com relação às medidas do governo Nacional ou Estadual, se contrapõe ao Folder do III EPEPe por delinear que fundamentalmente a discussão é política, podendo variar a concepção ideológica.

Em 14 e 15 de junho 1997, na Universidade Cruzeiro do Sul, acontece o IV COPEPe, na cidade de São Paulo. O tema do encontro é *Qualidade Total e Qualidade Social*. Ainda em 1997, nos dias 22 e 23 de novembro, aconteceu o V COPEPe, com o tema *Financiamento do Ensino Superior*, na Universidade de Santo Amaro. Não há registro do documento final desses encontros.

O V EPEPe aconteceu somente em setembro de 1998, com o tema *Para onde Caminha a Educação? Compromisso de quem para quem?*, na cidade de Jundiaí, na escola “Bispo Dom Gabriel P. B. Couto”. É o primeiro encontro com registro que não acontece dentro de uma IES.

Não há muitos documentos desse período, inclusive o documento final do EPEPe, mas na Ata da primeira reunião da gestão, realizada na PUCCAMP em 17 e 18 de maio de 1999, consta a tentativa de organização, expressa na afirmação de que “O planejamento da gestão 97/98 buscou colocar as propostas aprovadas no IV EPEPe como base de seu plano de ação definindo as prioridades a ser cumpridas a curto, médio e longo prazo, determinando também, qual coordenação se responsabilizará pôr cada item”(EEEPe – SP, 1999a). Fica claro, mais uma vez, a importância do EPEPe para a gestão da executiva, para sua organização, e que, mesmo tendo uma coordenação, a entidade depende das bandeiras e plataformas votadas no seu congresso para se organizar.

O VI Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia aconteceu em outubro de 1999, com o tema *O Plano Nacional de Educação da Sociedade Civil Organizada: uma*

*proposta verdadeiramente transformadora*, na cidade de São Carlos, na UFSCar. Não há registro do documento final do encontro. Aparece nos arquivos o estatuto da executiva, já mais adequado às normas para registro em cartório. No artigo terceiro foram acrescentados quatro incisos, desde 1995.

“III – lutar em defesa de um sistema educacional público, gratuito, democrático e de qualidade para todos no Estado de São Paulo;

IV – lutar em defesa da qualidade de ensino dos cursos de Pedagogia, sejam eles públicos ou não;

(...)

X – manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;

XI – lutar pelos interesses dos estudantes na questão das mensalidades”(EEEPe – SP, 1999b)

O inciso III, diferente de 1995, refere-se a um sistema nacional de educação, provavelmente acompanhando as discussões da LDB. O inciso IV e XI apresentam a já comentada aproximação do movimento estudantil das condições e necessidades das(os) estudantes das IES privadas. E, por fim, o inciso X indicando que a Executiva estava a par do Movimento de Educadores no Brasil e das suas entidades mais representativas.

Ainda em 1999 aconteceu o VII Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, nos dias 20 e 21 de novembro, com o tema *Paracer CES 970/99 – Curso Normal Superior e Pedagogia*. O encontro ocorreu na UNESP, na cidade de Araraquara. Não consta nos arquivos o documento final, mas aparece uma carta, assinada pelo encontro. Nela as(os) estudantes criticam o Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 970/99.

“Nossa concepção de educação nos leva a um ideal de educador que se forma na teoria e também na prática, num processo dinâmico, onde as duas se relacionam de forma dialética. (...) Do contrário corre-se o risco de criar-se uma educação estática, inflexível e segmentada, já em sua estrutura, exatamente em oposição ao espírito da LDB.” (EEEPe – SP, 1999c)

O excerto mostra a necessidade de formar uma/um profissional que possua conteúdos pedagógicos e saiba relacioná-los com a realidade, a ponto de mudá-la. Essa é uma proposta que a entidade assume, em praticamente toda a sua trajetória, a formação política para poder relacionar com as teorias pedagógicas. Indica também

conhecimento da LDB e conclui que a educação não precisa de profissionais que não estejam aptas(os) a fazer este tipo de relação.

Em 2000 aconteceu o VII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia com tema *Perspectivas para o curso de pedagogia frente ao projeto do governo para a Educação*, em Piracicaba, na UNIMEP. Novamente o encontro é realizado numa escola privada e questionam-se os programas do governo. O encontro aconteceu entre 28 de abril a 30 de maio, e não consta registro do documento final.

No Folder de divulgação do referido EPEPe aparece a seguinte descrição:

“O EPEPe é uma rara oportunidade de podermos conhecer as diversas realidades educacionais do nosso Estado e de discutirmos as recentes mudanças propostas para o curso de Pedagogia. Trata-se também de uma oportunidade de fazermos novas amizades e ver como é o curso de Pedagogia em outras cidades” (EEEEPe – SP, 2000a)

Mantém-se a proposta do EPEPe como espaço de formação das(os) estudantes e da Executiva. Cada vez mais presente também a necessidade de colocar a relação pessoal entre as(os) participantes, aparentando querer aglutinar todas as pessoas para discutir, mesmo que as mesmas não tenham interesse em discutir politicamente o tema do encontro.

Ainda sobre o EPEPe, no projeto feito para requisitar o espaço para a universidade há a seguinte justificativa do tema:

“Nos últimos anos o Curso de Pedagogia, assim como a Educação, vem sofrendo transformações significativas em sua estrutura, principalmente no que diz respeito a formação dos educadores e seu campo de atuação. A partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) essas mudanças intensificam-se colocando em questão o papel do pedagogo na sociedade. Nesse sentido o VII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, EPEPe, terá como tema ‘Perspectivas para o curso de pedagogia frente ao projeto do governo para a Educação’, no qual se discutirá a atual conjuntura sócio-política-econômica que envolve a educação em nosso país enfatizando a importância do Curso de Pedagogia no processo educacional.” (EEEEPe – SP, 2000b, p.1)

Desta vez, mais ainda que nos demais documentos, sugere-se um interesse real de discutir e sistematizar as posturas ideológicas desse coletivo de estudantes e, por fim, elaborar propostas que possam interferir nas agendas estaduais e nacionais.

Um novo inciso no estatuto da Executiva também chama a atenção. No artigo terceiro, mantém-se os da gestão passada e há o acréscimo do “XII - promover e incentivar a criação e ampliação de políticas públicas educacionais e de inclusão social” (EEEPe – SP, 2000c). Demonstrando uma possível preocupação com o descaso do Estado em manter a educação pública, bem como a necessidade de incluir as classes baixas no atendimento aos serviços públicos.

Não são todos os Conselhos Paulistas de Entidades de Pedagogia que tem-se registro de que realmente aconteceram. O único detalhe que dá essa certeza é a numeração dos encontros. O último COPEPe com registro de data foi em 1999, o VII COPEPe, e depois só em 2002, o XII COPEPe. Há um documento, o *Projeto de avaliação institucional das instituições de ensino superior formadoras de professores*, que foi elaborado pelo X COPEPe, no entanto não apresenta data. Seguindo a lógica da quantidade de encontros o X COPEPe pode ter acontecido no intervalo do primeiro semestre de 2001 até o primeiro semestre de 2002. Esse documento apresenta uma proposta para avaliar os cursos de pedagogia, como eles colocam,

“Este documento contém os principais pontos que os estudantes de pedagogia do Estado de São Paulo acreditam como sendo fundamentais para o desenvolvimento de um projeto de avaliação institucional coerente para as instituições de ensino superior que formam profissionais da educação. É fruto de uma rica discussão que ocorreram em dois Fóruns Nacionais de Entidades de Pedagogia, realizados em Vitória e Brasília, em novembro de 2000 e em abril de 2001, e de um Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, evento no qual se consolidou a escrita desse documento” (EEEPe – SP, s/d).

Nota-se como é ressaltada, mais uma vez, a questão da construção coletiva das discussões e das propostas. Mesma característica consta na conclusão da proposta das(os) estudantes:

“A participação de diferentes entidades estudantis oriundas de diferentes instituições de ensino superior, desde universidades públicas até

confessionais, passando por mercantis e autarquias municipais, engrandeceu sobremaneira o desenvolvimento deste projeto.

Acreditamos, no entanto, que o que nos propusemos a desenvolver aqui só terá sentido se for compartilhado e discutido pela maior quantidade de alunos, professores e funcionários possível, e do maior número de instituições.

É por essa razão que solicitamos críticas, sugestões e, sobretudo, discussões por parte das pessoas e entidades interessadas em educação deste país.” (Ibidem, s/d).

Em 2001 aconteceu o VIII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, com o tema *Educação e movimentos sociais: uma possibilidade de transformação*, em São Paulo, na USP. A discussão do que se quer para a sociedade e como transformá-la é muito importante para o movimento estudantil, principalmente pela sua heterogeneidade ideológica, podendo indicar uma síntese dos debates anteriores.

No projeto elaborado para requisitar a sede do encontro consta a importância dos movimentos sociais para a formação de um sujeito mais emancipado e de um movimento que poderá transformar sociedade. Como colocado “a Executiva Paulista dos Estudantes de Pedagogia pretende aprofundar o debate sobre a dimensão educativa dos Movimentos Sociais, bem como da própria pedagogia que vem sendo construída pelos sujeitos sociais envolvidos nesses movimentos”(EEEPe – SP, 2001a)

Num outro trecho do mesmo documento aparece a educação como formação política e a vivência política, como o ápice da formação emancipada.

“São esses Movimentos Sociais que trazem em seu interior princípios educativos que possibilitam pensar a educação como uma verdadeira prática de cidadania, formando sujeitos a partir da luta por uma sociedade em defesa e exercício da justiça social, dignidade e trabalho para todos. Em cada um destes movimentos colocam-se concepções de educação que para além de estruturar as suas ações, apresentam matrizes para reflexão e construção de uma pedagogia que se contraponha aos processos de exclusão e desigualdade social, inclusive buscando a construção coletiva de uma sociedade justa.” (EEEPe – SP, 2001a, p.3).

No estatuto aprovado nesse encontro consta uma alteração no artigo terceiro, incrementando ainda mais as funções da Executiva para com a mobilização das(os) estudantes, da sociedade e da educação brasileira.

Nota-se a preocupação de formar as bases no inciso XIII “incentivar e apoiar a formação de C.A.s e D.A.s de Pedagogia do Estado de São Paulo” (EEEPe – SP, 2001b). Talvez indicando uma necessidade de aumentar a mobilização, ou ainda de maior politização das entidades estudantis existentes, que são a base para o fortalecimento da Executiva.

O IX Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, tem com tema *Formação de Professores e a Identidade do curso de pedagogia*, em São Carlos, na UFSCar. Esse encontro trás um princípio de discussão que se estende até a promulgação das Diretrizes Curriculares de pedagogia, a formação de professoras/professores e currículo.

Para esse encontro foi elaborado um material de formação aos participantes. Esse material, intitulado *Jornal da EEEPe – SP – IX EPEPe*, continha uma apresentação, uma matéria sobre formação de profesoras/professores, sobre cada uma das campanhas da entidade, *Boicote ao Provão* e *Contra os Amigos da Escola*, e o atual estatuto da entidade. Um trecho da apresentação do jornal, indica a participação das(os) estudantes nas discussões do movimento de pedagogia, além de indicar também que a ação e mobilização da Executiva são atividades de formação para a(o) estudante.

“Além de discutir o papel do pedagogo e o perfil do curso de Pedagogia, que tem um diversidade muito grande, visto que há, atualmente, 42 habilitações diferentes do curso de Pedagogia no Brasil, a EEEPe – SP tem exercido importante papel de formação dos estudantes, iniciando grupos de discussão e fomentando também várias discussões nas faculdades” (EEEPe – SP, 2002)

A campanha de *Boicote ao Provão* se estenderá por muitos anos, até que o próprio programa seja substituído. O título da matéria era *Provão: porque demos E para o MEC*, e tratava da política pública que envolve a avaliação e de como ela não é o melhor instrumento para tal fim. Ao questionar o papel do Provão como política pública educacional explica que:

“No bojo das concepções neoliberais a educação não é vista como direito social, tampouco é dado a ela qualquer papel transformador, sendo tratada como um produto a ser explorado, e que se adequara e aperfeiçoará a partir da competição entre as instituições e com vistas a atender as demandas do mercado, que não necessariamente são as demandas sociais.” (EEEPe – SP, 2002)

Na linha do descompromisso, a matéria sobre a campanha contra os *Amigos da Escola* a Executiva esclarece que:

“existem diferentes formas de ser voluntário (...) [e os indivíduos] acabam por assumir não só locais de trabalho de profissionais formados para tal função como, de maneira global, colaboram para que o Estado deixe de lado muitas das suas funções primordiais, inerentes a sua existência nos dias de hoje” (EEEPe – SP, 2002).

Reforça-se assim uma das condições para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, a ocupação dos cargos pelas(os) profissionais formadas(os) para tal. A instabilidade da profissão da(o) pedagoga(o), principalmente até a promulgação das Diretrizes Curriculares de Pedagogia, será o motor de muitas das mobilizações estudantis. Faz parte destas a defesa de que no trabalho pedagógico atuem apenas profissionais formados para tal, e menos ainda candidatos aleatórios ao exercício. Com relação ao artigo sobre Formação de Professores, reproduz-se aqui alguns trechos que julga-se interessantes:

“A questão da Formação de Professores, no Brasil, deve ser vista dentro do contexto das políticas educacionais em implantação no Brasil desde os anos 90, ou seja, dentro do contexto de redução de verbas para educação e de vinculação da mesma ao mercado. (...) Cabe dizer ainda, que tanto esse decreto presidencial como as atuais iniciativas do governo relacionadas à Formação de Professores são extremamente coerentes com as orientações do Banco Mundial para a educação. O problema (...) é que (...) [uma] concepção neoliberal, tende a delimitar a atuação do pedagogo, numa tendência divisionista, que começa a separar o saber e o fazer, a teoria e prática, o especialista e o educador (...)” (EEEPe – SP, 2002).

Neste trecho o movimento estudantil demonstra saber do processo de elaboração das políticas educacionais no Brasil. Problematiza ainda a formação de pedagogas(os) identificando nela os preceitos dos organismos internacionais, como a fragmentação do profissional e o esvaziamento teórico da formação.

No final de 2002 acontece o XI Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia com o tema *Formação de Pedagogas, currículo do curso, atuação, políticas*

*educacionais e movimento estudantil*, em Santo André, na Fundação Santo André (FSA). Não há registro do documento final do encontro.

Em 2003 aconteceu o X Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, com tema *Políticas Públicas de Avaliação*, em Campinas, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

O documento final deste encontro consta nos arquivos e traz, principalmente, ponderações sobre a mobilização dos estudantes e suas campanhas, mantendo o *Boicote ao Provão e Contra os Amigos da Escola e Valorização dos Profissionais da Educação*, defendendo a regulamentação da profissão. Além de incentivar e apoiar as manifestações das(os) professoras/professores, questionam ainda as condições da educação no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, ressaltando os acordos do Brasil com o Banco Mundial e concluindo que

“Diante de todo esse quadro, somado ao grande número de trabalhadores sem formação que atuam na educação e ao alto índice de desemprego que assola o nosso país é compreensível que os professores, enquanto categoria, se mobilizem a fim de dar cabo a tal situação e avançar na luta pela valorização da profissão, ou seja, garantir sua profissionalização com: garantia de gestão democrática, formação inicial e continuada, melhores condições de trabalho, plano de carreira, salários dignos e autonomia.”  
(EEEPe – SP, 2003a)

Ainda em 2003, aconteceu o XII Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, em São Carlos, na UFSCar, com o tema *Formação de Pedagogas, currículo do curso, atuação, políticas educacionais e movimento estudantil*. O encontro foi realizado durante os dias 18 e 19 de outubro e não há registro do documento final desse encontro.

Em 2004 o XI Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, com o tema *Mercantilização da Educação*, em Rio Claro, UNESP *campus* Bela Vista. Na lista de inscritos constam cento e catorze pessoas de doze IES diferentes. No folder de divulgação do evento consta a justificativa do tema,

“O que é o EPEPe? O Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia é organizado anualmente pela Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia, sendo que desta vez ele acontecerá na UNESP de Rio Claro, *campus* da Bela Vista. O EPEPe é uma oportunidade de podermos conhecer as diversas realidades educacionais de nosso estado e discutirmos as

questões ligadas a educação e mais especificamente aos cursos de pedagogia. O tema do XI EPEPe, “Mercantilização da Educação”, nos propõe uma reflexão mais aprofundada sobre a conjuntura educacional, sobre as políticas públicas para a educação e principalmente sobre o processo cada vez mais acelerado de mercantilização do direito a educação cada dia mais tratada como produto/serviço que como um direito de todos. Venha participar desta reflexão!” (EPEPe – SP, 2004)

Ao que parece a coordenação do encontro pretende difundir e tornar mais claro as idéias que desenvolveram nas gestões anteriores para as(os) novas(os) coordenadores e aos estudantes paulistas como um todo.

Ainda nesse ano aconteceu o XIII Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, sobre o *Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo* e o *Exame Nacional de Certificação de Professores*. O encontro aconteceu durante os dias 20 e 21 de março, na cidade de Rio Claro, na UNESP e não há registro de seu documento final. Nos documentos dessa gestão constam muitas publicações dos textos elaborados pela entidade, de suas campanhas ou derivada de seus encontros.

Uma delas foi o Jornal da EPEPe – SP com um editorial, uma matéria sobre o COPEPe, sobre o Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia (FONEPe, organizado pela Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia) e uma matéria sobre o Sistema Nacional de Certificação de Professores, implantado pelo Ministro Cristovam Buarque.

A executiva critica a postura do Ministro de querer avaliar os professores para instituir um perfil do profissional, sem elaborar, de fato, uma regulamentação da profissão. Como se conclui na matéria,

“Esse exame, desta forma colocado, vem para mascarar uma situação crítica e pouco atendida em nosso país que é a qualidade educacional. Colocar esse certificação como ‘solução estrutural’ é ignorar que a questão da formação de professores ultrapassa o resultado de um exame, do ‘enquadramento’ dentro de parâmetros pré estabelecidos ou méritos profissionais, da premiação, do dizer quem é apto ou não para exercer a profissão. É, sobretudo, ignorar a urgente necessidade de se fazer o verdadeiro debate sobre política educacional e educação de qualidade, se buscarmos de fato melhorar o quadro da educação brasileira. E é por este debate que lutamos, é por este debate que convocamos os estudantes a discutirem e mobilizarem-se” (EPEPe – SP, 2003b)

Aparecem mais dois documentos com relação a campanha *Contra os Amigos da Escola* e um documento questionando a Reforma Universitária. Foi publicado, ainda em 2003, no *Jornal dos Alunos da Pedagogia do Mackensie*, na edição de novembro de 2003, nº 1, a matéria com o título *Profissionalização da educação: a questão dos voluntários*, colocando os questionamentos ao programa Amigos da Escola.

Ainda em 2003, como deliberação do XII COPEPe é enviado ao ministro da Educação, à época Cristovam Buarque, ao presidente do Conselho Nacional de Educação e aos demais conselheiros, o seguinte ofício:

“entendemos como fundamentais o papel da escola e do educador nesse processo de conscientização e transformação de nossa atual realidade (...), acreditamos na necessidade de entender a pedagogia como um curso de graduação plena, superando a dicotomia licenciatura e bacharelado, superando também a fragmentação na formação do educador. A proposta de resolução em discussão não aponta nessa direção, mas pelo contrário, propõe a oficialização de dois tipos diferenciados de formação – os professores e os especialistas – revelando uma proposta clara de separação, na formação, da construção de conhecimento no campo da educação e da ciência pedagógica da formação profissional.” (EEEPe – SP, 2003c)

As(os) estudantes demonstram com o documento o amadurecimento da discussão ao elaborarem as críticas e propostas diferentes para dar continuidade a debate. Além da proposta de enviarem ao Ministro da Educação e Conselho Nacional de Educação, órgão deliberativos das políticas educacionais nacionais, o parecer das(os) estudantes, se colocando no mesmo patamar de participação, enquanto sociedade organizada, para manifestação.

No final de 2004, durante os dias 20 e 21 de novembro, aconteceu o XIV Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, com o tema *Reforma Universitária*. O encontro foi na cidade de Santo André, na FSA, e não há registro do documento final desse encontro.

Em 2005 aconteceu o XII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, com o tema *Docência: formação e trabalho para a transformação social*, em Santo André, na FSA. O documento final desse encontro é dividido em Plano de lutas, eleição para ExNEPe, eleição para EEEPe – SP e Avaliação do Encontro.

No tópicos Plano de Lutas, são seis eixos: Diretrizes Curriculares, Avaliação Institucional, Movimento Estudantil, Considerações Gerais, Reforma Universitária e Para a Coordenação. No eixo da coordenação aparecem os seguintes tópicos, o XIII EPEPe, dando sugestões para o próximo EPEPe como da organização e o indicativo do lugar, e o COPEPe, também na mesma linha. No eixo de Diretrizes Curriculares, duas são as propostas que mais destacam a concepção de formação de pedagogos do movimento estudantil. As propostas demonstram a contrariedade dos estudantes com as recém elaboradas Diretrizes Curriculares.

“1. Que a executiva junte-se aos movimentos de educação para barrar o projeto de resolução do CNE que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Pedagogia.

2. Que a EEEPe-SP elabore textos em defesa da formação global do educador; tornando, assim, pública aos estudantes, aos meios de comunicação e à sociedade sua posição contrária ao projeto de resolução sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Pedagogia apresentadas pelo CNE, em março de 2005” (EEEPe – SP, 2005a)

Outro ponto interessante a ser observado é a mobilização das UNESPs. São seis *campi* da UNESP que possuem cursos de pedagogia: Marília, Araraquara, Bauru, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Rio Claro. Antes das Diretrizes Curriculares em 2006, cada *campi* possuía um currículo diferente, voltado para uma habilitação específica. Isto contribui para mais ainda a fragmentação do movimento estudantil, além da distância entre as cidades, que não conseguiam unidade nas discussões e da dificuldade de locomoção. A promulgação de um currículo mínimo promove uma articulação maior entre os *campi*, que foi marcante na história da Executiva.

Ainda em 2005 acontece o XV COPEPe, nos dias 1 e 2 de outubro, na cidade de São Carlos, na UFSCar, sobre a *Reforma Universitária*. Possui um documento final bem mais modesto que o EPEPe, mas num formato parecido. Traz como tópicos: Diretrizes Curriculares, ENADE, Movimento Estudantil e XIII EPEPe. As propostas referentes as diretrizes são muito mais propositivas, como é o propósito desse encontro. Todas se referem à organização de discussões por todo o estado de São Paulo sobre a nova

legislação, inclusive, um “Indicativo de mobilização com ida à Brasília após a apresentação da nova resolução do CNE”(EEEPe – SP, 2005b).

Não há como prever a dada, mas entre o ano de 2005 e início de 2006, foi elaborado pela EEEPe – SP um Caderno do ENADE questionando tal medida de avaliação institucional e trazendo as bandeiras de luta pelo boicote, *Diga NÃO ao ENADE e SIM a uma avaliação de verdade! Zere na prova para não zerar a educação!*, que inclusive é assinado pela Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia e EEEPe – SP. O documento foi deliberação do XV COPEPe.

Em 2006 aconteceu o XIII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, com o tema *Inclusão/Exclusão: educação no capitalismo*, em Bauru, na UNESP. O documento final é dividido em três eixos, Movimento Estudantil, EEEPe – SP e Eleições. A própria divisão sugere que aos estudantes da época era mais interessante pensar as tarefas da entidade do que, propriamente, suas pautas de reivindicação, seja pela já massificação das bandeiras ou pela excessiva preocupação com a ação ao invés do conteúdo.

No eixo EEEPe – SP são três propostas que chamam mais a atenção. Duas delas são relacionadas à questão do público e privado no ensino e à mobilização estudantil. A primeira diz respeito a articulação do movimento estudantil nas IES privadas, que sugere “Fomentar discussões acerca das movimentações estudantis nas instituições pagas de ensino superior objetivando ampliar a participação e a apropriação dos estudantes (desta realidade) nas discussões do Movimento Estudantil de Pedagogia”(EEEPe – SP, 2006a). E, como forma de garantir essa mobilização e identidade do movimento estudantil nas instituições privadas, a segunda proposta indica que a EEEPe - SP “Colabore para a construção do Seminário de Pagas”(EEEPe – SP, 2006a).

A terceira proposta é relativa à mobilização das UNESPs, indicando “Que a executiva apóie o encontro das UNESPs de pedagogia”(EEEPe – SP, 2006a), o chamado EPEU (Encontro de Pedagogia dos Estudantes da UNESP). Mesmo tendo contado com a participação - inclusive na organização, da EEEPe – SP - o encontro é organizado pelas(os) estudantes da UNESP. A Executiva apenas apóia a organização, tendo também assinado os certificados do encontro.

Ainda em 2006 o XVI Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, com o tema *Diretrizes curriculares de pedagogia: o projeto e a sua implementação*, em Ribeirão Preto, em uma escola municipal. No caderno elaborado para o evento, há uma apresentação da entidade e sua gestão atual, a programação, um trecho do regimento da

Executiva e um texto colocando o posicionamento das(os) estudantes até então sobre as Diretrizes Curriculares. Seguem trechos do texto que apontam qual o perfil de profissional o movimento estudantil espera que se forme. A matéria fala do percurso do curso de pedagogia, das posições divergentes na concepção da(o) pedagoga(o) e das principais mudanças com a implementação das Diretrizes curriculares Nacionais.

“Conseguimos assim, formular até esse momento, a defesa do pedagogo ‘unitário’ (bacharelado + licenciatura plena), sempre atrelando a base de sua formação a um tripé fundamental: docência, pesquisa e gestão, para que o egresso possa trabalhar e pesquisar em todas as áreas. Reconhecemos espaços escolares e não-escolares de atuação profissional.” (EEEPe – SP, 2006b).

A análise do referido documento indica claramente que, para as(os) estudantes é muito importante a qualidade do profissional formado, que precisa saber ensinar, pesquisar, para desenvolver conhecimento; e gerir, saber dos procedimentos da escola. Parece-me que há por trás uma crítica à forma como são escolhidos as(os) diretores nas escolas públicas paulistas e como é desenvolvida a formação continuada aos professoras/professores. Querer que a(o) pedagogo seja uma/um profissional apto a exercer funções na escola pode apontar também uma necessidade de mudança na organização escolar.

Também em 2006, no dia 26 de setembro, ocorreu o I Encontro de Escolas Pagas com o tema *Pedagogia, novos rumos e as possibilidades de educação entendendo as especificidades das pagas*, em São Paulo, no Mackensie. Não há registro do documento final desse encontro.

Consta nos arquivos um ofício da Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) convidando a EEEPe – SP a participar na mesa de abertura do seu XIII Encontro Nacional, durante os dias 16 a 18 de setembro, na UNICAMP. O tema do encontro era *Diretrizes Curriculares de Pedagogia. Perspectivas para a formação dos profissionais da educação*. O referido ofício ressalta que:

“Considerando o papel e a importância dos estudantes de pedagogia, que vêm acompanhado historicamente esta discussão e nas lutas conjuntas em defesa da educação pública, queremos convidá-los a participar de nosso

Encontro, na mesa de Abertura e das discussões me grupo e dos debates, contribuindo com a análise das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação dos Profissionais da Educação e a construção da política nacional de formação.” (EEEPe – SP, 2006c)

O convite é memorável pois vem de uma das mais reconhecidas entidades que defendem a educação pública e a formação de pedagogas(os). Este ofício indica o quanto a Executiva participava e contribuía na formação de professoras/professores.

Em 2007, durante os dias 17 e 18 de março, aconteceu o XVII Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, com o tema *Perfil do Pedagogo na sociedade Contemporânea*, em São Paulo, na USP. O documento final é dividido em dois tópicos, o de Concepção do Pedagog@(sic) e Movimento Estudantil. Das propostas de perfil do pedagogo destaca-se duas, a indicação de que:

“a EEEPe-SP coloque como um dos princípios do Plano de Lutas a defesa da indissociabilidade da formação técnica (efetivada prioritariamente em espaço acadêmico) à formação política (efetivada em sua maior parte em espaços extra-acadêmicos: Movimento Estudantil, por exemplo)” (EEEPe – SP, 2007)

E também da “Defesa da base docente: indissociabilidade entre docência, gestão e pesquisa; bacharelado e licenciatura atrelados”(EEEPe – SP, 2007).

Ainda em 2007 aconteceu o XVII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, com o tema *Movimento Estudantil como Espaço de formação e atuação*, em São Carlos, na UFSCar. O documento final é dividido cinco eixos: Concepção de Pedagog@(sic), Movimento Estudantil, Geral e de Área; EEEPe – SP, EPEPe, COPEPe e Eleições.

Do eixo de Concepção de Pedagog@(sic), duas propostas são interessantes. A primeira refere-se à identidade do profissional, que indica a “Lutar pela construção de currículos que garantam na formação inicial do pedagogo o tripé – docência-pesquisa-gestão”(EEEPe – SP, 2007); e a segunda trata das Diretrizes, defendendo a revogação das mesmas.

É importante destacar também que, pela primeira vez, consta nos documentos do encontro um Pré Projeto do EPEPe, para pleitear a realização do mesmo. Foi elaborado pela UNICAMP e apresentado na Plenária Final.

Também em 2007, nos dias 13 e 14 de outubro, ocorreu o XVIII Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, com o tema *PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação?*, em Presidente Prudente, na UNESP. Para o encontro foram elaborados textos referentes a alguns pontos do PDE, principalmente os que tangem o ensino superior.

O documento final do encontro é dividido em Plano de Lutas, no qual constam reivindicações sobre os assuntos discutidos em âmbito das políticas públicas; e da EEEPe – SP, em que aparecem atividades para a gestão realizar. Fazem parte do documento final duas moções, uma apoiando as manifestações ocorridas na FSA no mês de outubro de 2007, e outra referente às discussões de cargo e carreira dos profissionais da educação da cidade de Presidente Prudente.

Em 2008 aconteceu, nos dias 20 e 21 de março, o XVII Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, com o tema *Avaliação Institucional: A Homogeneização das Práticas*, em Rio Claro, na UNESP, no *campus* Bela Vista. O documento final é parcial porque foi perdido após a plenária. A maior parte das propostas está voltada para discussão das ações do movimento com relação à avaliação institucional e como ele poderia se concretizar de forma coerente aos interesses dos estudantes.

Uma proposta interessante a destacar é “Defender a participação d@s(sic) estudantes de pedagogia no ato a ser organizado contra a mídia burguesa em comemoração aos 40 anos do Maio de 68, marco do ME, e afirmar nosso posicionamento contrário à esse meio de comunicação de massa” (EEEPe – SP, 2008), relembrando assim a história do movimento estudantil.

O último evento de 2008 foi o XIV Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, com o tema *Políticas Públicas Educacionais e a luta pela educação Pública: mais um espaço de conquista*, em Campinas, na UNICAMP. Não há registro do documento final desse encontro.

## **CAPÍTULO 3**

### **A formação de pedagogas(os)**

#### **3.1 As reformas educacionais e a formação de professoras/professores**

A formação de professoras/professores, como as reformas educacionais brasileiras,

“deve[m] ser compreendida como uma estratégia política de reforma do Estado no plano institucional e econômico administrativo. A finalidade última de tal estratégia consiste na adaptação dos indivíduos às exigências do sistema capitalista no que se refere ao modo de produção e ao novo modelo de sociabilidade imposto pelo capital”(Mazzeu, 2009)

Assim, a formação de professores vira alvo de várias políticas públicas, sobretudo aquelas que relacionam a qualidade da educação a formação de qualidade dos profissionais, atribuindo ao professor(a) a responsabilidade pelo aprendizado da(o) estudante.

Como afirmado no primeiro capítulo desse trabalho, no final da década de 1980 e início de 1990, o Brasil sofre transformações na organização do Estado, refletindo diretamente nas políticas públicas educacionais. Shiroma, Moraes e Evangelista (2003) demonstram a produção teórica que justificou um novo modelo educacional para atender a um novo mercado de trabalho e uma nova forma de produzir mercadorias, e traçam um histórico das políticas e acordos em que o Brasil se compromete com agências internacionais a adotar essas novas perspectivas. As autoras destacam as modificações que aconteceram, mais concretamente no governo FHC.

A primeira atividade com o qual o Brasil se envolveu foi na “Conferência Mundial de Educação para Todos, financiada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Banco Mundial” (Ibidem, p. 56 e 57). Foram elaboradas propostas educacionais nas quais suas/seus participantes deveriam se comprometer e realizar em seus países. Uma das propostas do encontro era garantir a universalização da educação básica, como

medida de equalização das condições básicas de educação da população, que no Brasil é o ensino fundamental.

Segundo as autoras, o Brasil ainda constava entre os nove países do mundo com maior número de analfabetos. O documento gerado, com seis metas a serem cumpridas nos dez anos seguintes, vem acompanhado de um diagnóstico das condições dos países e suas formas de implementação das metas. Foi indicado, na Conferência, que os Governos dialogassem com vários setores para concretizar as metas, pois o importante era “a paz mundial!” (Ibidem, p. 60).

Outro órgão internacional que, com seus documentos, influenciou na construção das políticas públicas e nas reformas do ensino foi a CEPAL, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Segundo as autoras, dois de seus documentos são decisivos: *Tasnformación Productiva com Equidad, demandando mudanças no campo da educação para atender as novas necessidades do mercado*, e *Educación y Conocimiento: Eje de la Transformación Productiva com Equidad*, em conjunto com a UNESCO. O documento indicava que para “o decênio, certas condições educacionais, de capacitação e de incorporação do progresso científico e tecnológico que tornassem possível a transformação das estruturas produtivas da região em um marco de progressiva equidade social” (Ibidem, p. 63).

A UNESCO reuniu especialistas do mundo todo, sob a coordenação de Jacques Delors, para enfatizar a importância da educação e o caráter que suas reformas deveriam assumir. Esse documento ficou conhecido como *Relatório Delors*, e ainda segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2003), o documento atribui à educação a responsabilidade “pelo desenvolvimento humano e sustentável, pela compreensão mútua entre os povos, pela vivência concreta da democracia, levando em consideração valores e preocupações fundamentais (...)” (p. 66).

O Relatório conclui que é preciso elaborar um novo conceito educacional, a *educação ao longo de toda a vida*, e destaca quatro pilares para a formação do sujeito: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver junto. Com esses eixos é possível, segundo o documento, estabelecer uma base de conhecimento, mas principalmente uma base para *buscar conhecimento*, já que o mercado exige profissionais flexíveis e atualizados às demandas. (Shiroma, Moraes e Evangelista, 2003.).

E para formar novo conjunto de cidadãos sob determinado eixo teórico, é preciso formar professoras/professores que possam difundir esses conceitos. A partir daí

começam a surgir propostas, também inovadoras, de formação de professoras/professores, de forma crescente. As autoras destacam alguns dos preceitos para formar professoras/professores, abordados pelo documento, como “nacionalismo aliado a universalismo; preconceitos étnicos e culturais resolvidos com tolerância e pluralismo; totalitarismo contra democracia, tudo a favor de um mundo tecnologicamente unido” (p.69).

Shiroma, Moraes e Evangelista (2003) relembam ainda do *Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação para América Latina e Caribe*, grupo criado no final da década de 1970 composto pelos ministros da educação das nações. Em 1993, na quinta reunião, são aprovadas diretrizes, posteriormente conhecidas como *V PROMEDLAC*. O documento constatava a crescente necessidade de reformas na educação e que esta tivesse papel central para o desenvolvimento. Para as ditas melhorias estabelecia dois eixos principais: o institucional, que previa a profissionalização dos agentes envolvidos com a administração da educação, de forma a descentralizar a administração e conceder mais responsabilidades e autonomia às instituições; e pedagógico, que garantirá a profissionalização das(os) educadoras/educadores, produzindo matérias pedagógicas para formação inicial e continuada.

E, por fim, as autoras destacam o papel do Banco Mundial nas reformas educacionais. Explicam que o Banco Mundial é organismo multilateral de financiamento, composto por 176 países e comandando por cinco deles: EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido; com maioria de recursos dos EUA. O banco mantém as mesmas preocupações das demais agências internacionais com relação à educação e sua equalização das condições da sociedade. Elabora assim o seu documento, *Prioridades y Estratégias para la Educación* de 1995, dando referência para o que seria mais interessante de ser reformado na educação. O documento, entre outras declarações, aponta a urgência da formação de sujeitos flexíveis às condições de mercado e trabalho, a captação de recursos externos (além dos recursos públicos) para custear a educação e melhorar a eficácia da aprendizagem das(os) estudantes, promovendo avaliações periódicas e niveladoras.

Esses são os principais documentos que nortearam as escolhas dos Governos frente às propostas de políticas educacionais. O Movimento de Educadores e defensores da educação pública e de qualidade é massivo e ativo, principalmente nos anos 1990, e

na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou ainda até 2006, com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia (DCNCP).

### **3.2 O curso de Pedagogia no Brasil**

Na década de 1990, já colocada como muito significativa para a educação, o curso de pedagogia se esboça. Evangelista (2003) traça as normativas que vão, até 2006, delineando a formação de professores no Brasil.

Segundo a autora, em 1999, foram apresentados um decreto, referentes à formação de professoras/professores no Ensino Superior, e uma resolução do Conselho Nacional de Educação, sobre os Institutos Superiores de Educação. No ano 2000 um decreto, que altera o texto do decreto de 1999. Em 2001 são quatro pareceres referentes a currículo para formação dos professores e carga horária. E em 2002 são duas resoluções do CNE, uma que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena e outro referente a carga horária do mesmo.

Com relação à Resolução da implantação das Diretrizes Curriculares, CNE/CP nº 1/2002, Hostins (2009) analisa a partir de quatro critérios: 1) a que se volta à formação, 2) como se esboça o currículo, 3) em que se embasa o processo de ensino e aprendizagem e 4) sob que perspectiva a gestão é vista. A autora conclui que a proposta da Resolução é formar professores da educação básica, numa carga horário de 2.800 horas, sendo 400 delas voltadas para estágio supervisionado, 1.800 para disciplinas e 200 para outras atividades acadêmicas.

A normativa aponta ainda as

“Competências como concepção nuclear do currículo em eixos articuladores: conhecimento profissional, interação e comunicação, disciplinaridade e interdisciplinaridade, formação comum e específica. Conhecimentos a serem ensinados: filosóficos, educacionais e pedagógicos. A prática deverá permear toda a formação do professor e não poderá ficar reduzida a um espaço isolado; todas as disciplinas terão a sua dimensão prática”

Evangelista (2005) afirma que, a partir dessa resolução, se acirram os debates sobre a formação de pedagogos. Segundo a autora o debate é marcado por, pelo menos, três posicionamentos encabeçados: pela ANFOPE (Associação Nacional de Formação de Profissionais da Educação), pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) e o último pelo Manifesto dos Educadores.

A posição da ANFOPE, assinado também pelo FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras), ANPEd (Associação Nacional de Pós Graduação em Pesquisa em Educação), ANPAE (Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação), CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade) e Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (EXNEPe), defende a formação do pedagogo para a docência na educação básica, significando o trabalho docente o enlace entre ensino, gestão e pesquisa. A perspectiva do CNE se materializa na Resolução 01/2002, colocando a função de docente e de gestor do espaço escolar, o educador que assume várias funções. O Manifesto dos Educadores, documento assinado por diversos educadores, ressalta que a pedagogia é uma ciência, e o pedagogo um cientista da educação, um pesquisador que se volta a discutir e pensar nas questões que giram em torno da educação.

Em meio a um debate constante sobre como devem se formar as(os) professoras/professores no Brasil, são homologadas as DCNCP em 10 de abril de 2006, através da Parecer CNE/CP nº 03/2006. Foi dado o prazo de um ano para as IES se adequarem à nova regulamentação e enviarem seus currículos para análise.

Num artigo discutindo a profissionalização, Evangelista e Shiroma fazem uma análise das produções apresentadas na Reunião Anual da ANPEd, no Grupo de Trabalho de Formação de Professores. Elas constatam que “os textos que discutem profissionalização, numa visada geral, enfatizam as mudanças sociais pela produção da qualidade das escolas, pela produção da competência pedagógica, particularmente a do professor” (2003, p. 33). Assim percebe-se que as produções acadêmicas desenvolvidas e apresentadas na ANPEd, de acordo com essa análise apresentada, vão de acordo com as reformas encaminhadas pelos órgãos de financiamento externo.

Saviani descreve o caráter impreciso das DCNCP, que refletem também seu processo de disputa e debate, esclarecendo que são

“muito restritas no essencial e assaz excessiva no acessório. São restritas no que se refere ao essencial, isto é, àquilo que configura a pedagogia como um

campo teórico-prático dotado de um acúmulo de conhecimentos e experiências resultante de séculos de história. Mas são extensivas no acessório, isto é, dilatam-se em múltiplas e reiterativas referências à linguagem hoje em evidência, impregnada de expressões como conhecimento ambiental-ecológico; pluralidade de visões de mundo; interdisciplinaridade, contextualização, democratização; ética e sensibilidade afetiva e estética; exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas; diversidades; diferenças; gêneros; faixas geracionais, escolha sexuais (...). (2008, p. 67)

Evangelista aponta ainda duas questões referentes as DCN que são também retratadas nos documentos das agências internacionais: a gestão e o conhecimento na formação do pedagogo. A autora questiona a demanda de formar gestores e explica que para esse novo modelo de Estado, baseado na nova organização do mercado, a má qualidade dos serviços, ou a razão pelas quais as metas não são cumpridas, é decorrência de uma gestão, ou de gestores ruins.

Conclui a autora que “a gestão não se refere apenas à conquista de qualidade e excelência, mas ao exercício de uma liderança cujo resultado seria uma nova cultura de obediência e performance” (2005). Questiona também a condição do conhecimento para a(o) profesora/professor e para as(os) estudantes com as considerações do Relatório Delors, já citado nesse trabalho.

O esvaziamento do conteúdo na formação da(o) profesora/professor é inadequado pois, “Pensar a educação para além da escola não pode ser tarefa apenas de pedagogos e professores assim como pensar a educação **deve** ser sua tarefa por excelência” (2005, grifo meu).

Mas então, o que resta ao educador fazer? O que cabe e essa/esse profissional? Kuenzer responde a essa pergunta com pelo menos três atribuições, em que:

“(competer buscar nas demais áreas do conhecimento as necessárias ferramentas para construir categorias de análise que lhe permitam aprender e compreender as diferentes concepções e práticas pedagógicas; (...) transformar o conhecimento social e historicamente produzido em saber escolar (...); e (...) participar como um dos atores da organização de projetos educativos, escolares e não escolares, que expressem o desejo coletivo da sociedade” (1998)

### 3.3 O currículo da UNICAMP

Assim, ao currículo cabe a destreza de criar uma/um profissional que atenderá a uma determinada demanda social (Moreira, apud Olinda, Moraes e Pacheco, 2003). O curso de pedagogia da UNICAMP tem desde 2008, devido as DCNCP de Pedagogia, um novo currículo.

Esse novo modelo vem atender algumas demandas das DCNCP como carga horária de estágio supervisionado e de atividades práticas. O documento consta no Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Educação (PPP - FE).

O currículo de 2008 do curso de licenciatura em pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP têm 2.940 horas, 256 horas a mais que o mínimo estipulado pelas DCNCP. Possui uma divisão curricular semelhante à sugerida pelas diretrizes.

As DCNCP dividem o curso em núcleo de estudos básico, de formação teórico com “literaturas pertinentes (...)” (CNE, 2006, Art. 6º, parágrafo 1), núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos, de aprimoramento dos conhecimentos práticos, e núcleo de estudos integradores, de atividades extra classes.

O currículo de 2008 da FE destina, para o que seria o primeiro núcleo, 140 horas a mais que o estipulado pelas DCNCP, totalizando 2.940 horas, no bloco intitulado de *disciplinas teórico-práticas*. O segundo bloco, no currículo como *estágio*, conta com 120 horas a mais que o estipulado pela legislação, totalizando 420 horas. E o terceiro núcleo, denominado de *práticas curriculares*, com 105 horas no total, 5 horas a mais que nas DCNCP.

No entanto, observando as disciplinas e suas ementas<sup>17</sup>, percebe-se três categorias diferentes: disciplinas que se propõe ao estudo das ciências que perpassam a educação, disciplinas que se destinam ao estudo das ciências que compõe o processo educativo com recorte nos autores que tem a educação como objeto de estudo e das disciplinas que se voltam para a prática educativa e suas instituições. Com essas categorias, e com a leitura das ementas que constam no documento, pode-se dividir as disciplinas em grupos.

Dentro das disciplinas que se propõe ao estudo das ciências que perpassam a educação são duas, a EP 140 e 144. Nas disciplinas que se destinam ao estudo das ciências que compõe o processo educativo com recorte nos autores que tem a educação como objeto de estudo são dezenove (EP 107, 110, 128, 129, 130, 142, 158, 162, 163,

210, 225, 230, 330, 340, 347, 412, 445, 808 e 809). E para das disciplinas que se volta para a prática educativa e suas instituições são vinte e uma (EP 139, 146, 152, 153, 164, 315, 316, 317, 348, 372, 471, 472, 473, 474, 529, 566, 567, 568, 765, 810, ou 811, ou 812, ou 813, ou 814, ou 815, e 887).

Por mais que o currículo tenha número de horas muito mais significativo destinado às *disciplinas teórico-práticas*, dentro dessa categoria as disciplinas que não estão diretamente vinculadas à prática educativa correspondem a pouco mais de 40%.

Ao contabilizar as horas das disciplinas nota-se que o primeiro agrupamento, de disciplinas que se propõe ao estudo das ciências que perpassam a educação, tem 120 horas. Do segundo agrupamento, das disciplinas que se destinam ao estudo das ciências que compõe o processo educativo com recorte nos autores que tem a educação como objeto de estudo, tem 1.200 horas. E, no terceiro agrupamento, das disciplinas que se volta para a prática educativa e suas instituições, possui 1.620 horas.

Somadas as demais divisões do currículo, a FE dedica na formação de pedagogas(os) 2.145 horas para o estudo e exercício da prática pedagógica. Lembrando que a carga horária de todo o curso é de 3.465 horas, indicando que aproximadamente 60% do curso é destinado a espaços, disciplinares ou não, de formação para a prática educativa e suas instituições.

Há um mascaramento das reais possibilidades de formação. Se por um momento o currículo da UNICAMP apresenta privilégio para formar pedagogas(os) com mais conteúdo de estudo teórico, indo na direção oposta aos documentos das agências internacionais, uma análise mais específica revela que o contrário.

Por fim, questiona-se a utilidade da realização do curso em período integral. Consta no documento que a escolha da realização do curso neste período foi da instituição. Averiguando as respostas fornecidas no site da CONVEST<sup>18</sup> (Comissão Permanente para os Vestibulares - UNICAMP) é possível perceber que de 2006 a 2008, no total, quase 40% das(os) candidatas(os) exerciam algum tipo de atividade remunerada.

---

<sup>17</sup> especificado nas páginas 35 à 40 do PPP – FE.

<sup>18</sup> No site da CONVEST estão as respostas do questionário sócio econômico aplicado a toda(o) ingressante como parte da prova do vestibular. Dentre as repostas pode-se optar por visualizar a de todos os concorrentes ao curso de pedagogia, ou apenas aos que foram admitidos pelo processo de seleção. Para essa observação foram consideradas(os) apenas as(os) ingressantes.

A utilização do período integral para formação pode impossibilitar o ingresso de estudantes que trabalhem, realizando por consequência um recorte de classe entre as(os) que poderão ingressar no curso de pedagogia ou não.

## Conclusão

Percorridos os caminhos propostos neste trabalho, e a partir deles, chega-se a três conclusões iniciais. A primeira é que a Universidade é um espaço de formação da elite brasileira, foi criada no Brasil para atender a demandas imediatas e urgentes, como as escolas de medicina; ou para aprimorar e fornecer especialistas para o desenvolvimento de indústrias, e pela necessidade do desenvolvimento da própria Nação criando profissionais para dar conta de serviços básicos à população.

A segunda é de que o movimento estudantil é fruto de um choque entre a tentativa de ascensão social da classe média, através do estudante, com a estrutura da sociedade brasileira, que dificilmente permitirá a mudança. O envolvimento da(o) estudante com o curso permite questionar sua profissão e formação a social em que ela/ele está inserida(o). Mas, sem um aprofundamento político no estudo da sociedade, o questionamento da(o) estudante não ultrapassa sua condição de classe, ou seja, não questiona a estrutura, e sim as condições dadas, aparentemente percebidas.

A terceira é de que a formação de professoras/professores, mesmo da UNICAMP, é orientada pelas perspectivas do mercado, da ampliação do lucro e da exploração da força de trabalho, na forma como difundido e organizado pelas agências de financiamento internacionais.

São três idéias que juntas não animam a pensar na educação como processo de transformação da sociedade. E nem podem ser. A mudança estrutural da sociedade, como fim das classes sociais e da propriedade privada, não se constrói isoladamente nem na universidade, tampouco através do movimento estudantil, e nem somente com a atuação dos pedagogos nas escolas.

Segundo Gramsci, a formação da classe oprimida é um dos caminhos para concretizar a revolução proletária. O autor define que todos os humanos são intelectuais. Todos pensam e produzem conhecimento. Há, na sociedade, pessoas que exercem a função de intelectual, ou seja, de portador do conhecimento técnico e dirigente da atividade cotidiana; elaborando cultura para formar a humanidade. Desta forma, é preciso “criar um tipo de escola que eduque as classes instrumentais e subordinadas para um papel de direção na sociedade, como conjunto e não como indivíduos singulares” (s/d, 136 e 137). Para tal, o intelectual orgânico, que tem a interlocução

entre os conhecimentos técnicos, dirigentes e pertence à classe proletária na sociedade capitalista, poderá articular esse tipo de mobilização.

A formação dos intelectuais orgânicos não cabe, portanto, à universidade, de cultura hegemônica burguesa; ao movimento estudantil, com maioria das(os) estudantes de origem pequeno-burguesa; e aos cursos de pedagogia, elaborados para perpetuar a sociedade de classes.

Entretanto, em suas contraditórias estruturas, podemos perceber elementos que podem formar profissionais que reconheçam a luta de classe. A universidade é também

“a maior escola de formação de líderes políticos, centro onde se moldam as consciências e mentalidades com respeito aos problemas que assoberbam o nosso País; e que a maior parte dos homens nela formados carregam vida afora, as posições, idiosincrasias, estigmas e pontos de vida nela adquiridos” (Poerner, 1987, p.27).

O mesmo autor destaca uma formação diferenciada no Ensino Superior, a “Universidade do Asfalto”, que “Aprendida nas ruas, essa matéria faz parte de um curso não oficial muito mais amplo, que poderia ser chamado de Politização e Liderança e que terá, certamente, reflexos decisivos na história futura do Brasil” (Ibidem, p.27).

O curso de pedagogia é então o centro do conflito, pois comporta o conhecimento construído pela humanidade ao longo da história, seu espaço para desenvolvimento de mais conhecimento, com a pesquisa; e as(os) sujeitas(os) presentes que interferem nas condições dadas a partir de suas concepções ideológicas. Como coloca Kuenzer,

“A partir dessas articulações, que asseguram sua vinculação à praxis social e produtiva, as faculdades de educação passarão a definir suas funções retomando as antigas e criando novas, mas sempre através de um processo de construção coletiva que expresse a vontade dos diversos atores sociais (...)”. (1998)

Percebe-se assim que a interferência dos sujeitos na sua formação, das condições e mobilizações das IES é marcante para formar pedagogas(os). Vale lembrar que a ingerência não é feita de forma individual, como se o fator diferencial fosse o mérito do estudo e trabalho do indivíduo, mas sim coletiva, com organização do coletivo para o coletivo.

Não compete a esse trabalho dar ênfase em qual espaço apresenta caráter mais “formativo” ou de “esquerda”, mas sim definir as ações estudantis como parte importante da construção do profissional da educação, do jovem em adulto, e quem sabe, do pequeno burguês em defensor do proletariado.

Essa interferência é, então, o elemento chave para pensar no que seria uma formação diferenciada, ou mais comumente dita de politizada. Guilherme Gil da Silva trata, em sua dissertação, da formação política dos professores de educação física.

Segundo o autor, Paulo Freire “coloca a questão do processo de desenvolvimento da consciência dos professores como primordial para a relação da educação com a política de forma revolucionária, e o faz claramente no sentido da apropriação consciente pelos oprimidos de sua realidade adversa” (2009, p.77). Paulo Freire ainda aponta, em outra obra, que “É tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político” (Damasceno et al, 1988, p. 16).

Silva justifica a formação política dos professores retomando a definição do que é política, que posteriormente remeterá a pensar na consciência política e por fim na formação política.

Para o autor,

“A política é o poder que se exerce no e pelo Estado. Decorre da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem. Tal como o Estado é a sociedade de classes organizada politicamente, a política é o poder de classe que se exerce no e através do Estado. É a disputa, direta ou indiretamente, pelo poder do Estado, pelo poder da propriedade privada organizado politicamente” (Lessa 2007 p. 50, apud Silva, 2009, p. 63).

Conclui que a formação política é importante para proporcionar ao professor a reflexão sobre o Estado capitalista e as classes sociais, já “que a formação política de professores tem um potencial superador, desde que se encare o que seja política a partir da realidade objetiva, pois, do contrário, não será possível identificar as reais contradições que existem entre a teoria e a prática” (Silva, 2009, p.65).

O autor retoma à consciência política para apontar o movimento dialético da mesma, com suas variações e níveis, e da formação política das(os) professoras/professores. Esclarece ainda que “Esta abordagem não diz respeito somente à sua consciência individual, diz da sua consciência enquanto classe” (2009, p.66).

Recupera, dos trabalhos desenvolvidos por Mauro Luis Iasi, “três ‘formas de manifestação’ que se referem a esta consciência política, conforme interessa para o nosso estudo: a consciência alienada (ou simplesmente a alienação), a consciência em si (ou reivindicatória) e a consciência para si (ou consciência de classe ou consciência revolucionária)” (Silva, 2009, p.69).

Silva (2009) afirma que a consciência para si é a manifestação mais revolucionária e política, pois representa o movimento entre as primeiras reflexões sobre a sociedade e as mais elaboradas. Permite o distanciamento das questões individuais e aproximação das condições da sua classe.

“Esse seria o caso, por exemplo, de um diretório acadêmico de estudantes na universidade, em que os seus membros não passarão mais do que quatro ou cinco anos como seus representantes, mas que a entidade estudantil, como um coletivo, guarda a história de lutas de sucessivas gerações de estudantes que por ela transitaram. Do mesmo modo, esse é o caso de indivíduos tidos como exemplos de uma consciência militante que acabam tendo sua história individual ligada à representação de um coletivo e isso contribui para a formação das consciências de outros tantos indivíduos que se reconhecem neles” (Ibidem, 2009, p.74).

O autor demonstra então como o movimento estudantil pode propiciar a formação política, da qual permitirá uma emancipação de consciência e percepção da realidade. Não necessariamente poderá, o movimento estudantil, contribuir nas discussões teóricas do curso, que garantiram um pedagogo por excelência. Mas bem provavelmente ele garantirá uma formação política que formará um profissional diferenciado, politizado, apto a reconhecer no cotidiano as influências do sistema capitalista e talvez até como alterá-las.

Nos documentos finais dos encontros da Executiva nota-se uma grande dificuldade de elaborar deliberações referentes à sociedade brasileira, seja desaprovando ou apoiando. Indicam que, como no movimento nacional, há uma tentativa de reorganização dos estudantes, da forma como realizam seus espaços de discussão e deliberação. Há, inclusive, uma reivindicação de mudança da qualidade dos debates e encontros, e mais mobilização e ação da entidade organizadora.

Assim, por mais que o movimento estudantil não consiga elaborar e sintetizar determinadas discussões e programas, a participação e atuação em uma entidade, que

tem histórico de reivindicação e de um movimento estudantil que tem história no Brasil; a discussão e deliberação das pautas com um coletivo de estudantes e o questionamento, mesmo que inicialmente vago, da ordem estabelecida podem proporcionar uma formação e prática política que poderá propiciar profissionais mais emancipados.

Entende-se que é

“no processo de atuação no movimento estudantil, na política sindical e partidária, a categoria docente conquista a consciência de seus interesses, adquire formação política e cria seus próprios intelectuais, os quais mais rapidamente compreendem a situação, captam e expressam os anseios da categoria e, por isso, transformam-se em lideranças” (Viana, 2001 apud Silva, 2009, p. 81).

## Referências Bibliográficas

ARCE, Alessandra. *Compre o kit neoliberal para a Educação Infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo*. Educ. Soc. Campinas, n.74, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br> Acesso em 10 setembro de 2008.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação na Encruzilhada* in FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis. Vozes. 1977.

BACELAR, Tânia. Contexto do nordeste do Início dos anos 1960, a sudene e a escola de engenharia da UFPE. In ZAIDAN FILHO, M. e MACHADO, O. L.. *Movimento Estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife. Universitária UFPE, 2007. p. 36

Cardoso, Irene. Maria Antonia: a interpretação sobre um lugar a partir da dor.in MARTINS FILHO, João Roberto (org). *1968. Faz 30 anos*. São Carlos. Mercado de Letras e Ed. da UFSCar. 1998

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do Movimento Estudantil, 1964 – 1980*.Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1987.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União. Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p.11.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Junior e Cyntia Greive Veiga (orgs), *500 anos de educação no Brasil*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

Cunha, Luiz Antônio. A reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. In: Trindade, Héglio e Blanquer, Jean-Michel (orgs) *Os desafios da educação na América Latina*, Petrópolis, Vozes, 2002

DAMASCENO, Alberto.... [et al.]. *A educação como ato político partidário*. São Paulo. Cortez. 1988.

DANTAS JUNIOR, Altino. In CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do Movimento Estudantil, 1964 – 1980*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1987. p. 44 e 45

EEEPe – SP. *Síntese do I Congresso de Estudantes de Pedagogia, Eixo Educação e Desenvolvimento – Participação do Licenciado em Pedagogia*. São Paulo. 1967a.

\_\_\_\_\_. *Síntese do I Congresso de Estudantes de Pedagogia, Eixo Análise da articulação e estrutura curricular*. 1967b.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Executiva Paulista de Estudantes de Pedagogia*. Rio Claro. 1967c

\_\_\_\_\_. *Carta de Informes*. 1968 a.

\_\_\_\_\_. *Síntese dos Trabalhos realizados sobre a Realidade Educacional Brasileira e a reestruturação dos cursos de Pedagogia*. Franca. 1968b.

\_\_\_\_\_. *Ata da Reunião Ordinária realizada em 18 de março*. Presidente Prudente. 1993.

\_\_\_\_\_. *Projeto do I Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia*. 1994

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo*. 1995a.

\_\_\_\_\_. *Ata da 6ª reunião Ordinária da EEEPe – SP realizada nos dias 18 e 19 de março*. Presidente Prudente. 1995b.

\_\_\_\_\_. *O Informativo*. 1995c.

\_\_\_\_\_. *Ata da I Reunião da EEEPe – SP realizada no dia 28 de maio*. 1995d

\_\_\_\_\_. *Folder do II Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia*. 1996a.

\_\_\_\_\_. *Boletim da EEEPe – SP*. Edição de Outubro. 1996b.

\_\_\_\_\_. *BixoGuia 97 – gestão 1996/199*. 1997.

\_\_\_\_\_. *Ata da 1ª Reunião Ordinária realizada nos dias 17 e 18 de maio*. Campinas. 1999a.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo*. São Carlos. 1999b.

- \_\_\_\_\_. *Carta do VII Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia de 21 de novembro*. São Paulo. 1999c.
- \_\_\_\_\_. *Folder do VII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia*. 2000a.
- \_\_\_\_\_. *Projeto do VII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia*. São Paulo. 2000b.
- \_\_\_\_\_. *Estatuto da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo*. Piracicaba. 2000c.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de avaliação institucional das instituições de ensino superior formadoras de professores*. s/d.
- \_\_\_\_\_. *Projeto do VIII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia*. São Paulo. 2001a.
- \_\_\_\_\_. *Estatuto da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo*. São Paulo. 2001b.
- \_\_\_\_\_. *Jornal da EEEPe – SP – IX EPEP*. São Carlos. 2002.
- \_\_\_\_\_. *Documento Final do X Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia de São Paulo*. Campinas. 2003a.
- \_\_\_\_\_. *Jornal da EEEPe – SP*. 2003b.
- \_\_\_\_\_. *Jornal dos Alunos da Pedagogia do Mackensie*. Edição de novembro, nº 1. São Paulo. 2003c.
- \_\_\_\_\_. *Folder do XI Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia*. Rio Claro. 2004.
- \_\_\_\_\_. *Documento Final do XII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia*. Santo André. 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Documento Final do XV Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia*. São Carlos. 2005b.
- \_\_\_\_\_. *Documento Final do XIII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia*. Bauru. 2006a.
- \_\_\_\_\_. *Caderno do XVI Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia*. Ribeirão Preto. 2006b.
- \_\_\_\_\_. *Ofício da Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação*. Campinas. 2006c.
- \_\_\_\_\_. *Documento Final do XVII Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia*. São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. *Documento Final do XVII Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia*. Rio Claro. 2008.

EVANGELISTA, O. (Org.) ; PACHECO, J. A. (Org.) ; MORAES, M. C. M. (Org.) . *Formação de professores: perspectivas educacionais e curriculares*. 1. ed. Porto: Porto Editora, 2003. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Curso De Pedagogia: Propostas Em Disputa*. Exposição realizada no 1º Encontro Catarinense de Estudantes de Pedagogia. Mesa-Redonda com Helena de Freitas (ANFOPE) e Beatriz Luce (CNE). 29.10.2005/UFSC. Disponível em <http://www.ced.ufsc.br/pedagogia/Textos/OlindaEvangelista.htm>, acesso no dia 3 de novembro.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis. Vozes. 1977.

FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade*. São Paulo. Companhia da Editora Nacional. 1977.

\_\_\_\_\_. 1968 A Juventude na sociedade moderna. In GROPPPO, Luis Antônio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000. p. 338.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro. Círculo do Livro. s/d.

GROPPPO, Luis Antônio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

HOSTINS, Regina Célia. *O Ensino Superior Em Tempos De Crise Do Capital Virtualizado E Da Individualização Social Pós-Moderna: Sua Expressão Nas Diretrizes Para O Curso De Pedagogia*. Trabalho apresentado na 32ª reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Educação. Disponível em

<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT11-5143--Int.pdf> - acesso 23/11/2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v 19 n. 206/207/208. Ago. 1998

LEHER, Roberto. Aonde vai a educação pública brasileira? In NEVES, Lucia Maria W.. *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo. Xamã. 2004. p. 13 e 14

LENIN, V. I.. *Que fazer?*. Lisboa. Avante, 1978

MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião Estudantil: 1968 – México, França e Brasil*. Campinas. Mercado das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. (org) 1968. *Faz 30 anos*. São Carlos. Mercado de Letras e Ed. da UFSCar. 1998

MARX, K. *As teses de Ferurbach*. 1888 Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_fontes/tme\\_13.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/tme_13.pdf) - acesso 15/12/2009

MARX, K. e ENGELS, F.. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre. L&PM, 2007.

MAZZEU, Lidiane Teixeira Brasil. *A Política De Formação Docente No Brasil: Fundamentos Teóricos E Epistemológicos*. . Trabalho apresentado na 32ª reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Educação. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT05-5789--Int.pdf>. acesso 23/11/2009.

MENDES JUNIOR, O Movimento Estudantil no Brasil. In CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do Movimento Estudantil, 1964 – 1980*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1987. p. 96

MINTO, Lalo W.. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas. Autores Associados. 2006

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império – Subsídios para a História da Educação no Brasil – 1823/1825*. in FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis. Vozes. 1977.

MOREIRA, A, F.; SILVA, T. T. *Currículo, Cultura e Sociedade*. In EVANGELISTA, O. (Org.) ; PACHECO, J. A. (Org.) ; MORAES, M. C. M. (Org.) . *Formação de professores: perspectivas educacionais e curriculares*. 1. ed. Porto: Porto Editora, 2003. v. 1.

NEVES, Lucia Maria W.. *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo. Xamã. 2004.

POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1968.

ROMAGNOLI E GOLÇALVES. *A volta da UNE – de Ibiúna a Salvador*. In MARTINS FILHO, João Roberto (org). *1968. Faz 30 anos*. São Carlos. Mercado de Letras e Ed. da UFSCar. 1998

SANFELICE, José Luis. *O UNE na resistência do golpe de 1964*. Campinas. Alínea. 2007

\_\_\_\_\_. *Transformações no Estado-nação e impactos na educação*. In: Lucena, C. (Org.). *Capitalismo, Estado, Educação*. Campinas: Alínea, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação*. São Paulo. Cortez e Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas. Autores Associados. 2008

SILVA, Guilherme Gil. Um estudo sobre a formação política na Educação Física. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SILVA, Simono Tenório Rocha e. Rebeldia, Contestação e Silêncio: o movimento estudantil em 1968. In ZAIDAN FILHO, M. e MACHADO, O. L.. *Movimento Estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife. Universitária UFPE, 2007.

SILVA JR., João dos Reis. *Reforma do estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo. Xamã, 2002

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M.; e EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro. DP&A . 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Faculdade de Educação. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia 2008*. Abril de 2007.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o dialogo e a violência : movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas. Editora da UNICAMP. 2ª ed. 2008.

VAZ, Henrique de Lima. *Cultura e Universidade*. In FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis. Vozes. 1977.

ZAIDAN FILHO, M. e MACHADO, O. L.. *Movimento Estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife. Universitária UFPE, 2007.

[www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) - Acesso em 20/04/2009

[www.convest.unicamp.br/estatisticas/perfil/perfil.html](http://www.convest.unicamp.br/estatisticas/perfil/perfil.html) - Acesso em 08/04/2009

[www.fe.unicamp.br](http://www.fe.unicamp.br) – Acesso em 08/05/2009

[www.une.org.br](http://www.une.org.br) – Acesso em 21/11/2009

[www.unicamp.br](http://www.unicamp.br) - Acesso em 07/05/2009

## ANEXO I -

### Síntese do I Congresso de Estudantes de Pedagogia

#### CONGRESSO ESTADUAL DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

#### CONSIDERANDOS E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE TRABALHO I

Tema: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - PARTICIPAÇÃO DO LICENCIADO EM PEDAGOGIA.

- 1 - Considerando que a educação brasileira desde suas origens apresenta-se com uma orientação deficiente, colocando-se em termos de formação de uma elite,
  - Recomenda-se necessária a atuação do educador (licenciado em Pedagogia) que pode não só sanar essas deficiências, mas principalmente incentivar o desenvolvimento através de uma planificação e uma metodologia orientadas para uma educação mais humana.
  
- 2 - Considerando a atual situação do Ensino Primário brasileiro, que apresenta alto índice de evasão e de repetência, além de atingir apenas uma parte da população infantil, e o analfabetismo adulto que atinge 50% da população brasileira,
  - Recomenda-se prioridade no atendimento dos problemas relativos ao Ensino Primário e à alfabetização de adultos visando a melhoria não apenas quantitativa, mas também, qualitativa do mesmo, isto é, a conscientização do indivíduo.
  
- 3 - Considerando que o nosso ensino médio atual apresenta quase que só um caráter propedêutico,
  - Recomenda-se que além de visar a formação integral do adolescente, prepare profissionais de nível médio e se torne obrigatório a todos, o quanto antes possível.
  
- 4 - Considerando a precariedade do Ensino Superior no Brasil, tanto em quantidade como em qualidade,
  - Recomenda-se que se estimule a pesquisa científica em nossas universidades e se proporcione a abertura de maiores oportunidades a todos, de forma planejada.
  
- 5 - Considerando que não se pode encarar uma profissão de forma estanque, e sim inserida no contexto sócio-econômico e cultural,
  - Recomenda-se que se tenha uma consciência profissional, que leve o indivíduo a perceber as relações de seu trabalho, dentro da dinâmica de sua sociedade como um todo.
  
- 6 - Considerando que os dados estatísticos relacionados com a Educação no Brasil, têm sido, até o momento, levantados apenas por técnicos em Estatística, decorrendo daí sua invalidade prática para o conhecimento da realidade educacional brasileira,

- g) Especialização em níveis de ensino
- h) Desenvolvimento de Recursos Humanos
- i) Atividades comunitárias
- j) Avaliação de desempenho em escolas e emprêsas
- k) Administração de pessoal (análise e classificação de cargos, - recrutamento, seleção, colocação e treinamento de pessoal)
- l) Educação sanitária enquanto atinente às instituições educacionais,

- Recomenda-se a criação em caráter efetivo de cargos e funções relativos a tais áreas e a regulamentação e provimento dos mesmos por licenciados em Pedagogia.

11- Considerando que um dos objetivos do curso de Pedagogia é a formação de professores de educação destinados a preparar professores - em nível médio,

- Recomenda-se que ao licenciado em Pedagogia sejam garantidas e franqueadas, com exclusividade, tôdas as disciplinas pedagógicas contidas no currículo do Curso de Formação de Professôres Primários.

12- Considerando que há seis anos não se realizam concursos públicos para provimento das Cadeiras de Educação, não havendo, portanto, regularidade na abertura dos mesmos, e considerando grande número de - vacâncias no cargo,

- Recomenda-se a realização anual dêstes concursos, para os licenciados em Pedagogia, bem como o provimento imediato das vagas existentes.

13- Considerando-se a existência de cargos não lotados no magistério de nível médio e o grande número de aulas que uma cadeira de Educação abrange,

- Recomenda-se a lotação imediata de todos os cargos e o trespasseamento de cadeira de Educação das Escolas Normais.

14- Considerando que o treinamento, prévio ou em serviço, é necessário ao aumento de produtividade em geral,

- Recomenda-se que êle vise não apenas os interesses da emprêsa, mas também o dos empregados e, principalmente, da sociedade como um todo.

15- Considerando que no Serviço Público brasileiro a maioria dos atuais funcionários não foi submetida a provas públicas para o ingresso, e mesmo aquêles que foram selecionados, o foram na base de qualificações gerais, sendo que a maioria permanece com os mesmos conhecimentos de início de carreira, havendo então uma defasagem em relação ao progresso técnico científico,

- Recomenda-se a organização de sistemas de treinamento, de caráter permanente, destinados à formação, adaptação e aperfeiçoamento de todo o funcionalismo público.

16- Considerando a formação do licenciado em Pedagogia, relativa às ciências e técnicas e administrativas e pedagógicas,  
- Recomenda-se que também o licenciado em Pedagogia exerça a função de Técnico de Administração.

17- Considerando que Acôrdos MEC-USAID ferem a auto-determinação dos educadores nacionais, e estão em conformidade apenas com os interesses de grupos econômicos internacionais,  
- Recomenda-se a luta contra êsses acôrdos por todos os estudantes e educadores, denunciando o caráter imperialista dos mesmos e não aceitando a sua aplicação em qualquer instituição educacional brasileira.

18- Considerando-se a inocuidade de se fazer planejamento apenas no setor educacional, sem visão ampla e profunda de tôdas as necessidades nacionais e sem um planejamento global voltado aos interesses econômicos e sociais da grande maioria,  
- Recomenda-se a luta organizada dos estudantes e licenciados em Pedagogia contra as atuais estruturas econômico-políticas, que impedem o desenvolvimento econômico e social no sentido de beneficiar a todos os brasileiros.

19- Considerando que a Universidade brasileira é de elite, não voltada para as necessidades sociais, e desprovida de pesquisa e verdadeiro espírito universitário,  
- Recomenda-se a organização dos estudantes, de alguns setores progressistas do corpo docente e de educadores em geral para dirigir uma luta global no sentido de implantar estruturas políticas que possibilitem as transformações econômicas e educacionais desejadas.

CONSIDERANDOS E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE TRABALHO II

Tema: ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR

O grupo encarregado dos debates referentes à tese 2 "ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO CURRICULAR",

Considerando,

- 1- Que o Curso de Pedagogia se restringe na atualidade somente à formação teórica do professor,
- 2 - Que o Curso de Pedagogia negligencia outros aspectos essenciais à formação de profissionais no campo educacional,
- 3 - Que o Curso de Pedagogia está desvinculado da necessidade e realidade brasileira,
- 4 - Que o Curso de Pedagogia tem o currículo enciclopédico,
- 5 - Que a filosofia educacional no Brasil não condiz em uma necessária filosofia educacional brasileira,
- 6 - Que a estrutura sócio-econômica do país exige a formação de técnicos de educação em nível de graduação,
- 7 - Que existe improvisação no planejamento educacional brasileiro,
- 8 - Que a insuficiente capacitação favorece a perda do campo profissional pedagógico,
- 9 - Que a estrutura ~~sócio-econômica~~-política brasileira impede que a educação seja um fator de revolução social,

Conclue,

Que o objetivo do curso de Pedagogia é formar educadores especializados e técnicos de educação em:

- a) planejamento
- b) orientação educacional
- c) orientação pedagógica
- d) administração escolar
- e) recursos audio-visuais
- f) ensino pré-primário
- g) ensino primário
- h) ensino complementar
- i) ensino supletivo
- j) ensino emendativo
- k) ensino secundário
- l) ensino normal
- m) ensino técnico
- n) didática para o magistério superior
- o) matérias pedagógicas
- p) instrução programada
- q) outros que a tese 1 venha a determinar.

Recomenda:

- 1 - Um currículo dividido em dois ciclos: básico e profissional,
- 2 - Que o ciclo básico deve constar de unidades obrigatórias e ter a duração de 2 anos,
- 3 - Que o ciclo profissional deva constar de unidades obrigatórias - e núcleos especializados de unidades optativas e ter a duração de 2 anos,
- 4 - Que as unidades básicas sejam; Sociologia, Psicologia, Filosofia e História da Educação, Fundamentos Econômicos da Educação, Estatística, Biologia, Fundamentos de Administração Escolar, Fundamentos de Métodos e Técnicas de Pesquisa;
- 5 - Que as unidades obrigatórias para o ciclo profissional sejam: - Tendências atuais da Educação Brasileira, Didática, Teoria e Prática do Ensino Primário e Médio, Psicologia, Filosofia, Sociologia,
- 6 - Que as especializações do Curso de Pedagogia aqui mencionadas atinjam a realidade nas suas necessidades ideais, embora não possamos negar a impraticabilidade de algumas especializações no momento,
- 7 - Dar mais atenção, por serem prioritárias as seguintes especializações: Orientação Educacional, Magistério em matérias pedagógicas Administração Escolar, Planejamento Educacional,
- 8 - Ao Congresso, fazer sentir às autoridades para que tomem consciência do porquê da reestruturação do Curso de Pedagogia nêstes - termos, a fim de que seja reconhecida a profissão de licenciado - em Pedagogia, em seu mercado de trabalho já regulamentado ou a regulamentar.

CONSIDERANDOS E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE TRABALHO III

Tema: O PROBLEMA DA PÓS-GRADUAÇÃO

Os congressistas responsáveis pela tese nº 3, elaborada pela Região de Lins, com referência à pós-graduação, definiram-na da seguinte forma:

"Graduação no sentido amplo, conforme o próprio nome está a indicar, designa todo e qualquer curso que se siga à graduação. No sentido restrito, é entendida - como o ciclo de cursos em continuação à graduação, - visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação, podendo levar à obtenção de grau acadêmico".

e chegaram às seguintes recomendações finais:

CONSIDERANDO:

- 1 - que o mercado de trabalho para pós-graduação é insuficiente, já que o governo, que seria o principal interessado nos planejamentos, pesquisas e atividades docentes que seriam desenvolvidas - pelo pós-graduação em todos os graus de ensino, não os promove - consentindo em um desenvolvimento anárquico, desequilibrado e - infeliz sob todos os aspectos,
- 2 - que urge estimular o interesse pelos cursos de pós-graduação de Pedagogia e outros,
- 3 - que é indispensável destinar vencimentos e vantagens para o corpo docente do referido curso,
- 4 - que a escola não deve ser desligada da realidade sócio-econômica em que se acha inserida, e sim, que deve atender às solicitações do mercado de trabalho do meio, com pessoal habilitado,
- 5 - que o MESTRE é o título de grau acadêmico correspondente ao segundo nível,

RECOMENDAMOS:

- 1 - Para mestrado, um ano no mínimo e para doutorado dois anos no mínimo de duração do curso. O programa de estudos compreenderá um elenco variado de matérias, a fim de que o aluno possa exercer - opção, orientado pelo diretor de estudos em sua área de concentração. O candidato escolherá matérias complementares em campo - correlato ao já escolhido,

- 2 - que a existência de um curso de graduação não seja o único requisito para o funcionamento dos cursos de pós-graduação e que sejam observadas as seguintes condições de eficiência consideradas fundamentais e indispensáveis ao bom funcionamento dos cursos de pós-graduação:
- a- comprovada competência e alta capacidade especializada dos professores encarregados de ministrarem o curso, e exigência de grau de doutor para o professor encarregado de orientá-lo,
  - b- disponibilidade, em regime de tempo integral, dos professores que ministrem o curso, em sistema de rodízio, para planejar suas aulas e seminários, realizar investigações e pesquisas na área de especialização, iniciar os alunos na metodologia da pesquisa, orientá-los na sua execução, e prestar-lhes uma assistência quase individual e assídua nos seus estudos e trabalhos; contato direto e constante de orientador do curso com professores e pós-graduação,
  - c- uma biblioteca atualizada, bem organizada e funcionalmente eficiente, bem como os laboratórios e equipamento indispensável para a realização das pesquisas,
  - d- que os locais que correspondessem a esses requisitos passariam a ser centros em que funcionassem cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, que formariam pesquisadores. Nos locais que apresentassem uma deficiência com relação a essas condições exigidas instalar-se-iam cursos de pós-graduação em nível de especialização, que requeressem uma abordagem diferente do assunto e que formariam técnicos em educação,
  - e- que os referidos cursos sejam dados mais em nível técnico que acadêmico, tendo-se em vista a maior necessidade de técnicos na atualidade,
- 3 - que as condições dos itens anteriores sejam observadas tanto nos agregados universitários oficiais, como nas escolas particulares, e que seja dada maior assistência técnica e financeira e exercida uma rigorosa observação da existência dessas condições, tanto para a instalação do curso, como para o seu posterior funcionamento,
- 4 - que as condições materiais e humanas para a instalação do curso e posterior funcionamento sejam verificadas unicamente pelas comissões designadas pelo Conselho Estadual ou Federal de Educação e que essas comissões sejam especializadas no ramo a que se destinem as verificações recomendadas,

-3-

- 5 - que a capacidade financeira não seja julgada em função do patrimônio da entidade mantenedora, mas da existência de rendas e recursos próprios e suficientes para o atendimento cabal das despesas de manutenção do curso,

-4-

- 6 - que, dentro de esforço para a conquista de mercado de trabalho, seja considerado necessário suportar o sacrifício inicial, representado pelo suprimento de cargos em regiões afastadas ou menos favorecidas. A conquista do mercado de trabalho deve preceder à luta por melhores condições de remuneração e de exercício de profissão.

São Paulo, 14 à 17 de setembro de 1967. -

/lcn

## ANEXO II -

## Estatuto da Executiva Paulista de Estudantes de Pedagogia

ESTATUTOS DA EXECUTIVA PAULISTA DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - EPEPCap. I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE e FINS

- Art. 1º - A Executiva Paulista de Estudantes de Pedagogia - EPEP é a entidade superior de representação dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino de Pedagogia do Estado de São Paulo; filiada à Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia - ENEP e à União Estadual dos Estudantes - UEE, funcionando nesta última como representante reivindicadora e assessora para assuntos relativos à educação.
- § Único - Todo poder regulado por este estatuto emana dos Centros de Estudos Pedagógicos do Estado de São Paulo - CEPs e em seu nome será exercido.
- Art. 2º - A sede da EPEP deslocar-se-á anualmente para a cidade onde estiver localizada a sua Presidência.
- Art. 3º - Compete à EPEP:
- a. lutar pelo interesse de formação e aplicação profissionais dos estudantes de Pedagogia;
  - b. incrementar, coordenar e incentivar movimentos, visando à atualização do ensino teórico e prático da Pedagogia, aplicado à realidade e às necessidades brasileiras;
  - c. promover o Congresso Estadual de Pedagogia, anualmente, e demais reuniões necessárias ao desenvolvimento das finalidades da Executiva;
  - d. coordenar e congregar os CEPs e dar-lhes assistência;
  - e. cooperar com a Associação Paulista de Pedagogia, com a ENEP e entidades congêneres;
  - f. representar politicamente os CEPs;
  - g. colaborar na criação e dinamização dos CEPs junto aos cursos de Pedagogia em todo o Estado;
  - h. fazer-se representar nas reuniões de interesse da entidade;
  - i. promover o esclarecimento em colégios e na opinião pública, de modo geral, sobre o caráter e sentido da profissão de pedagogo na realidade brasileira;
  - j. promover e participar de atividades que visem o desenvolvimento político, econômico e social do Brasil, tendo por base os princípios da auto-determinação dos povos, libertação nacional, equiparação dos direitos e deveres de todos perante a lei, sem distinção de raça, cor, sexo, posição social e intelectual, credo político-religioso, e lutar pela representatividade do povo no governo e pela integração efetiva do estudante na luta dos trabalhadores pela transformação da sociedade brasileira.

Cap. II - DA ORGANIZAÇÃO

- Art. 4º - A EPEP é composta dos CEPs.
- § 1º - Os CEPs ficam filiados à EPEP desde que solicitem a sua inscrição, através de requerimento à sua Diretoria, acompanhado de cópia dos estatutos.

- § 2º - As inscrições serão permitidas até 30 dias antes da realização do Congresso Estadual.
- § 3º - Fica assegurada a autonomia de organização, participação e estruturação dos CEPs, desde que seus estatutos não contrariem em nenhum item os da EPEP.
- Art. 5º - É vedado à EPEP:
- a. estabelecer preferências entre os estudantes ou órgãos de representação estudantil, para concessão de benefícios;
  - b. coagir quaisquer dos seus membros, dentro ou fora do âmbito de suas atividades estudantis;
  - c. exercer atividades político-partidárias;
  - d. admitir discriminação de ordem religiosa, racial, social ou política.

Cap. III - DO CONGRESSO ESTADUAL DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

- Art. 6º - O Congresso Estadual de Estudantes de Pedagogia é o mais alto órgão da EPEP.
- Art. 7º - Compõe-se o Congresso Estadual de Estudantes de Pedagogia, dos seguintes membros:
- a. Titulares;
  - b. Colaboradores;
  - c. Observadores.
- § 1º - São membros titulares um elemento da Diretoria de cada CEP inscrito na EPEP.
- § 2º - São membros colaboradores todos os estudantes de Pedagogia presentes ao Congresso.
- § 3º - São membros observadores:
- a. professores e licenciados dos cursos de Pedagogia presentes ao Congresso;
  - b. estudantes e professores universitários de outros cursos que tiverem seus pedidos de inscrição aceitos pela Mesa Diretora.
- Art. 8º - Só os membros titulares terão direito a voto nas reuniões plenárias.
- Art. 9º - Nas reuniões de Comissão, os membros colaboradores também poderão votar.
- Art. 10º - Os membros observadores terão direito apenas a voz.
- Art. 11º - A sede do Congresso Estadual de Estudantes de Pedagogia deverá ser fixada em região a ser escolhida pelo Congresso.
- Art. 12º - O Congresso Estadual de Estudantes de Pedagogia realizar-se-á no segundo semestre por convocação da Diretoria.
- Art. 13º - O Congresso Estadual Extraordinário reunir-se-á por convocação da Diretoria ou de 2/3 dos CEPs filiados.
- § Único - O Congresso Estadual Extraordinário só poderá deliberar sobre assuntos para os quais foi convocado.

- Art. 14º - Todo Congresso Estadual Ordinário deverá ser convocado com um mês de antecedência.
- Art. 15º - O Plenário elegerá, em sessão preparatória, ouvidos um representante de cada CEP:
- a. A Mesa Diretora dos Trabalhos, que ficará assim constituída:
    - Vice-Presidente;
    - 1º Secretário;
    - 2º Secretário;
  - b. A Comissão Eleitoral, composta de 5 membros.
- Art. 16º - O Plenário deverá discutir e aprovar o Regimento Interno elaborado pela Diretoria da EPEP.
- Art. 17º - O Presidente da EPEP será o Presidente do Congresso.
- Art. 18º - As diretrizes do Congresso serão as metas para a EPEP e consideradas recomendações para os CEPs.
- Art. 19º - Compete ao Congresso Estadual de Estudantes de Pedagogia:
- a. identificar os seus membros;
  - b. discutir e votar as teses, recomendações e propostas apresentadas por quaisquer de seus membros;
  - c. discutir e votar o programa administrativo mínimo e o orçamento;
  - d. influir na opinião pública e perante o governo, assinalando o valor de suas deliberações;
  - e. eleger e dar posse à nova Diretoria;
  - f. apreciar o Relatório e a prestação de contas da gestão que finda;
  - g. estabelecer a região onde será realizado o Congresso Estadual;
  - h. determinar a época do Congresso.
- Art. 20º - O Congresso Estadual Extraordinário terá condições de deliberação quando estiverem presentes 2/3 dos membros titulares.
- Art. 21º - Os temas para o Congresso Estadual de Estudantes de Pedagogia deverão ser sugeridos pelos CEPs à Diretoria da EPEP.

#### Cap. IV - DA DIRETORIA

- Art. 22º - A EPEP será administrada por uma Diretoria composta dos seguintes membros:
- a. Presidente;
  - b. 1º Vice-Presidente;
  - c. 2º Vice-Presidente;
  - d. Secretário;
  - e. Tesoureiro;
  - f. Coordenadores Regionais.
- Art. 23º - Os cargos "a", "b", "c", "d" e "e" serão preenchidos através de eleição em Congresso.
- Art. 24º - Os Coordenadores Regionais serão eleitos em reuniões regionais que deverão ser processadas no mês anterior ao Congresso, tolerada a realização das mesmas nos dias iniciais do Congresso, desde que sem prejuízos dos trabalhos normais.

- Art. 25º - É vedada a acumulação de cargos.
- Art. 26º - É dado o direito, a qualquer membro da Diretoria, de nomear tantos assessores quantos achar necessários.
- Art. 27º - Compete à Diretoria:
- a. executar as diretivas do Congresso Estadual;
  - b. reconhecer os CEPs;
  - c. nomear os substitutos para os cargos que se tornarem vagos;
  - d. cumprir e fazer cumprir êstes Estatutos e Regimento Interno;
  - e. reunir-se mensalmente ou quando convocada pelo Presidente ou por 2/3 de seus membros;
  - f. manter publicação.
- Art. 28º - Os membros da Diretoria não são responsáveis pessoalmente pelas obrigações contraídas pela entidade.
- Art. 29º - Compete ao Presidente:
- a. representar a EPEP em juízo ou fora dêle;
  - b. convocar e presidir as reuniões da Diretoria, visando coerência e unidade em sua ação, através da orientação de seus trabalhos;
  - c. convocar e dirigir as reuniões do Congresso Estadual;
  - d. despachar o expediente e distribuir cada matéria ao diretor competente;
  - e. assinar atas e documentos da EPEP juntamente com o Secretário;
  - f. rubricar os livros da Secretaria e da Tesouraria;
  - g. manifestar-se em nome dos estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo, tôdas as vezes em que se fizer necessário;
  - h. assinar com o Tesoureiro todos os documentos que visem a movimentação de fundos da entidade;
  - i. apresentar os Relatórios da Diretoria no Congresso Estadual.
- Art. 30º - Compete aos Vice-Presidentes:
- a. substituir o Presidente em sua falta ou impedimento;
  - b. auxiliá-lo em suas funções.
- Art. 31º - Compete ao Secretário:
- a. organizar os trabalhos da Secretaria;
  - b. ter sob sua guarda o material de expediente e os arquivos da entidade;
  - c. assinar, com o Presidente, os documentos, atas e correspondência da EPEP;
  - d. redigir os documentos e atas da entidade;
  - e. tratar da organização e conservação da sede;
  - f. coordenar a publicação do Boletim Informativo.
- Art. 32º - Compete ao Tesoureiro:
- a. receber, em nome da Diretoria, as verbas destinadas à EPEP, bem como as doações, contribuições e legados;
  - b. conservar em Banco o numerário da entidade;
  - c. solver o débito da EPEP mediante autorização da Diretoria;

- d. ter sob sua guarda direta os livros de escrituração, publicando semestralmente o balancete da Tesouraria, aprovado pela Diretoria;
- e. ter sob seu controle direto os bens materiais da EPEP;
- f. elaborar o Relatório Financeiro a ser apresentado no Congresso.

Art. 33º - Compete aos Coordenadores Regionais:

- a. representar a região dentro da Diretoria;
- b. manter os contatos, em nome da Diretoria, na região que representa, colaborando para a consecução dos objetivos da EPEP;
- c. auxiliar os demais membros da Diretoria no desempenho de suas funções.

#### Cap. V - DO PATRIMÔNIO

Art. 34º - O patrimônio da EPEP será formado:

- a. pelos bens móveis e imóveis que venha a possuir;
- b. pelos juros e rendimentos do seu patrimônio;
- c. pelas subvenções e legados recebidos;
- d. pelas contribuições dos CEPs, proporcionalmente ao número de associados, conforme deliberação do Congresso.

#### Cap. VI - DO ORÇAMENTO

Art. 35º - O orçamento da EPEP depende da contribuição obrigatória de cada CEP filiado; o valor da contribuição será fixado no Congresso Estadual.

#### Cap. VII - DAS ELEIÇÕES

Art. 36º - As eleições para os cargos da Diretoria, conforme o disposto no artigo 22 - alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", serão feitas por sufrágio direto e secreto.

Art. 37º - O processo eleitoral estará a cargo da Comissão Eleitoral.

Art. 38º - Compete à Comissão Eleitoral:

- a. receber os requerimentos e registrar as candidaturas;
- b. organizar e dirigir a votação;
- c. apurar os votos;
- d. proclamar os eleitos e dar-lhes posse.

Art. 39º - É condição de elegibilidade para a Diretoria da EPEP:

- a. ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b. estar matriculado regularmente em curso de Pedagogia do Estado, filiado à EPEP.

Art. 40º - São inelegíveis para a Diretoria da EPEP os estudantes que estejam na última série do curso.

Art. 41º - Os candidatos não podem fazer parte da Comissão Eleitoral.

Art. 420 - A Diretoria da EPEP será eleita no último dia do Congresso em sua reunião ordinária de cada ano.

Cap. VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 430 - Os presentes estatutos poderão ser modificados no todo ou em parte pelo Congresso Estadual de Pedagogia, ordinário ou extraordinário, onde estejam presentes pelo menos  $2/3$  dos membros titulares.

§ Único - A decisão será por maioria simples.

Art. 440 - Os casos omissos nos presentes estatutos serão resolvidos pela Diretoria.

Art. 450 - A EPEP só poderá ser dissolvida por aprovação de  $2/3$  dos membros titulares.

Art. 460 - As entidades filiadas não respondem financeiramente pelas obrigações assumidas pela EPEP.

Art. 470 - Estes estatutos entram em vigor na data de sua aprovação, revogadas as demais disposições em contrário.

Rio Claro, 12 de novembro de 1.967.

ASSEMBLÉIA GERAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

## ANEXO III - Carta de Informes

E P E P - EXECUTIVA PAULISTA DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

I N F O R M E

I . A EPEP - Executiva Paulista dos Estudantes de Pedagogia - transmite neste Informe aos estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo, a síntese dos trabalhos realizados depois do II Congresso ( Santos - setembro de 1968 ).

Relembramos aos colegas que o Curso de Pedagogia, como os demais, se acha envolvido na luta pela Reforma Universitária e, no corrente ano os trabalhos levados e a levar em tôdas as escolas se relacionam com o estudo de sua reestruturação.

No II Congresso ficou evidenciado que a 1ª fase dessa luta - fase essa voltada para o levantamento dos problemas que justificam uma reestruturação de curso - já podia se considerar encerrada, inclusive por já se ter estabelecido a linha dos princípios que servirão para orientar as nossas atividades no que se refere à reestruturação.

Logo após o encerramento do II Congresso, a nova diretoria convocou uma reunião dos delegados presentes, na qual deliberou-se pelo encaminhamento imediato das sínteses. Optou-se, / então, pela forma de Seminários Regionais, com o intuito de aproveitar a motivação manifesta, estender as discussões aos demais colegas e facultar uma troca de experiências que possibilite seja levado à prática, com maior chance de acerto, um programa reivindicatório.

Já foram realizados alguns seminários cujos resultados / constam noutra parte dêste Informe; entretanto, pode-se antecipar que, coerentemente, os primeiros seminários concluíram pela realização de novos encontros regionais para - numa segunda fase da luta pela reestruturação - elaborar-se uma proposta de objetivos do curso.

Conclamamos as colegas para a importância desta etapa, de que a Reforma universitária é fato concreto que se imporá em pouco tempo e os estudantes de Pedagogia deverão ter sua proposta para que tenhamos algo concreto que nos oriente na defesa de nossos interesses.

- 2 -

- Um dos itens dêste Informe noticia, em síntese, o que se fêz no I Congresso Nacional dos Estudantes de Pedagogia, nos dias 11, 12 e 13 de outubro, em Belo Horizonte, realização da ENEP - Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia - entidade que se destina à coordenação das nossas lutas, em âmbito nacional.

O forte clima de repressão ao movimento estudantil que reinava em Belo Horizonte naqueles dias, impediu que houvesse / maior rendimento dos trabalhos! De qualquer forma, o aproveitamento foi razoável!

- Anexa-se a relação dos cursos de Pedagogia do Estado de São Paulo, contribuindo para facilitar o intercâmbio entre os Centros de Estudo. A EPEP retransmite aqui, a sugestão feita por diversos CEPs, no sentido de que se inicie e intensifi que a troca de informações sôbre o andamento dos trabalhos em cada escola.

- Finalmente, anexa-se, também, um manifesto da EPEP, resultante de sua posição tomada nos últimos acontecimentos que envolveram o ME e que culminou com a repressão do XXX Congresso da UNE.

## II . I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Realizou-se em Belo Horizonte, nos dias 11, 12 e 13 de / outubro, com representantes de vários cursos de Pedagogia do Pará, Rio Grande do Norte, Bahia, Espirito Santo, Minas Gerais, Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Goiás.

O temário discutido foi o proposto pela EPEP, o mesmo do II Congresso de São Paulo, que facultou a elaboração de uma Carta de Princípios da ENEP, para orientação do trabalho de reestruturação dos cursos em termos nacionais e que será enviada, pela ENEP, a tôdas as escolas.

A diretoria eleita no Congresso pertence à representação da Bahia e é presidida pela colega Maria das Graças - CEP da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica, Praça Ana Nery, s/n, Salvador, BA.

Para que a ENEP possa cumprir a sua missão - coordenação das lutas em defesa dos interesses dos estudantes de Pedagogia - os congressistas aprovaram uma sugestão para custeio das despesas da Executiva Nacional: cada CEP deverá contribuir com a importância de R\$100,00, em quatro parcelas de R\$25,00, nos meses de outubro/68, março, junho e setembro/69. A ENEP encarece aos CEPs a necessidade do envio da primeira parcela, como determinante essencial ao seu próprio funcionamento.

## III . O MOVIMENTO NAS REGIÕES

## a. REGIÃO SÃO PAULO

Seminário Regional - Local: Sorocaba - Data: 12 e 13 OUT 68.

Temário: Discussão das Sínteses do II Congresso.

Houve aprofundamento dos seguintes pontos:

- Possibilidades de trabalho do educador, não só no magistério mas também em campos educacionais especializados:
  - planejamento, pesquisa, etc.
- Não se concordou - contrariamente a resolução do Congresso - em colocar como disciplina curricular "Política Educacional". Além dessa matéria já está inserida em certas disciplinas como Administração escolar, Sociologia, Filosofia, corre-se o risco de se ter aulas "quadradas" e e apoloéticas sobre a estrutura e as perspectivas da política atual. O estudo livre e crítico sobre "Política Educacional" deve ser uma constante das entidades estudantis em atividades extra-curriculares.
- Concluiu-se que uma das missões do educador é despertar a consciência crítica nas pessoas a que tem acesso.
- Com relação à estrutura do curso, êste poderia ter matérias básicas e instrumentais, numa primeira fase - visando inclusive a integração universitária - e as matérias mais específicas e profissionalizantes, numa segunda fase. Isto sem rigidez curricular e sem deixar de lado uma visão global e integralizadora do curso e da realidade em que o educador deverá atuar,
- Deu-se ênfase à pesquisa, tanto em nível de pós-graduação e especialização, como em nível de graduação.
- Ficou patente a necessidade de reestruturação do curso de Pedagogia, adequando-o ao momento e ao país. Com relação ao encaminhamento prático da luta pela reestruturação, destacou-se os seguintes aspectos:
  1. que se integre no processo de reestruturação a massa estudantil e o setor mais lúcido e acessível dos professores;
  2. que se convoque os responsáveis pela direção atual do curso, para que exponham seus objetivos;
  3. que se realizem debates, conferências, leituras de textos;
  4. que se divulgue o movimento aos vestibulandos e calouros.
 Outros pontos já discutidos no Congresso de Santos, também foram aprofundados com boa participação, principalmente dos colegas da cidade-sede.
- Para dar continuidade ao movimento de reestruturação do curso, numa fase em procura definir objetivos, foi marcado um novo Encontro dessa Regional, para os dias 9 e 10 de novembro, 10 horas, no CRPE - a cargo do CULP Roldão, da Pedagogia-USP.

## b. REGIÃO RIO CLARO

1º Seminário Regional - Local: Rio Claro - Data: 5 e 6 OUT.

Temário: sofreu modificações, em virtude da falta de algumas escolas. Discutiu-se:

- a marcação de um novo seminário para maior participação;
- o papel das entidades estudantis: entidade livre e legal;
- o Curso de Pedagogia: sua reestruturação;
- problemas atinentes a uma nova organização da Região;
- causas do não comparecimento de algumas escolas.

Concluiu-se que várias escolas não puderam comparecer por se acharem envolvidas no problema da unificação das escolas isoladas.

2º Seminário - Local: Rio Claro - Data: 26 e 27 de outubro.

Temário: discutiu-se os seguintes pontos principais:

- problema da coordenação regional; esta passou a ser sediada por Araraquara;
- tema para o próximo seminário: DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS/CURSO
- foi apresentada a experiência da "Semana de Estudos", por / Campinas, a qual será divulgada a todos futuramente;
- deu-se ênfase à necessidade de intercâmbio de experiências entre as várias escolas;
- discutiu-se a necessidade da EPEP divulgar um Informe mensal e um jornal trimestral, além da divulgação de seu manifesto sobre a repressão ao Congresso da UNE.;
- as escolas presentes se comprometeram a visitar as poucas ausentes ao seminário, para integrá-las ao movimento;
- procurar no próximo seminário e programações definir os objetivos do Curso;
- foi marcado um novo Seminário Regional em Franca, nos dias 23 e 24 de novembro, às 10 horas.

## c. REGIÃO DO VALE DO PARAIBA

Não realizou seminários em outubro; está encaminhando um encontro para o mês de novembro!

## d. REGIÃO DE ARACATUBA

A Região também não conseguiu realizar seminários em outubro; trata-se de uma Região extensa e que se acha em fase de divisão. Encaminha-se seus seminários para o mês de novembro.

.....

..... AGUARDEM A CARTA PROGRAMÁTICA DA EPEP .....

FACULDADES QUE POSSUAM O CURSO DE PEDAGOGIA

a. REGIÃO SÃO PAULO

1. F F C L da USP - O Curso de Pedagogia funciona na Cidade Universitária, no edifício do CRPE,
2. F F C L da Universidade Mackenzie - Rua Itambe, 135
3. F F C L "Sedes Sapientiae" - Rua Marquês de Paranaguá, 111
4. F F C L São Bento - Rua Monte Alegre, 984
5. F F N. S. Medianeira - Km, 27 da Via Anhanguera (o curso noturno funciona no Colegio São Luis - Av Paulista)
6. Escola Metodista de São Paulo - Rua Liberdade
7. F F C L de Mogi das Cruzes - Rua Senador Dantas, 326 - Mogi
8. F F C L de Santo André - Av Jose Caballero, 40 - S André
9. F F C L de Santos - Rua Euclides da Cunha, 247 - Santos
10. F F C L de Sorocaba - Av. Gal. Osorio, s/n - Sorocaba

b. REGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA

11. F Salesiana F G L e Adm Empresas - R D Bosco, 160 - Lorena
12. F F C L de S José - Praça Dr Candido Dias Castejon, 116 - SJ Campos
13. F F C L de Taubate - Rua Visconde do Rio Branco, 22 - Taubate

c. REGIÃO ARARAQUARA

14. F F C L - Praça Santos Dumont, 43 - Araraquara
15. F F C L - Jardim Nova Botucatu - Botucatu
16. F F C L - Rua Marçal Deodoro, 1099 - Campinas
17. F F C L - Rua Voluntários de Franca, s/n - Franca
18. F F C L M.S. Patrocínio - Rua do Patrocínio, 965 - ITU
19. F. F. CL - Rua Quintino Bocaiuva, 532 - Jau
20. Faculdade de Educação de Piracicaba
21. F F C L - Rua Dez, 2527 - Rio Claro
22. F F C L de Ribeirão Preto
23. F F C L de São José do Rio Pardo

d. REGIÃO ARAÇATUBA

24. F F C L de Araçatuba
25. F F C L S Coração de Jesus - Av Rod Alves, 10-54 - Bauru
26. F Auxilium F C e Letras - R Dom Bosco, 431 - Lins
27. F F C L - Av Vicente Ferreira, 1278 - Marília
28. F F C L de Penapóles
29. F F C L - Rua Felício Tarabay, 529 - Presidente Prudente
30. F F C L - Rua Gal Glicerio, 3947 - São José do Rio Preto
31. F F C L de Catanduba
32. F F C L de Tupa
33. F F C L de Adamantina!

**ANEXO IV -**  
**Circular nº 1 de 1968**

São Paulo, março de 1.968

Da Comissão Coordenadora da EPEP  
Executiva Paulista de Estudantes de Pedagogia  
aos  
Centros de Estudos Pedagógicos

Circular 1/68

Prezados colegas:

Durante a Assembleia Geral de Pedagogia, realizada em Rio Claro, nos dias 11 e 12 de novembro de 1.967, foi criada a EPEP - EXECUTIVA PAULISTA DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA, entidade superior de representação dos corpos docentes do referido curso, no estado de São Paulo. Na mesma assembléia, foram discutidos e aprovados os Estatutos da Executiva. A essa Assembléia compareceram 11 ( onze ) CEPs. ( Araraquara, Bauru, Campinas, Franca, Lins, Penápolis, Rio Claro, São Bento, Sedes Sapientiae, Sorocaba e U.S.P. ).

Devido a impossibilidade de se realizar a eleição da primeira Diretoria efetiva, por ocasião da citada Assembléia, deliberou-se que a EPEP seria dirigida, provisoriamente, pela Comissão Organizadora do Congresso de Pedagogia.

Esta primeira circular comunica a organização deste órgão e relata as medidas que vem tomando para o encaminhamento das eleições para a Diretoria.

1 - Impressão dos Estatutos - para pleno conhecimento de todos os interessados, imprimiram-se os estatutos que vem sendo distribuído a todos os CEPs. Em anexo, juntamos 2 exemplares do documento um para o arquivo do CEP e o outro para divulgação entre os alunos ( p. ex.: no mural ou no jornal interno ).

2 - Resoluções do Congresso - foram impressos as Resoluções finais do Congresso de setembro. Pedimos que o CEP dessa Escola promova discussões do trabalho, tanto como um meio de divulgação, como de crítica dos problemas discutidos. Será muito interessante e produtivo a realização de um " mini-congresso " em cada faculdade para a preparação dos alunos nesta retomada do movimento de Pedagogia. Seguem dois exemplares da Resoluções.

3 - Anais do Congresso - encontra-se em fase final de confecção os Anais. Trata-se de um documento completo sobre o conclave e de muito interesse para todos os que tem relações com a Pedagogia. Oportunamente serão enviados exemplares a todos os CEPs. Avise-se, também às pessoas que reservaram teses e efetuaram o respectivo pagamento, que os seus direitos serão respeitados.

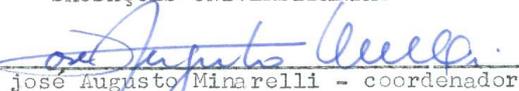
4 - Eleições - por deliberação da Comissão Coordenadora da EPEP fica convocada para o dia 28 de abril p.f. a Assembléia Geral para as eleições. A Comissão enviará a cada CEP uma circular detalhada sobre o assunto. O local será designado em breve e constará da circular referida.

5 - Vinculação à ENEP - Exec. Nac. De EST. de Pedagogia  
Informa-se que a EPEP já se filiou ao órgão máximo de representação dos estudantes de Pedagogia e já efetuou o pagamento da taxa anual de contribuição.

Ao iniciar os seus trabalhos a EPEP conta com o necessário apoio de todos os CEPs., dos quais espera a filiação.

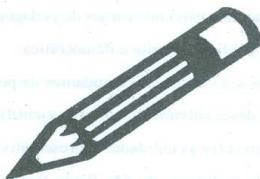
Sendo só o que se tem a comunicar, informamos que novas circulares serão encaminhadas e visitas serão feitas para o perfeito entrosamento de todos nós.

SAUDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

  
José Augusto Minarelli - coordenador

**ANEXO V –**  
**Estatuto da Executiva Estadual dos Estudantes de**  
**Pedagogia de São Paulo**

**ESTATUTO DA EEEPe - SP**



**EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA-SP**

**ESTATUTO DA EEEPe - SP**  
**EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA-SP**

**CAPÍTULO I - Da definição**

**Art.1º** - A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo é a entidade máxima de representação política dos estudantes de pedagogia do Estado de São Paulo, sendo desvinculada de quaisquer órgãos estatais, de partidos políticos e de religiões, sem fins lucrativos e de caráter permanente.

**CAPÍTULO II - Das entidades membro**

**Art.2º** - São membros da Executiva Estadual

- Centros e Diretórios Acadêmicos devidamente filiados junto a Executiva Estadual

**CAPÍTULO III - Dos deveres**

**Art.3º** - São deveres da Executiva:

- a) Coordenar o movimento estudantil de pedagogia no Estado de São Paulo;
- b) Congregar, representar e defender o conjunto dos estudantes de pedagogia do Estado de São Paulo;
- c) Lutar em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade no Estado de São Paulo;
- d) Lutar em defesa da qualidade de ensino nos cursos de pedagogia;
- e) Defender uma universidade pública, gratuita e democrática;
- f) Promover e incentivar a formação crítica dos estudantes de pedagogia;
- g) Promover o intercâmbio e o desenvolvimento cultural, científico e político dos estudantes de pedagogia;
- h) Manter contato e intercâmbio entre as entidades representativas de estudantes;
- i) Representar os estudantes de pedagogia de São Paulo frente a outras entidades e em eventos de interesse deles;
- j) Manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação.

**CAPÍTULO IV - Da administração da Executiva**

**Art.4º** - As instâncias de deliberações políticas e administrativas da Executiva, pela ordem, são as seguintes:

- I) Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia - EPEPe
- II) Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia - COPEPe
- III) Coordenação Estadual da EEEPe - SP
- IV) Entidades Estudantis de Pedagogia (Centro e Diretórios Acadêmicos)

**Seção I: Do EPEPe:**

**Art.5º** - O Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia (EPEPe) é a instância máxima de deliberação da EEEPe-SP.

**Art.6º** - O EPEPe terá como objetivo a integração científica, política e cultural, assim como a troca de

experiências entre seus participantes.

**Art.7º** - Será realizado anualmente, em data e local definidos na Plenária Final do Encontro anterior.

**§1º** - A escola que sediará o EPEPe deve atender a critérios, como participação no movimento estudantil de pedagogia, estrutura física e recursos humanos.

**§2º** - A(s) escola(s) interessada(s) deve(m) apresentar projeto estrutural no EPEPe para aprovação na Plenária Final.

**§3º** - Se a(s) escola(s) não possuir(em) a estrutura necessária ou nenhuma escola se candidatar durante o EPEPe, o primeiro COPEPe após o EPEPe terá o poder de escolher a escola sede, dentre as escolas presentes ao COPEPe.

**Art.8º** - Participarão do EPEPe todos os estudantes do curso de pedagogia do Estado de São Paulo.

**§1º** - Poderão participar observadores, definidos de acordo com o regimento interno do EPEPe, sem direito a voto.

**§2º** - A Comissão Organizadora é formada pela Coordenação Estadual e pela escola sede do Encontro.

**Art.9º** - O EPEPe terá um regimento interno aprovado em sua Plenária Inicial.

**Art.10º** - As Plenárias do EPEPe terão quórum de maioria simples dos inscritos aptos a votar, ou seja, 50% mais um.

**Art.11º** - As deliberações do EPEPe serão tomadas em plenária por maioria simples dos presentes.

Parágrafo Único - Se em votação ocorrer a maioria simples de abstenções a matéria será votada novamente.

#### **Seção II - Do COPEPe:**

**Art.12º** - O COPEPe é o Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, sendo o fórum que reúne Centros e Diretórios Acadêmicos, assim como representações legitimadas pelos estudantes de suas respectivas instituições devidamente filiadas à EEEPe-SP.

**Art.13º** - O COPEPe é a instância decisória imediatamente inferior ao EPEPe.

**Art.14º** - O COPEPe tem por objetivo:

I - Encaminhar as deliberações do EPEPe, assim como discutir e decidir sobre assuntos pertinentes ao movimento estudantil desde que não firam as deliberações do EPEPe;

II - Coordenar, avaliar e fiscalizar a atuação da Coordenação Estadual;

III - Destituir, através de impedimento, desde que devidamente justificado, qualquer coordenador da EEEPe-SP, necessitando, para isso, de quórum de 3/4 do COPEPe.

**Art.15º** - Realizar-se-á ordinariamente o mínimo de 1 COPEPe por semestre, sendo que cada um deles será convocado pelo anterior.

**Art.16º** - Extraordinariamente, poderá ser convocado por um mínimo de 30% (trinta por cento) das entidades filiadas à EEEPe-SP.

**Art.17º** - O COPEPe se instalará com o quórum mínimo de 40% (quarenta por cento) das entidades filiadas à EEEPe-SP.

**Art.18º** - Nas reuniões do COPEPe terá direito a voz qualquer estudante e voto e voz qualquer entidade filiada

à EEEPe-SP, sendo que a cada entidade corresponderá um voto.

**Art.19°** - Os Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs e DAs) devem apresentar a ata de posse da diretoria, devidamente registrada em cartório, assim como a ata da reunião que indicou o delegado da entidade à mesa de cadastramento do COPEPe.

Parágrafo Único - Somente poderão participar do COPEPe as entidades que estiverem em dia com as anualidades, que serão de 1 (um) salário mínimo.

**Art.20°** - As instituições que não possuem CAs ou DAs poderão ser representadas por delegados legitimados por seus pares, seguindo os seguintes critérios:

- a) Serem eleitos em assembleia tendo a presença mínima de 20% dos estudantes da instituição; ou
- b) Serem eleitos por voto em eleição com uma tendo o quórum mínimo 30% dos estudantes da instituição.

§1° - Cada delegação deverá apresentar no credenciamento do COPEPe a lista de alunos regularmente matriculados no período que se deu a eleição, sem o que, estará vedada a inscrição da respectiva delegação.

§2° - Somente poderão participar do COPEPe as instituições que estiverem em dia com as anualidades, que serão de 1/2 salário mínimo.

### **Seção III - Da Coordenação Estadual**

**Art.21°** - A Coordenação Estadual tem as seguintes atribuições:

- a) Encaminhar as deliberações das instâncias deliberativas hierarquicamente superiores da EEEPe;
- b) Articular a EEEPe-SP com outras entidades estudantis;
- c) Participar da comissão organizadora do EPEPe;
- d) Garantir o bom andamento das atividades da EEEPe-SP;
- e) Representar os estudantes de pedagogia de São Paulo;
- f) Cumprir e fazer cumprir este estatuto.

**Art.22°** - A Coordenação Estadual será composta pelas coordenações Geral, de Secretaria, de Finanças, de Assuntos Educacionais, de Cultura e Extensão Universitária, de Formação Política e de Comunicação.

§1° - A Coordenação Geral será composta por dois estudantes, ficando um responsável pelo interior e outro pela capital do Estado, cujas atribuições são:

a) Representar os estudantes de pedagogia do Estado de São Paulo perante o Movimento Estudantil e a sociedade civil organizada;

b) Coordenar as reuniões e grupos de trabalhos entre outras atividades que se fizerem necessárias ao bom funcionamento da entidade atendendo às decisões do EPEPe e do COPEPe.

§2° - A Coordenação de Secretaria será composta por um estudante, cujas atribuições são:

- a) Coordenar a elaboração e a organização da documentação e dos arquivos da EEEPe-SP;
- b) Elaborar e enviar as atas e as convocatórias das reuniões da Coordenação Estadual.

§3° - A Coordenação de Finanças será composta por um estudante, cujas atribuições são:

- a) Buscar recursos e formas alternativas de viabilização dos trabalhos da Coordenação Estadual;

b) Elaborar a prestação de contas e confeccionar balancetes mensais;

c) Responsabilizar-se pela movimentação das contas bancárias, pela assinatura de cheques e pela administração financeira em geral;

d) Recolher a anuidade das entidades estudantis filiadas à EEEPe-SP;

e) Zelar pelo patrimônio da entidade

§4º - A Coordenação de Assuntos Educacionais será composta por um estudante, cujas atribuições são :

a) Incentivar a formação de grupos de estudos e ação relacionados a questões educacionais;

b) Promover estudos sobre o curso de pedagogia no Estado de São Paulo;

c) Promover a discussão das políticas educacionais, principalmente as implementadas no Estado de São Paulo;

d) Participar de eventos de interesse dos estudantes de pedagogia de São Paulo;

e) Manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;

f) Defender o ensino público e gratuito de qualidade em todos os níveis;

g) Defender a qualidade de ensino dos cursos de pedagogia.

§5º - A Coordenação de Cultura e Extensão Universitária será composta por um estudante, cujas atribuições são:

a) Promover e incentivar discussões sobre extensão universitária;

b) Promover o intercâmbio de projetos realizados pelas faculdades;

§6º - A Coordenação de Formação Política será composta por um estudante, cujas atribuições são :

a) Incentivar e apoiar a formação de CAs e DAS de pedagogia do Estado de São Paulo;

b) Promover e incentivar discussões sobre questões do movimento estudantil, da juventude e outros assuntos de interesse dos estudantes de pedagogia;

c) Promover eventos que proporcionem intercâmbio e desenvolvimento político dos estudantes de pedagogia.

§7º - A Coordenação de Comunicação será composta por um estudante, cujas atribuições são :

a) Divulgar as atividades da EEEPe-SP;

b) Divulgar atividades e eventos na área educacional;

c) Confeccionar os anais do EPEPe.

**Art.23º** - A eleição da Coordenação Estadual ocorrerá por voto direto na Plenária Final do EPEPe, na forma de chapa(s) formada(s) por estudantes de pedagogia.

§1º - O mandato da coordenação da EEEPe-SP terá duração até o EPEPe seguinte;

§2º - A posse da diretoria eleita será após a plenária final do encontro;

§3º - A prestação de contas e a entrega do relatório de atividades se efetuará no COPEPe a se realizar até 50 ( cinquenta ) dias após o EPEPe, sendo acompanhado dos respectivos balancetes;

§4º - Todos os cargos da(s) chapa(s) deverão ter seus respectivos suplentes.

#### CAPÍTULO V - Das infrações e penalidades

**Art. 24º** - São consideradas infrações graves à EEEPe-SP:

- a) O não cumprimento do estatuto pelas entidades ou pelos seus membros,
- b) Qualquer posicionamento que não seja representativo do Movimento Estudantil de pedagogia de São Paulo tomado pelos integrantes da EEEPe-SP,
- c) A não organização do EPEPe, sem justa causa pela escola sede,
- d) O desvio de verbas da entidade ou alienação do patrimônio por integrantes da EEEPe-SP.

**Art. 25º** - As penalidades serão aplicadas segundo deliberação das instâncias do movimento.

**Art. 26º** - São penalidades aplicadas às entidades:

- a) Advertência por escrito,
- b) Multa que poderá ser de 1/2 a 2 anuidades,
- c) Suspensão do direito de voto por um ano.

**Art. 27º** - São penalidades aplicadas aos coordenadores:

- a) Advertência por escrito,
- b) Ressarcimento dos danos causados a entidade,
- c) Suspensão do cargo.

§1º - Estará automaticamente destituído o coordenador que faltar a duas reuniões consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pela coordenação.

§2º - A Coordenação da EEEPe-SP deliberará sobre os critérios para a justificação de faltas.

#### CAPÍTULO VI - Das disposições gerais

**Art. 28º** - A dissolução da EEEPe-SP ocorrerá somente através de votação em plenária do EPEPe convocado para este fim.

§1º - Será necessário 3/4 dos votos dos estudantes presentes na plenária para que seja aprovada a dissolução da entidade.

§2º - Somente a EEEPe-SP poderá convocar o encontro de dissolução da entidade de acordo com as disposições deste estatuto.

§3º - Caso seja aprovada a dissolução da entidade os bens que por ventura venha a possuir serão doados para entidades afins ou para as que o encontro decidir.

**Art. 29º** - O presente estatuto somente poderá ser alterado nas plenárias finais dos EPEPes.

**Art. 30º** - Todos os casos omissos a este estatuto serão discutidos e resolvidos pelas instâncias deliberativas da EEEPe-SP.

## ANEXO VI –

### Ata da 6ª reunião Ordinária da EEEPe – SP realizada nos dias 18 e 19 de março



RELATÓRIO DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA EEEPe - SP ocorrida em Presidente Prudente nos dias 18 e 19 / 03 / 95

#### PAUTA:

- I) Informes ( Gerais, Formação de DA's/CA's, Fórum de Executivas, MP's Gov. Federal, UEE-SP e UNE );
- II) II EPEPe ( e projeto III EPEPe)
- III) Projeto de Avaliação dos Cursos de Pedagogia de SP;
- IV) Política Financeira
- V) XV ENEPe
- VI) MP's Governo Federal
- VII) Avaliação da reunião

#### I) Informes Gerais

Coord. Geral da Capital. Conversou com os Professores Antonio Joaquim Severino e José Mario Pires Azanha sobre o projeto de avaliação dos cursos de pedagogia do Estado de São Paulo. Está participando de reuniões do Fórum Nacional de Executivas de Curso como representante da ENEPe ( Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia. Participou de um debate entre executivas de curso no Congresso Brasileiro dos Estudantes de Medicina, ocorrido em Vitória-ES no dia 09/02 p.p. Representará a Executiva na I Mostra Científica da Educação - UNISA (OSEC) dias 20 e 21/03 p.f.

Coord. Geral do Interior. Não conseguiram passar nas faculdades que haviam se comprometido. Também não deu para discutir a portaria 399 (MEC).

Coord. de Assuntos Educacionais. Não conseguirá terminar a análise dos currículos das Faculdades de pedagogia de SP para entregar no EPEPe.

OSEC Edson distribui folder da I Mostra científica de Educação da UNISA, O jornal do DCE e o manual do calouro da UNISA. Diz que o DA da UNISA está desarticulado, mas que está havendo um movimento de reorganização.

UNIMAUÁ O DA também está desarticulado. Este representa vários cursos. Atualmente só o presidente é quem realmente trabalha, e quase que somente na área de mensalidade. A eleição ocorrerá no final do mês e o pessoal da pedagogia deve se organizar para participar.

UNESP PRESIDENTE PRUDENTE. Ocorrerá entre os dias 06 e 10 / 06 a V Semana de Educação, evento tradicional naquele campus. O DA não tem nenhum representante da pedagogia. Alguns estudantes acham que há condições de trabalho conjunto com o DA e outros não. O projeto de formação do Centro Acadêmico de Pedagogia está paralizado.

UFSCAR A universidade está fazendo 25 anos e promoverá muitos eventos. O CA vem buscando reestruturação e está levantando o histórico da entidade. Buscarão também



regularizar os documentos do CA. Participaram da calourada 95, que ainda está acontecendo, onde não há agressões físicas.

USP - O CAPF passou por problemas de funcionamento e voltou a se reorganizar na efetivação da calourada. O CA tem sob sua responsabilidade toda a primeira semana de aula; realizou gincana, pedágio, tour pela USP e pela Faculdade de Educação. O DCE está fazendo a Calourada da Educação e Cidadania. Tentou arrecadar alimentos e cadernos e não deu muito certo. Fará um show com o Lobão, Racionais MC, Capital Inicial etc. Juca - Está sendo rearticulado o Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública. Não houve a reunião de Jundiá. Só fomos eu e a Carla e só conversamos com o Laércio e a Andréia. Lá tentamos transferir o Encontro para Ribeirão Preto. Propõe a discussão da formação do Conselho Regional de Pedagogia de São Paulo.

#### Formação de DA's / CA's

Edson - Diz que pensou junto com o Juca em confeccionar uma "cartilha" para a formação de DA's e CA's. Distribuiu um modelo de ata de posse de diretoria, de estatuto e pretende elaborar a cartilha como Secretário Geral da UEE - SP. Juca lembra que uma das prioridades da EEEPe - SP era o apoio à formação de entidades e acha que devemos apoiar e colaborar na confecção da mesma. Este distribuiu um xerox do Estatuto e uma ata de posse do CAPF. A executiva concordou em realizar o trabalho.

#### FÓRUM DE EXECUTIVAS

Da mesma forma que existe a executiva nacional de pedagogia ( ENEPe), existem organizações do mesmo tipo em outros cursos. Há cerca de 3 anos resolveram se unir para discutir um trabalho conjunto e ter um espaço para produção de conhecimento. Assim surgiu o Fórum Nacional de Executivas de Curso; este não é uma entidade, não tem diretoria nem eleições. É um espaço aberto para quem quiser participar. O Fórum procura trabalhar primordialmente a interdisciplinaridade e a extensão universitária. Já realizou 3 Seminários Nacionais de Extensão Universitária e Movimento Estudantil ( SEME ). Realizará o VIII ENEX ( Encontro Nacional de Executivas de Curso ) na UFRJ, com data a ser alterada. Haverá uma reunião dias 08 e 09/04 na USP. Há projetos de realização de estágios de vivência e convênios com o governo cubano para intercâmbio, que serão esmiuçados. O Juca se compromete a remeter todo material que tem sobre o assunto para os membros da EEEPe -SP.

#### MEDIDAS PROVISÓRIAS DO GOVERNO FEDERAL

Projetos de vestibular unificado nacionalmente, exame de avaliação após conclusão de curso, eleição para reitores com mínimo de 70% de representação para os professores e recreação do Conselho Federal de Educação. Deveria entrar para a pauta de discussão, mas como não foi possível ficará para a próxima reunião.



## UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE SP (UEE-SP)

Edson. A UEE-SP foi refundada a quase um ano e meio. Teoricamente ela é a representante de todos os estudantes universitários do Estado de São Paulo. No boletim da Secretaria Geral da UEE-SP, em anexo, fica melhor explicitado algumas características da entidade.

Estrutura do Movimento Estudantil Universitário:

UNE → UEE'S → DCE'S → DA'S/CA'S

Edson, agora como Secretário Geral da UEE-SP, tenta resgatar a representatividade dos estudantes de SP e está participando de reuniões com estudantes e fazendo a discussão da UEE-SP. Dias 01 e 02/04 ocorreu o Conselho Estadual de Entidades (CEE-SP), onde se discutirá as políticas governamentais de educação e a organização do ME de SP, além do local e a data do próximo Congresso da UEE-SP.

### JNE

O próximo Congresso da União Nacional dos Estudantes será entre os dias 14 e 18 / 05 / 95 em Brasília.

### II) HEEPE

#### ESTRUTURA

*Alojamento*- 300 lugares na Faculdade Barão de Mauá e 50 na Cava do Bosque (PMRP);

*Alimentação* - Almoço e jantar será através de marmiteix e café da manhã será fornecido por padaria local, já acordados por Humberto.

*Plenárias / Palestras* - Será na quadra da faculdade, onde há arquibancadas e equipamento de som.

*Banho* - Será nos vestiários da faculdade.

*Salas para oficinas* - Ribeirão Preto dará retorno da quantidade disponível o mais rápido possível; ver também possibilidade de cessão do "Ateneu" da Barão para oficinas.

*Equipamentos* (computador, impressora, TV, vídeo, retroprojektor, projetor de slides) idem anterior; Juca contatará DCE-UNISA para verificar empréstimos. USP tentará empréstimo de câmara de vídeo e Carlos emprestará máquina fotográfica.

*Carros*- para serviços do evento e emergência. Verificar número disponível e fazer escala de uso.

*Saúde e segurança*; UNIMAUA se responsabiliza por remeter ofícios à prefeitura municipal, aos pronto-socorros e hospitais locais, à polícia militar e ao corpo de bombeiros informando da realização do evento e solicitando apoio.

*Transporte* - a principio, não é necessário.

*Secretaria* - Sala comum sem telefone e sem computador da faculdade.

*Palestrantes* - Ter cadastro com nome completo, instituição, endereço completo, telefone, fax, data prevista para chegada e partida. Verificar patrocínio de hotéis e restaurantes na cessão de diárias e refeições (responsabilidade UNIMAUA). Todos devem tentar fazer com que a instituição de origem do palestrante pague as passagens e a estadia dos mesmos.

*Atividade cultural*. A questão cultural está garantida, pois existe uma estudante da UNIMAUA responsável por contatos com artistas. Carlos ficou de verificar existência de equipamento de som e se este comporta fitas K-7.



*Dia Livre.* Programação proposta para atividades esportivo-recreativas na "Cava do Bosque", verificar uso de piscinas, bolas, redes... Tour: Contatar empresas de ônibus e propôr linha alternativa para este dia, cobrando tarifa normal; ver possibilidade de patrocínio e fazer trajeto (responsabilidade UNIMAUA).

*Preço da inscrição*

R\$30,00 alimentação ( 6 refeições de cerca de R\$4,00 e 3 cafês da manhã de cerca de 2,00); na eventualidade de haver sobra de recursos este será revertido em benefício aos participantes.

R\$5,00 inscrição( com direito a participar e usar alojamento ); preço válido até 24 / 04. Após esta data será cobrado R\$10,00.

**PROGRAMAÇÃO**

<i>CONVIDADO</i>	<i>RESPONSÁVEL</i>
<b>ABERTURA</b>	
Prefeito de Rib.Preto	UNIMAUA
Coord.Pedagogia - UNIMAUA	UNIMAUA
Diretor - UNIMAUA	UNIMAUA
Membro da UNE	Juca
Secr. Est. Educação- SP	Ricardo / Carla (USP)
Ministro da Educação	Ricardo / Carla (USP)
<b>OFICINAS</b>	
Educação de Adultos Cristiano de Giorgio	Ivanete
Orientação Educacional Sandra	Janaina
Recursos Humanos Mackenzie	Juca
Pré-escola Marina / Rosely R.Mello	Juca / Angélica
1o. Grau Marco Antonio B. Edreira	Juca
Deficiência Mental, Visual e Auditiva. Rosely Baumel	Janaina e Unesp Pres.Prud
Psicopedagogia Leny M. Mrechi	Janaina
Supervisão Escolar	UNIMAUA / UNISA
Administração Escolar	UFSCAR
Magistério de 2o. Grau Andréia C. Carrer	Juca





carimbos necessários para receber o certificado será de 5 ( cinco). Lembrar de avisar isto a todos os participantes no ato da inscrição e durante a abertura e decorrer do evento.

#### AVISOS

Serão elaborados em computador, na hora do evento, pela comissão responsável, e colocado nas salas, banheiros, corredores etc. Em todo início de atividades a comissão organizadora passará os informes.( org. informes)

#### COMISSÃO ORGANIZADORA

UNIVERSIDADE	No.	NOMES
UFSCAR	02	Angélica e Sandra
UNIMAUA	03	Humberto, Carlos e Rubens
UNESP PRES. PRUD.	05	Elisangela, Ivanete, Neuza, Lucia e Francisca
USP	11	Janaina, Carla, Ricardo, Juca, Roberta, Patricia, Marcos, Leandro, Andréia D., Cristiane e Cláudia.
PADRE ANCHIETA	01	Laércio
UNISA (OSEC)	01	Edson
UNESP ARARAQ.	01	Sérgio
TOTAL	24	

#### TRABALHO DE CADA COMISSÃO

**Alimentação** - Contato com a empresa responsável, local de refeição, distribuição, compra de alimentação caso sobre recursos, negociação do cardápio, preços e inclusão de suco na refeição.

**Palestras e oficinas** - Responsável pelos carimbos e assinaturas, encaminhar / acompanhar palestrantes, organização do local dos eventos, cuidar da infra-estrutura, luz, som, mesa, enfeites, faixa, fotos, filmagem. Se responsabilizará por centralizar os contatos com todos os convidados, organizando todas informações ( nomes e endereços completos, telefone, fax, datas de chegada e partida, local de estadia e alimentação). Organizar os anais.

**Limpeza** - Contratar funcionário para limpeza, organizar horário dos banhos, material de limpeza, cartazes indicativos e de "educação". A limpeza dos alojamentos ficará por conta de cada delegação. A comissão organizará as delegações.

**Secretaria** - Fazer as inscrições, distribuindo material do evento (pastas, cartões de votação, certificados). Fornecer informações, guardar equipamentos, centralizar os anais e o cadastro dos participantes. Receber pagamento das inscrições na hora (R\$10,00).

**Atividades culturais** - Organizar eventos, contatar artistas, viabilizar estrutura (som, palco, iluminação, decoração), local e transporte.

**Recepção e alojamento** - Preparar informações da cidade (serviços de ônibus, hotéis, motéis, restaurantes, lanchonetes, hospitais, polícia, pontos turísticos etc), contatar responsáveis por delegações (saber quando e quantos chegam e quando partem) e organizar esquema de



de FUNDAÇÃO - SÃO PAULO  
(1963)

recepção. Dividir salas por delegações, colocar cartazes de sinalização, organizar os responsáveis por cada sala / delegação e montar esquema de plantão 24 horas para recepção.

Plantão - Manter carro de prontidão 24 horas para emergências (delegacia de policia e pronto socorro), deslocamento de palestrantes e eventualidades. Pessoas habilitadas a dirigir se revezarão no plantão.

UNIVERSIDADE	alimentação	palestras oficinas	limpeza	secretaria	atividades culturais	recepção	plantão
UFSCAR						Angélica e Sandra	Angélica
UNIMAUA	Humberto	Rubens	Carlos		Carlos		
UNESPP. PRUD.	Ivanete Lucia			Elisangel a, Neuza			
USP		Carla Roberta Patrícia e Andréia	Juca e Marcos	Janaina Leandro, Cristiane e Cláudia			Janaina Carla
Pe. ANCHIETA							Laércio
UNISA (OSEC)				Edson			
UNESP ARA.							
TOTAL							Janaina Carla

#### ESTIMATIVA DE PARTICIPANTES POR FACULDADE

UNESP PRES PRUD	40
UNISA (OSEC)	15
UFSCAR	30
USP	40
MACKENZIE	30
UNESP ARARAQUARA	20
UNESP MARÍLIA	20
PUC - SP	10
PUCCAMP	20
UNICAMP	20
Pe.ANCJIETA	30
UNIMAUA	25 (COM ALOJAMENTO)
TOTAL	300

Os inscritos que excederem estes números por faculdade deverão entrar em lista de espera, não efetuando pagamento. Na divulgação deve ser enfatizado que o número de participantes é restrito e que o preenchimento se dará por ordem de chegada e pagamento.



#### V) *XV ENEPE*

A Executiva de Goiás, na pessoa do Naim, convocou uma reunião para lá dias 24, 25 e 26 da semana que vem. A proposta dele é realizar o XV ENEPE em Goiânia na 3a. semana de Julho. Proponho procurar empresas de realização de eventos que garantam estrutura e procurem patrocínio. Se isto for possível propor a realização do ENEPE em São Paulo, caso contrário a proposta seria descartada. A EEEPe-SP concordou e se propôs a trabalhar na organização do evento caso o mesmo se realizasse em SP.

#### VI) *MEDIDAS PROVISÓRIAS DO GOVERNO FEDERAL*

Como não houve tempo para discutir este ponto ele passou para a pauta da próxima reunião.

#### VII) *AValiação*

Elisângela - A reunião foi boa. Resolvemos muitas coisas, no entanto ainda temos outras tantas pendentes.

Neuza - A reunião foi muito produtiva.

Lucia - Mesmo com o atraso no cumprimento dos horários foi muito produtiva.

Carlos - Apesar de muitos colegas não estarem presentes, principalmente o pessoal de Ribeirão Preto, foi boa. Nós estamos trabalhando muito e estamos apenas esperando que o encontro se realize.

Juca - USP atrasou e pede desculpas. Se esta reunião não ocorresse o encontro não se realizaria e a executiva poderia morrer. Vamos garantir um encontro maior e melhor do que do ano passado. O sucesso do evento dependerá do trabalho de cada um ao voltar a sua faculdade, organizar os estudantes, divulgar o evento etc. A reunião foi muito boa, pois conseguimos discutir também questões gerais.

Angelica - Estava bastante apreensiva, principalmente por saber que as outras duas reuniões anteriores tiveram problemas para acontecer. Nesta reunião conseguimos nos organizar bem e deu para esclarecer muita coisa.

Janaina - A reunião foi produtiva. Conseguimos avançar bastante na organização do encontro e se não tivéssemos tido o problema com a UNICAMP ele seria ainda melhor.

Milton - Questionava se a executiva tinha assunto suficiente que justificasse tantas reuniões. Agora vê que elas são necessárias. Deveríamos pensar em contratar uma produtora de eventos.

Marcio - A reunião seria mais produtiva se os representantes de cada faculdade se preparassem melhor para vir às reuniões. Deveriam haver reuniões em cada faculdade e também possibilitaria maior divisão de trabalhos e responsabilidades.

Relatório sob a responsabilidade de Janaina e Juca - 31 / 03 / 95



C/C EEEPe -SP BANESPA Ag. 033 c/c 01--18160-9 em nome de Elisângela Natalia Sapia

#### CRONOGRAMA

**31 /03** Fechar nomes dos palestrantes (só até esta data entrarão no folder) e para fechar patrocínios para material de divulgação.

**02 /04** Reunião EEEPe - SP em Taubaté das 8:00 às 10:00 horas

**03 / 04** Emissão do material de divulgação

**10 a 24 / 04** Prazo para inscrições prévias de participantes com alimentação e prazo para inscrição de oficinas (estes últimos para entrar no folder)

**14 / 04** Toda a comissão organizadora deve contatar o Centro Acadêmico Paulo Freire - USP para passar informes do andamento dos trabalhos. Fone (011) 818-3293

**22 e 23 / 04** Reunião de comissão organizadora e da EEEPe- SP em Ribeirão Preto. Conhecer local e últimos detalhes.

**25 / 04** Sai lista de espera para as inscrições dos excedentes e todos os participantes de outros Estados.

**28 / 04** Último dia para inscrever oficinas se, e tão somente se, houver estrutura para tanto, estando a cargo da comissão responsável decidir.

#### III) PROJETO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DE SP

Na reunião ocorrida em Araraquara em se discutiu a qualidade dos cursos de pedagogia. Para isso pensamos em fazer um mapeamento das faculdades do Estado e iniciarmos buscando localizar os cursos vagos e de fim de semana. Concluímos que poderíamos intervir fazendo-as melhorar sua qualidade e, inclusive, fechá-las.

Fiquei responsável por contatar duas pessoas. A primeira era o Professor Antonio Joaquim Severino. Este informou que a atual delegada do MEC-SP não está tão empenhada quanto a anterior por realizar a avaliação dos cursos de Pedagogia, coordenada por ele.

Para esta pesquisa foi enviado formulário para as faculdades preencherem. Algumas o fizeram e o professor se comprometeu a nos ceder cópias destas respostas. Severino se dispôs a ajudar nosso trabalho.

A segunda pessoa era o professor José Mário Pires Azanha. Este era presidente do Conselho Estadual de Educação - São Paulo e informou que é difícil intervir nesta área e que é necessário ter contatos políticos para obter respaldo. O professor se dispôs a comprar a briga conosco.

#### IV) FINANÇAS

Pagamento das anualidades

Solicitaremos às entidades da USP E UNIMAUÁ que façam seu segundo pagamento, visto que já efetivaram o pagamento referente a 94. Agora é 95... Entraremos em contato com as entidades da OSEC / UNISA e do MACKENZIE, solicitando o mesmo (um salário-mínimo).

Venda de adesivos

Juca e Edson propõem que a EEEPe-SP utilize os recursos disponíveis para confeccionar adesivos para venda. Objetiva levantar recursos, divulgar a executiva e promover campanha. O custo unitário seria de cerca de R\$0,50 e seria vendido a R\$1,00. Fariamos 300 unidades. Idéia aprovada por todos, ficando sob responsabilidade dos proponentes a execução.

## ANEXO VII – O Informativo

### COORDENAÇÃO REGIONAL II EEEPe-SP

Informativo de responsabilidade da coordenação da regional II da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo - Maio de 1995

#### *PARA COMEÇO DE CONVERSA*

Este informativo surgiu da constatação da necessidade de termos um instrumento de comunicação alternativo, pois entendemos que um dos principais motivos da desmobilização dos estudantes é a falta de informação que reina hoje na nossa sociedade e especificamente no meio universitário. Como exigir a participação dos estudantes em mobilizações e atividades que supostamente seriam de seu interesse, se eles não são devidamente informados? Este informativo trabalha neste sentido: informar os estudantes, em específico, os estudantes de Pedagogia.

Esperamos contar com a colaboração de todos, enviando para nós matérias para serem publicadas neste espaço que pretende ser de todos nós. (Maiores informações procure o Victor do 3º ou a Francisca do 4º de Pedagogia - UNESP - Prudente)

#### **POR QUE FAZER MOVIMENTO ESTUDANTIL?**

Em primeiro lugar é preciso saber o que deveria ser esse tal Movimento.

Ele se caracteriza como movimento social de estudantes, forma de organização e ação dos membros na manutenção e obtenção de seus direitos.

Tais direitos ao estudo de qualidade, na pesquisa e extensão, ou melhor dizendo, o direito a aprender ensinando, pesquisar dividindo os frutos desse processo com a comunidade, são frutos da luta de muitas outras pessoas, operários nas ruas pelos direitos de seus filhos estudarem, estudantes nas salas de aulas, nos laboratórios e nas passeatas.

Nada do que temos foi presente do Estado, ou do reitor, são frutos da luta de classe e da categoria de estudantes que se organizam em dois níveis: o institucional e o "político".

A nível do institucional nossa representação se faz nos Conselhos de cursos, Departamentos, Congregação, Conselho Administrativo (CADE), Conselho Universitário (CO), ou seja, em todos os escalões e instâncias da Universidade.

A nível político, pelo Centro Acadêmico (CA), que luta a partir dos problemas de cada curso, o Diretório Acadêmico (DA), que luta a partir das questões do conjunto dos alunos do nosso campus e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), que nos representa a todos como estudantes da Unesp.

Mas para que toda essa "complicação"? Você pode se perguntar. Porque esses nossos direitos estão sempre em risco numa sociedade onde se valoriza o produto acima da pessoa. Não querem garantir nosso direito de estudar:

78 bolsas PAE ou padrao não garantem o direito a diversos alunos carentes de continuarem seus cursos; na moradia querem colocar estudantes em beliches e nos alugar como galinhas numa granja; a Biblioteca está fechada no horário que os colegas que trabalham podem frequentá-la; nas impressoras do Laboratório Didático de Computação, são os trabalhos da Toledo e da Unoeste que rolam.

Esses e muitos outros problemas surgem e é para isso que existe o Movimento Estudantil (ME), mas ele precisa ser feito por nós estudantes e mais ninguém.

Embora os cargos existam, a maior parte está vago, e as pessoas que se ocupam muitas vezes se sentem donas desses, pois estão sós.

Vamos mudar isso. Para resolver o problema, procure no CA de Geografia o Evandro, procure no CA de Engenharia o Sandro, no DA a Paula e no DCE o Rodrigo, mas no dia-a-dia procure você, pois eles são alunos como você com as mesmas obrigações e as mesmas frustrações e alegrias.

Talvez nessa procura você se encontre estudante e cidadão.

Marcelo Alves Nishikata  
Mestrando em Geografia

#### **II EPEPE**

Nos dias 28 de abril a 01 de maio deste ano, na Unimauá, cidade de Ribeirão Preto, realizou-se o Segundo Encontro dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo que tinha como tema, **Currículo e Formação do Pedagogo: o que se propõem e o que se forma.**

Houve a participação de vários cursos de Pedagogia do estado de São Paulo. Nós, da Unesp, estávamos representados por: Prudente; Marília e Rio Claro, faltando apenas o campus de Araraquara.

O encontro foi bastante rico em conteúdos e discussões, porém poderia ter sido melhor se mais estudantes de Pedagogia tivessem consciência da importância desses eventos para sua formação profissional e começarem a participar dos mesmos. Entre as oficinas e grupos de estudos que foram discutidos destacaram-se: LDB; Plano Decenal; Recursos Humanos; Avaliação dos Professores pelos Alunos; O Currículo do Pedagogo; etc.

Na plenária final do encontro foi tirada a nova coordenação da EEEPe-SP (Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo).

Gostaríamos de passar para vocês um relato de todas as oficinas e grupos de estudos, mas no momento só passaremos duas, pois este informativo ainda não tem patrocínio e só foi possível sua circulação com a contribuição do Departamento de Educação e Coordenação de Curso de Pedagogia que nos cedeu trezentas fotocópias.

#### **GRUPO DE ESTUDO: LDB**

César Augusto Minto (USP)

LDB - Leis de Diretrizes de Base que complementam a constituição. Se a constituição fosse "perfeita" não precisaria de uma lei complementar.

A Primeira LDB de 1961 foi sancionada 15 anos mais tarde na constituição de 1976 (lei 4024/61). Após essa, temos a lei 5540/68, 5692/71, 7044/82. Notem, todas sancionadas no regime militar e regem até hoje.

Tramita no Senado Federal a nova LDB, 101/93, que tem por alguns projetos: oferta de ensino público e gratuito; educação infantil, fundamental e média (Educação Básica); ensino padronizado; gestão democrática das instituições públicas e das que recebem verbas; criação de um Conselho Nacional de Educação.

A 101/93 tem encontrado inúmeras barreiras para ser sancionada e muita coisa se perdeu. Cabe a nós nos unirmos para recuperar o que foi perdido e lutar para que esse projeto seja aprovado.

Dentro dos órgãos que tem tido essa preocupação, existe o Fórum Nacional composto pelas seguintes associações: ANDE ( Associação Nacional de Educação), Dusp (Associação Sindical da USP), Sinpro (Sindicato dos professores de 1º grau de escolas particulares), ADUNESP (Associação Sindical da Unesp).

Esse Fórum tem por preocupação central a formação do Educador. Chegaram a fundar em 1990, a Associação nacional de formação de professores (Anifope) e realizaram de 1990 a 1994, três congressos específicos para discutir a formação de professores, do qual o principal e o mais produtivo foi realizado em Águas de São Pedro, pela Unesp, que engajou todo este processo.

Jaqueline Adriana Pontes  
3º Pedagogia - Unesp

#### **OFICINA: RECURSOS HUMANOS**

Maria Lúcia M. C. Vasconcelos  
(Mackenzie)

Relaciona-se sempre o curso de Pedagogia a área de educação que acaba se esquecendo das outras vertentes que a profissão pode oferecer.

Uma delas é o "recurso humano". Você já se imaginou trabalhando num RH de uma empresa ou dando assessoria?

Há algum tempo o pedagogo vem perdendo esse ramo de atividade para profissionais de outras áreas, como o psicólogo tão em moda no momento, por estar

simplesmente desinformado dessa área de atuação.

Você deve estar se perguntando: -Pedagogo dando assessoria a empresas? Como se somos preparados para educar?

Não se esqueça, porém, que também somos preparados para elaborar planos de aulas, projetos de pesquisa enquanto alunos de pedagogia, e a assessoria não é nada além disso. A função do assessor é elaborar projetos para as empresas, como cursos de modernização, congressos, etc.

Então, agora você já conhece outra vertente que o curso pode oferecer, resta aos interessados resgatá-la.

Jaqueline Adriana Pontes  
3º Pedagogia - Unesp

## **Pedagoagenda**

24/05 - Reunião pró-CA Pedagogia  
as 18:00 hs, no Discente IV

28/05 - Reunião da EEEPe - SP em Jundiá

14-18/06 - Congresso da UNE em Brasília  
inscrição: delegado \$ 40,00  
observador \$ 100,00

16-22/07 - ENEPe em Goiânia  
Tema: A Destruição da Educação no  
Brasil e a Luta em Defesa  
da Escola Pública  
inscrição: \$ 30,00

07-10/09 - Congresso da UEE-SP em Rio Preto

**Para receber gratuitamente o projeto do Plano Decenal proposto pelo MEC escreva para:**

**Plano Decenal de Educação para todos**  
MEC - Secretaria de Educação  
Fundamental, Esplanada dos Ministérios,  
Bloco L, CEP 70047-900, Brasília - DF  
Fones: (061) 214-7115 8632  
225-0247  
226-8860

ou

**Delegacia Regional do MEC de São Paulo**  
Rua Apa, 83, Campos Elísios-São Paulo  
CEP: 01201-900 Fones: (011) 825-3519  
326-4104  
Fax: (011) 67-6772

## ANEXO VIII –

### Ata da I Reunião da EEEPe – SP realizada no dia 28 de maio

*Proposta:* elaborar um documento de avaliação, contendo todas as avaliações por escrito das delegações, dividido por tópicos (EX: OFICINAS: o que deu e o que não deu certo)

*Karina:* Achou injusta a questão do tempo, pois cada delegação tinha 5 minutos para falar e a cidade sede teve apenas 2 min. para responder.

*Carla:* A delegação da USP tentou fazer uma carta para Ribeirão (UNI-MAUÁ), mas não deu certo. Queria agradecer a receptividade. Quando a USP sediou o encontro, também aconteceram coisas chatas a nível pessoa. Mas deve-se passar por cima. A organização do II EPEPe foi muito legal. Ficamos bem alojados e alimentação foi ótima.

*Roberta:* Acha que foi o máximo que se podia fazer. O pessoal se empenhou muito na questão do alojamento e da alimentação.

*Ricardo:* Devemos sempre estar rediscutindo o ato de avaliar. Não se pode levar para o lado pessoal. Na plenária final é muito corrido, não dá tempo para se rebater as falas, dar explicações e esclarecimentos. É inviável fazer a avaliação na plenária final.

*Humberto:* Fazer a avaliação durante o encontro é difícil. A avaliação deve visar somente a melhora para o próximo encontro, fora isso já passa para o lado pessoal. Quanto ao alojamento: somos estudantes, o nosso intuito é participar do encontro, pagamos muito pouco por ele e queremos ficar em hotel 5 estrelas?. No encontro não exploramos os palestrantes, quase ninguém debateu. Devíamos ter discutido anteriormente o tema para levar questões. Sugestão: a avaliação deve ser feita por escrito e discutida na primeira reunião da EEEPe. A responsabilidade do encontro é da Executiva como um todo e também dos encontristas, dá a impressão que é da faculdade sede.

*Elaine:* Devemos avaliar os pontos bons e ruins. A responsabilidade do encontro não é da faculdade sede.

*Maria:* As críticas quanto ao alojamento ocorreram devido ao horário das oficinas e palestras, por causa da distância.

( a parte) *Humberto:* o alojamento (Cava do Bosque) foi decidido de última hora.

*Juca:* foi a executiva como todo que decidiu os horários das atividades do encontro.

*Juca:* Devemos pensar na concepção de avaliação. Avaliar a impressão que tivemos do encontro. Não tem nenhum caráter de rebate. é o espaço para escutarmos as opiniões dos outros e discutir as questões que surgirem. A avaliação deve ser feita como responsabilidade grupal e não individual. Proposta de se fazer uma ficha de avaliação individual que estar na pasta a ser entregue no início do encontro. Não conseguimos tirar nenhum encaminhamento do encontro, ocorreram boas discussões, porém não foram sistematizadas em termos de o que se propõe para a Pedagogia, por exemplo. A coordenação do encontro deve estar no local com no mínimo 48h de antecedência, o que aconteceu foi que parte da organização chegou depois que o encontro havia começado e pegaram o bonde andando.

*Dadê:* Repensar a té que ponto a avaliação na plenária final é válida. A plenária se resumiu em uma avaliação conturbada. Perdeu-se o objetivo maior do encontro, o tema central não foi discutido.

#### 4. Projetos das Coordenações e outros

2. Informes gerais
3. Avaliação do II EPEPe
4. Projetos das coordenações e outros
5. Cronograma de trabalhos da EEEPe-SP - gestão 1995/96
6. Encaminhamento do I COPEPe
7. Pauta para próxima reunião
8. Avaliação da reunião

## 2. Informes Gerais

*Carla:*

- 44º Congresso da UNE - 14 a 18 de junho - UnB - Brasília. Cada faculdade tem direito a levar dois delegados: um pela faculdade e outro pelo C.A.; o credenciamento será nos dias 04 e 05 de junho.
- XV ENEPe - 16 a 22 de julho - Goiânia. Inscrição até dia 30 de junho. Preço da inscrição, alojamento e refeição: R\$ 30,00.

*Juca:*

Proposta de se colocar o ENEPe em pauta

- Projeto Diadema: (foi passado um texto juntamente com a convocatória) Esse projeto está sendo proposto para a primeira semana de agosto. A Paula (ex membro da executiva) convidou a executiva (1 ou 2 membros) a participar da visita que ocorrerá na próxima terça-feira (30/05/95) a Diadema, juntamente com os visitantes franceses e cubanos.
- XV ENEPe - Verificar se a executiva levará palestrantes. Tirar dois delegados e dois suplentes.
- 44º Congresso da UNE - Passou o regimento do congresso
- Medida Provisória - Texto da Manifestação do Conselho de Graduação da USP (será enviado para os presentes posteriormente).
- Projeto de Estágio em Cuba - Proposto para dezembro(95) ou Janeiro(96). Reunir as executivas nacionais dos vários cursos para elaborar o projeto. Interessados contatar Juca.
- LDB - Situação Problemática causada pelo golpe de Darcy Ribeiro (retrocesso), que incluiu no projeto: a avaliação dos profissionais pós conclusão do curso, fim do plano de carreira para o magistério; extinção do estatuto do magistério e do piso salarial; entre outros tópicos. A executiva tem que ficar a par do que está acontecendo, não pode se isentar, deve discutir o projeto. Passou o texto da ANDES - relatórios dos retrocessos que estão acontecendo na LDB (será enviado para os presentes posteriormente).

*Laércio:*

- Conseguiu verba para o almoço: R\$ 8,00 e um refrigerante por pessoa.

## 3. Avaliação do II EPEPe

*Ricardo:* Devemos encarar a avaliação como uma forma de crescimento.

*Juca:* É fundamental se discutir o processo de avaliação. Quanto ao II EPEPe, houve duas questões que deixaram um clima ruim: 1ª) a questão da decisão da sede para o próximo encontro - foi decidido que seria na UFSCAR, mas pareceu uma imposição. Quanto a data, ocorreu o mesmo. Se tivesse ocorrido uma reunião da Executiva anteriormente e nela discutido a data e o local, seria tudo bem mais calmo. Na plenária final, tudo é complicado, o local vai se esvaziando, todos querem ir embora e é tudo muito corrido. 2ª) A avaliação do encontro na plenária deve ser repensada, pois as delegações apenas falam suas avaliações e não há espaço para se discutir as falas, analisar as questões com calma. Não houve tempo para se fazer uma avaliação legal do encontro.

Proposta: elaborar um documento de avaliação, contendo todas as avaliações por escrito das delegações, dividido por tópicos (EX: OFICINAS: o que deu e o que não deu certo)

*Karina:* Achou injusta a questão do tempo, pois cada delegação tinha 5 minutos para falar e a cidade sede teve apenas 2 min. para responder.

*Carla:* A delegação da USP tentou fazer uma carta para Ribeirão (UNI-MAUÁ), mas não deu certo. Queria agradecer a receptividade. Quando a USP sediou o encontro, também aconteceram coisas chatas a nível pessoa. Mas deve-se passar por cima. A organização do II EPEPe foi muito legal. Ficamos bem alojados e alimentação foi ótima.

*Roberta:* Acha que foi o máximo que se podia fazer. O pessoal se empenhou muito na questão do alojamento e da alimentação.

*Ricardo:* Devemos sempre estar rediscutindo o ato de avaliar. Não se pode levar para o lado pessoal. Na plenária final é muito corrido, não dá tempo para se rebater as falas, dar explicações e esclarecimentos. É inviável fazer a avaliação na plenária final.

*Humberto:* Fazer a avaliação durante o encontro é difícil. A avaliação deve visar somente a melhora para o próximo encontro, fora isso já passa para o lado pessoal. Quanto ao alojamento: somos estudantes, o nosso intuito é participar do encontro, pagamos muito pouco por ele e queremos ficar em hotel 5 estrelas?. No encontro não exploramos os palestrantes, quase ninguém debateu. Devíamos ter discutido anteriormente o tema para levar questões. Sugestão: a avaliação deve ser feita por escrito e discutida na primeira reunião da EEPe. A responsabilidade do encontro é da Executiva como um todo e também dos encontristas, dá a impressão que é da faculdade sede.

*Elaine:* Devemos avaliar os pontos bons e ruins. A responsabilidade do encontro não é da faculdade sede.

*Maria:* As críticas quanto ao alojamento ocorreram devido ao horário das oficinas e palestras, por causa da distância.

( a parte) *Humberto:* o alojamento (Cava do Bosque) foi decidido de última hora.

*Juca:* foi a executiva como todo que decidiu os horários das atividades do encontro.

*Juca:* Devemos pensar na concepção de avaliação. Avaliar a impressão que tivemos do encontro. Não tem nenhum caráter de rebate. é o espaço para escutarmos as opiniões dos outros e discutir as questões que surgirem. A avaliação deve ser feita como responsabilidade grupal e não individual. Proposta de se fazer uma ficha de avaliação individual que estar na pasta a ser entregue no início do encontro. Não conseguimos tirar nenhum encaminhamento do encontro, ocorreram boas discussões, porém não foram sistematizadas em termos de o que se propõe para a Pedagogia, por exemplo. A coordenação do encontro deve estar no local com no mínimo 48h de antecedência, o que aconteceu foi que parte da organização chegou depois que o encontro havia começado e pegaram o bonde andando.

*Dadê:* Repensar a tã que ponto a avaliação na plenária final é válida. A plenária se resumiu em uma avaliação conturbada. Perdeu-se o objetivo maior do encontro, o tema central não foi discutido.

#### 4. Projetos das Coordenações e outros

Deve-se decidir quem ficará responsável pela regulamentarização da Executiva e como ela vai trabalhar em relação à ENEPe (que terá seu estatuto votado no próximo encontro, ainda não é regulamentada).

*Victor:* Pensando no projeto dos CECOEs, usar bolsas do CNPq para estruturar a história do movimento estudantil. Objetivos das Regionais: 1º) Informar os alunos do que está acontecendo a nível educacional. 2º) Ajudar na formação de C.A.'s, CECOEs, do movimento estudantil como um todo.

*Humberto:* Agilizar a organização a nível regional (Coordenações Regionais), mesmo a nível financeiro. Fazer encontros regionais.

*Ricardo:* Esclarecer dúvidas quanto ao papel das coordenações.

*Juca:* A estruturação em si não tem valor. Agora, Quando se tem um objetivo claro como por exemplo formação de C.A.'s, ela é válida. É necessário definir os objetivos da formação de C.A.'s. Aqui, por exemplo, temos 5 C.A.'s em formação, discutir para que eles estão sendo formados.

*Ricardo:* Discutir as dúvidas existentes quanto o funcionamento da Executiva.

*Juca:* Proposta de se retomar o estatuto e verificar as dúvidas.

*Ricardo:* Leitura do estatuto. Cap.III Art.3º item c) a maioria dos estudantes de pedagogia são de escolas pagas (105 cursos pagos e 7 públicos). Poderia se garantir também a qualidade da escola privada e também quanto a problemática da mensalidade.

*Juca:* O que se entende por ensino público: ele não se contrapõe ao privado. Por exemplo: a USP não é pública (não atinge a maioria da população, não é aberta à população), é estatal. a PUC é uma instituição privada, mas pode tornar-se mais pública ou não (sua transparência, seu acesso, etc.), depende da sociedade. Na constituição de 88: todo ensino é concessão pública. Toda educação deve se de acesso público.

(a parte) *Maria:* A reitoria da PUC a reconhece como democrática, mas na verdade, ela é uma das faculdades mais caras, ocorre aí uma elitização do acesso.

*Ricardo:* Não confundir o público com o gratuito.

*Juca:* Estatuto: Cap.III Art.3º item g) Fazer algo de concreto para interferir realmente entre as entidades. Por exemplo: a UNE nos representa, devemos discutir junto a ela : formação profissional, avaliação dos cursos de pedagogia, projeto de Cuba, etc.. O que a UNE faz de concreto? Discutir a sua organização e a de outras entidades.

Proposta: fazer reuniões com representantes da APEOESP, ANDES, MEC, etc.

*Rezende:* Questiona se a UNE não vem até os estudantes ou ocorre o contrário.

*Maria:* Há uma rotulação dos movimentos estudantis por causa da UNE.

*Juca:* A UNE não tem projetos. Nós só conhecemos sua carteirinha e passcatas. É preciso uma democratização da UNE. Por exemplo, quem aqui sabe qual é a organização da UNE? Somos representados por uma organização que não sabemos como funciona.  
Proposta: que na próxima reunião se discuta o movimento estudantil.

*Humberto:* Esclarecimento: não só as entidades educacionais.

Estatuto - Seção III

*Juca:* Art. 21º Proposta: que na próxima reunião se discuta a organização da ENEPe para se levar um projeto no ENEPe.

Art. 22º Coordenação Geral mais Regionais.

*Patrícia:* Questiona se a Coordenação de Secretaria é responsável pelas convocatórias.

*Victor:* Necessidade de se mandar a convocatória o mais rápido possível, para se conseguir a verba necessária.

*Juca:* Proposta: que todos elaborem um roteiro e um mapa de como chegar a cada faculdade, assim a secretaria poderá viabilizar as convocatórias.

Encaminhamento: Por coordenação: objetivo, como era, sugestões, projetos e encaminhamentos.

*Ricardo:* Ressaltar que não pode ocorrer a fragmentação do grupo.

Coordenação Geral

*Juca:* Era dividida em interior e capital. Atribuições: Coordenação das reuniões da Executiva; Representação da ENEPe na ENEPe; no fórum; organização de seminários de extensão universitária; passar informações a respeito da ENEPe; etc.. Não delibera sobre as outras coordenações, ela organiza e garante que os projetos não fiquem isolados.

*Carla:* Questiona o que ainda sobra para a Coordenação Geral.

Coordenação Regional

Regional 1: Ribeirão Preto e região

Regional 2: Presidente Prudente, Marília e região

Regional 3: Capital

Projetos:

Regional 1: auxiliar a formação de C.A.'s; entrar em contato com os C.A.'s da regional e verificar seu andamento; informar sobre a executiva à toda região.

Regional 2: 1) mapeamento da regional - saber certamente onde é a região, os cursos e os C.A.'s existentes. 2) informativo das regionais.

*Victor:* Precisa do subsídio da coordenação de finanças.

*Humberto:* Também deve propagar o trabalho da executiva.

Regional 3: já foi colocado anteriormente.

*Juca:* Proposta de um Encontro Regional: unir (três) faculdades e fazer uma semana de educação: uma palestra em cada faculdade.

Regionais: passar em sala de aula pois se atinge muita gente, organizar uma dinâmica para essas visitas. Fazer um cadastro de pessoas interessadas em receber informações da EEEPe e fazer contatos. Levar para o ENEPe pessoas de faculdades isoladas, divulgar, expandir.

#### Coordenação de Finanças

Entrar em contato com a coordenação anterior para saber como está organizada.

*Ricardo:* Ressalta a questão do patrocínio. mandar cartas de agradecimento à direção das faculdades: UNI-MAUÁ (Prof. Nicolau Dinamarco Spinelli) e Padre Anchieta (Prof. Francisco José Carbonari).

#### Coordenação de Secretaria

Andréa (Fac. Padre Anchieta) pegará a documentação da EEEPe na UNICAMP  
Projetos: elaboração de um caderno com os assuntos que a Executiva dispõe.

*Patrícia:* A coordenação enviará os textos e projetos para cada membro da Executiva e os demais presentes na reunião. Organizará também o arquivo da EEEPe.

#### Coordenação de Cultura e Extensão

*Andréia (UFSCAR):* Passou texto com explicativos da ação da Coordenação.

#### Coordenação de Assuntos Educacionais

*Janaína:* (antiga coordenação) -Não foi feito muito devido a elaboração do encontro. Recolhemos os currículos de algumas faculdades, mas não fechamos nada. Proposta de se fazer uma tabulação dos vários currículos existentes. Dificuldade de se conseguir os currículos. Proposta de cada um presente na reunião tente conseguir o currículo de sua faculdade e enviá-lo para a Coordenação de Secretaria. Fazer um arquivo de eventos na área de educação.

*Ricardo:* Questão do CECOPE - pensar na sua organização

#### Coordenação de Formação Política

*Andréa (UNI-MAUÁ):* coordenação anterior: Não foi feito nada de concreto. O trabalho foi realizado de boca-a-boca: informações da EEEPe. Tinha-se a idéia de se fazer uma cartilha de como se formar um C.A. mas não foi fechado.

*Andressa:* texto com as propostas da coordenação (será posteriormente enviado). Questão de quem irá custear os gastos.

*Ricardo:* deve-se tentar patrocínio a nível de Reitoria ou que caminhar com nossa próprias pernas.

#### Coordenação de Comunicação

- 7ª reunião - 03/04 de fevereiro 96 - Presidente Prudente
- 8ª reunião - 02/03 março 96 - São Carlos (sede do III EPEPe)
- 9ª reunião - 30/31 março 96 - São Carlos (sede do III EPEPe)

I COPEPe - 26/27 agosto 95 - São Carlos

III EPEPe - 04 à 07 abril 96 - São Carlos

Propostas de alteração do cronograma, cronograma final:

- 1ª reunião - 28 maio 95 - Jundiaí **OK**
- 2ª reunião - 24/25 junho 95 - Ribeirão Preto - 13:00h
- 3ª reunião - julho 95 - ENEPe - Goiânia
- 4ª reunião - 05/06 agosto 95 - São Carlos
- 5ª reunião - 07/08 outubro 95 - Presidente Prudente
- 6ª reunião - 02/03 dezembro 95 - São Paulo
- 7ª reunião - 03/04 de fevereiro 96 - Marília
- 8ª reunião - 02/03 março 96 - São Carlos (sede do III EPEPe)
- 9ª reunião - 30/31 março 96 - São Carlos (sede do III EPEPe)

-Para a próxima reunião trazer um possível candidato para sede do III EPEPe.

#### 6. Encaminhamento do I COPEPe

Estatuto: Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, sendo o fórum que reúne Centros Acadêmicos, assim como representações legitimadas pelos estudantes de suas respectivas instituições devidamente filiadas à EEEPe-SP.

*Ricardo:* o COPEPe é a 2ª instância deliberativa. Ele nasceu do CONEPe para se discutir questões políticas. Deve ocorrer antes do ENEPe. C.A.'s e D.A.'s e representantes de cada unidade tem voz e voto.

No I COPEPe serão feitos os encaminhamentos do EPEPe

*Patrícia:* Decidir que encaminhamentos serão levados para o CONEPe para podermos pensar anteriormente e levar propostas.

#### 7. Pauta para próxima reunião

- 1) Organização do EPEPe - cronograma
- 2) Movimento estudantil
- 3) LDB
- 4) ENEPe
- 5) Encaminhamentos das comissões
- 6) Organização do COPEPe

- Para todas as reuniões, confirmar antecipadamente a presença para a viabilização de alojamento e alimentação.

#### 8. Avaliação da Reunião

- *Patrícia:* Como estou relatando tudo o que está sendo dito, fica um pouco confuso ter várias pessoas falando ao mesmo tempo. A coordenação não conseguiu controlar as falas (inscrições). Não decidimos antes como seria o esquema da reunião. Estamos muito empolgados e espero que levemos a diante tudo o que está se pensando em fazer. Gostei de ver todo mundo presente e participando.
- + *Marineusa:* Foi ótima. Contou com a participação de todas as coordenações, conseguimos esclarecer qual o trabalho de cada uma delas. O ambiente foi muito bom, porém a organização —pecou um pouco pois houve muitas repetições.
- + *Maria:* Foi muito bom reencontrar o pessoal. É legal estar todo mundo presente.
- + *Resende:* Achou muito interessante, quer participar mais vezes, para obter maiores informações. Sentiu um grande incentivo para organizar o C.A. de sua faculdade.
- + *Márcia:* Nunca tinha participado, achou válido pois surgiram muitas idéias legais. Pretende continuar participando.
- + *Kátia:* Faltou um pouco de “chão” (esclarecimentos) por parte da antiga Executiva, mas deu para esclarecer alguns pontos que estavam obscuros.
- + *Andressa:* Foi válida, tivemos uma grande “clientela” e deu para situar quem é o quê e quem faz o quê.
- + *Laércio:* Gostou pelo local e pelo número de pessoas. É bom ver que o que estamos plantando já está germinando (referindo-se à presença de Resende e Márcia)
- + *Carla:* Gostou de duas coisas: 1ª) Laércio estar na porta quando chegamos e 2ª) do número de pessoas presentes (só faltaram três componentes da EEEPe-SP). Se continuarmos nesse pique, está perfeito.
- + *Andréa (Fac. Padre Anchieta):* Foi muito legal. Ficou um pouco perdida pois não conhecia o esquema da Executiva. Fica feliz pois a sua faculdade era fora do Universo e agora, graças ao Laércio, estão participando.
- + *Karina:* Agradece a recepção da Faculdade Padre Anchieta ( Laércio, Andréa, o D.A. e a direção). Se surpreendeu com o número de pessoas. Em alguns pontos a reunião foi repetitiva, mas valeu para esclarecer as dúvidas.
- + *Humberto:* Muito bom o número de pessoas e o cumprimento do horário de início. Que o pique inicial seja igual até o final. Foi muito gratificante.
- + *Angélica:* Também se surpreendeu pelo número de pessoas. Quanto a coordenação: deu para ter organização.
- + *Andréia(UFSCAR):* Nunca teve interesse pelas reuniões pois pensou serem “politiqueiras”. Sente não ter participado antes.
- + *Joyce:* Acha que a coordenação não deve ser rígida, deve ter um clima espontâneo. Fica orgulhosa em participar desse grupo.

*Sandra:* Sentiu ter chegado atrasada. Muito positivo o nº de pessoas. Espera que se desenvolvam as idéias apresentadas.

*Andréa(UNI-MAUÁ):* idem quanto ao nº de pessoas. O pessoal está consciente. Há respeito mútuo e a força de vontade está a 1000. Tocar a bola pra frente e fazer o “negócio” (trabalho da Executiva) crescer.

*Elaine:* idem quanto ao nº de pessoas. O II EPEPe impulsionou a participação das pessoas. Todos estão com vontade de progredir. lembrar que tanto suplente como titular têm o mesmo valor.

*Dadê:* A coordenação não deve ser muito rígida, mas não houve muita organização. A reunião atingiu seu objetivo. Chamar a atenção para tomarmos cuidado com a empolgação excessiva de idéias, pois é importante trazermos os projetos concretos.

*Victor:* Muitos já chegaram com propostas. Estamos a fim de trabalhar pra valer. os encaminhamentos forma positivos, porém os tumultos negativos.

*Fancisca:* Legal o nº de pessoas. Importante a presença da coordenação anterior - quando precisar há quem recorrer.

*Roberta:* Conseguimos vencer a pauta. Coordenação não pode ser muito rígida, mas houve muitas conversas paralelas. Idem quanto ao nº de participantes.

*Janaina:* Idem quanto ao nº de participantes. Deve-se construir um esquema de reunião. A acomodação e a alimentação foram excelentes.

*Cláudia:* Idem quanto ao nº de participantes. Gostou muito de rever as pessoas. É complicado o trabalho de anotar. Vamos trabalhar juntos.

*Ricardo:* Estamos empolgados pois saímos de um encontro e já temos algo encaminhado, só é preciso trazer algo concreto, ser compromissados com nós mesmos. Em defesa própria: deve-se construir um esquema de reunião. Coordenou como se fosse a sua 1ª vez. Somos um grupo novo e temos uma cara nova, as práticas da gestão passada não servem, temos que construir as nossas próprias. Vencer a pauta não é importante, o importante é sairmos com vontade de voltar a se encontrar e trabalhar.





*"O professor disserta sobre ponto difícil do programa. Um aluno dorme, cansado de canseiras desta vida. O professor vai sacudi-lo? Não. O professor abaixa a voz com medo de acordá-lo."*

**Carlos Drummond de Andrade**

## Papo Cabeça

### CONEd?

Sim, Congresso Nacional de Educação, CONEd. A primeira versão deste evento ocorreu entre os dias 31/07 e 03/08 passados. Surgiu para suprir o vácuo deixado pelas "CBEs". As Conferências Brasileiras de Educação, tiveram 6 edições, sendo que a primeira e a última ocorreram em São Paulo (1980 e 1991, respectivamente).

O I CONEd foi um marco histórico para a organização educacional brasileira, tendo em vista que conseguiu reunir entidades sindicais, científicas e estudantis, unindo estudantes, professores e funcionários de todos os níveis de ensino. O fato é que mais de 5000 pessoas (!!!) de todo o país se encontraram em Belo Horizonte, no enorme campus da UFMG e, durante 4 dias debateram questões educacionais, baseados no tema "Educação, Democracia e Qualidade Social - Construindo um Plano Nacional de Educação". Havia programação para todos os gostos e interesses: muita, mas muita coisa mesmo.

Conforme decisão do XVI ENEPe (Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia), ocorrido no meio de julho passado em Pinhais-PR, estudantes do curso eram convidados a estarem presentes e a executiva mandaria representantes. Por São Paulo estavam presentes Dadê (EEEPe-SP), Vandré, Ricardo (EX-ENEPe), Marco e Tarcísio (CAPF-FEUSP) e eu da USP, Marco (EEEPe-SP e ENEPe) da PUC-SP, Luciano (ENEPe) da PUCCAMP, Kelly, Micael e povo da UNESP-Marília, Sandra (EEEPe-SP) e povo da UFSCar, assim como vários alunos da UNICAMP.

Participamos de reuniões entre executivas nacionais de diversos cursos, reuniões de universidades públicas, reunião da AELAC (Asociacion de Educadores de Latino America y del Caribe) e organizamos uma reunião com os estudantes de pedagogia presentes ao congresso. Também teve festa, apresentações culturais, etc. Foi rico demais! E nos intervalos bagunçamos bastante.

No segundo semestre de 97 ocorrerá o II CONEd, ainda sem local definido. Prepare-se para participar de uma experiência super importante tanto para nossa formação quanto para o ensino de nosso país.

*I-Juca-Pirama Camargo Gil (pedagogia USP, Coord. Geral EEEPe-SP e ENEPe 93 a 95 e atual diretor da UNE)*

## Ha tempos

Durante o último ENEPe, em Curitiba, houve um ato público nas ruas centrais da cidade.

Este ato tinha por objetivo a defesa de uma escola pública e gratuita, e para isto as manifestações apareceram através de improvisações teatrais (do pessoal de Sampa), músicas, poesias, além dos papéis picados que a população solidarizou-se com o movimento nos prestigiou.

Para nossa felicidade a imprensa local cobriu o evento local com várias reportagens!

## Nem te conto...

☛ E por falar no futuro da Pedagogia ... O nosso colega Oséas (Unesp - Marília) já decidiu o que vai

fazer após se formar. Vai montar uma pré-escola em Curitiba. Já tem até uma aluna matriculada, a nossa amiguinha Débora, que a delegação de Sampa conheceu no ENEPe. E isso aí Oséas, e cuidado com o curupira!



☛ A viação Andorinha proibiu a venda de passagens para membros da Executiva Estadual, o que era de se esperar. Afinal, depois do prejuízo causado por um grupo organizado pelo Laercio da Cruz Mattos (conhecido como Lalá), acabando com o estoque de leite quente e água na viagem de Presidente Prudente a São Paulo...

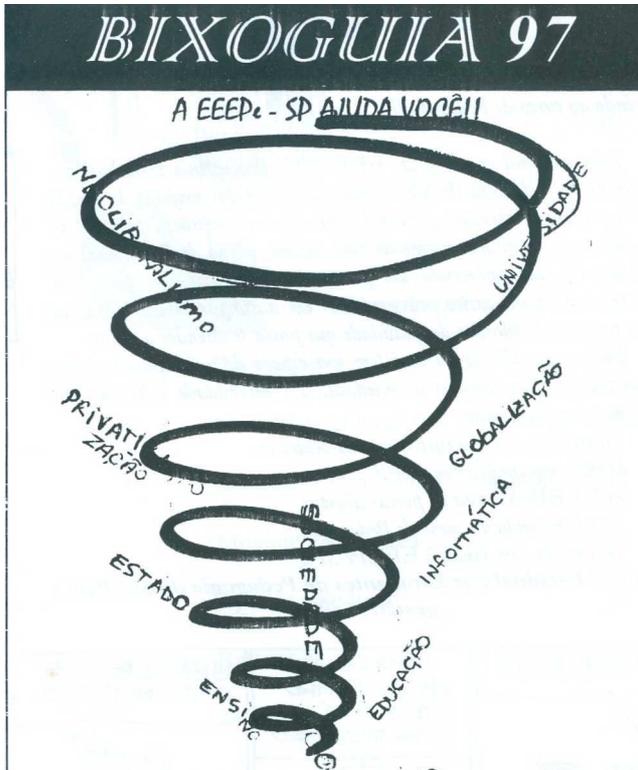
DIVA: Departamento de Investigação da Vida Alheia

### Expediente

**Coordenadoras da EEEPe-SP responsáveis:** Ivy B. Leite, Renata L. de Mattos, Rita Pisano e Andrea (Dadê) Steinvasher  
**Digitação:** Dadê e Rita **Diagramação:** I-Juca-Pirama C. Gil  
**Tiragem:** 200 cópias  
**Contatos:** End. CAPF - Faculdade de Educação da USP  
 Av. da Universidade, 308 - Cidade Universitária São Paulo / SP  
 CEP 05508-900  
 Fone: (011) 842-5172 (Renata) ou 261-0808 (Ivy) Fax: 818-3149

ANEXO XI –

BixoGuia 97 – gestão 1996/199



EDITORIAL

Bem vindo ao curso de Pedagogia!!!

Este material criado pela EEEPe-SP (Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo) faz parte dos projetos da gestão 96/97 e tem como intenção, além de trazer algumas questões específicas do nosso curso, nos aproximar mais de você (agora, aluno de Pedagogia) na perspectiva de que conhecendo um pouco do nosso trabalho, possa vir juntar-se a nós, para assim prosseguirmos em nossa caminhada histórica na luta por uma Educação de qualidade que possa se estender a todos.

Não esqueça!! Agora você tem um espaço de participação efetiva nas questões políticas ligadas à sociedade, à Universidade e às questões educacionais em particular.

Ficaremos muito satisfeitos se você ocupá-lo.

Venha nos conhecer melhor!!!

A EEEPe-SP está de portas abertas.

Seja bem vindo ao curso de Pedagogia!!!

Seja muito bem vindo à EEEPe-SP!!

Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo  
- gestão 96/97 -



ÍNDICE

Editorial	01
UFA, enfim Bixos!	03
Pedagogia?	04
Atenção Bixos	05
Bixonário	07
Momento Cultural	10
Entenda o Movimento Estudantil	11
Movimento de Área	12
Agenda - Se liga!!	14
Reflexões	15
Expediente	17
Cadastro	18



## UFAI ENFIM BICHO (BIXO)!!!

Parabéns, considere-se um privilegiado. Você faz parte de uma minoria da população que chega ao curso superior. E você, mais do que ninguém sabe o quanto isso foi difícil e com certeza vai ficar indignado com essa realidade da nossa conturbada educação. Por quê? Porque você, ao longo do curso que ingressou (Pedagogia, lembre-se sempre!) vai entender melhor o que significa a atual conjuntura.

Não fique preocupado, pois o curso não traz apenas indignações que nos levam a angústia e ao desânimo com os nossos governantes. O curso poderá lhe ajudar a entender melhor tudo o que ocorre a nossa volta e pode, portanto, lhe estimular a intervir com mais confiança para mudar não só essa realidade do ensino superior, como todo o sistema educacional brasileiro que é extremamente injusto. A educação no Brasil, infelizmente, ainda não é para todos.

E se Pedagogia é uma "arte" muito bonita como muitos afirmam pejorativamente, entender o que é Pedagogia, o que é Arte e, fazer de tudo isso algo muito bonito e proveitoso é uma interessante tarefa a realizarmos. A base de nosso trabalho será a sociedade, o homem e sua história. Você verá que isso pode ser muito fascinante e vai se surpreender do que você é capaz, e, não se esqueça "...se correr o bicho pega, se ficar o bicho come, se juntar o bicho foge!"



## PEDAGOGIA!!!

Com certeza você ouvirá muitos engraçadinhos que pedirão para você repetir o nome do curso que você está fazendo. É mais ou menos assim:

*Você está fazendo faculdade? Que legal! Qual o curso?*

*Pedagogia!* - responde você entusiasmado.

E o engraçadinho mal informado pergunta novamente:

*O quê?* - Você responde soletrando:

*Pe-da-go-gia.*

Não fique irritado, nem se sinta mal. Afinal a maioria das pessoas não sabem nem do que se trata a Pedagogia. Aliás essa área tem se ampliado tanto que nem os Pedagogos conhecem exatamente a dimensão do curso.

Fique frio!! A atitude dessas pessoas está intimamente ligada à relação que fazem da Pedagogia com o estado que se encontra a Educação. Mas, é justamente para entender melhor esta loucura toda do nosso sistema educacional, na perspectiva de melhorá-lo, é que fazemos Pedagogia, não é mesmo? Bem se for assim acho que você está no curso certo. E isto é ótimo sinal, pois teremos mais um aliado na luta pela formação e evolução de nossa sociedade.

Queremos te ver em breve atuando como um estudante de Pedagogia, que muito terá para contribuir na construção de uma Educação melhor para todos. Esperamos que o curso lhe propicie tudo aquilo que você espera e, possa ser uma experiência muito importante em sua formação.

Entender a Educação também é entender a sociedade, um motivo de orgulho e não de constrangimento! Responda em alto e bom tom, seu curso é **PEDAGOGIA!!!**

## TAXIONOMIA DA BIXARADA

Sabe aquelas posturas em sala de aula e no convívio em grupos de modo geral? Pois é, elas são muito comuns no mundo dos bichos e dos bixos.

Em qual você se encaixa? (dica - não precisa contar pra ninguém se tiver vergonha...)



**CORUJA:** Sábia, presta muita atenção no que os outros falam.



**LEÃO:** Rei do pedaço. Está certo de sua superioridade.



**TIGRE:** É agressivo, irônico.



**PAVÃO:** Gosta de mostrar cultura e monopolizar a discussão.



**COBRA:** Envenena as relações. Provoca brigas e fica de fora.



**PAPAGAIO:** Comenta tudo e está sempre por fora do assunto.



**GIRAFÁ:** Muda. Seu silêncio não permite saber se ela está por dentro do assunto mesmo.



**MACACO:** Bagunceiro, inteligente e está sempre de bom humor.



**CÃO:** Faz muito barulho por pouco.



**MULA:** Obstinada e lenta.



**GATO:** Prefere agir depois da aula.



**COELHO:** Encolhe-se quando maiores aparecem.



**POMBO:** Fica arrulhando com o companheiro do lado. Só vive de par.



**PICA-PAU:** Só sabe picar todas as idéias, interrompendo quem está falando.



**RATO:** Nunca aparece, mas, caminha entre todos.



**ZEBRA:** Radical, ou é 8 ou 80.



**CAMALEÃO:** Está de acordo com todos. Vai para onde leva o vento.

**BIXIONÁRIO**

Pra que você não fique mais por fora do que já está dos assuntos amplamente discutidos pelos veteranos, nós lhe ajudaremos na introdução ao vernáculo pedagógico. Assim, nenhuma ignóbia sigla ou palavra ignorada, irá incompatibilizar a sua relação com os veteranos.

Aproveite a suas horas vagas e coloque o bixonário em ordem, quem sabe no ano que vem o seu nome saia nos créditos de produção?

\* BIXIONÁRIO é uma sacanagem registrada © da EEEPe-SP, sendo o primeiro e único. Já é uma imitação de anos anteriores portanto, recuse outras imitações

**Faz que ano mesmo?**: pergunta que a maioria dos veteranos irá lhe fazer quando você disser uma bobagem pedagógica ou uma cretinice qualquer. A resposta sempre será: "Tô no primeiro ano!"

**Estrambótico**: esquisito, estranho, diferente, bixo.

**Perdigoto**: gotas de saliva que algumas pessoas e todos os bixos jogam para fora da boca quando falam.

**Baba**: prova muito fácil ou substância pegajosa que os bixos secretam pelo canto da boca quando a aula é muito chata ou muito boa e eles não estão entendendo nada.

**Trabalho em Grupo**: sistema de avaliação onde um se mata de trabalhar e todos ganham a mesma nota.

**Bixo**: mamífero da família dos CDF's em processo de extinção nos cursos superiores. Aparecem uma ou duas vezes por ano de norte a sul do Brasil. É fácil identificá-los pois costumam trazer a mãe, o pai ou a tia na matrícula. Costumam andar com o manual do bixo embaixo do braço e, nas aulas vivem perguntando se aquele assunto cai na prova e pedindo ao professor para ir ao banheiro.

**MOMENTO CULTURAL**  
(apesar de não diminuir a dor)

"Quem espera nunca alcança."

"Faça o que eu falo e, faça o que eu faço."

"Haja duas vezes antes de pensar."

"Devagar se chega ao longe, porém demora bem mais."

"A esperança é a última que morre...mas, morre."

**Refleta:**

"De que vale um índice se as folhas não são numeradas?"

**Pensamento dedutivo:**

"À noite todos os gatos são pardos"

**Pensamento Indutivo:**

"Se ouvir à noite um miaaaaauuu, repare bem!  
Se não for pardo, não é gato."



**ENTENDA O MOVIMENTO ESTUDANTIL**

Cada dia vemos crescer ainda mais a força da maioria dos movimentos sociais. E talvez, principalmente por isso é que estamos aqui firmes, tentando ocupar um espaço que é nosso: Estudantes!

Você pertence agora a categoria dos estudantes universitários, sendo assim possui alguns espaços que pode usar e ampliar a sua voz. Veja as entidades que o representam e que deveriam ser a expressão da opinião dos estudantes com relação às questões políticas referentes à sociedade, a universidade e às questões específicas de nosso curso.

O Movimento Estudantil (ME para os íntimos) se organiza da seguinte forma:

MOVIMENTO ESTUDANTIL "GERAL"				
	UNE União Nacional dos Estudantes	UEE União Estadual dos Estudantes	DCE Diretório Central de Estudantes	DA/CA Diretório ou Centro Acadêmico
órgão máximo	Congresso CONUNE	Congresso CONUEE	Congresso	Plenárias e Assembleias
conselho das entidades de base	CONEB	CEE	CCA - conselho de CA's	Representantes de Classe
conselho das entidades gerais	CONEG (UEE/DCE)			
	diretorias			



**Seminário**: prática pedagógica que consiste em fazer com que falemos aquilo que iríamos escrever (não confunda com leitura dramática!). Sua origem remonta aos tempos da inquisição quando o condenado podia escolher entre a fogueira ou assistir a um seminário (entendeu agora porque tanta gente morreu no fogo?)

**Cada um é cada um**: filosofia de vida que permite a você aceitar o fato de que alguém pode se arrebentar e você não tem nada a ver com isso.

**Pode ser**: locução usada quando você não concorda com o que dizem, mas não quer admitir e nem discutir.

**Tomar um café**: o mesmo que "ligar para minha mãe". Usa-se para sair da sala durante uma aula pentelha.

**Licenciatura**: curso que visa ensinar alunos em meses o que não conseguimos aprender em anos.

**Homem**: artigo raro no curso de Pedagogia. Se por acaso você encontrar-se com algum, calma! Primeiro pergunte se ele é mesmo e se prática

**Xerox**: empréstimo compulsório igualzinho ao do governo, ou seja, nunca mais volta. Durará enquanto você durar na faculdade ou banco encerrar a sua conta.

**Curiosidade**: some o quanto você vai gastar durante o curso.

Vernáculo: vide dicionário Aurélio, preguiçoso!! A propósito qual a sua nota de Português no vestibular?

A nível de proposta : música do MPB-4, sinônimo de enquanto proposta.

Tudo nos leva a crer: final de conclusão de um trabalho na tentativa de convencer o professor a acreditar no mesmo que você.

Delegado: não tem nada a ver com polícia. Será alguém eleito por você para representá-lo em diversos Congressos e Encontros Estudantis. Poderá inclusive ser você!

Legal : adjetivo utilizado pelos bixos para exprimir que achou uma aula interessante, produtiva, instrutiva, mas não saberia como explica-la.

Preliminarmente: o mesmo que "antes de qualquer coisa", porém num tom mais acadêmico. Palavra largamente usada na introdução de teses, comentários, declarações ou comunicações de professores. Não se acanhe, utilize em todos os inícios de provas ou trabalhos.

Você está equivocado: no curso universitário, é a maneira gentil de se dizer "Não diga asneiras!".

Não tenho certeza se é isso o que eu quero: sentimento comum aos adolescentes de 15 a 115 anos que ingressam não só no cursos de Pedagogia, mas, em qualquer curso superior. O curioso é que todo mundo se julga o único a se sentir assim.



#### MOVIMENTO DE ÁREA

Executiva Nacional - ENEPe	Executiva Estadual - EEEPe
ENEPe* - Fórum Nacional dos Estudantes de Pedagogia	COPEPe - Conselho Paulista dos Estudantes de Pedagogia
Secretoria Colegiada	Diretoria Colegiada

CA's / DA's

conforme o Estatuto da Executiva Nacional, não é um órgão deliberativo superior da Diretoria Colegiada.

#### ENEPe e a EEEPe-SP

Executivas são entidades estudantis que representam estudantes de um curso específico, por isso, este movimento estudantil é denominado movimento de área. A Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ENEPe) que existe há mais de quinze anos (uma história a resgatada), é a entidade que representa os estudantes de Pedagogia Brasil. Promove anualmente Encontros com os estudantes de todo o Brasil. Em 95 o ENEPe (Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia) foi em Natal-RN, em 96 foi em Curitiba-PR e em 97 será no Rio de Janeiro em Belém - PA.

No ENEPe de 93, em Brasília, os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo que lá estavam, começaram a discutir a possibilidade de se ter uma Executiva Estadual para trabalhar as questões específicas de nosso Estado e das mais de 100(!) faculdades de Pedagogia que existem em São Paulo.

Após muitas discussões e reuniões nasceu a EEEPe-SP, Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo. E aqui estamos nós, na terceira gestão da Executiva, tropeçando, se trombando, sempre caminhando, buscando garantir a integração dos estudantes de Pedagogia de nosso Estado, discutir a nossa formação, organizar os Encontros Estaduais de Estudantes de Pedagogia EPEPe's, projetos de vivência (como os realizados em Diadema e Cuba), uma série de outras atividades que não caberiam aqui.

Atualmente a EEEPe se organiza de forma colegiada assim:



O Estado de São Paulo tem dois representantes na ENEPe indicados pela Executiva Estadual, o Luciano da PUC-Campinas e o Marco Antonio PUC-SP.

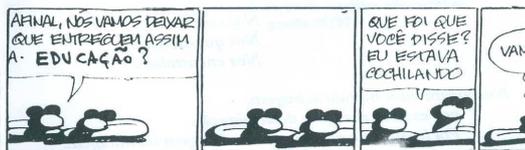
Nossas reuniões são mensais, e você já é nosso convidado a aparecer e conhecer um pouco melhor o nosso trabalho e quem sabe participar dele com a gente! Nossa próxima reunião será dias 22 e 23 de março na Unicsul - SP. Te espero lá!!!

Andrea Steinvascher (Dadê) Pedagogia - USP -

Coordenação Geral EEEPe gestão 96/97

#### AGENDA - SE LIGA!

- ☞ Reunião da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia 22 e 23 de Março - UNICSUL - SP
- ☞ **IV EPEPe**  
ENCONTRO PAULISTA DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA 18 a 21 de Abril na UNESP Presidente Prudente - SP - Tema Central: "Educação: Quantidade Total e Qualidade Social"
- ☞ **XVII ENEPe**  
ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA 20 a 26 de julho - Universidade Federal do Pará - Belém - PA
- ☺ Ainda este ano com data ou local a confirmar:
  - II CONED - Congresso Nacional de Educação
  - I Encontro Paulista de Escolas Pagas
  - CONUEE-SP - 01 a 04 de maio Ribeirão Preto
  - CONUNE - 29/05 a 01/06 Belo Horizonte



E você, está acordado?!!

**ANEXO XII –**  
**Estatuto da Executiva Estadual dos Estudantes de**  
**Pedagogia de São Paulo**

ESTATUTO DA EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - EEEPe-SP

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO

Art. 1º - A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter permanente, sendo desvinculada de quaisquer órgãos estatais, de partidos políticos e de crenças religiosas.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º São membros da Executiva Estadual:

- I - Centros e Diretórios Acadêmicos devidamente filiados junto a Executiva Estadual;
- II - alunos interessados e representantes legitimados pelos estudantes de suas instituições devidamente filiados à EEEPe;

*Parágrafo único:* são filiados a EEEPe as entidades que, comprometidas com os princípios da executiva, contribuam com a sua manutenção com uma anuidade de 1 salário mínimo para as instituições que possuam C.A.s/ D.A.s e 1/2 salário mínimo para as que não possuem C.A. s/ D.A.s.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES

Art. 3º - São deveres da Executiva:

- I - coordenar o movimento estudantil de PEDAGOGIA do Estado de São Paulo;
- II - congregar, representar e defender o conjunto dos estudantes de pedagogia do Estado de São Paulo;
- III - lutar em defesa de um sistema educacional público, gratuito, democrático e de qualidade para todos no Estado de São Paulo;
- IV - lutar em defesa da qualidade de ensino dos cursos de Pedagogia, sejam eles públicos ou não;
- V - defender uma universidade pública, gratuita e democrática;
- VI - promover e incentivar a formação crítica dos estudantes de Pedagogia;
- VII - promover o intercâmbio e o desenvolvimento cultural, científico e político dos estudantes de Pedagogia;
- VIII - manter contato e intercâmbio entre as entidades representativas de estudantes;
- IX - representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo frente a outras entidades e em eventos de interesse dos mesmos;
- X - manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;
- XI - lutar pelos interesses dos estudantes na questão das mensalidades.

XII - promover e incentivar a criação e aplicação de políticas públicas educacionais e de inclusão social.

## CAPÍTULO IV

### DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS E ADMINISTRATIVA DA EXECUTIVA

**Art. 4º** As instâncias de deliberações políticas e administrativas da Executiva, pela ordem são:

- I - Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia - EPEPe
- II - Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia - COPEPe
- III - Coordenação Estadual da EEEPe-SP
- IV - Entidades estudantis de Pedagogia (Centros e Diretórios Acadêmicos)

## SEÇÃO I

### DO ENCONTRO PAULISTA DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

**Art.5º** - O Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia (EPEPe) é a instância máxima de deliberação da EEEPe-SP.

**Art.6º** - O EPEPe terá como objetivo a integração científica, política e cultural, assim como a troca de experiências entre seus participantes

**Art. 7º** - Será realizado anualmente, em data e local definido na Plenária Final do encontro anterior.

§1º A escola que sediará o próximo EPEPe deve atender a critérios como: participação no movimento estudantil de Pedagogia, estrutura física e recursos humanos.

§2º A(s) escola(s) interessada(s) deve(m) apresentar projeto estrutural no EPEPe para aprovação na Plenária Final.

§3º Se a(s) escola(s) não possuir(em) a estrutura necessária ou nenhuma escola se candidatar durante o EPEPe, o primeiro COPEPe após o EPEPe terá o poder de escolher a escola sede, dentre as escolas presentes ao COPEPe.

**Art.8º** - Poderão participar do EPEPe todos os estudantes do curso de Pedagogia, dos cursos de pós-graduação ligados à área da educação do Estado de São Paulo, com direito a voz e voto.

§1º Poderão participar observadores, sem direito a voto, desde que inscritos sob os mesmos critérios dos demais participantes.

§2º A comissão organizadora é formada pela coordenação estadual e pela escola sede do encontro.

**Art.9º** - O EPEPe terá um regimento interno aprovado em sua Plenária Inicial.

*Parágrafo único:* Os regimentos internos devem contemplar os seguintes aspectos: garantir a segurança e a seriedade do encontro, regulamentar as diferentes formas de participação no encontro de acordo com direitos e deveres.

**Art.10** - As plenárias do EPEPe terão quorum de maioria simples dos inscitos aptos a votar, ou seja, 50% mais um.

**Art.11** - As deliberações do EPEPe serão tomadas em plenária por maioria simples dos presentes

*Parágrafo único.* Se em votação ocorrer a maioria simples de abstenções, a matéria será discutida e votada novamente até, no máximo, três vezes, quando então, valerá o resultado vencedor descontadas as abstenções.

**Art. 12** - Que em todos os EPEPes seja promovido um espaço para discussão e esclarecimentos acerca da estrutura e funcionamento da executiva.

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO PAULISTA DE ENTIDADES DE PEDAGOGIA

**Art. 13** - O COPEPe é o Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, sendo o fórum que reúne Centros e Diretórios Acadêmicos, assim como representações legitimadas pelos estudantes de suas respectivas instituições devidamente filiadas a EEEPe.

**Art.14** - O COPEPe é a instância decisória imediatamente inferior ao EPEPe.

**Art.15** - O COPEPe tem por objetivo:

I - encaminhar as deliberações do EPEPE, assim como discutir e decidir sobre assuntos pertinentes ao movimento estudantil desde que não firam as deliberações do EPEPe;

II - coordenar, avaliar e fiscalizar a atuação da Coordenação Estadual;

III - destituir, através de impedimento, desde que devidamente justificado, qualquer coordenador da EEEPe-SP, necessitando, para isso, de quorum de 3/4 do COPEPe.

**Art.16** - Realizar-se-á ordinariamente o mínimo de 1 COPEPe por semestre, sendo que cada um deles será convocado pelo anterior.

**Art.17** - Extraordinariamente, poderá ser convocado por um mínimo de 30% (trinta por cento) das entidades filiadas à EEEPe-SP.

**Art.18** - O COPEPe se instalará com o quorum mínimo de 40% (quarenta por cento) das entidades filiadas à EEEPe-SP.

**Art.19** - No COPEPe terá direito a voz qualquer estudante e voto e voz qualquer entidade filiada a EEEPe-SP, sendo que cada entidade corresponderá a um voto.

**Art.20** - Os Centros e Diretórios Acadêmicos (CA's e DA's) devem apresentar a ata de posse da diretoria, devidamente registrada em cartório, assim como a ata da reunião que indicou o delegado da entidade à mesa de cadastramento do COPEPe.

*Parágrafo único.* Essas entidades terão direito a voz e voto no primeiro COPEPe, desde que não tenha havido participação no ano anterior devendo, para manter esse direito nos próximos COPEPes, filiar-se à EEEPe - SP.

Art.21 - As instituições que não possuem CA's e DA's poderão ser representadas por delegados legitimados por seus pares, seguindo seguintes critérios:

- a) serem eleitos em assembléia tendo a presença mínima de 20% (vinte por cento) dos estudantes da instituição, ou
- b) serem eleitos por voto em eleição com urna tendo o quorum mínimo de 30% (trinta por cento) dos estudantes da instituição.

§1º Cada delegação deverá apresentar no credenciamento do COPEPe a lista de alunos regularmente matriculados no período que se deu a eleição, sem a qual, estará vedada a inscrição da respectiva delegação.

§2º Somente terão direito a voto as instituições que estiverem devidamente filiadas.

### SEÇÃO III

#### DA COORDENAÇÃO ESTADUAL

Art.22 - A coordenação estadual tem as seguintes atribuições:

- a) encaminhar as deliberações das instâncias deliberativas hierarquicamente superiores à EEEPe-SP;
- b) articular a EEEPe-SP com outras entidades estudantis;
- c) participar da comissão organizadora do EPEPe;
- d) garantir o bom andamento das atividades da EEEPe-SP;
- e) representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo;
- f) cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

Art.23 - A Coordenação Estadual será composta pelas coordenações: Geral, Regionais, de Secretaria, de Finanças, de Assuntos Educacionais, de Cultura e Extensão Universitária, de Formação Política, de Comunicação e Coordenação de Escolas Pagas.

I - A Coordenação Geral será composta por dois estudantes, cuja atribuições são:

- a) representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo perante o Movimento Estudantil e a sociedade civil organizada.
- b) coordenar as reuniões e grupos de trabalhos entre outras atividades que se fizerem necessárias ao bom funcionamento da entidade atendendo às decisões do EPEPe e do COPEPe.

II - As coordenações regionais serão compostas de acordo com a representação no EPEPe cujas atribuições são:

- a) garantir o bom andamento das atividades da EEEPe-SP em sua regional divulgando seu trabalho, a fim de incorporar novos participantes;
- b) promover atividades de intercâmbio político, cultural e científico nas faculdades de sua regional.

III- A Coordenação de Secretaria será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) coordenar a elaboração e a organização da documentação e dos arquivos da EEEPe-SP;
- b) elaborar e enviar as atas e as convocatórias das reuniões da Coordenação Estadual.

IV - a Coordenação de Finanças será composta por dois estudantes cujas atribuições são:

- a) buscar recursos e formas alternativas de viabilização dos trabalhos da Coordenação Estadual.
- b) elaborar a prestação de contas e confeccionar balancetes mensais;
- c) responsabilizar-se pela movimentação das contas bancárias, pela assinatura de cheques e pela administração financeira em geral;
- d) recolher a anuidade das entidades estudantis filiadas a EEEPe-SP até o próximo EPEPe;
- e) zelar pelo patrimônio da entidade.
- f) colaborar e enviar a prestação de contas do EPEPe e do COPEPe às entidades participantes.

V - a Coordenação de Assuntos Educacionais será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) incentivar e coordenar a formação de CECOE's - Centros de Construção Educacional;
- b) promover estudos sobre o curso de Pedagogia no Estado de São Paulo;
- c) promover a discussão das políticas educacionais, principalmente as implementadas no Estado de São Paulo;
- d) participar de eventos de interesse dos estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo;
- e) manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;
- f) defender o ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis
- g) defender a qualidade de ensino dos cursos de pedagogia do Estado de São Paulo e a valorização do profissional no que diz respeito a formação, especialização e campo de atuação.

VI - a Coordenação de Cultura e Extensão Universitária será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) promover e incentivar discussões sobre extensão universitária;
- b) promover o intercâmbio de projetos realizados pelas faculdades;
- c) promover e desenvolver atividades culturais, artísticas e de lazer.

VII - a Coordenação de Formação Política será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) incentivar e apoiar a formação de CA's e DA's de Pedagogia do Estado de São Paulo;
- b) promover e incentivar discussões sobre questões do movimento estudantil, da juventude e outros assuntos de interesse dos estudantes de Pedagogia.
- c) expandir as coordenações para locais onde não existam regionais.

VIII - a Coordenação de Comunicação será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) divulgar as atividades da EEEPe-SP;
- b) divulgar atividades e eventos na área educacional;
- c) publicar os anais do EPEPe.

IX - a Coordenação de Escola Pagas será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) lutar pelos direitos referentes à qualidade de ensino, mensalidades, matrículas, extensão nas escolas pagas;
- b) divulgar e tornar de conhecimento de todos as mudanças na legislação específica das escolas pagas;

c) lutar por mensalidades mais baixas e bolsas-auxílio aos alunos mais carentes.

*Parágrafo Único.* Havendo número insuficiente de estudantes para a composição das coordenações, conforme determinações anteriores, garantir-se-á o mínimo de um estudante por coordenação.

**Art.24** - A eleição da coordenação Estadual ocorrerá por voto direto na Plenária Final do EPEPe, na forma de chapa(s) formada(s) por estudantes de Pedagogia.

§1º O mandato da coordenação da EEEPe-SP terá a duração até o EPEPe seguinte, com o compromisso da gestão anterior participar das três primeiras reuniões da nova gestão.

§2º A posse da diretoria eleita será após a Plenária Final do encontro.

§3º A prestação de contas e a entrega do relatório de atividades se efetuará no COPEPe a se realizar até 50 (cinquenta) dias após o EPEPe, sendo acompanhado dos respectivos balancetes.

§4º As chapas deverão ser formadas por estudantes de pedagogia de, no mínimo, 03 faculdades diferentes e contar também com membros da gestão anterior da executiva.

§5º A forma de eleição da Coordenação Estadual deverá ser apresentada e esclarecida na plenária inicial de cada EPEPe.

## CAPITULO V

### DOS CENTROS DE CONSTRUÇÃO EDUCACIONAL (CECOE'S)

**Art. 25** - Os Centros de Construção Educacional se construirão nos espaços privilegiados de elaboração de estudos e projetos de educação da EEEPe-SP.

**Art.26** - Os CECOe's se consolidam enquanto equipes de trabalho e estudos de educação com caráter de assessoria da EEEPe-SP.

**Art.27** - Cada CECOe será constituído por um CA/DA ou por um grupo de, no mínimo, 3 estudantes .

**Art.28** - Cada CECOe terá uma temática norteadora de sua atuação, podendo existir mais de um CECOe com a mesma temática.

**Art.29** - As atribuições dos CECOe's são:

- a) centralizar informações sobre determinado assunto, promover debates sobre o mesmo, publicar textos e subsidiar a EEEPe-SP sobre a temática desenvolvida;
- b) entregar relatórios de trabalho nos COPEPe's e no EPEPe.

**Art.30** - Os CECOe's não se constituem enquanto instâncias deliberativas da EEEPe-SP.

**Art.31** - Os CECOe's podem ser constituídos em qualquer época do ano, basta comunicar a Coordenação de Assuntos Educacionais da EEEPe-SP.

**Art.32** - Cada CECOe terá duração de um ano, podendo ser prorrogado comunicando à Coordenação de Assuntos Educacionais da EEEPe-SP.

## CAPÍTULO VI

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art.33** - São consideradas infrações graves à EEEPe-SP:

- a) o não cumprimento do estatuto pelas entidades ou por seus membros;
- b) qualquer posicionamento que não seja representativo do Movimento Estudantil de Pedagogia do Estado de São Paulo tomado pelos integrantes da EEEPe-SP;
- c) a não organização do EPEPe, sem justa causa pela escola sede;
- d) o desvio de verba da entidade ou alienação do patrimônio por integrantes da EEEPe-SP.

**Art.34** - As penalidades serão aplicadas segundo deliberação das instâncias do movimento.

**Art.35** - São penalidades aplicadas às entidades:

- a) advertência por escritos;
- b) multa que poderá ser de  $\frac{1}{2}$  a 2 anuidades;
- c) suspensão do direito de voto por um ano.
- d) exclusão da EEEPe até que haja ressarcimento dos prejuízos.

*Parágrafo Único.* As entidades e estudantes filiados à EEEPe não poderão ser responsabilizados por nenhum ato tomado pela Coordenação.

**Art.36** - São penalidades aplicadas aos coordenadores:

- a) advertência por escrito;
- b) ressarcimento dos danos causados à entidades;
- c) suspensão do cargo;
- d) destituição do cargo, sem prejuízo do ressarcimento devido dos danos causados.

§1º Estará automaticamente destituído o coordenador que faltar a duas reuniões consecutivas ou três alternadas sem justificativa por escrito acatada pela coordenação.

§2º A coordenação da EEEPe deliberará sobre os critérios para a justificativa de faltas.

§3º Caso ocorra a destituição de um coordenador a EEEPe encaminhará no COPEPe a substituição desta coordenadoria por outra pessoa.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art.37** - A dissolução da EEEPe-SP ocorrerá somente através de votação em plenária do EPEPe convocado exclusivamente para este fim.

§1º - Será necessário  $\frac{3}{4}$  dos votos dos estudantes presentes na plenária para que seja aprovada a dissolução da entidade.

§2º - Somente a EEEPe-SP poderá convocar o encontro de dissolução da entidade de acordo com as disposições deste estatuto.

§3º - Caso seja aprovada a dissolução da entidade os bens que por ventura possuir serão doados para entidades afins ou para as que a plenária decidir.

**Art.38** - O presente estatuto somente poderá ser alterado nas plenárias finais dos EPEPe's.

§1º Que haja espaço na programação do EPEpe para a discussão acerca do estatuto, feita antes da Plenária Final, dando subsídios para os participantes poderem deliberar acerca das modificações do mesmo.

Art.39 - Todos os casos omissos a este estatuto serão discutidos e resolvidos pelas instâncias deliberativas da EEEPe-SP.

Art. 40 - A EEEPe nomeará dois representantes para a ENEPe podendo estes serem ou não da coordenação estadual.

São Carlos, 12 de outubro de 1999.

ARTÍCULO VII  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A eleição da EEEPe-SP deverá ocorrer através de votação em plenária na EPEPe convocada exclusivamente para este fim.  
Art. 2º - Para ocorrerão as votações os estudantes presentes na plenária para duas vezes sucessivas a EEEPe-SP deverá ser convocado e o processo de eleição de ENEPe-SP deverá ser aprovado e divulgado imediatamente.  
Art. 3º - O presente estatuto somente poderá ser alterado nas plenárias convocadas para este fim.  
Art. 4º - O presente estatuto somente poderá ser alterado nas plenárias convocadas para este fim.

## ANEXO XIV –

## Folder do VII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia

**Realização:**



**Executiva Estudal dos Estudantes de Pedagogia - SP**



**COMO CHEGAR**  
Se você vem de condução própria deve dirigir-se ao centro de Piracicaba e procurar o endereço indicado abaixo.  
Caso venha de ônibus, você deve descer na Rodoviária. O Instituto Educacional Piracicabano, local do encontro, fica no Campus Centro da UNIMEP, situado a cerca de cinco quadras do terminal rodoviário. O endereço é Rua Rangel Pestana, 762 - Centro de Piracicaba - esquina com a Rua da Boa Morte.  
Sugerimos as pessoas que se organizem em grupos e tentem fretar um ônibus (geralmente sai a metade do preço).

Maiores informações pelo tel: (011) 818.3293  
por e-mail: [eeep.sp@usa.net](mailto:eeep.sp@usa.net)  
<http://www.eeepsp.cjb.net>

## Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia

# VII EPEPe

**“Perspectivas para o Curso de Pedagogia frente ao Projeto do Governo para a Educação”**

**Piracicaba**

**28, 29, 30 de Abril e 1 de Maio de 2000**

**UNIMEP**  
Universidade Metodista de Piracicaba



O que é o EPEPe?  
EPEPe é o Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia, que ocorre anualmente e que este ano será no Instituto Educacional Piracicabano da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). O EPEPe é uma rara oportunidade de podermos conhecer as diversas realidades educacionais do nosso Estado e de discutirmos as recentes mudanças propostas para o Curso de Pedagogia. Trata-se também de uma oportunidade de fazermos novas amizades e ver como é o Curso de Pedagogia em outras cidades.  
O Encontro oferece minicursos, grupos de discussão, grupos de trabalho, palestras, painéis e mesa redonda que complementarão a nossa formação.

### PROGRAMAÇÃO

**28/04 Sexta**  
19:00-23:00h Credenciamento  
Preparação dos Painéis  
**29/04 Sábado**  
08:00-10:00h Abertura Oficial  
Plenária Inicial  
10:00-12:00h Conferência Inicial  
12:00-13:30h Almoço  
13:30-15:30h Grupos de Discussão  
16:00-18:00h Grupos de Trabalho  
18:00-19:00h Painéis das Faculdades  
**30/04 Domingo**  
08:00-12:00h Mesa - Redonda  
12:00-14:00h Almoço  
14:00-17:00h Minicursos  
17:00-19:00h Socialização dos Minicursos  
**01/05 Segunda**  
08:00-12:00h Plenária Final  
12:00-13:30h Almoço  
13:30-16:00h Plenária Final e Encerramento

**Observações:** não estão mencionados os intervalos e as atividades de integração; todas as atividades são direcionadas ao tema central; esta programação poderá sofrer alterações.

### INSCRIÇÃO

A taxa de inscrição garante a participação nas atividades do encontro e dá direito ao material de apoio e ao Certificado de Participação, desde que alcançada a frequência mínima.

O valor da taxa de inscrição até 15/04/2000, é de:  
R\$25,00 com alojamento  
R\$20,00 sem alojamento  
após 15/04/2000 é de:  
R\$30,00 com alojamento  
R\$25,00 sem alojamento

Estudantes de entidades (C.A./ D.A ou a própria faculdade) filiadas a EEPe têm direito a R\$5,00 de desconto sobre o valor da inscrição.

Obs: A filiação de entidades será aberta até 10/04/2000, as inscrições se encerram ao fim do período de credenciamento. O recolhimento da taxa deverá ser feito através de depósito bancário na conta:

Banespa : Ag. 0658 C/C 13-005663-5  
Em nome do Centro Acadêmico Paulo Freire (USP - São Paulo)

A inscrição será efetivada mediante envio da ficha de inscrição e de cópia do comprovante de depósito para a comissão organizadora (o comprovante original deve ser apresentado no credenciamento, juntamente com identidade estudantil).

Isto poderá ser feito pelo correio, no endereço abaixo, ou por fax:  
C.A. Paulo Freire Comissão EPEPe  
Av. da Universidade, 308  
Cid. Universitária Butantã  
São Paulo SP CEP 05508-900  
Fone: 818.3293 FAX: 818.3149  
E-mail: [eeep.sp@usa.net](mailto:eeep.sp@usa.net)  
[Http://www.eeepsp.cjb.net](http://www.eeepsp.cjb.net)

### LEMBRETES

Nos Painéis das Faculdades será feita exposição dos diversos cursos e dos trabalhos e experiências realizados, por isso prepare material sobre sua faculdade traga para o Encontro.  
É necessário trazer colchonete e roupa de cama, pois o alojamento será em salas de aula.  
As refeições não estão incluídas na taxa de inscrição, no entanto existem várias opções para alimentação próximas ao local do encontro. Será exigida a apresentação de identidade estudantil no momento do credenciamento.

### FICHA DE INSCRIÇÃO

**“Perspectivas para o Curso de Pedagogia frente ao Projeto do Governo para a Educação”**

Nome: \_\_\_\_\_

Fac./Univ.: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Tel: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

( ) estudante de Pedagogia

( ) Outros: \_\_\_\_\_

Primeira participação no EPEPe?

( ) sim ( ) não

Dados do CA / DA de sua Faculdade/Universidade

Nome: \_\_\_\_\_

End. \_\_\_\_\_

Tel. \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_

## ANEXO XV –

### Projeto do VII Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia



**EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP**

#### Projeto para o VII Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia

#### 1. APRESENTAÇÃO

A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, EEEPe-SP, é uma entidade estudantil, sem fins lucrativos, que visa um intercâmbio mais amplo entre os estudantes dos diversos cursos de Pedagogia existentes no Estado. Através da organização de encontros, fóruns, debates, grupos de discussão e boletins informativos, buscamos colaborar para uma discussão mais aprofundada sobre as atuais questões relacionadas à Educação.

Nosso principal evento é o Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia (EPEPe), que tem como objetivo a integração científica, política e cultural, assim como a troca de experiências entre seus participantes, e que acontece anualmente e está em sua VII edição, a ser realizado na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) nos dias 28, 29 e 30 de Abril e 01 de Maio próximos.

#### 2. TEMA

Nos últimos anos o Curso de Pedagogia, assim como a Educação, vem sofrendo transformações significativas em sua estrutura, principalmente no que diz respeito a formação dos educadores e seu campo de atuação. A partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96) essas mudanças intensificaram-se colocando em questão o papel do pedagogo na sociedade.

Neste sentido, o VII Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia, EPEPe, terá como tema “PERSPECTIVAS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA FRENTE AO PROJETO DO GOVERNO PARA A EDUCAÇÃO”, no qual se discutirá a atual conjuntura sócio-político-econômica que envolve a educação em nosso país enfatizando a importância do Curso de Pedagogia no processo educacional.

Este tema pretende, também, dar continuidade aos trabalhos iniciados no VI EPEPe que teve como tema “O Plano Nacional de Educação da Sociedade Civil Organizada: Uma Proposta Verdadeiramente Transformadora” realizado na Universidade Federal de São Carlos, nos dias 9, 10, 11 e 12 de outubro de 1999, e ao III CONED, que teve como tema “Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira: reafirmando a educação como direito de todos e dever do Estado, realizado na cidade de Porto Alegre, nos dias 2, 3, 4 e 5 de dezembro de 1999.

#### 3. PÚBLICO ALVO

Diretamente, estamos lidando com um público jovem e majoritariamente feminino, que frequenta o circuito cultural do Estado e forma opiniões. São milhares de estudantes espalhados por cerca de cento e quarenta faculdades de Pedagogia no Estado de São Paulo.

Em função da divulgação que será feita, atingiremos um contingente de milhares de professores, desde primários até estudantes de licenciatura e pós graduação, passando por graduandos na área de educação e professores das principais universidades do Estado e demais interessados.

**Av. da Universidade, 508 - Cid. Universitária - Butantã**  
CEP:05508-900 Fone: (011) 818-3293 e-mail: [eeepe.sp@mailbr.com.br](mailto:eeepe.sp@mailbr.com.br)



## EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP

Devido à importância do tema e às profundas mudanças na área educacional, acreditamos que teremos de 300 a 400 pessoas participando do evento, entre estudantes e profissionais da educação

### 4. DESCRIÇÃO DO EVENTO

Por ser um evento científico-político-cultural, o VII EPEPe contará com mini-cursos, palestras, mesas redondas, grupos de estudo, relatos de experiência, plenárias, assim como atividades culturais.

	Sexta-feira, 28/4	Sábado, 29/4	Domingo, 30/4	Segunda-feira, 1/5
<b>Manhã</b>		Café da Manhã Plenária Inicial/ Abertura Oficial/ Apresentação do Regimento Café Conferência Inicial	Café da Manhã Mesa redonda  Café Mesa redonda	Café da Manhã Plenária Final  Café Plenária Final
<b>Tarde</b>		Almoço Grupo de Discussão	Almoço Mini-Cursos	Almoço Plenária Final
<b>Tarde</b>	Credenciamento	Lanche Grupo de Trabalho	Lanche Mini-Cursos	
<b>Noite</b>	Credenciamento/ Dinâmicas/ Preparação de Painéis Jantar	Painéis das Faculdades  Jantar	Socialização dos Mini-Cursos  Jantar	

### 5. ESTRUTURA E MATERIAL DO EVENTO

#### Material de divulgação

Material	Quantidade	Tamanho	
Cartaz	1000	A3	OK!
Folders	300	A4	OK!
Faixas	15	2 x 1m	OK! Falta pegar as faixas. (estão no revisando).

Av. da Universidade, 308 - Cid. Universitária - Butantã  
CEP:05508-900 Fone: (011) 818-3293 e-mail: eeepe.sp@mailbr.com.br



## EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP

## Material de uso dos participantes

Material	Quantidade	Tamanho
Cópia xerox	4000	A4 DEE (FICOU DE RETORNAR)
Adesivo	400	OK! 300 (falta pagar)
Ficha de Programação	400	
Crachá	400	OK! Sai uma semana
Certificado	400	A4 NOBEL
Bloco de anotações	400	
Caneta	400	NOBEL OU PAI DA VANESSA
Pasta	400	OK!
Camiseta	400	

## Material de Apoio

Material	Quantidade
Tinta para impressora	5 cartuchos
Folha de papel sulfite	1000 NOBEL
Envelope A4	400 NOBEL
Envelope Ofício	400 NOBEL
Pincel atômico	NOBEL
Rolo de papel Kraft	1 NOBEL
Fita adesiva	NOBEL
Tesoura	NOBEL
Grampo	NOBEL
Grampeador	NOBEL
Clipes	NOBEL
Caneta	NOBEL OU PAI DA VANESSA
Lápis	NOBEL
Apontador	NOBEL
Borracha	NOBEL
Cola	NOBEL
Perfurador	NOBEL
CARTOLINA	NOBEL

Material de Limpeza
Papel Higiênico
Desinfetante
Sabonete
Toalha de Papel

OK! O COLÉGIO VAI FORNECER

Além dos veículos já contidos no orçamento, o patrocinador poderá ainda divulgar sua marca através de outros meios definidos e administrados por seu departamento de comunicação e marketing, tais como instalação

Av. da Universidade, 308 - Cid. Universitária - Butantã

CEP: 05508-900 Fone: (011) 818-3293 e-mail: eeepe.sp@mailbr.com.br

CAFÉ OK!

ÁGUA OK!

HOTEL

ADOSANTE OK!



## EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP

de balão publicitário, brindes, luminosos, estandes de vendas e demonstração, ou quaisquer outros com prévio aviso e acordo entre as partes.

### 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar a consistência de um projeto que já mostrou e que pode se dar em conjunto com o projeto de marketing, com retorno de investimento publicitário do patrocinador.

A importância da participação do patrocinador o coloca na qualidade de parceiro preferencial no desenvolvimento de outros eventos a serem realizados pela Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo (EEEPE-SP).

Assim, os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo e a EEEPE-SP, junto com a iniciativa privada, buscam implementar uma dinâmica de parceira no movimento estudantil até então pouco utilizada e com grandes perspectivas.

Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia

Coordenação Geral da EEEPE-SP

### 7. CONTATOS

#### Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo

Av. da Universidade, 308, Cidade Universitária,  
São Paulo, SP, CEP 05508-900  
Tel: (0xx11) 8183293 com José, Daniela, Gabriel,  
Vanessa ou Edna  
Fax: (0xx11) 8183149 a/c CAPF – EEEPE-SP

#### Coordenação Geral

José Ibiapino Ferreira  
Tel: (0xx11) 8691514

Telma Lucia Kobori

Tel: (0xx16) 2705760/ 2225701

Av. da Universidade, 308 - Cid. Universitária - Butantã  
CEP:05508-900 Fone: (011) 818-3293 e-mail: eeepe.sp@mailbr.com.br

**ANEXO XVI –**  
**Estatuto da Executiva Estadual dos Estudantes de**  
**Pedagogia de São Paulo**

C.A. PAULO FREIRE  
PEDAGOGIA - USP



**ESTATUTO DA**  
**EXECUTIVA ESTADUAL**  
**DOS ESTUDANTES DE**  
**PEDAGOGIA DO**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**EEEPe-SP**

**2000 - 2001**

-AINDA NÃO REVISADO POR ADVOGADO

**ESTATUTO DA EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - EEEPe-SP**

**CAPITULO I**

**DA DEFINIÇÃO**

**Art.1º** - A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter permanente, sendo desvinculada de quaisquer órgãos estatais e privados, de partidos políticos e de crenças religiosas.

**CAPÍTULO II**

**DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 2º** São membros da Executiva Estadual:

- I - Centros e Diretórios Acadêmicos devidamente filiados junto a Executiva Estadual;
- II - alunos interessados e representantes legitimados pelos estudantes de suas instituições devidamente filiados à EEEPe;

§1º São filiados a EEEPe as entidades que, comprometidas com os princípios da executiva, contribuam com a sua manutenção com uma anuidade de 1 salário mínimo para as instituições que possuam C.A.s/ D.A.s e 1/2 salário mínimo para as que não possuem C.A.s/ D.A.s.

§2º Os Cursos de Pedagogia que vierem a ser criados no período de 1 ano anterior ao EEEPe estarão isentos da taxa de filiação.

**CAPÍTULO III**

**DOS DEVERES**

**Art. 3º** - São deveres da Executiva:

- I - coordenar o movimento estudantil de PEDAGOGIA do Estado de São Paulo;
- II - congregar, representar e defender o conjunto dos estudantes de pedagogia do Estado de São Paulo;
- III - lutar em defesa de um sistema educacional público, gratuito, democrático e de qualidade para todos no Estado de São Paulo;
- IV - lutar em defesa da qualidade de ensino dos cursos de Pedagogia, sejam eles públicos, privados ou subsidiados;
- V - defender uma universidade pública, gratuita e democrática;
- VI - promover e incentivar a formação crítica dos estudantes de Pedagogia;
- VII - promover o intercâmbio e o desenvolvimento cultural, científico e político dos estudantes de Pedagogia;
- VIII - manter contato e intercâmbio entre as entidades representativas de estudantes;
- IX - representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo frente a outras entidades e em eventos de interesse dos mesmos;
- X - manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;

XI - lutar pelos interesses dos estudantes na questão das mensalidades, taxas diversas e outras cobranças inconstitucionais.

XII - promover e incentivar a criação e aplicação de políticas públicas educacionais e de inclusão social.

XIII - incentivar e apoiar a formação de C.A.s e D.A.s de Pedagogia do Estado de São Paulo.

## CAPÍTULO IV

### DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS E ADMINISTRATIVA DA EXECUTIVA

**Art. 4º** As instâncias de deliberações políticas e administrativas da Executiva, pela ordem são:

I - Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia - EPEPe

II - Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia - COPEPe

III - Coordenação Estadual da EEEPe-SP

IV - Entidades estudantis de Pedagogia (Centros e Diretórios Acadêmicos)

## SEÇÃO I

### DO ENCONTRO PAULISTA DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

**Art.5º** - O Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia (EPEPe) é a instância máxima de deliberação da EEEPe-SP.

**Art.6º** - O EPEPe terá como objetivos a construção de plano de luta para o cumprimento dos deveres da EEEPe-SP, a integração científica, política e cultural, assim como a troca de experiências entre seus participantes

**Art. 7º** - Será realizado anualmente, em data e local definido na Plenária Final do encontro anterior.

§1º A escola que sediará o próximo EPEPe deve atender a critérios como: participação no movimento estudantil de Pedagogia, estrutura física e recursos humanos.

§2º A(s) escola(s) interessada(s) deve(m) apresentar projeto estrutural no EPEPe para aprovação na Plenária Final.

§3º Se a(s) escola(s) não possuir(em) a estrutura necessária ou nenhuma escola se candidatar durante o EPEPe, o primeiro COPEPe após o EPEPe terá o poder de escolher a escola sede, dentre as escolas presentes ao COPEPe.

**Art.8º** - Poderão participar do EPEPe todos os estudantes do curso de Pedagogia, dos cursos de pós-graduação ligados à área da educação do Estado de São Paulo, com direito a voz e voto.

§1º Poderão participar observadores, sem direito a voto, desde que inscritos sob os mesmos critérios dos demais participantes.

§2º A comissão organizadora é formada pela coordenação estadual e pela escola sede do encontro.

**Art.9º** - O EPEPe terá um regimento interno aprovado em sua Plenária Inicial.

*Parágrafo único:* Os regimentos internos devem contemplar os seguintes aspectos: garantir a segurança e a seriedade do encontro, regulamentar as diferentes formas de participação no encontro de acordo com direitos e deveres.

**Art.10** - As plenárias do EPEPe terão quorum de maioria simples dos inscritos aptos a votar, ou seja, 50% mais um.

**Art.11** - As deliberações do EPEPe serão tomadas em plenária por maioria simples dos presentes

*Parágrafo único.* Se em votação ocorrer a maioria simples de abstenções, a matéria será discutida e votada novamente até, no máximo, três vezes, quando então, valerá o resultado vencedor descontadas as abstenções.

**Art. 12** - Que em todos os EPEPes seja promovido um espaço para discussão e esclarecimentos acerca da estrutura e funcionamento da executiva.

**Art. 13** - O tema do EPEPe será decidido na Plenária Final do EPEPe anterior, mediante votação direta dos temas indicados.

§1 As propostas de temas deverão ser apresentadas à secretaria do EPEPe até o dia anterior a Plenária Final.

§2 As propostas de temas deverão ser apresentadas na forma de área temática, acompanhada ou não de sugestão de título, que será avaliado posteriormente pelo COPEPe.

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO PAULISTA DE ENTIDADES DE PEDAGOGIA

**Art. 14** - O COPEPe é o Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, sendo o fórum que reúne Centros e Diretórios Acadêmicos, assim como representações legitimadas pelos estudantes de suas respectivas instituições devidamente filiadas a EEEPe.

**Art. 15** - O COPEPe é a instância decisória imediatamente inferior ao EPEPe.

**Art.16** - O COPEPe tem por objetivo:

I - encaminhar as deliberações do EPEPE, assim como discutir e decidir sobre assuntos pertinentes ao movimento estudantil desde que não firam as deliberações do EPEPe;

II - coordenar, avaliar e fiscalizar a atuação da Coordenação Estadual;

III - destituir, através de impedimento, desde que devidamente justificado, qualquer coordenador da EEEPe-SP, necessitando, para isso, de quorum de 3/4 do COPEPe.

**Art.17** - Realizar-se-á ordinariamente o mínimo de 1 COPEPe por semestre, sendo que cada um deles será convocado pelo anterior.

**Art.18** - Extraordinariamente, poderá ser convocado por um mínimo de 30% (trinta por cento) das entidades filiadas à EEEPe-SP.

**Art.19** - O COPEPe se instalará com o quorum mínimo de 40% (quarenta por cento) das entidades filiadas à EEEPe-SP.

**Art.20** - No COPEPe terá direito a voz qualquer estudante e voto e voz qualquer entidade filiada a EEEPe-SP, sendo que cada entidade corresponderá a um voto.

**Art.21** - Os Centros e Diretórios Acadêmicos (CA's e DA's) devem apresentar a ata de posse da diretoria, devidamente registrada em cartório, assim como a ata da reunião que indicou o delegado da entidade à mesa de cadastramento do COPEPe.

*Parágrafo único.* Essas entidades terão direito a voz e voto no primeiro COPEPe, desde que não tenha havido participação no ano anterior devendo, para manter esse direito nos próximos COPEPes, filiar-se à EEEPe - SP.

**Art.22** - As instituições que não possuem CA's e DA's poderão ser representadas por delegados legitimados por seus pares, seguindo seguintes critérios:

- a) serem eleitos em assembléia tendo a presença mínima de 20% (vinte por cento) dos estudantes da instituição, ou
- b) serem eleitos por voto em eleição com urna tendo o quorum mínimo de 30% (trinta por cento) dos estudantes da instituição.

§1º Cada delegação deverá apresentar no credenciamento do COPEPe a lista de alunos regularmente matriculados no período que se deu a eleição, sem a qual, estará vedada a inscrição da respectiva delegação.

§2º Somente terão direito a voto as instituições que estiverem devidamente filiadas.

### SEÇÃO III

#### DA COORDENAÇÃO ESTADUAL

**Art.23** - A coordenação estadual tem as seguintes atribuições:

- a) encaminhar as deliberações das instâncias deliberativas hierarquicamente superiores à EEEPe-SP;
- b) articular a EEEPe-SP com outras entidades estudantis;
- c) participar da comissão organizadora do EPEPe;
- d) garantir o bom andamento das atividades da EEEPe-SP;
- e) representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo;
- f) cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

**Art.24** - A Coordenação Estadual será composta pelas coordenações: Geral, Regionais, de Secretaria, de Finanças, de Assuntos Educacionais, de Cultura e Extensão Universitária, de Formação Política, de Comunicação e Coordenação de Escolas Pagas.

#### **GABRIEL (USP) E FRANCINE (FUNDAÇÃO)**

I - A Coordenação Geral será composta por dois estudantes, cuja atribuições são:

- a) representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo perante o Movimento Estudantil e a sociedade civil organizada.
- b) coordenar as reuniões e grupos de trabalhos entre outras atividades que se fizerem necessárias ao bom funcionamento da entidade atendendo às decisões do EPEPe e do COPEPe.

II - As coordenações regionais serão compostas de acordo com a representação no EPEPe cujas atribuições são:

- a) garantir o bom andamento das atividades da EEEPe-SP em sua regional divulgando seu trabalho, a fim de incorporar novos participantes;

COORD. REGIONAL CENTRO → MARINA (AQA) E ANA FLÁVIA  
↓  
desistiu

REGIONAL OESTE → FEIJÃO

REGIONAL CAPITAL → VANESSA PARASELI E DANIANA (UNIB)

b) promover atividades de intercâmbio político, cultural e científico nas faculdades de sua regional.

**VANESSA POLI (USP), FABIANA (UFSCAR)**

III - A Coordenação de Secretaria será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) coordenar a elaboração e a organização da documentação e dos arquivos da EEEPe-SP;
- b) elaborar e enviar as atas e as convocatórias das reuniões da Coordenação Estadual.

**TAÍS (USP) HELGA (UNIB)**

IV - a Coordenação de Finanças será composta por dois estudantes cujas atribuições são:

- a) buscar recursos e formas alternativas de viabilização dos trabalhos da Coordenação Estadual.
- b) elaborar a prestação de contas e confeccionar balancetes mensais;
- c) responsabilizar-se pela movimentação das contas bancárias, pela assinatura de cheques e pela administração financeira em geral;
- d) recolher a anuidade das entidades estudantis filiadas a EEEPe-SP até o próximo EPEPe;
- e) zelar pelo patrimônio da entidade.
- f) colaborar e enviar a prestação de contas do EPEPe e do COPEPe às entidades participantes.

**ZÉ (USP)**

V - a Coordenação de Assuntos Educacionais será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) incentivar e coordenar a formação de CECOE's - Centros de Construção Educacional;
- b) promover estudos sobre o curso de Pedagogia no Estado de São Paulo;
- c) promover a discussão das políticas educacionais, principalmente as implementadas no Estado de São Paulo;
- d) participar de eventos de interesse dos estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo;
- e) manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;
- f) defender o ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis
- g) defender a qualidade de ensino dos cursos de pedagogia do Estado de São Paulo e a valorização do profissional no que diz respeito a formação, especialização e campo de atuação.

**TELMA, MAGALI (OSV. CRUZ)**

VI - a Coordenação de Cultura e Extensão Universitária será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) promover e incentivar discussões sobre extensão universitária;
- b) promover o intercâmbio de projetos realizados pelas faculdades;
- c) promover e desenvolver atividades culturais, artísticas e de lazer.

**ANDREZA (RC), HELENICE (PINHEIRENSE)**

VII - a Coordenação de Formação Política será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) incentivar e apoiar a formação de CA's e DA's de Pedagogia do Estado de São Paulo;
- b) promover e incentivar discussões sobre questões do movimento estudantil, da juventude e outros assuntos de interesse dos estudantes de Pedagogia.
- c) expandir as coordenações para locais onde não existam regionais.

**VANESSA (UMESP), ELAINE (PINHEIRENSE)**

VIII - a Coordenação de Comunicação será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) divulgar as atividades da EEEPe-SP;
- b) divulgar atividades e eventos na área educacional;
- c) publicar os anais do EPEPe.

CLAUDIO (FUNDAÇÃO), CÁSSIA (UNIMEP)

IX - a Coordenação de Escola Pagas será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) lutar pelos direitos referentes à qualidade de ensino, mensalidades, matrículas, extensão nas escolas pagas;
- b) divulgar e tornar de conhecimento de todos as mudanças na legislação específica das escolas pagas;
- c) lutar por mensalidades mais baixas e bolsas-auxílio aos alunos mais carentes.

*Parágrafo Único.* Havendo número insuficiente de estudantes para a composição das coordenações, conforme determinações anteriores, garantir-se-á o mínimo de um estudante por coordenação.

**Art.25** - A eleição da coordenação Estadual ocorrerá por voto direto na Plenária Final do EPEPe, na forma de chapa(s) formada(s) por estudantes de Pedagogia.

§1º O mandato da coordenação da EEEPe-SP terá a duração até o EPEPe seguinte, com o compromisso da gestão anterior participar das três primeiras reuniões da nova gestão.

§2º A posse da diretoria eleita será após a Plenária Final do encontro.

§3º A prestação de contas e a entrega do relatório de atividades se efetuará no COPEPe a se realizar até 50 (cinquenta) dias após o EPEPe, sendo acompanhado dos respectivos balancetes.

§4º As chapas deverão ser formadas por estudantes de pedagogia de, no mínimo, 03 faculdades diferentes **e contar também com membros da gestão anterior da executiva**

§5º A forma de eleição da Coordenação Estadual deverá ser apresentada e esclarecida na plenária inicial de cada EPEPe.

## CAPITULO V

### DOS CENTROS DE CONSTRUÇÃO EDUCACIONAL (CECOE'S)

**Art.26** - Os Centros de Construção Educacional são equipes de trabalho e estudos em educação com caráter de assessoria a EEEPe-SP

**Art.27** - Cada CECOÉ será constituído por um CA/DA ou por um grupo de, no mínimo, 3 estudantes, podendo ser de diferentes faculdades.

**Art.28** - Cada CECOÉ terá uma temática norteadora de sua atuação, podendo existir mais de um CECOÉ com a mesma temática.

**Art.29** - As atribuições dos CECOÉ's são:

- a) centralizar informações sobre determinado assunto, promover debates sobre o mesmo, publicar textos e subsidiar a EEEPe-SP sobre a temática desenvolvida;
- b) entregar relatórios de trabalho nos COPEPe's e no EPEPe.

**Art.30** - Os CECOÉ's não se constituem enquanto instâncias deliberativas da EEEPe-SP.

**Art.31** - Os CECOE's podem ser constituídos em qualquer época do ano, basta comunicar a Coordenação de Assuntos Educacionais da EEEPe-SP.

**Art.32** - Cada CECOE terá duração de um ano, podendo ser prorrogado comunicando à Coordenação de Assuntos Educacionais da EEEPe-SP.

## CAPÍTULO VI

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art.33** - São consideradas infrações graves à EEEPe-SP:

- a) o não cumprimento do estatuto pelas entidades ou por seus membros;
- b) qualquer posicionamento que não seja representativo do Movimento Estudantil de Pedagogia do Estado de São Paulo tomado pelos integrantes da EEEPe-SP;
- c) a não organização do EPEPe, sem justa causa pela escola sede;
- d) o desvio de verba da entidade ou alienação do patrimônio por integrantes da EEEPe-SP.

**Art.34** - As penalidades serão aplicadas segundo deliberação das instâncias da EEEPe-SP do movimento.

**Art.35** - São penalidades aplicadas às entidades:

- a) advertência por escritos;
- b) multa que poderá ser de  $\frac{1}{2}$  a 2 anuidades;
- c) suspensão do direito de voto por um ano.
- d) exclusão da EEEPe.
- e)

*Parágrafo Único.* As entidades e estudantes filiados à EEEPe não poderão ser responsabilizados por nenhum ato tomado pela Coordenação.

**Art.36** - São penalidades aplicadas aos coordenadores:

- a) advertência por escrito;
- b) ressarcimento dos danos causados à entidades;
- c) suspensão do cargo;
- d) destituição do cargo, sem prejuízo do ressarcimento devido dos danos causados.

§1º Estará automaticamente destituído o coordenador que faltar a duas reuniões consecutivas ou três alternadas sem justificativa por escrito acatada pela coordenação.

§2º A coordenação da EEEPe deliberará sobre os critérios para a justificativa de faltas.

§3º Caso ocorra a destituição de um coordenador a EEEPe encaminhará no COPEPe a substituição desta coordenadoria por outra pessoa.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art.37** - A dissolução da EEEPe-SP ocorrerá somente através de votação em plenária do EPEPe convocado exclusivamente para este fim.

§1º - Será necessário  $\frac{3}{4}$  dos votos dos estudantes presentes na plenária para que seja aprovada a dissolução da entidade.

§2º - Somente a EEEPe-SP poderá convocar o encontro de dissolução da entidade de acordo com as disposições deste estatuto.

§3º - Caso seja aprovada a dissolução da entidade os bens que por ventura possuir serão doados para entidades afins ou para as que a plenária decidir.

**Art.38** - O presente estatuto somente poderá ser alterado nas plenárias finais dos EPEPe's.

§1º Que haja espaço na programação do EPEPe para a discussão acerca do estatuto, feita antes da Plenária Final, dando subsídios para os participantes poderem deliberar acerca das modificações do mesmo.

**Art.39** - Todos os casos omissos a este estatuto serão discutidos e resolvidos pelas instâncias deliberativas da EEEPe-SP.

**Art.40** - A EEEPe nomeará dois representantes para a ENEPe podendo estes serem ou não da coordenação estadual.

**Art.41** -- A forma de reintegração de uma entidade excluída será julgada pelo COPEPe, de acordo com a infração cometida.

Piracicaba 1º de Maio de 2 000.

**ANEXO XVII –**  
**Projeto de avaliação institucional das instituições de**  
**ensino superior formadoras de professores**

**Projeto de avaliação das instituições de ensino superior**  
**formadoras de professores**

**Documento elaborado durante o X Conselho Paulista de Entidades de**  
**Pedagogia**

Assinam este documento: Centro Acadêmico Paulo Freire – UNESP Presidente Prudente; Centro Acadêmico Mauricio Tragtemberg – UNESP Araraquara; Centro Acadêmico de Pedagogia – UNIMEP; Centro Acadêmico de Pedagogia – UNESP Rio Claro; Centro Acadêmico Professor Paulo Freire – USP São Paulo; Centro Acadêmico da Pedagogia – UFSCar; Centro Acadêmico de Pedagogia – FAPE; Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Fundação Santo André.

### **1. Introdução**

Este documento contém os principais pontos que os estudantes de pedagogia do Estado de São Paulo acreditam como sendo fundamentais para o desenvolvimento de um projeto de avaliação institucional coerente para as instituições de ensino superior que formam profissionais da educação. É fruto de rica discussão que ocorreu em dois Fóruns Nacionais de Entidades de Pedagogia, realizados em Vitória e em Brasília, em novembro de 2000 e em abril de 2001, e de um Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, evento no qual se consolidou a escrita deste documento, realizado em setembro de 2001.

### **2. Justificativa para um modelo alternativo de avaliação institucional**

Diante do atual debate sobre as políticas educacionais, nós, estudantes de pedagogia, não nos sentimos contemplados com a proposta do Governo Federal, que impõe uma falsa Avaliação Institucional - cujo principal instrumento é o Provão - que visa a competitividade e o ranqueamento dos cursos, sendo extremamente punitiva, e termina por não cumprir sua função social.

Neste contexto, julgamos de extrema relevância a necessidade de utilização da Avaliação Institucional para o aperfeiçoamento e transformação do Ensino Superior.

Nos dispusemos, então, a elaborar um projeto que explicita nossas concepções sobre como deveria ser uma Avaliação Institucional que, de fato, sirva como um instrumento de formação do espírito crítico dos agentes desta instituição e da transparência de suas práticas e concepções.

### **3. Apresentação**

A Coordenação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia e demais estudantes do estado de São Paulo, em seus fóruns, vêm refletindo sobre o papel dos cursos de pedagogia e a questão da formação de professores no âmbito nacional.

- Qual o regime de contratação do professor (integral /parcial/temporario)
- Oferta de disciplinas optativas (relação com o projeto do curso/ como são sugeridas/ relação com as disciplinas obrigatórias)
- Como é realizado o estágio (nas diversas áreas do conhecimento/ durante todo o curso)
- Há produção acadêmica com retorno social
- Habilitações (há relação com as demandas sociais e regionais)
- Acesso e atualização dos títulos da biblioteca
- Condições de acesso e permanência no curso (assistência estudantil/ bolsas/moradia/transporte/ alimentação)
- Condições de formação em serviço (cursos de qualificação)
- Como são as relações interpessoais entre os setores
- Estrutura política e administrativa (relação entre o número de alunos e professores, plano de carreira, paridade nos conselhos, eleição direta)
- Acompanhamento dos egressos ao mercado de trabalho
- Quantidade mínima e distribuição de créditos
- Critérios para criação de novas disciplinas e habilitações
- Importância do TCC e como é reconhecido pela instituição (momento de reflexão e divulgação das experiências realizadas na instituição)
- Há disponibilidade dos professores para orientação de pesquisas e trabalhos acadêmicos.
- Qual a metodologia utilizada para avaliação interna do curso
- Como é a seriação do curso
- Há cursos noturnos
- Apropriação dos espaços de cultura e lazer
- Há discussão sobre ampliação de vagas
- Participação dos setores no trabalho da instituição
- Relação com a democracia – participação dos setores nas instâncias deliberativas (colegiados, fóruns. ...)
- Projeto de instituição – qual a relação entre os cursos/unidades/departamentos
- Organização do trabalho na instituição
- Estrutura do projeto político-pedagógico (quem participa de sua elaboração, como é feito...)
- Autonomia das unidades/cursos/departamentos
- Atuação das entidades representativas (sindicatos, associações docentes, movimento estudantil organizado)
- Mecanismos de comunicação (transparência da gestão)
- Qual é o tipo de acesso que os atores têm aos diversos campos da universidade
- Espaços de formação de professores (mestrado, doutorado), funcionários (formação em serviço), estudantes (extracurriculares)
- Financiamento e distribuição de recursos dentro da instituição
- Quem estabelece e quais são os critérios para a distribuição de verbas?
- Existência e funcionamento de HU, RU, bibliotecas, clubes, museus
- Adequação de horários de funcionamento das diversas estruturas
- Acesso ao espaço público dentro da instituição

- Relação inter-instituições, convênios, relação com movimentos sociais
- Existência de cursos/atividades/pesquisas interunidades/departamentos
- Adequação salarial e de tempo de trabalho (regimes de trabalho, estabilidade)
- Relação entre graduação e pós-graduação (iniciação científica, trabalho dos professores, relação adequada da dedicação do docente aos dois campos)
- Existência de políticas de ampliação de vagas
- Relação da instituição com instituições públicas (cursos de formação voltados para serviços públicos, trabalho com a rede pública de ensino...)
- Relação e adequação do FIES, CREDUC, bolsas institucionais, bolsas restituíveis
- Qual a dinâmica entre os atores (como se dão as relações interpessoais)
- Adequação da dinâmica da instituição (nos seus diversos aspectos, setores,...) e o que está previsto nas propostas.
- Análise dos processos burocráticos dentro da instituição
- Disponibilidade de material, atualização dos equipamentos
- Existência e adequação de atividades culturais (museus, teatros, eventos, cinema, mostras, seminários, exposições...)
- Execução e conclusão dos projetos estruturais (construção de prédios, reformas, infraestrutura)
- Qualificação do corpo docente e técnico-administrativo
- Existência e adequação de estruturas de apoio (transporte, alimentação, moradia...)
- Moradia estudantil: existência, acesso, vagas, estrutura sanitária, ...)
- Acesso às informações (em todos os níveis: acadêmico, administrativas, participação direta...)
- Existência de bolsas / políticas de incentivo à permanência do aluno.
- Como são promovidas as alianças entre a instituição e Órgãos Comunitários?
- Caminhos que a instituição busca para obter financiamento para atividades de extensão
- Como são aproveitados na instituição os espaços de desenvolvimento intelectual, artístico, cultural e de lazer da comunidade em geral e da comunidade universitária?
- Como se estabelecem as relações entre os projetos de extensão, as pesquisas realizadas pela instituição e o ensino?
- Quais as políticas de apoio à produção artística e cultural oferecidas pela instituição para estudantes e comunidade em geral?
- Como se dá a garantia de oferta de serviços (biblioteca, projetos...) para o estudante noturno?
- Qual o retorno que a Universidade dá à sociedade, tendo em vista o caráter público da educação?

## 6. Conclusões e proposições

Este documento não se propõe a apresentar todos os caminhos de uma avaliação institucional para instituições formadoras de professores. No entanto, mostra como as discussões coletivas podem ser frutíferas e enriquecedoras.

A participação de diferentes entidades estudantis, oriundas de diferentes instituições de ensino superior, desde universidades públicas até confessionais, passando por mercantis e autarquias municipais, engrandeceu sobremaneira o desenvolvimento deste projeto.

- Relação inter-instituições, convênios, relação com movimentos sociais
- Existência de cursos/atividades/pesquisas interunidades/departamentos
- Adequação salarial e de tempo de trabalho (regimes de trabalho, estabilidade)
- Relação entre graduação e pós-graduação (iniciação científica, trabalho dos professores, relação adequada da dedicação do docente aos dois campos)
- Existência de políticas de ampliação de vagas
- Relação da instituição com instituições públicas (cursos de formação voltados para serviços públicos, trabalho com a rede pública de ensino...)
- Relação e adequação do FIES, CREDUC, bolsas institucionais, bolsas restituíveis
- Qual a dinâmica entre os atores (como se dão as relações interpessoais)
- Adequação da dinâmica das instituições (nos seus diversos aspectos, setores....) e o que esta previsto nas propostas.
- Análise dos processos burocráticos dentro da instituição
- Disponibilidade de material, atualização dos equipamentos
- Existência e adequação de atividades culturais (museus, teatros, eventos, cinema, mostras, seminários, exposições...)
- Execução e conclusão dos projetos estruturais (construção de prédios, reformas, infraestrutura)
- Qualificação do corpo docente e técnico-administrativo
- Existência e adequação de estruturas de apoio (transporte, alimentação, moradia...)
- Moradia estudantil: existência, acesso, vagas, estrutura sanitária, ...)
- Acesso às informações (em todos os níveis: acadêmico, administrativas, participação direta...)
- Existência de bolsas / políticas de incentivo à permanência do aluno.
- Como são promovidas as alianças entre a instituição e Órgãos Comunitários?
- Caminhos que a instituição busca para obter financiamento para atividades de extensão
- Como são aproveitados na instituição os espaços de desenvolvimento intelectual, artístico, cultural e de lazer da comunidade em geral e da comunidade universitária?
- Como se estabelecem as relações entre os projetos de extensão, as pesquisas realizadas pela instituição e o ensino?
- Quais as políticas de apoio à produção artística e cultural oferecidas pela instituição para estudantes e comunidade em geral?
- Como se dá a garantia de oferta de serviços (biblioteca, projetos...) para o estudante noturno?
- Qual o retorno que a Universidade dá à sociedade, tendo em vista o caráter público da educação?

## 6. Conclusões e proposições

Este documento não se propõe a apresentar todos os caminhos de uma avaliação institucional para instituições formadoras de professores. No entanto, mostra como as discussões coletivas podem ser frutíferas e enriquecedoras.

A participação de diferentes entidades estudantis, oriundas de diferentes instituições de ensino superior, desde universidades públicas até confessionais, passando por mercantis e autarquias municipais, engrandeceu sobremaneira o desenvolvimento deste projeto.

ANEXO XVIII –  
Projeto do VIII Encontro Paulista de Estudantes de  
Pedagogia. São Paulo

PROJETO PARA A REALIZAÇÃO DO

**VIII EPEPE**

**Encontro Paulista dos  
Estudantes de Pedagogia**

*"Educação e Movimentos  
Sociais: uma possibilidade de  
transformação?"*

**SÃO PAULO**

**DE 28 DE ABRIL A 01 DE MAIO DE 2001**



Executiva Estadual dos Estudantes de  
Pedagogia de São Paulo

Centro Acadêmico Paulo Freire  
Faculdade de Educação - USP



## EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP

Assim, dentro de nossa sociedade configuram-se movimentos voltados diretamente para a questão educacional, fortalecendo a necessária luta pelo direito de todos à educação pública, gratuita e de qualidade. Exemplos muito claros deste tipo de atuação são os movimentos que reivindicam escolas, creches, movimentos que trabalham na alfabetização de jovens e adultos, outros tanto que atuam junto a meninos de rua, diversos movimentos que muito têm e podem contribuir para uma prática educativa que busque uma educação verdadeiramente libertária e transformadora.

São estes Movimentos Sociais que trazem em seu interior princípios educativos que possibilitam pensar a educação como uma verdadeira prática de cidadania, formando sujeitos a partir da luta por uma sociedade em defesa e exercício da justiça social, dignidade e trabalho para todos. Em cada um destes movimentos colocam-se concepções de educação que para além de estruturar as suas ações, *apresentam matrizes para reflexão e construção de uma pedagogia que se contraponha aos processos de exclusão e desigualdade social, inclusive buscando a construção coletiva de uma sociedade justa.*

### 3. Os participantes do evento.

Diretamente, estamos lidando com um público jovem e majoritariamente feminino, que frequenta o circuito cultural do Estado e forma opiniões. São milhares de estudantes espalhados por cerca de cento e vinte faculdades de Pedagogia no Estado de São Paulo.

Em função da divulgação que será feita, atingiremos um contingente de milhares de professores, desde professores de educação infantil até estudantes de licenciatura e pós graduação, passando por graduandos na área de educação e professores das principais universidades do Estado e entidades afins.

Devido à importância do tema e às profundas mudanças na área educacional, acreditamos que teremos de 500 a 600 pessoas participando do evento, entre estudantes e profissionais da educação.



EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP

## Projeto para realização do VIII Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia

### 1. APRESENTAÇÃO

A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, EEEPe-SP, é uma entidade estudantil, sem fins lucrativos, que visa um intercâmbio mais amplo entre os estudantes dos diversos cursos de Pedagogia existentes no Estado. Através da organização de encontros, fóruns, debates, grupos de discussão e boletins informativos, buscamos colaborar para uma discussão mais aprofundada sobre as atuais questões relacionadas à Educação.

Nosso principal evento é o Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia (EPEPe), que tem como objetivo a integração científica, política e cultural, assim como a troca de experiências entre seus participantes, que acontece anualmente e está em sua VIII edição, a ser realizado na Universidade de São Paulo (USP) nos dias 28, 29 e 30 de Abril e 01 de Maio de 2001.

### 2. TEMA

*"O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política constato não para me adaptar mas para mudar"* Paulo Freire<sup>1</sup>

A importância de se discutir os movimentos sociais atualmente é inegável. Presença constante em diferentes setores de nossa sociedade, já tendo uma longa trajetória histórica de construção, tais movimentos cada vez mais podem e devem relacionar-se com as discussões feitas em Educação, possibilitando uma ampliação das dimensões que estas reflexões podem alcançar. Desta forma, a partir do tema **"Educação e Movimentos Sociais: uma possibilidade de transformação?"**, a Executiva Paulista dos Estudantes de Pedagogia pretende aprofundar o debate sobre a dimensão educativa dos Movimentos Sociais, bem como da própria pedagogia que vem sendo construída pelos sujeitos sociais envolvidos nestes movimentos. A importância desta discussão é colocada de maneira muito clara, pois *"Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico."*<sup>2</sup>

Já se faz necessário entender a Educação como um potencial instrumento de transformação social, que não deve, como tem ocorrido historicamente, servir mais à reprodução e manutenção das estruturas sociais do que à uma possibilidade de questionamento de concepções antigas. Pode-se buscar na prática dos Movimentos Sociais a inspiração e a fundamentação para uma ação realmente transformadora.

<sup>1</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996

<sup>2</sup> GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*, Cortez editora, São Paulo, 1994.

Av. da Universidade, 308 - Cid. Universitária - Butantã  
CEP:05508-900 Fone: (011) 3818-3293 e-mail: [eeepe.sp@usa.net](mailto:eeepe.sp@usa.net)


**EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP**
**4. DESCRIÇÃO DO EVENTO**

Por ser um evento científico-político-cultural, o VIII EPEPe contará com mini-cursos, palestras, mesas redondas, grupos de estudo, relatos de experiência, plenárias, assim como atividades culturais.

	<b>Sábado, 28/4</b>	<b>Domingo, 29/4</b>	<b>Segunda-feira, 30/4</b>	<b>Terça-feira, 1/5</b>
<b>Manhã</b>	Credenciamento	<b>Café da Manhã</b> Mesa- Redonda <b>Café</b> Mesa redonda	<b>Café da Manhã</b> Oficinas/ Relatos / Painéis <b>Café</b> Oficinas/Relatos/ Painéis	<b>Café da Manhã</b> Plenária Final <b>Café</b> Plenária Final
<b>Tarde</b>	Abertura Plenária Inicial	<b>Almoço</b> Grupo de Trabalho	<b>Almoço</b> Mini-Cursos	<b>Almoço</b> Encerramento
<b>Tarde</b>	<i>Palestra: tema central</i>	<b>Lanche</b> Grupo de Trabalho	<b>Lanche</b> Mini-Cursos	
<b>Noite</b>	<b>Jantar</b> Grupo de discussão	Painéis das Faculdades  <b>Jantar</b>	Socialização dos Mini-Cursos  <b>Jantar</b>	

Os palestrantes, coordenadores de cursos e debatedores são professores, pesquisadores e estudantes de diversas universidades, públicas e particulares, do Estado de São Paulo, que serão escolhidos e convidados de acordo com os temas propostos.

Nos últimos encontros temos contado com a participação de professores da área de educação de todas as universidades públicas do Estado, USP, UNESP, UNICAMP e UFSCar, e de grandes faculdades e universidades particulares, PUC, UNIMEP, Fundação S. André, PUCCamp, entre outras.

**5. ESTRUTURA E MATERIAL DO EVENTO**
**Estrutura**

	<b>Quantidade</b>	<b>Valor estimado</b>
Auditórios*	2	-
Salas de Aula*	15	-
Sala para Secretaria*	1	-
Anfiteatro*	1	-
Alojamento **	300 lugares	R\$ 9.000,00

\* Serão utilizadas as dependências da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP)

\*\* Para os estudantes vindos de outras cidades.

**Material de divulgação**

<b>Material</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Tamanho</b>	<b>Valor estimado</b>
Cartaz	1200	A3	R\$ 1.200,00

**Av. da Universidade, 308 - Cid. Universitária - Butantã**  
**CEP:05508-900 Fone: (011) 3818-3293 e-mail: [eecepe.sp@usa.net](mailto:eecepe.sp@usa.net)**


**EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP**

Folders	6000	A4	R\$ 2.000,00
Faixas	20	2 x 1m	R\$ 200,00

**Material de uso dos participantes**

Material	Quantidade	Tamanho	Valor estimado
Cópia xerox	4000	A4	R\$ 200,00
Adesivos	700		R\$ 150,00
Crachá	700		R\$ 250,00
Certificado	800	A4	R\$ 50,00
Bloco de anotações	700		R\$ 150,00
Caneta	800		R\$ 150,00
Pasta	700		R\$ 500,00
Camiseta	700		R\$ 2.100,00

**Material de Apoio**

Material	Quantidade	Valor estimado
Tinta para impressora	10 cartuchos	R\$ 300,00
Folha de papel sulfite	2000 folhas	R\$ 30,00
Envelope A4	500 unidades	R\$ 20,00
Envelope Ofício	400 unidades	R\$ 10,00
Pincel atômico	30 unidades	R\$ 25,00
Rolo de papel Kraft	1 rolo	R\$ 20,00
Fita adesiva	20 rolos	R\$ 10,00
Tesoura	5 unidades	R\$ 15,00
Grampos	2 caixas	R\$ 5,00
Grampeador	5 unidades	R\$ 15,00
Clipes	1 caixa	R\$ 5,00
Barbante	4 rolos	R\$ 5,00
Lápis	50 unidades	R\$ 10,00
Apontador	5 unidades	R\$ 1,00
Borracha	10 unidades	R\$ 5,00
Cola	3 potes	R\$ 10,00
Perfurador	2 unidades	R\$ 8,00

**Material de Limpeza**

Desinfetante
Papel Higiênico
Sabonete
Toalha de Papel

Uma parte destas despesas, bem como gastos com a vinda de palestrantes, será coberta por uma taxa de inscrição a ser cobrada dos participantes. Contamos com a colaboração de entidades, instituições e empresas para que possamos reduzir ao máximo o valor da taxa de inscrição, de forma a incentivar a participação do maior número possível de estudantes nesse evento, de fundamental importância na formação dos futuros educadores.

**Av. da Universidade, 308 - Cid. Universitária - Butantã**

**CEP:05508-900 Fone: (011) 3818-3293 e-mail: [eecepe.sp@usa.net](mailto:eecepe.sp@usa.net)**



## EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP

Além dos veículos já contidos no orçamento, o patrocinador poderá ainda divulgar sua marca através de outros meios definidos e administrados por seu departamento de comunicação e marketing, tais como instalação de balão publicitário, brindes, luminosos, estandes de vendas e demonstração, ou quaisquer outros meios, com prévio aviso e acerto entre as partes.

### 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar a consistência de um projeto que já mostrou e que pode se dar em conjunto com o projeto de marketing, com retorno de investimento publicitário do patrocinador.

A importância da participação do patrocinador o coloca na qualidade de parceiro preferencial no desenvolvimento de outros eventos a serem realizados pela Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo (EEEPE-SP).

Assim, os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo e a EEEPE-SP, junto com a iniciativa privada, buscam implementar uma dinâmica de parceira no movimento estudantil até então pouco utilizada e com grandes perspectivas.

Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia

### 7. CONTATOS

#### **Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo**

Av. da Universidade, 308, Cidade Universitária,  
São Paulo, SP, CEP 05508-900  
Tel: (0xx11) 3818-3293 com José Ibiapino ou Gabriel V. França,  
Fax: (0xx11) 3818-3149 a/c CAPF – EEEPE-SP

#### **Coordenação**

Gabriel Vicente França (Coordenação Geral)  
Tel. (011) 9139-7068

Andreza Barbosa (Coordenação Geral)  
(019) 523-5742 / 9739-0300

José Ibiapino Ferreira ( Coordenação de Assuntos Educacionais)  
(011) 3714-1514 / 9355-7635

Telma Lúcia Kabori ( Coordenação Secretaria)  
(016) 222-5701 / 270-5760

**Av. da Universidade, 308 – Cid. Universitária – Butantã**  
**CEP:05508-900 Fone: (011) 3818-3293 e-mail: [eeepc.sp@usa.net](mailto:eeepc.sp@usa.net)**

## ANEXO XIX –

## Jornal da EEEPe – SP – IX EPEP



EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP



IX EPEPE

## Você sabia que faz parte de uma executiva?

Você sabia que, enquanto estudante de pedagogia, tem uma executiva de seu estado que tem realizado uma série de eventos em nossa área? Sabia que alguns estudantes de diversas cidades do estado de São Paulo se encontram mensalmente para discutir diferentes questões relacionadas à educação? Sim? Não? Talvez? Pois mesmo que nem todos ainda tenham conhecimento, a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo existe e apesar de já ter passado por muitas dificuldades, e ainda passar, encontra-se em um momento de muita articulação, debate, campanhas e vontade de crescer cada vez mais. Entidade formada por todos os alunos do curso de Pedagogia, a EEEPe/SP, apesar de já existir há mais ou menos vinte anos, esteve desarticulada por muito tempo, voltando a se articular em 1999, depois do XIX ENEPE (Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia) realizado em Maceió onde se formou uma comissão para realizar o VI EPEPE (Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia) que inicialmente foi organizado em dois meses e aconteceu em outubro do mesmo ano na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Desde então a executiva paulista tem crescido muito e aumentado o seu campo de atuação dentro do Movimento Estudantil. É importante colocar que a EEEPe-SP insere-se no que chamamos de movimento de área, tratando questões mais voltadas para a Educação; os centros acadêmicos também são entidades que fazem parte do movimento de área e exercem importante função de articulação e discussão dos estudantes através do contato e, em alguns casos, filiação à EEEPe-SP. Vale ressaltar que o Centro Acadêmico Paulo Freire da Faculdade de Educação da USP é um dos CA's que já está filiado na executiva, sendo inclusive sede da mesma.

Além de discutir o papel do pedagogo e o perfil do curso de Pedagogia, que tem uma diversidade muito grande, visto que há, atualmente, 42 habilitações diferentes no curso de Pedagogia no Brasil, a EEEPe-SP tem exercido importante papel de formação dos estudantes, iniciando grupos de

discussão e fomentando também várias discussões nas faculdades. Recentemente, participamos de discussões calorosas sobre o PROVAO em São Carlos, Marília, Presidente Prudente, São Paulo (não só na USP), Rio Claro, entre outras cidades cujas faculdades organizaram debates em que representantes da executiva puderam promover um debate proveitoso para todos os alunos sobre esta avaliação imposta pelo governo; além disso já participamos de outros eventos variados, como da Semana de Estudos da Pedagogia da UNESP - Rio Claro e da Semana de Estudos da UNIMEP, entre outros, além de estarmos presentes em eventos em nível nacional, como o XXI ENEPE, que ocorreu em julho do ano passado em Belém do Pará, e também do Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia, o FONEPE, que teve sua realização no final de 2001.

A coordenação da EEEPe/SP é eleita anualmente no EPEPE e conta com estudantes de diferentes faculdades do estado de São Paulo; apesar de já ter crescido bastante, a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo ainda está em processo de reestruturação, buscando manter uma coordenação fixa durante toda a gestão (uma vez que é comum a saída e muitos coordenadores durante o ano) e ampliar a participação dos estudantes nos eventos em que organiza. É importante que cada estudante de pedagogia saiba da importância de existir uma entidade como esta, que, assim como CA's e DA's, têm constantemente batalhado por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, inserida em uma sociedade que valoriza os profissionais da educação que somos. Até o próximo evento!

Andreza Barbosa já foi coordenadora do CAPed - Centro Acadêmico de Pedagogia da UNESP Rio Claro e participou da gestão 2000-2001 da EEEPe/SP. Na gestão atual é Coordenadora de Formação Política. Miruna Genoio foi coordenadora do CA Paulo Freire e também participou da gestão 2000-2001 da executiva. Na atual gestão é Coordenadora Geral.

## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA SITUAÇÃO ATUAL

A questão da Formação de Professores, no Brasil, deve ser vista dentro do contexto das políticas educacionais em implantação no Brasil desde os anos 90, ou seja, dentro do contexto de redução de verbas para a educação e de vinculação da mesma ao mercado.

Assim sendo, podemos compreender iniciativas como a do Decreto 3276/99 que transferia a Formação de Professores, de Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, do curso de Pedagogia para o Curso Normal Superior. Com isso, determinava que os Institutos Superiores de Educação (ISE's) passariam a ser, exclusivamente, o *locus* privilegiado para a formação desses docentes.

Cabe dizer ainda, que tanto esse decreto presidencial como as atuais iniciativas do governo relacionadas à Formação de Professores são extremamente coerentes com as orientações do Banco Mundial para a educação.

No entanto, frente às manifestações de várias entidades, associações e conselhos de cursos, com relação ao teor do Decreto que bania a Formação de Professores dos cursos de Pedagogia, transformando o pedagogo em um simples especialista, desvinculado da docência, alterou-se o artigo 3º, parágrafo 2º de tal decreto que estabelecia que "A formação em nível superior de professores (...) far-se-á **exclusivamente** em cursos normais superiores", substituindo-se o termo "exclusivamente" para o termo "preferencialmente". Essa mudança porém, serviu para acalmar as discussões, mas não alterou muito o teor da proposta, visto que deu-se início a uma crescente expansão de cursos de formação aligeirada de professores como o chamado PEC FOR PROF e a mais recente "Pedagogia Cidadã", da UNESP.

Isso tudo está, ainda, intimamente ligado à dúbia interpretação da LDB com relação à obrigatoriedade ou não da formação docente em nível superior, como podemos observar no texto do parágrafo 4º, inciso IV, do artigo 87 da LDB 9394/96, que diz: "Até o final da Década da Educação, somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço".

Para ajudar a compor esse quadro, ainda no ano passado, fomos surpreendidos com o Programa de Educação Continuada para Formação de Professores (PEC FOR PROF) que, sendo realizado

por diferentes universidades, prescrevia as metodologias, o que deveria ser ensinado, a duração, etc. Desconsiderando assim, a autonomia das instituições de ensino superior, uma vez que, a essas só cabia ministrar tais cursos. Isso tudo sem comentar o tão polêmico uso das mídias, que faziam do PEC um curso não presencial, levando-nos ainda mais a conceber iniciativas como essa enquanto uma forma de treinamento e não de formação de professores.

E, para completar, a mais recente proposta apresentada no estado de São Paulo com relação à Formação de Professores, é a Pedagogia Cidadã, da UNESP. Trata-se de um projeto muito semelhante ao PEC FOR PROF, com duração reduzida, não presencial e com ênfase apenas no conhecimento técnico. A diferença se dá, principalmente, na questão do financiamento, pois essa última é uma parceria entre a UNESP e as prefeituras (que usariam a parte do dinheiro do FUNDEF destinada à formação de professores), ao passo que o PEC FOR PROF era uma parceria entre Secretaria Estadual de Educação e o Banco Mundial.

E, como se já não bastasse, têm estado bastante em pauta, ultimamente, as discussões acerca das diretrizes curriculares para a Formação de Professores, assim como a regulamentação da profissão de pedagogo. O problema, em ambos os casos, é que, no contexto atual, os resultados dessas discussões, numa concepção neoliberal, tende a delimitar a atuação do pedagogo, numa tendência divisionista, que começa a separar o saber e o fazer, a teoria e a prática, o especialista e o educador, facilitando assim, a fiscalização e o controle do exercício profissional.

Faz-se necessário, portanto, tomarmos parte nessas discussões, assumindo a responsabilidade de educadores ou futuros educadores comprometidos com uma educação de qualidade que, por sua vez, não pode ser feita sem uma formação de qualidade para professores. É chegada o momento de pararmos para pensar sobre a real formação que acreditamos ser essencial para os educadores de nosso país; se mostra imprescindível discutir a fundo o que significa formar profissionais que trabalharão na área da educação e quais os princípios fundamentais que devem/deveriam, nortear tal formação.

É chegada a hora de pensar não só na formação que cada um de nós vem tendo individualmente em nossas faculdades, é chegada a hora de pensar na formação de professores como um todo, em um contexto amplo, onde se faz necessário recolocar em pauta a qualidade desta essencial formação.

22º ENEPE  
Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia

"PEDAGOGIA E A IDENTIDADE DO/A

Visite o site da EEEPe/SP  
[www.eeepesp.rg3.net](http://www.eeepesp.rg3.net)

## ESTATUTO DA EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DE SÃO PAULO - EEPe-SP

### CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º - A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter permanente, sendo desvinculada de quaisquer órgãos estatais e privados, de partidos políticos e de crenças religiosas, com sede à avenida da Universidade, número 308, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP.

### CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º - São membros da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo:  
I - Centros e Diretórios Acadêmicos devidamente filiados junto a Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia de São Paulo;  
II - alunos interessados e representantes legitimados pelos estudantes de suas instituições devidamente filiados à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo;  
§1 São filiados a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo as entidades que, comprometidas com os princípios da executiva, contribuam com a sua manutenção com uma anuidade de 1 salário mínimo para as instituições que possuam C.A.s/D.A.s e 1/2 salário mínimo para as que não possuam C.A.s/D.A.s.  
§2 Os Cursos de Pedagogia que vierem a ser criados no período de 1 ano anterior ao EEPe estarão isentos da taxa de filiação.

### CAPÍTULO III DOS DEVERES

Art. 3º - São deveres da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo:  
I - coordenar o movimento estudantil de PEDAGOGIA do Estado de São Paulo;  
II - congregar, representar e defender o conjunto dos estudantes de pedagogia do Estado de São Paulo;  
III - lutar em defesa de um sistema educacional público, gratuito, democrático e de qualidade para todos no Estado de São Paulo;  
IV - lutar em defesa da qualidade de ensino dos cursos de Pedagogia, sejam eles públicos, privados ou subsidiados.  
V - defender uma universidade pública, gratuita e democrática;  
VI - promover e incentivar a formação crítica dos estudantes de Pedagogia;  
VII - promover o intercâmbio e o desenvolvimento cultural, científico e político dos estudantes de Pedagogia.  
VIII - manter contato e intercâmbio entre as entidades representativas de estudantes;  
IX - representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo frente a outras entidades e em eventos de interesse dos mesmos;  
X - manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;  
XI - lutar pelos interesses dos estudantes na questão das mensalidades, taxas diversas e outras cobranças abusivas.  
XII - promover e incentivar a criação e aplicação de políticas públicas educacionais e de inclusão social.  
XIII - incentivar e apoiar a formação de C.A.s e D.A.s de Pedagogia do Estado de São Paulo.  
Parágrafo Único: Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

### CAPÍTULO IV DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS E ADMINISTRATIVAS DA EXECUTIVA

Art. 4º - As instâncias de deliberações políticas e administrativas da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, pela ordem são:  
I - Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia - EPEPe  
II - Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia - COPEPe  
III - Coordenação Estadual da EEPe-SP  
IV - Entidades estudantis de Pedagogia (Centros e Diretórios Acadêmicos)

#### SEÇÃO I

#### DO ENCONTRO PAULISTA DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Art. 5º - O Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia (EPEPe) é a instância máxima de deliberação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.  
Art. 6º - O EPEPe terá como objetivos a conclusão de plano de luta para o cumprimento dos deveres da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, a integração científica, política e cultural, assim como a troca de experiências entre seus participantes.  
Art. 7º - Será realizado anualmente, em data e local definido na Plenária Final do encontro anterior.  
§1 A escola que sediará o próximo EPEPe deve atender a critérios como participação no movimento estudantil de Pedagogia, estrutura física e recursos humanos.  
§2 A(s) escola(s) interessada(s) deve(m) apresentar projeto estrutural no EPEPe para aprovação na Plenária Final.  
§3 Se a(s) escola(s) não possuir(em) a estrutura necessária ou nenhuma escola se candidatar durante o EPEPe, o primeiro COPEPe após o EPEPe terá o poder de escolher a escola sede, dentre as escolas presentes ao COPEPe.  
Art. 8º - Poderão participar do EPEPe todos os estudantes do curso de Pedagogia, dos cursos de pós-graduação ligados à área de educação do Estado de São Paulo, com direito a voz e voto.  
§1 Poderão participar observadores, sem direito a voto, desde que inscritos sob os mesmos critérios dos demais participantes.  
§2 A comissão organizadora é formada pela coordenação estadual e pela escola sede do encontro.  
Art. 9º - O EPEPe terá um regimento interno aprovado em sua Plenária Inicial.  
Parágrafo Único: Os regimentos internos devem contemplar os seguintes aspectos: garantir a segurança e a seriedade do encontro, regulamentar as diferentes formas de participação no encontro de acordo com direitos e deveres.

Art. 10 - As plenárias do EPEPe terão quorum de maioria simples dos inscritos aptos a votar, ou seja, 50% mais um.

Art. 11 - As deliberações do EPEPe serão tomadas em plenária por maioria simples dos presentes.  
Parágrafo Único: Se em votação ocorrer a maioria simples de abstenções, a matéria será discutida e votada novamente até, no máximo, três vezes, quando então, valerá o resultado vencedor descontadas as abstenções.

Art. 12 - Que em todos os EPEPes seja promovido um espaço para discussão e esclarecimentos acerca da estrutura e funcionamento da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.  
Art. 13 - O tema do EPEPe será decidido na Plenária Final do EPEPe anterior, mediante votação direta dos temas indicados.

§1 As propostas de temas deverão ser apresentadas à secretaria do EPEPe até o dia anterior a Plenária Final.

§2 As propostas de temas deverão ser apresentadas na forma de área temática, acompanhada ou não de sugestão de título, que será avaliada posteriormente pelo COPEPe.

#### SEÇÃO II

#### DO CONSELHO PAULISTA DE ENTIDADES DE PEDAGOGIA

Art. 14 - O COPEPe é o Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, sendo o fórum que reúne Centros e Diretórios Acadêmicos, assim como representações legitimadas pelos estudantes de suas respectivas instituições devidamente filiadas à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.  
Art. 15 - O COPEPe é a instância decisória imediatamente inferior ao EPEPe.

Art. 16 - O COPEPe tem por objetivo:

I - encaminhar as deliberações do EPEPe, assim como discutir e decidir sobre assuntos pertinentes ao movimento estudantil desde que não firam as deliberações do EPEPe;  
II - coordenar, avaliar e fiscalizar a atuação da Coordenação Estadual;  
III - destituir, através de impedimento, desde que devidamente justificado, qualquer coordenador da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, necessitando, para isso, de quorum de 3/4 do COPEPe.

Art. 17 - Realizar-se-á ordinariamente o mínimo de 1 COPEPe por semestre, sendo que cada um deles será convocado pelo anterior.

Art. 18 - Extraordinariamente, poderá ser convocado por um mínimo de 30% (trinta por cento) das entidades filiadas à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art. 19 - O COPEPe se instalará com o quorum mínimo de 40% (quarenta por cento) das entidades filiadas à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art. 20 - No COPEPe terá direito a voz qualquer estudante e voto e voz qualquer entidade filiada à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, sendo que cada entidade corresponderá a um voto.

Art. 21 - Os Centros e Diretórios Acadêmicos (CA's e DA's) devem apresentar a ata de posse da diretoria, devidamente registrada em cartório, assim como a ata da reunião que indicou o delegado da entidade à mesa de cadastramento do COPEPe.

Parágrafo Único: Essas entidades terão direito a voz e voto no primeiro COPEPe, desde que não tenham havido participação no ano anterior devendo, para manter esse direito nos próximos COPEPes, filiar-se à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art. 22 - As instituições que não possuem CA's e DA's poderão ser representadas por delegados legitimados por seus pares, seguindo os seguintes critérios:

a) serem eleitos em assembleia tendo a presença mínima de 20% (vinte por cento) dos estudantes da instituição; ou  
b) serem eleitos por voto em eleição com urna tendo o quorum mínimo de 30% (trinta por cento) dos estudantes da instituição.

§1 Cada delegação deverá apresentar no credenciamento do COPEPe a lista de alunos regularmente matriculados no período que se deu a eleição, sem a qual, estará vetada a inscrição da respectiva delegação.

§2 Somente terão direito a voto as instituições que estiverem devidamente filiadas.

#### SEÇÃO III

#### DA COORDENAÇÃO ESTADUAL

Art. 23 - A coordenação estadual tem as seguintes atribuições:

a) encaminhar as deliberações das instâncias deliberativas hierarquicamente superiores da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo;  
b) articular a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo com outras entidades estudantis;  
c) participar da comissão organizadora do EPEPe;  
d) garantir o bom andamento das atividades da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo;  
e) representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo;  
f) cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

Art. 24 - A Coordenação Estadual será composta pelas coordenações: Geral, Regionais, de Secretaria, de Finanças, de Assuntos Educacionais, de Cultura e Extensão Universitária, de Formação Política, de Comunicação e Coordenação de Escolas Pagas.

I - A Coordenação Geral será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:

a) representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo perante o Movimento Estudantil e a sociedade civil organizada e, em juízo isoladamente ou em conjunto.  
b) coordenar as reuniões e grupos de trabalhos entre outras atividades que se fizerem necessárias ao bom funcionamento da entidade atendendo às decisões do EPEPe e do COPEPe.

II - As coordenações regionais serão compostas de acordo com a representação no EPEPe cujas atribuições são:

a) garantir o bom andamento das atividades da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo em sua regional divulgando seu trabalho, a fim de incorporar novos participantes;  
b) promover atividades de intercâmbio político, cultural e científico nas faculdades de sua regional.

III - A Coordenação de Secretaria será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:

Estudantes de Pedagogia de São Paulo;  
 b) elaborar e enviar as atas e as convocatórias das reuniões da Coordenação Estadual.  
 IV - A Coordenação de Finanças será composta por até dois estudantes cujas atribuições são:  
 a) buscar recursos e formas alternativas de viabilização dos trabalhos da Coordenação Estadual;  
 b) elaborar a prestação de contas e confeccionar balancetes mensais;  
 c) responsabilizar-se pela movimentação das contas bancárias, pela assinatura de cheques e pela administração financeira em geral;  
 d) recolher a anuidade das entidades estudantis filiadas à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo até o próximo EPEPE;  
 e) zelar pelo patrimônio da entidade.  
 V - a Coordenação de Assuntos Educacionais será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:  
 a) incentivar e coordenar a formação de CECOE's - Centros de Construção Educacional;  
 b) promover estudos sobre o curso de Pedagogia no Estado de São Paulo;  
 c) promover a discussão das políticas educacionais, principalmente as implementadas no Estado de São Paulo;  
 d) participar de eventos de interesse dos estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo;  
 e) manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;  
 f) defender o ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis;  
 g) defender a qualidade de ensino dos cursos de pedagogia do Estado de São Paulo e a valorização do profissional no que diz respeito à formação, especialização e campo de atuação.  
 VI - A Coordenação de Cultura e Extensão Universitária será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:  
 a) promover e incentivar discussões sobre extensão universitária;  
 b) promover o intercâmbio de projetos realizados pelas faculdades;  
 c) promover e desenvolver atividades culturais, artísticas e de lazer.  
 VII - A Coordenação de Formação Política será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:  
 a) incentivar e apoiar a formação de CA's e DA's de Pedagogia do Estado de São Paulo;  
 b) promover e incentivar discussões sobre questões do movimento estudantil, da juventude e outros assuntos de interesse dos estudantes de Pedagogia.  
 c) expandir as coordenações para locais onde não existam regionais.  
 VIII - A Coordenação de Comunicação será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:  
 a) divulgar as atividades da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo;  
 b) divulgar atividades e eventos na área educacional;  
 c) publicar os anais do EPEPE.  
 IX - A Coordenação de Escolas Pagas será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:  
 a) lutar pelos direitos referentes à qualidade de ensino, mensalidades, matrículas, extensão nas escolas pagas;  
 b) divulgar e tornar de conhecimento de todos as mudanças na legislação específica das escolas pagas;  
 c) lutar por mensalidades mais baixas e bolsas-auxílio aos alunos mais carentes.  
 Parágrafo Único. Havendo número insuficiente de estudantes para a composição das coordenações, conforme determinações anteriores, garantir-se-á o mínimo de um estudante por coordenação.

Art.25 - A eleição da Coordenação Estadual ocorrerá por voto direto na Plenária Final do EPEPE, na forma de chapa(s) formada(s) por estudantes de Pedagogia.  
 §1 O mandato da coordenação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo terá a duração até o EPEPE seguinte, com o compromisso da gestão anterior participar das três primeiras reuniões da nova gestão.  
 §2 A posse da diretoria eleita será após a Plenária Final do encontro.  
 §3 A prestação de contas e a entrega do relatório de atividades se efetuará no COPEPE a se realizar até 50 (cinquenta) dias após o EPEPE, sendo acompanhado dos respectivos balancetes.  
 §4 As chapas deverão ser formadas por estudantes de pedagogia de, no mínimo, 03 faculdades diferentes.  
 §5 A forma de eleição da Coordenação Estadual deverá ser apresentada e esclarecida na plenária inicial de cada EPEPE.

**CAPÍTULO V**  
**DOS CENTROS DE CONSTRUÇÃO EDUCACIONAL (CECOE'S)**

Art.26 - Os Centros de Construção Educacional são equipes de trabalho e estudos em educação com caráter de assessoria à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.  
 Art.27 - Cada CECOE será constituído por um CA/DA ou por um grupo de, no mínimo, 3 estudantes, podendo ser de diferentes faculdades.  
 Art.28 - Cada CECOE terá uma temática norteadora de sua atuação, podendo existir mais de um CECOE com a mesma temática.  
 Art.29 - As atribuições dos CECOE's são:  
 a) centralizar informações sobre determinado assunto, promover debates sobre o mesmo, publicar textos e subsidiar a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo sobre a temática desenvolvida;  
 b) entregar relatórios de trabalho nos COPEPE's e no EPEPE.  
 Art.30 - Os CECOE's não se constituem enquanto instâncias deliberativas da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.  
 Art.31 - Os CECOE's podem ser constituídos em qualquer época do ano, basta comunicar a Coordenação de Assuntos Educacionais da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.  
 Art.32 - Cada CECOE terá duração de um ano, podendo ser prorrogado comunicando à Coordenação de Assuntos Educacionais da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

**CAPÍTULO VI**

**DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

Art.33 - São consideradas infrações graves à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo:  
 a) o não cumprimento do estatuto pelas entidades ou por seus membros;  
 b) qualquer posicionamento que não seja representativo do Movimento Estudantil de Pedagogia do Estado de São Paulo tomado pela coordenação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo;  
 c) a não organização do EPEPE, sem justa causa pela escola sede;  
 d) o desvio de verba da entidade ou alienação do patrimônio por integrantes da coordenação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.  
 Art.34 - As penalidades serão aplicadas segundo deliberação das instâncias da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.  
 Art.35 - São penalidades aplicadas às entidades:  
 a) advertência por escrito;  
 b) multa que poderá ser de 1/2 a 2 anuidades;  
 c) suspensão do direito de voto por um ano.  
 d) exclusão da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo até que haja ressarcimento dos prejuízos.  
 Parágrafo Único. As entidades e estudantes filiados à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo não poderão ser responsabilizados por nenhum ato tomado pela coordenação.  
 Art.36 - São penalidades aplicadas aos coordenadores:  
 a) advertência por escrito;  
 b) ressarcimento dos danos causados às entidades;  
 c) suspensão do cargo;  
 d) destituição do cargo, sem prejuízo do ressarcimento devido dos danos causados.  
 §1 Estará automaticamente destituído o coordenador que faltar a duas reuniões consecutivas ou três alternadas sem justificativa por escrito acatada pela coordenação.  
 §2 A coordenação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo deliberará sobre os critérios para a justificativa de faltas.  
 §3 Caso ocorra a destituição de um coordenador a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo encaminhará, no COPEPE a substituição desta coordenadoria por outra pessoa.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art.37 - A dissolução da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo ocorrerá somente através de votação em plenária do EPEPE convocado exclusivamente para este fim.  
 §1 - Será necessário 1/4 dos votos dos estudantes presentes na plenária para que seja aprovada a dissolução da entidade.  
 §2 - Somente o EPEPE poderá convocar o encontro de dissolução da entidade de acordo com as disposições deste estatuto.  
 §3 - Caso seja aprovada a dissolução da entidade os bens que por ventura possuir serão doados para entidades afins ou para as que a plenária decidir.  
 Art.38 - O presente estatuto somente poderá ser alterado nas plenárias finais dos EPEPE's.  
 §1 Que haja espaço na programação do EPEPE para a discussão acerca do estatuto, feita antes da Plenária Final, dando subsídios para os participantes poderem deliberar acerca das modificações do mesmo.  
 Art.39 - Todos os casos omissos a este estatuto serão discutidos e resolvidos pelas instâncias deliberativas da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.  
 Art.40 - A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo nomeará dois representantes para a ExNEPE podendo estes serem ou não da coordenação estadual.  
 Art.41 - A forma de reintegração de uma entidade excluída será julgada pelo COPEPE, de acordo com a infração cometida.  
 Art. 42 - A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo será administrada e representada por uma diretoria eleita no ato da fundação, com mandato de até a realização da plenária final do Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, onde será eleita a coordenação do estado conforme preceito o artigo 24 do estatuto.

São Paulo 1º de Maio de 2001

**IX EPEPE**  
**Realização:**  
**Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia - SP**  
**Centro Acadêmico de Pedagogia - UFSCar**

**Apoio:**  
**C.A. Mauricio Tragtemberg - UNESP/Araraquara**  
**C.A. Prof. Paulo Freire - USP**

**EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP**  
 Av. da Universidade, 308 - Cid. Universitaria - Butantã - CEP 05508-900  
 São Paulo / SP - Fone: 3091-3293 Fax: 3091-3149

## Provão: porque demos E para o MEC.

Muito antes da criação do Exame Nacional de Cursos (Provão), a discussão sobre Avaliação Institucional já era realizada em algumas universidades brasileiras. Em 1996, com a criação do Provão, uma atitude unilateral do MEC, foram desconsideradas avaliações institucionais anteriores, como por exemplo, o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), que vinha sendo construído por vários agentes da universidade e sociedade e tinha como princípio a auto-avaliação das instituições, levando à identificação de deficiências e estabelecimento de objetivos.

Pela forma que o Provão é instituído e principalmente pela generalidade da lei que o criou, já no primeiro momento, surgem resistências não só por parte dos estudantes mas também de mantenedores e direções das instituições. A oposição ao Provão vinha de setores muitas vezes divergentes, mas que recebem amplo apoio dos setores ligados ao ensino privado, em especial das grandes empresas educacionais, em ampla expansão desde então.

No momento seguinte, devido às características do exame realizado e pelo uso dos resultados na mídia, fica claro a que setores e a qual propósito ele se destinava. A resistência passou a ficar restrita então ao movimento estudantil e algumas entidades docentes, ao mesmo tempo que o Provão passa a receber amplo apoio dos setores ligados ao ensino privado, em especial das grandes empresas educacionais, em ampla expansão desde então.

Desde a implantação do Provão entidades estudantis representativas de vários cursos realizam discussões sobre a validade e implicações do exame. A Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia pautou essa questão nos vários eventos que realizou nos últimos dois anos, mesmo antes da inclusão do curso na Avaliação Nacional de Cursos, em especial os três Fóruns Nacionais de Entidades de Pedagogia (FONEPE) voltados especialmente para o assunto.

No I FONEPE foi deliberado o indicativo de boicote ao Provão, não por temer a avaliação mas por considerar que o Provão não é uma avaliação e sim um instrumento político para a implementação de projetos que o governo idealizou para a educação nacional. No II FONEPE se aprofundaram e ampliaram essas discussões, de forma que os estudantes se sentiram seguros para efetivamente optarem pelo boicote, ao mesmo tempo que sentiram a necessidade de elaborar um projeto alternativo de Avaliação Institucional que possibilitasse um enfrentamento maior ao projeto do MEC, algo que se iniciou no III FONEPE.

Mas quais foram as críticas ao Provão que efetivamente levaram os estudantes de pedagogia a se contrapor e lutar abertamente contra o Provão?

O Provão não se caracteriza como parte de um processo de avaliação institucional, mas sim como instrumento de implementação de uma política mais ampla. No bojo das concepções neoliberais a educação não é vista como um direito social, tampouco é dado a ela qualquer papel transformador, sendo tratada como um produto a ser explorado, e que se adequará e aperfeiçoará a partir da competição entre as instituições e com vistas a atender as demandas do mercado, que não necessariamente são demandas sociais. Essa intenção fica clara principalmente pela preocupação de propaganda, mas principalmente pela ampliação descontrolada de instituições e cursos no setor privado enquanto que o setor público não teve qualquer crescimento. O MEC abre mão do seu papel fiscalizador no momento de autorizar a abertura de instituições e cursos, deixando para que um momento de competição entre as universidades e faculdades, decida sobre as instituições que não se adequam a determinados padrões. Por que não analisar com maior cautela os cursos que estão querendo ser abertos no Ensino Superior? Por que deixar para que, depois de abertos, os cursos sejam supostamente fechados?

Em momento algum o Provão demonstra uma preocupação em intervir no aperfeiçoamento dos cursos, pois não retorna à instituição informações que as auxiliem na identificação de seus problemas e experiências bem sucedidas. Além destas questões o Provão causa um efeito modelador sobre os cursos e as instituições pois interfere diretamente na autonomia para a elaboração de seus projetos políticos pedagógicos e conteúdos curriculares, ignorando o contexto na qual a instituição está inserida.

## Campanha Amigos da Escola: O que se esconde por trás da carinha feliz?

Desde que o Brasil inteiro foi bombardeado com a campanha televisiva da Rede Globo, tratando da questão dos Amigos da Escola - voluntários que ajudariam as escolas públicas realizando algumas atividades - a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia (EEEPe-SP) iniciou uma ampla discussão a respeito do voluntariado que, por sua vez, tem sido um termo bastante utilizado, nos últimos tempos, por diferentes veículos de comunicação.

Além de marcar nossa postura contrária a esta campanha, que foi colocada à sociedade como uma possibilidade de mudar a situação em que a educação pública brasileira se encontra, marcamos fortemente nossa postura ao ressaltar e reafirmar a importância da valorização dos profissionais da educação, estes sim os trabalhadores que devem ser inseridos em nossas escolas.

Contudo, temos consciência de que a discussão que envolve o voluntariado não é fácil, e de que muitos se colocaram contrários à nossa campanha. É necessário notar que vivemos em um país com um estado que se apresenta como falido para toda a sociedade, um estado com suposta falta de recursos e necessidade de ajuda de todos para que possa "ir para frente". Com isso, acaba-se tomando consenso a idéia de que vivemos atualmente uma situação na qual as instituições públicas carecem de ajuda de todos os tipos para que possam continuar funcionando: recursos, materiais, pessoas que

Ao tentar avaliar a instituição observando apenas alguns conteúdos acumulados pelo estudante o MEC desconsidera os aspectos mais amplos da formação ao mesmo tempo que foca apenas uma das partes que compõem a instituição responsabilizando apenas os estudantes pelo desempenho na prova.

Compreendemos Avaliação Institucional como um processo contínuo, cujo objetivo é diagnosticar a real situação da instituição visando seu aperfeiçoamento, sendo que para isso necessita da participação de todos os segmentos da instituição, tanto na elaboração quanto na execução do processo.

Nossa decisão em boicotar o Provão tem origem em todos os argumentos citados acima, mas também pelo pouco ou nenhum espaço de diálogo com o governo. Boicotar, antes de tudo vem sendo uma ação política com o objetivo de resistir ao Provão e principalmente as políticas do atual governo federal. Ao boicotar tentamos alcançar três objetivos: manter o debate sobre a avaliação institucional mostrando que não existe uma aceitação ampla do Provão como o MEC faz parecer; tentar abrir espaço na mídia para essa discussão e principalmente criar uma situação onde a credibilidade da classificação feita pelo Provão possa ser questionada pela sociedade.

O boicote realizado pelos cursos de pedagogia no ano passado, apresentou como principal característica o envolvimento dos estudantes com as discussões realizadas em diversas instâncias, evitando-se qualquer ação dissociada de uma reflexão prévia sobre o significado do boicote e sobre todas as implicações do Provão, tanto as decorrentes do boicote quanto da realização da prova.

O boicote foi feito por um número reduzido de estudantes de pedagogia, principalmente pela dificuldade em levar-se o debate ao enorme número de formandos do curso, no entanto convém analisar politicamente os resultados dessa ação. Se quantitativamente o resultado do boicote foi muito pequeno, mas, vale a pena ressaltar, no que diz respeito aos resultados políticos o que se conseguiu não é insignificante. O boicote ocorreu de forma maciça em instituições públicas e privadas, e que muito antes de qualquer exame já tinham o reconhecimento de sua qualidade pela sociedade e sempre exerceram uma importante função social, principalmente na formação de professores e na produção de conhecimento sobre educação. Entre essas instituições estavam, por exemplo, UnB, UNICAMP, UNIMEP, UFSC, UNEB, UEPA, USP, UNESP, UFSCAR, PUC, entre outras.

A precariedade da própria prova, com questões mal elaboradas e descontextualizadas, que não atendiam nem ao menos as expectativas daqueles que eram favoráveis ao instrumento, somada ao impacto dos boicotes evidenciaram a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre o assunto. Nesse ano além do surgimento da discussão sobre a validade ou não da prova, em muitas outras instituições inicia-se também nos cursos, em várias instâncias do movimento estudantil e entre os docentes, o debate sobre a importância da elaboração de propostas de avaliação institucional, não apenas em oposição ao Provão, mas como uma necessidade no processo de aperfeiçoamento das instituições.

Para o curso de pedagogia esse enfrentamento com o Provão toma uma importância ainda maior diante das várias mudanças que estão sendo implementadas, na maioria das vezes de forma autoritária, para o curso de Pedagogia e para a formação de professores e que desconsideraram todo o debate existente entre entidades e profissionais envolvidos com essas questões ignorando e atrapalhando um processo de debate entre concepções divergentes, mas que vinha contribuindo muito na construção de propostas mais sólidas para esses cursos e na definição mais clara da identidade do curso de pedagogia.

Ampliar o boicote em 2002 significa principalmente levar os estudantes de Pedagogia a discutirem diante das implicações desse instrumento, refletindo à luz das concepções presentes na nossa própria formação sobre a validade de se aceitar um instrumento que pouco ou nada tem de avaliação.

Tatiane Cosentino Rodrigues, 4º ano UFSCAR

Telma Lúcia Kobori, Pedagogia, UFSCAR

José Ihiapino Ferreira, 4º ano USP

Lei 9131 de 24 de Novembro de 1995

calamitosa.

Sabemos também que esses voluntários têm uma vontade de ajudar a reverter esta situação, que se estabeleceu de forma bastante clara nos últimos tempos. E, em muitas situações, percebemos que esta vontade deixa de focar um outro lado da questão: enquanto indivíduos vão assumindo lacunas nas escolas, o Estado vai se extinguindo de sua função primeira de garantir a educação para toda a sociedade. Não se trata aqui de afirmar que somos contra aqueles que estão dispostos a ajudar, mas, antes de tudo, que somos defensores da valorização dos profissionais da educação e de que o Estado assuma todas suas funções, fazendo com que sejam cumpridas para todos os cidadãos. A solidariedade das pessoas não pode ser usada para que os governos deixem de lado as suas responsabilidades. Temos que realizar um debate profícuo sobre o que significa participação no âmbito escolar.

A discussão sobre esta questão está longe de chegar ao seu final. Ainda pretendemos debater de maneira intensa todos os aspectos que envolvem o voluntariado. Sabemos que existem diferentes formas de ser voluntário, e especialmente diferentes situações em que indivíduos assumem este papel, pois não

**Eu Entendo de Educação.  
Não avalie com o Provão!**

**Não quero  
Amigos da escola  
quero profissionais  
da Educação**

Campanha pela Valorização dos Profissionais de Educação

**ANEXO XX –**  
**Documento Final do X Encontro Paulista de**  
**Estudantes de Pedagogia de São Paulo**

Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo – EEPe-SP

**X EPEPe**  
*Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia*

01 a 04 de Maio de 2003

**DOCUMENTO FINAL**

**INTRODUÇÃO**

“...porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan”<sup>1</sup>

Há muito que não se via o imperialismo dando as caras de forma tão sem censura. Os baluartes da ditadura da porrada, os EUA, liderados por seu presidente eleito pela minoria dos votos, numa eleição claramente fraudada, têm usado de qualquer álibi disponível para poder reaquecer sua economia. Ora Bin Laden, ora armas de destruição em massa. Ignorando a existência da Organização das Nações Unidas, deram-se ao direito de atacar o Iraque, para poder instaurar seu próprio modelo de “democracia”, baseado no comércio de seus produtos e na exploração de petróleo por suas indústrias.

A manutenção da estrutura de produção e de exploração neoliberal ganha força na medida em que o imperialismo se aprofunda. Só aumentam a miséria, a desigualdade e a desgraça entre os povos.

No Brasil, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva tinha por objetivo fazer a esperança vencer o medo. Indiscutivelmente, os movimentos sociais e populares tiveram uma injeção de fôlego nos primeiros meses do ano: a possibilidade de construção de uma sociedade alternativa, justa, democrática e igualitária fez com que as organizações se colocassem nas ruas para que suas vozes fossem ouvidas. No entanto, por ser caracterizada por contradições profundas, que vão desde aliança com as classes dominantes até apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), muitos dos anseios populares não se podem levar a cabo.

Mas essa situação não cala e nem vai calar os movimentos sociais.

Frente ao exposto, a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo (EEPe-SP) traz à tona este documento, que resume o acúmulo de discussões no seio do Movimento Estudantil de Pedagogia de São Paulo, conformadas no X Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, realizado entre 01 e 04 de maio de 2003, na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Os participantes do Encontro e os membros da Coordenação Estadual da EEPe-SP pretendem, com este documento, contribuir com todos e todas que lutam por uma escola, uma educação, uma universidade e uma sociedade diferentes.

<sup>1</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. *Elegia 1938*, in: \_\_\_\_\_ *Sentimento do Mundo*, 10ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2000

## Movimento Estudantil

“Então, meu coração também pode crescer  
 Entre o amor e o fogo,  
 Entre a vida e o fogo,  
 meu coração cresce dez metros e explode.  
 - Ó vida futura! Nós te criaremos”<sup>2</sup>

O movimento estudantil universitário tem a universidade como instituição chave para a transformação, bem como um dos elementos fundamentais para a democratização do Estado e o fortalecimento do país.

O Movimento Estudantil é também um movimento social, porque deve estar na luta sempre com um olhar crítico no mundo, na sociedade, porque o projeto de educação o qual ansiamos é também um novo projeto de sociedade, portanto não é, e não deve ser um movimento intramuros, isolado de todas as outras lutas sociais, devendo pautar questões conjunturais que vão além dos muros da universidade, como os vetos ao Plano Nacional de Educação da sociedade civil organizada, a concepção de uma dita avaliação como o Provão imposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e a valorização dos profissionais em educação.

O movimento estudantil é um movimento de resistência, pois lutamos por uma sociedade democrática, justa e igual, contra o modelo de educação e sociedade vigentes, contra a lógica do mercado que cada vez mais dirige o projeto de educação do país, devemos lutar por uma educação capaz de formar indivíduos críticos que se apropriem crítica e historicamente do conhecimento e possam ser sujeitos da própria história. Nós estudantes devemos lembrar nosso papel frente aos problemas da sociedade e atuar no sentido de resistir às imposições bem como atuar para a transformação de algumas políticas impostas e já implementadas. Entendendo que vivemos numa sociedade que atua no sentido de “individualizar” as pessoas para que não haja mobilização e mudança de fato, isto é, manter a mesma ordem social de explorados e exploradores, o movimento estudantil deve ser espaço de formulação e de intervenção, de organização, reflexão e ação coletiva, que una forças para uma real transformação caracterizando-se, portanto, como movimento coletivo assim como espaço de formação política pessoal para a atuação em outros espaços. Embora rotativo, a luta do movimento estudantil transcende o momento de estudante do cidadão.

A participação e a intervenção política na universidade são importantes para que a tomemos como elemento de transformação e não simplesmente como depositária do conhecimento, que não acabe em si e que não sirva apenas aos interesses conjunturais de uma elite dominante. Tal participação depende do interesse e da conscientização de cada um, pois o movimento estudantil é feito por todos estudantes que acreditam e lutam, e dessa forma colocam suas posições na construção do debate, não resumindo assim o ME aos representantes escolhidos que ocupam cargos em entidades estudantis.

Precisamos de um **Movimento Estudantil de Pedagogia** que defenda a escola pública, uma sociedade sem desigualdades, sem exploração. Embora a identidade deste movimento esteja hoje extremamente fragilizada e indefinida, agora mais do nunca é necessário que façamos uma reflexão; primeiro sobre o nosso papel na sociedade, sobre o lugar da universidade na sociedade e nosso lugar na universidade. Também temos que refletir sobre a importância de um movimento de estudantes de pedagogia para a educação e para o Brasil. Qual o papel da educação e dos professores no Brasil? Qual

<sup>2</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. *Mundo Grande*, in: \_\_\_\_\_ *Sentimento do Mundo*, 10ª edição, Rio de Janeiro:Record, 2000

o papel da educação para a transformação da sociedade? Qual a formação de professores que condiz com nosso ideal? Enfim, qual a sociedade que queremos.

Estas questões necessitam de organização e construção políticas para intervenção social efetiva, para tanto é preciso que tenhamos um movimento tanto em nível estadual para que possamos nos ater a questões regionais e específicas a determinado local assim como alcançar o maior número de pessoas, quanto em nível nacional que fomente campanhas em relação ao Movimento Estudantil de Pedagogia, que discuta a identidade do Pedagogo fundada na base docente, que pautas as demandas dos estudantes e da educação como um todo, para que tenhamos de fato um movimento organizado que se atenha a questões mais amplas e seja capaz de formulação e transformação. Estes são os papéis da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia (no caso de São Paulo) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia.

### **Avaliação Institucional**

O debate sobre avaliação institucional está presente, com mais frequência, nas instâncias da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo desde o ano de 2001, quando a Pedagogia foi incluída na lista de cursos que seriam submetidos ao Provão. Diante dessa imposição a EEEPe-SP se organizou em torno de vários debates e da participação/organização de eventos como os 1º e 2º e 3º FONEPe's (Fórum Nacional de Entidade de Pedagogia) e X COPEPe (Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia). Todos esses eventos contaram com a participação de vários Centros Acadêmicos, entidades estaduais de pedagogia (no caso dos FONEPe's) e estudantes desse curso para discutir a atuação das entidades e dos acadêmicos em relação ao Exame Nacional de Cursos. O X COPEPe e o 3º FONEPe, o primeiro realizado em 2001 na UNESP de Presidente Prudente e o segundo, em novembro do mesmo ano na capital baiana, Salvador, tiveram como propósito a construção de princípios para um projeto de avaliação institucional.

Respeitando as decisões das plenárias finais dos últimos EPEPe's a coordenação da EEEPe-SP gestão 2000-2001 lançou uma campanha pelo zero consciente no provão, ou seja pelo boicote à prova, campanha essa mantida pelas coordenações seguintes (2001-2002 e 2002-2003). Fazem parte dessa luta a participação na organização do Plebiscito do Provão, nacionalmente organizado pelo Fórum Nacional de Executivas e Federações de cursos e a UNE, que na ocasião obteve uma votação contrária ao provão de mais de 30 mil estudantes universitários em todo o país. O tema central do X EPEPe é consequência do debate iniciado quando da discussão do boicote ao provão.

Em relação ao nosso posicionamento sobre avaliação e avaliação institucional é preciso que, antes de qualquer coisa, discutamos o que significa o Sistema Nacional de Avaliação (SNA) e o seu lugar na implementação das políticas do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. O SNA foi instituído pela necessidade do governo de propor alguma coisa no lugar do Sistema Nacional de Educação que fora proposto pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) da Sociedade Civil. Dele fazem parte, além do Provão (Exame Nacional de Cursos) a ACO (Avaliação de Condições de Oferta que agora se chama Avaliação das Condições de Ensino), o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o ENCCEJA (Exame Nacional de Certificações de Competências em Educação de Jovens e Adultos). Soma-se aos citados o SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento do Ensino de São Paulo) e a progressão continuada instituída pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

Esses instrumentos inserem-se numa política educacional que visou durante oito anos legitimar a educação como um bem de consumo e não como um direito do cidadão e obrigação do Estado. Esses

mecanismos apenas se prestavam a legitimar uma política de priorização do ensino pago em detrimento do ensino público e suas instituições. Foram usados para dar credibilidade ao grande número de faculdades e universidades pagas autorizadas pelo ex-Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, para justificar a criminosa diminuição de verbas destinadas às escolas públicas e desresponsabilizar o Estado de seu dever de financiar e gerir os sistemas de ensino público, reduzindo a uma lógica fiscalizadora a intervenção estatal na educação, deixando o resto (gestão, financiamento e iniciativas) para o setor privado e para a comunidade.

Além dos pontos tratados até agora também observamos a imposição implícita de uma concepção de educação, de professor e por conseguinte de sociedade. Quando a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo apropria-se do termo “progressão continuada” sem considerar a historicidade desse conceito, para legitimar a política economicista-fiscal na educação paulista faz coro com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) e Instituto Superiores de Educação (ISE) e como eles, presta serviço à concepção técnico-profissionalizante de professor, que apenas aplica em sala programas pré-definidos, dos quais da gestão e produção ele não fez parte (PCN’s).

A “promoção automática”, como ficou conhecida, tem por objetivo contribuir para a redução de custos da SEE-SP, como se pode observar no documento do Conselho Estadual de Educação usado para justificar a implementação dessa medida:

*“(...) a repetência constitui um pernicioso ‘ralo’ por onde são desperdiçados preciosos recursos financeiros da Educação. O custo correspondente a um ano de escolaridade de um aluno reprovado é simplesmente dinheiro perdido. Desperdício financeiro que sem dúvida, afeta os investimentos em educação, seja na base física (prédios, salas de aula e equipamentos), seja, principalmente nos salários dos trabalhadores do ensino. Sem falar do custo material e psicológico por parte do próprio aluno e de sua família.” (Indicação CEE/SP n.º 8/97, Apud. VALENTE, I., ARELARO, L. Educação e Políticas Públicas. São Paulo: Xamã, 2001. P. 71-71).*

Enquanto a progressão continuada tem por objetivo enfrentar a problemática da exclusão no sistema educacional, permitindo ao educando não só mais tempo para a aprendizagem e respeito à diferença e ao ritmo de cada pessoa, mas também possibilitando que após avaliação, em vez da reprovação/punição/rotulação o estudante e a escola se empenhem em superar as dificuldades apontadas, podendo seguir em frente nas outras disciplinas/matérias/conteúdos. A promoção automática visa exclusivamente a melhoria de índices estatísticos educacionais para apresentar relatórios “melhores” aos organismos multilaterais (FMI, BID) que ditam toda a reforma educacional sob a orientação ideológica neoliberal.

A Progressão continuada, projeto histórico do campo educacional progressista, está inserida num projeto complexo para uma educação pública de qualidade que envolve, para ser bem sucedido, um conjunto de ações referentes às escolas e aos sistemas de ensino como por exemplo gestão democrática, aumento de verbas e a ressignificação da avaliação na aprendizagem. Já a promoção automática orienta-se por uma política de minimização do aparelho de estado e reforça, juntamente com a municipalização, o SARESP e a centralização dos exames supletivos nas mãos da SEE-SP, a concepção de educação como mercadoria, a comunidade como consumidores e os funcionários

(docentes e não docentes) como meros prestadores de serviço<sup>3</sup>, todos submissos à “lei maior” do mercado, da oferta e da procura, do “custo x benefício”.

Como podemos observar a concepção de sociedade trazida pela política educacional implementada entre os anos de 1995-2002 (PSDB-PFL) e legitimadas através dos instrumentos de avaliação é a sociedade mercantilizada e fragmentada onde o trabalho intelectual e o manual estão separados e é legítimo existir exploradores e explorados, sendo os primeiros os únicos beneficiados.

O vestibular, embora seja mais antigo em relação ao Sistema Nacional de Avaliação, suas variantes estaduais e outros instrumentos curriculares também serve ao sistema capitalista. Ele é a consequência de uma educação superior elitizada e funciona pela mesma lógica que os outros instrumentos citados: a competição e o ranking como determinantes do “melhores”. É contra essa lógica que lutamos, pois acreditamos que ela está na gênese dos problemas sociais que vivemos, uma vez que a competição é a negação do outro. Para que um vença é preciso que o outro seja derrotado, destruído. A competição nega o que é primordial numa sociedade justa: a cooperação na convivência, a solidariedade entre as pessoas e os povos.<sup>4</sup>

Em relação ao Sistema Nacional de Avaliação e suas variações estaduais (Provão, ENEM, SAEB, SARESP e ENCCEJA, etc) exigimos a sua imediata suspensão e que em seu lugar seja implementado o Sistema Nacional de Educação, nos moldes do Plano Nacional de Educação e da proposta de LDB da sociedade brasileira, com diretrizes política definidas pelo Fórum Nacional de Educação e coordenado pelo Conselho Nacional de Educação, ambos previstos na proposta da sociedade civil para o PNE e para a LDB.

Em nossa concepção o Vestibular deve deixar de existir e o ensino superior brasileiro público e gratuito deve ser imediatamente democratizado de maneira radical a fim de que todos que quiserem possam cursar uma faculdade. Contudo, sentimos a necessidade de proposições de alternativas à política de acesso ao ensino superior. O discurso que nega o vestibular, mas não se esforça no sentido de propor ações concretas para superá-lo não nos satisfaz. Por isso exigimos de nossos representantes parlamentares, de todos os níveis, o efetivo empenho para a criação de políticas públicas para aumentar o número de vagas nas universidades públicas brasileiras, não sem a devida atenção à contribuição da sociedade civil. Qualquer ação nesse sentido deve contemplar ampla discussão com a comunidade interna e externa à universidade, afinal a universidade pública diz respeito ao público, a utiliza (docentes, funcionários e alunos) e que a mantém (todo contribuinte). Ressaltamos ainda que é imprescindível que as novas vagas devem manter o padrão de qualidade de nossas universidades, sendo acompanhadas de expansão de assistência estudantil (bolsas, restaurantes subsidiados, moradias), melhoria de infra-estrutura e contratação de professores e funcionários por concurso público.

Defendemos a progressão continuada, porém em moldes diferentes dos que foram implementados no estado de São Paulo. Ela deve, somada a outras iniciativas, permitir a retirada gradual do poder concentrado nas mãos do professor, no que diz respeito à avaliação e permitir que o aluno se aproprie dela, tornando-se sujeito dela, revertendo-a de instrumento punitivo, de coerção para um instrumento emancipador/libertador. A busca de espaço para a auto-avaliação e a avaliação coletiva, bem como pela abolição de castigos e recompensas/rotulações é uma das perspectivas de luta da EEEPe-SP.

1 Os funcionários públicos prestam serviço à população, porém são também sujeitos de políticas públicas e trabalham em prol de uma coletividade e não em prol de si mesmo, como os profissionais liberais e autônomos.

4 MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na política*; tradução: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

No contexto atual, e na direção de contribuir com a formulação de uma nova avaliação institucional e superação do atual modelo exigimos a participação de estudantes nas discussões, promovidas pelo MEC/INEP, em torno dos novos rumos que a AI poderá tomar.

Diante de tudo isso defendemos também que as instituições de ensino, tanto universidade/faculdades quanto escolas de educação básica, tenham como política a construção democrática de um projeto político-pedagógico que contemple toda a comunidade escolar/universitária (sem privilégios) preveja a constituição de objetivos administrativos e didático-pedagógicos, metodologias para alcançá-los e formas de avaliar seu andamento democrática e processualmente. Além de considerar o lugar e a função da escola/faculdade/universidade na comunidade, bem como suas responsabilidades para com ela.

### **Profissionalização da educação: a questão dos voluntários.**

A gestão democrática na escola pública está presente na atual legislação da educação, porém em relação a esse tema muitas coisas ainda permanecem difusas, uma delas é como a comunidade participa da gestão e da vida escolar.

Diante de uma educação sucateada e de uma política que diminui cada vez mais a responsabilidade do Estado com o financiamento e gestão da educação, deixando à míngua os quadros de funcionários docentes e não docentes das redes públicas, ganha força na escola e na mídia o discurso de que a comunidade deve ajudar na educação. Surgem então campanhas que incentivam o voluntariado na educação a fim de suprir as necessidades das escolas abandonadas pelos governos em todos os níveis.

A campanha da Rede Globo de televisão “amigos da escola: todos pela educação”, aproveita a ênfase dada ao voluntariado e o descaso do Estado com a educação e convoca a comunidade a trabalhar nas escolas voluntariamente. Assim, diversas atividades de cunho profissional são desenvolvidas por voluntários junto às escolas, sem que estes tenham necessariamente o preparo para desempenhá-las. É importante ressaltar que a crítica não é direcionada aos voluntários, mas à organização da campanha que não leva em conta nem a qualidade do que é trazido para a escola – dado que este ato é como um hobby do voluntário – nem a situação dos profissionais formados para atuarem nestas áreas e que muitas vezes têm seus campos de atuação ocupados por voluntários, aumentando assim os índices de desemprego.

A sustentação desta campanha se dá através de comerciais realizados por atores e atrizes de grande reconhecimento público durante o horário nobre, em alguns momentos das telenovelas tendo seu grande momento aos domingos no programa Fantástico. Durante estes programas e comerciais, profissionais da educação física geralmente são alvos de exemplo bem sucedidos, resumindo o trabalho destes profissionais à simples recreação e desvalorizando o trabalho dos mesmos.

Projetos como esse trazem velados desastrosas conseqüências para a educação pública e para os educandos, além de inculcar na população uma concepção ideológica de estado e sociedade: a sociedade mercantil capitalista e o Estado mínimo mediador do capital.

Na escola devem estar nas salas de aula, quadras esportivas e demais funções de apoio, profissionais bem pagos pelo Estado e bem formados para as importantes funções que exercerão/exercem. A participação da comunidade deve ser feita através da atuação efetiva em conselhos de escola, associações de pais e mestres, no acompanhamento da vida escolar do filho e em outras atividades que não sejam de trabalho profissional. A comunidade deve mobilizar-se para que o Estado cumpra seu dever e financie a educação, entendida como direito básico do cidadão, e não para

substituir os profissionais. Fazendo isso se contribui para a desvalorização dos profissionais da educação e para a crescente privatização da educação pública.

Programas como o “Amigos da Escola” se aproveitam da boa vontade da comunidade para desresponsabilizar o governos e incentivar a concepção mercadológica da educação e do estado regulador. É por isso que “não queremos amigos da escola, queremos profissionais da educação”.

### **Regulamentação da profissão de pedagogo: uma contribuição para o debate.**

É muito ruim a situação do professorado brasileiro, assim como são ruins as condições nas quais encontramos a educação no Brasil. Os sistemas públicos em todos os níveis sofrem agudamente com a falta de recursos, infra-estrutura precária e vergonhosa desvalorização profissional, caráter neoliberal dos oito anos de governo de FHC marcando sua concretização nas políticas educacionais, onde o papel do Estado é cada vez menor no âmbito das questões sociais, e sua responsabilidade e governabilidade são centradas exclusivamente na e para a política econômica condizente com os interesses de organismos mundiais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). A educação pública sofreu, portanto, um intenso processo de sucateamento.

As instituições privadas não fogem à regra, embora possam gozar de infra-estrutura moderna e bons resultados, não passam em branco os baixos salários pagos aos funcionários docentes e não docentes, além da instabilidade proporcionada pela empresarização das escolas e sua inserção na disputa mercadológica por resultados e lucros. Explícita também é a falta de autonomia do professor, que via de regra, recebe aulas prontas e cronograma de conteúdos a cumprir (PCN's), perdendo quase que totalmente sua função formativa e assumindo uma função exclusivamente instrutiva.

Diante de todo esse quadro, somado ao grande número de trabalhadores sem formação que atuam na educação e ao alto índice de desemprego que assola o nosso país é compreensível que os professores, enquanto categoria, se mobilizem a fim de dar cabo a tal situação e avançar na luta pela valorização da profissão, ou seja, garantir sua profissionalização com: garantia de gestão democrática, formação inicial e continuada, melhores condições de trabalho, plano de carreira, salários dignos e autonomia.

Utilizando-se desses argumentos é que o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) em 1998 fez chegar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL 4746/98) tratando da regulamentação da profissão de pedagogo e Átila Lira (PSDB/PI) relatou em 2001 um projeto substitutivo a este, porém sem alterações em sua essência, que está em vistas de ser votado e que a ampla maioria da categoria não tem conhecimento e por isso não discutem suas possíveis conseqüências.

Entretanto, o que é regulamentar uma profissão? A regulamentação a que nos referimos é a no termo de uma lei, ou seja, é a aprovação de uma lei que regerá o exercício de uma profissão estabelecendo seus espaços de atuação, os pré-requisitos para o seu exercício, possíveis sanções, quando do seu “exercício ilegal”, etc. O que deve ser pautado na discussão são que concepções de pedagogo (portanto, de profissional) e de regulamentação propõem os projetos de lei e a partir daí quais as conseqüências na aprovação desses projetos para a sociedade brasileira.

Os proponentes da regulamentação da profissão de pedagogo já começam errado! Um projeto dessa magnitude, que influenciará na vida profissional de uma parcela significativa da população brasileira deveria no mínimo ter sido amplamente discutido e estar na ordem do dia nas discussões da categoria e suas entidades representativas. O assunto somente veio a baila pela necessidade de seus

opponentes se posicionarem e tentarem impedir seu andamento. Só por esse motivo já poderíamos nos posicionar contrariamente à regulamentação.

O projeto, em resumo, pretende definir quem é considerado pedagogo (graduados em Pedagogia, pós-graduados em Educação, docentes formados em curso de licenciatura, docentes formados em curso normal superior ou cursos de graduação em “pedagogia empresarial”) e quais são as atribuições e competências do pedagogo, além de estabelecer a criação de conselhos Federal e Regionais de Pedagogia.

Os defensores da regulamentação argumentam que a aprovação dessa lei traria a valorização profissional, melhores salários e a garantia de qualidade nas escolas, pois somente profissionais atuariam, porém o pedagogo a quem se refere na regulamentação proposta, de fato é aquele que vai na contramão dos movimentos que lutam historicamente pela valorização do magistério. Nesse sentido é preciso que não confundamos as coisas e que tenhamos claro seus significados e os meios para atingi-las, sendo necessário esclarecer alguns pontos:

- Não é a instituição de uma lei que determinará a mudança de comportamento das pessoas ou governos em relação aos educadores e à educação. Essa mudança somente será possível se houver conscientização e para isso muitas barreiras e pré-conceitos devem derrubados. O que somente será possível com muita luta e trabalho educativo.
- A profissionalização da educação é uma luta histórica dos movimentos sindicais e associações de profissionais, porém ela não deve ser confundida com a regulamentação que está posta, pois a profissionalização é possível através da participação popular em órgãos de estado (Conselhos de educação, por exemplo) e na luta direta, atingir esse objetivo.
- A regulamentação na área da educação e portanto do exercício profissional na mesma é determinado pela LDB (9394/96) e, nas suas omissões, por pareceres dos conselhos de estado da área (Conselho Nacional de Educação, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação), não faltando, assim, normas para o seu exercício e fiscalização, como dizem os proponentes do projeto de regulamentação do Pedagogo, tornando a criação de Conselhos ou Ordens desnecessárias.
- O que se teria com a criação de Conselhos ou Ordens, seria nada mais que um aumento do corporativismo – com estabelecimento de um vínculo obrigatório para o exercício da profissão – e conseqüentemente de reserva de mercado, com associação compulsória nos conselhos de ordem da profissão.
- A aprovação do PL nº 4,746/98 focaliza as atribuições do pedagogo em atividades simplesmente técnicas, desconsiderando a base docente de sua formação, o que pode propiciar ainda mais a indústria de cursos de formação aligeirada.
- Entendendo a educação como um direito e o papel do Estado na sua garantia é seu dever fiscalizar através de seus órgãos e também das entidades de classe (sindicatos), bem como por qualquer forma de organização da sociedade civil. Esses últimos, os sindicatos e as comunidades, devem exigir dos governos e do estado o cumprimento de suas funções, na medida que essa fiscalização se faz necessária para a garantia de qualidade.

Qualquer proposta que fuja ao que mencionamos neste documento seja através da instituição de conselhos de ordem ou outros mecanismos paraestatais ou restritivos, correm o sério risco de caminharem mais no sentido da conservação do capitalismo e das desigualdades que dele advêm, do que da sua superação.

ANEXO XXI –  
Jornal da EEEPe – SP

# JORNAL DA EEEPe-SP

EXECUTIVA ESTADUAL DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DE SÃO PAULO

## EDITORIAL

A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo (EEEPe- SP) é a entidade representativa dos alunos de cursos de pedagogia do Estado de São Paulo. Esta entidade inclui-se no movimento estudantil denominado movimento de área, debatendo prioritariamente questões direcionadas à Educação e ao curso de pedagogia, atuando na defesa e luta pela escola pública, gratuita e de qualidade para todos.

São membros da executiva todos os alunos dos cursos de pedagogia e pós-graduandos da área de educação do estado de São Paulo, e sua coordenação é eleita anualmente no Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia (EPEPe), que este ano realizou-se em Campinas (na UNICAMP), de 01 a 04/05, com o tema "Políticas Públicas de Avaliação".

A nova gestão, entendendo o Movimento Estudantil como um espaço importante de atuação política, de formação, resistência e intervenção social, pretende dar continuidade à campanhas importantes discutidas pela EEEPe-SP, como a *Valorização dos Profissionais da Educação* em oposição à Campanha Amigos da Escola da rede Globo, assim como a luta por uma avaliação institucional de verdade e o debate sobre a regulamentação do profissional pedagogo.

*Não quero  
Amigos da escola  
quero profissionais  
da Educação*

Campanha pela Valorização dos Profissionais de Educação

Outras discussões, porém, também se fazem necessárias frente ao contexto político atual e as colocações de nossos governos, estadual e federal. A elaboração do Plano Estadual de Educação e a instituição do Exame Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores (Portaria 1.403, de 9/06/2003) são matérias deste primeiro jornal da gestão 2003/2004, assim como o XXIII ENEPe (Encontro Nacional de Pedagogia) e o movimento estudantil de pedagogia nacional. Acreditando que esta leitura seja de fundamental importância para iniciarmos uma reflexão e articularmos o trabalho da executiva com os centros acadêmicos, buscamos ainda aproximar os estudantes destes debates políticos, a fim de ampliar cada vez mais a participação no movimento estudantil dentro de nossas universidades e faculdades, fortalecendo nossa atuação nas instâncias da sociedade.

Nesta edição você também poderá se informar sobre as instâncias deliberativas da Executiva Estadual (o COPEPe) e da Executiva Nacional (o FONEPe), e pensar na importância da sua participação nelas enquanto estudante de pedagogia

Boa Leitura!

### Coordenação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo - Gestão 2003/2004

Alessandra Ramalho Santos (PUC-SP)  
alersantos@hotmail.com

Deise Miranda Barbosa (USP-SP)  
ecotupi@hotmail.com

Jéferson Aníbal Gonzalez (USP-Ribeirão Preto)  
paodequeijo\_pedago@yahoo.com.br

Magali Aparecida Pereira (PUC-SP)  
magapj@ig.com.br

Patrícia Ferreira Rodrigues (UNICAMP)  
paty\_zz@yahoo.com.br

Sylvie Bonifácio Klein (USP-SP)  
sylviebk@terra.com.br

#### Contato com a EEEPe-SP

Sede: Av. da Universidade, 308 Cidade Universitária – São Paulo – SP CEP: 05508-900 Fone: (11) 3091-3293 Fax: (11) 3091-3149  
e-mail: eecpesp@ieg.com.br / eepe-sp@yahoo.com.br

## Painel Estadual



Janaina de Camargo

Pedagogia da Unicamp na manifestação contra o provão.

## FONEPe

O FONEPe – Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia – é a segunda instância de deliberação da Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ExNEPe). Ele reúne delegados dos CAs/DAs dos Cursos de Pedagogia de todo o país e das Executivas Estaduais.

A Executiva de São Paulo considera o FONEPe o principal meio de articulação entre a base do movimento estudantil (CAs e DAs), as Executivas Estaduais e a coordenação da ExNEPe, viabilizando um maior aprofundamento na discussões do Movimento Estudantil de Pedagogia e integrando as diversas entidades representativas.

Mesmo devendo ser um espaço privilegiado de construção e decisão coletiva, o primeiro FONEPe só foi chamado pela coordenação da Executiva Nacional na gestão 2001/2002, e ainda assim no III FONEPe, realizado em Salvador, notou-se a falta de clareza nos objetivos e possibilidades do Fórum.

Assim, levamos a proposta da realização de um FONEPe na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para o XXIII Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia, a qual foi aprovada na Plenária Final do encontro, ficando decidido o tema “Movimento Estudantil”. O evento está marcado para os dias 12, 13 e 14 de Dezembro deste ano na UNICAMP.

Com a realização deste Fórum pretendemos uma reorganização do Movimento estudantil de pedagogia, fortalecendo o contato entre base e Executivas nas discussões sobre os assuntos pertinentes ao movimento e as formas de atuação de cada entidade.

É muito importante que todos os CAs e DAs, assim como outros estudantes, repensem sua atuação dentro das universidades e do movimento estudantil em geral, e desta forma possam também compreender a importância de cada participação neste FONEPe, em um momento primordial de debate de concepções e construção.

## XII COPEPe

Nos dias 18 e 19 de outubro de 2003 acontecerá, em São Carlos, o XII Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia. O Conselho é a segunda maior instância deliberativa da Executiva Estadual, inferior somente ao Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia (EPEPe).

O COPEPe tem por objetivo encaminhar as deliberações do EPEPe e também discutir e decidir ações pertinentes ao movimento estudantil de pedagogia. O atual contexto apresenta elementos para que repensem a atuação dos estudantes que atingimos, das entidades de pedagogia, e consequentemente nossa articulação e posicionamento frente às pautas políticas e bandeiras de luta que construímos.

Neste COPEPe estaremos discutindo além das campanhas já defendidas pela EEEPe-SP (regulamentação da profissão de pedagogo, avaliação institucional e amigos da escola) o Plano Estadual de Educação do estado de São Paulo e o Exame Nacional de Certificação de Professores, instituído pelo ministro Cristovam Buarque em junho deste ano.

Acreditamos que este é um espaço importante e privilegiado de discussão e definição de nossas ações e esperamos intensa mobilização das entidades em busca da construção deste processo.

## CONVOCATÓRIA

A coordenação da executiva estadual dos estudantes de pedagogia convoca todos os Centros e Diretórios Acadêmicos a participarem do XII Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, a ser realizado nos dias 18 e 19 de outubro de 2003, no Centro Acadêmico de Pedagogia.

Cada Centro e Diretório Acadêmico terá direito de enviar um delegado para o Conselho, e deverá apresentar, no cadastramento a ata de posse da diretoria, devidamente registrada em cartório, assim como a ata da reunião que indicou o delegado da entidade.

As instituições que não possuem CAs e DAs poderão ser representadas por delegados eleitos em assembleia tendo a presença mínima de 15% dos estudantes da instituição, ou serem eleitos por voto em eleição com urna, tendo quorum mínimo de 20% dos estudantes.

Terão direito a voto os delegados de entidades que não participaram com voto no último COPEPe e delegados que suas entidades estão com a filiação em dia.

Haverá alojamento em salas de aula para todos os participantes. As inscrições deverão ser feitas através do e-mail [l2coopepe@bol.com.br](mailto:l2coopepe@bol.com.br) ou pelo telefone do Centro Acadêmico Professor Paulo Freire: (11) 3091 3293.

## Sistema Nacional de Certificação de Professores

A questão da formação de professores deve ser compreendida dentro do contexto histórico político de nosso país. Nos últimos dez anos as políticas educacionais estiveram inseridas em um plano de governo neoliberal, que definiu-se pelas privatizações de empresas estatais, flexibilização de direitos, diminuição dos gastos sociais, exaltação do mercado através da abertura incondicional ao capital estrangeiro, enfim, pela crescente desresponsabilização do Estado com as políticas sociais.

Neste quadro situa-se a redução de verbas para a educação e outras ações que revelam a vinculação da mesma com o mercado, em oposição à concepção da educação como um direito social. Alguns exemplos da afirmação destas políticas e do posicionamento do governo, neste período, nas questões educacionais, podem ser encontrados ao analisarmos o Exame Nacional de Cursos - o Provão - ou a implementação de programas como o "Amigos da Escola" da Rede Globo, que incentivava o voluntariado na educação.

No governo FHC, a Resolução do Conselho Nacional de Educação 01/2002, em seu artigo 16, dispõe sobre a formulação de diretrizes para a organização de um Sistema Nacional de Certificação de Competências dos Professores. Ainda no antigo governo, o projeto formulado foi engavetado, por enfrentar intensa oposição da comunidade educacional.

No atual governo, o ministro da educação, Cristovam Buarque parece dar continuidade a política educacional implementada no período anterior e, sendo esta uma ação do programa do MEC "Toda Criança Aprendendo", instituiu, através da Portaria 1.403, em 9 de Junho de 2003, o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores, "por meio do qual se promovem parâmetros de formação e mérito profissionais".

O Exame será aplicado a todos formados em nível superior em cursos de licenciatura obrigatoriamente, pois também substituirá, nas licenciaturas, o exame nacional de cursos (atual Provão). Para os demais docentes (formados em nível médio, já graduados ou em serviço) o exame é facultativo. A prova possui

um núcleo comum a todos (leitura e escrita, educação matemática e científicas básicas) e avaliação específica da área de certificação e especialidade pretendida, da qual, se aprovada, a pessoa receberá o Certificado Nacional de Proficiência Docente. Tal certificado "não" irá constituir, **explícita e burocraticamente**, prova de licença para função docente, porém poderá ser utilizado pelos mantenedores das unidades e redes de ensino como critério em processo seletivo, para o "monitoramento e avaliação" de políticas de formação docente, para a promoção na carreira e a concessão de benefícios ao professor em exercício.

A instituição deste Sistema deve ser amplamente discutido, uma vez que ele, ao ser proposto de forma unilateral, sem debate com a sociedade, e amparado pela suposta "avaliação dos professores", desconsidera o acúmulo de discussão já existente nas entidades educacionais e na sociedade sobre políticas de formação de professores. E, além de tal desconsideração, cessa o diálogo, sobre formação de qualidade, antes mesmo dele ter sido realizado.

Este exame, desta forma colocado, vem para mascarar uma situação crítica e pouco entendida em nosso país que é a qualidade educacional. Colocar esta certificação como "solução estrutural" é ignorar que a questão da formação de professores ultrapassa o resultado de um exame, do "enquadramento" dentro de parâmetros pré estabelecidos ou méritos profissionais, da premiação, do dizer quem é apto ou não para exercer a profissão. É, sobretudo, ignorar a urgente necessidade de se fazer o verdadeiro debate sobre política educacional e educação de qualidade, se buscamos de fato melhorar o quadro da educação brasileira. E é por este debate que lutamos, e por este debate que convocamos os estudantes a discutirem e mobilizarem-se.

É hora de discutirmos nossas posições frente à política educacional que se instaura no atual governo e atuarmos de acordo com nossos posicionamentos! É hora de discutirmos a nossa formação no ensino superior e também a formação dos docentes como um todo, contextualizando e questionando, acima de tudo, a qualidade desta formação.

Em 1996, com a LDB 9394/96 em consonância com a Constituição Federal (1988), foi prevista a responsabilidade da União de elaborar um Plano Nacional de Educação (PNE), e dos Estados e Municípios de elaborarem os Planos estaduais e municipais de educação, respectivamente. O histórico da elaboração do PNE revelou uma imensa divergência da sociedade organizada, que formulou a proposta da sociedade brasileira, nos I e II Congressos Nacionais de Educação, e o plano aprovado pelo governo federal em 2001. Divergências na política educacional implementada, divergências no projeto de educação, de país, de nação.

Para que a elaboração do Plano Estadual de Educação atinja seus objetivos (construção de uma proposta política-pedagógica voltada à transformação da sociedade, rompendo com o pensamento hegemônico que se vê, e tornar-se uma política de Estado e não de governo, permitindo a continuidade de políticas educacionais) ela deve ser feita de forma democrática, com a participação de todos os setores envolvidos direta ou indiretamente com a educação paulista. É nesse contexto que se insere o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP), como articulador do debate e sistematizador das propostas surgidas na construção do Plano Estadual de Educação - Proposta da Sociedade Paulista da Sociedade Paulista.

O FEDEP-SP - discute desde 1999 PEE, reunindo através das entidades que o compõem subsídios para sua elaboração. Atualmente, vêm ocorrendo plenárias regionais que possibilitam o debate da sociedade civil paulista e ao mesmo tempo reafirmam como princípio o exercício democrático de diálogo, organização e mobilização do povo frente à problemática da educação.

*PEE da sociedade X PEE do governo: dois projetos de educação*

Diferentemente é o processo de construção do Plano propiciado pela Secretaria Estadual de Educação. Apesar de prever a realização de uma série de audiências públicas com a (suposta) ampla colaboração da sociedade, tal calendário tem um modelo estranho: como abarcar as disparidades regionais com a "discussão" centrada na grande São Paulo? Além disso, afirmar que a disponibilidade da participação eletrônica por intermédio do e-mail para toda a população poderá contribuir para o avanço na elaboração das políticas educacionais, como vem afirmando o secretário estadual de educação Gabriel Chalita, é um argumento simplista.

Um plano, enquanto instrumento de um planejamento, deve ser construído por todos que por ele serão afetados. No caso do PEE-SP toda a população será afetada sim, mas sua construção deve seguir uma metodologia de forma que a sociedade organizada, a medida que já possui acúmulo de discussão nas questões educacionais, garanta consensos mínimos para a elaboração democrática. Não é reduzindo a elaboração de um plano em "sugestões" via e-mail que será paga a dívida educacional que São Paulo tem com seu povo.

A concretização do Plano Nacional de Educação da forma que foi feita nos mostra que também no âmbito estadual podemos novamente nos deparar frente a disputa por dois projetos de educação e de sociedade: de um lado o PEE - Proposta da Sociedade Paulista, de outro o PEE do governo feito de forma pseudo-democrática, sendo apenas a expressão partidária de uma política de governo. O Movimento Estudantil de Pedagogia deve mobilizar-se e lutar juntamente com outras instâncias da sociedade organizada reafirmando a luta histórica dos movimentos que lutam por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade social para todos.

## O ENEPe e o Movimento Estudantil de Pedagogia

Entre os dias 20 e 25 de julho, aconteceu em Jataí, Goiás, o XXIII ENEPe (Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia), que trouxe como temática “as diversas áreas de atuação do Pedagogo e as diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia”. Fizaram parte da programação do encontro palestras, mesas redondas, GT’s (grupos de trabalho) e diferentes eixos temáticos.

Temas como a “Regulamentação da profissão de Pedagogo” e o “Exame Nacional de Certificação de Professores”, foram pautados durante algumas mesas e palestras. Preocupante foi a configuração de algumas mesas, onde o discurso ia ao encontro da lógica neoliberal de Educação, defendendo até a promoção de parâmetros de formação e o mérito profissional. Por outro lado, estes posicionamentos geraram discussões com a contribuição de alguns estudantes; o que garantiu que a formação ocorresse e que despertasse um debate mais aprofundado sobre estes temas.

Outro aspecto muito importante no ENEPe, foi conseguir fomentar a discussão sobre o MEP (Movimento Estudantil de Pedagogia) nacional. Além da mesa sobre Movimento Estudantil, com o Zé Ibiapino da USP - que esclareceu todos os motivos da decisão da Executiva paulista de não compor a coordenação da Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ExNEPe) durante a gestão 2002/2003, tivemos também a oportunidade de aprofundar o debate nos GT’s. O que pudemos constatar após a presença nestes espaços foi uma insatisfação muito grande de diferentes delegações em relação ao atual modelo de organização (ou falta da mesma) de nossa entidade de representação nacional, a ExNEPe, e em relação ao formato dos últimos ENEPes que não propiciavam espaços de discussões políticas acerca das demandas educacionais.

Não afirmamos dessa forma que este encontro conseguiu dar conta deste espaço, mas queremos acreditar que as discussões feitas neste encontro possam gerar mais debate e que tenham um reflexo nas ações da Executiva Nacional, nos próximos ENEPes e na reestruturação do próprio movimento estudantil de pedagogia nacional. Reestruturação esta, que é necessária e urgente, pois ficou muito clara a fragmentação de nossa entidade, principalmente durante o “Ato Público” realizado no 5º dia do encontro. Não foi possível enxergar e muito menos vivenciar um ato público orgânico. Durante o mesmo, percebemos claramente diferentes segmentos levantando e defendendo bandeiras isoladas, sem um acúmulo de discussões nacionais. Daí a necessidade da ExNEPe ser de fato uma entidade que atenda à demanda do movimento estudantil, que consiga levantar discussões, bandeiras e campanhas nacionais, durante todo o ano, para que consigamos construir nacionalmente uma identidade e um projeto de MEP.

Um avanço (em relação ao encontro de 2002) foi a votação de um plano de lutas na plenária final, onde conseguimos definir também o local e tema do próximo FONEPe (Fórum Nacional das Entidades de Pedagogia), que é um espaço importantíssimo para a mobilização, a discussão e a construção de lutas coletivas com as entidades de base dos estudantes do nosso curso. É importante lembrar, que o FONEPe se realizará no Estado de São Paulo, com o tema “Movimento Estudantil” e que será fundamental a participação dos CÂS e DAs de todo nosso Estado. Por isso, vamos nos mobilizar!!!

Além disto, na plenária final foi definido que o local do próximo ENEPe (2004) será Natal (RN). Isto pode ser preocupante, pois se em Jataí já presenciamos muitos delegados que foram apenas para o turismo, sem a preocupação de discutir os temas propostos pela organização, podemos imaginar o que irá acontecer em Natal, caso não haja esforço efetivo na socialização e conscientização sobre o caráter político do encontro. O tema ainda será definido em novembro, no FONEPe, mas existem 2 sugestões: *Por uma outra Educação* (proposta do Rio Grande do Norte) e *Financiamento da Educação* (proposta de São Paulo).

Acreditando sim que “uma outra Educação é possível”, defendemos a necessidade de discutir as questões relacionadas ao financiamento da Educação, à derrubada aos vetos do PNE (Plano Nacional de Educação) e às demais demandas educacionais que exijam nossa reflexão, debate, militância e transformação por meio do movimento estudantil.

VISITE A PÁGINA DA EXECUTIVA:  
www.eeepesp.rg3.net

## ANEXO XXII –

## Jornal dos Alunos da Pedagogia do Mackenzie



## PROFISSIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: A QUESTÃO DOS VOLUNTÁRIOS

A gestão democrática na escola pública está presente na atual legislação da educação. Em relação a esse tema, porém, muitas coisas ainda permanecem difusas – uma delas é como a comunidade participa da gestão e da vida escolar.

Diante de uma educação sucateada e de uma política que diminui cada vez mais a responsabilidade do Estado com o financiamento e gestão da educação, deixando à mingua os quadros de funcionários docentes e não docentes das redes públicas, ganha força na escola e na mídia o discurso de que a comunidade deve ajudar na educação. Surgem então campanhas que incentivam o voluntariado na

### AÇÃO DE VOLUNTÁRIOS MUITAS VEZES DISFARÇA A INCOMPETÊNCIA DO ESTADO E ESCANCARA O ABANDONO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

educação a fim de suprir as necessidades das escolas abandonadas pelos governos em todos os níveis.

A campanha da Rede Globo de televisão "Amigos da Escola: todos pela educação", aproveita a ênfase dada ao voluntariado e o descaso do Estado com a educação e convoca a comunidade a trabalhar nas escolas voluntariamente. Assim, diversas atividades de cunho profissional são desenvolvidas por voluntários nas escolas, sem que estes tenham necessariamente o preparo para desempenhá-las. É importante ressaltar que a crítica não é direcionada aos voluntários, mas à organização da campanha que não leva em conta

nem a qualidade do que é trazido para a escola – dado que este ato é como um hobby do voluntário – nem a situação dos profissionais formados para atuarem nessas áreas e que muitas vezes têm seus campos de atuação ocupados por voluntários, aumentando assim os índices de desemprego.

A sustentação desta campanha se dá através de comerciais realizados por atores e atrizes do programa Fantástico. Durante esses programas e comerciais, profissionais de educação física geralmente são alvo de exemplos bem-sucedidos, resumindo o trabalho desses profissionais à simples recreação e desvalorizando seu trabalho.

Projetos como esse trazem, de modo velado, desastrosas conseqüências para a educação pública e para os educandos, além de inculcar na população uma concepção ideológica de estado e sociedade: a sociedade mercantil capitalista e o Estado mínimo mediador do capital.

Na escola devem estar nas salas de aula, quadras esportivas e demais funções de apoio profissionais bem pagos pelo Estado e bem formados para as importantes funções que exercerão/exercem. A participação da comunidade deve ser feita através da atuação efetiva em conselhos de escola, associações de pais e mestres, no acompanhamento da vida escolar do filho e em outras atividades que não sejam de trabalho profissional. A comunidade deve mobilizar-se para que o Estado cumpra seu dever e financie a educação, entendida como direito básico do cidadão, e não para substituir os profissionais. Fazendo isso, contribui-se para a desvalorização dos profissionais da educação e para a crescente privatização da educação pública.

Programas como o "Amigos da Escola" se aproveitam da boa vontade da comunidade para desresponsabilizar os governos e incentivar a concepção mercadológica da educação e do estado regulador. É por isso que "não queremos amigos da escola, queremos profissionais da educação."

Pedagogia e o  
Movimento Estudantil.....pg 4

NOVEMBRO 2003

JORNAL DOS ALUNOS DA PEDAGOGIA DO MACKENZIE

(Este artigo é parte integrante do Documento Final do X Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia promovido pela EEPe)

## HABEMUS NOMINE!

Depois de 3 edições sem título, de uma votação e de algumas discussões, eis aqui a edição número um do jornal independente dos alunos da pedagogia. Isso tudo justifica o trocadilho com a famosa expressão "Habemus Papam" usada pelo Vaticano para anunciar que, finalmente, foi escolhido o novo papa.

O Prof. Bahia nos informa que 'cordão' significa pequena corda, mas pode ser também, uma sucessão de pessoas numa linha ou fila ininterrupta. O Dicionário Houaiss nos fala que também pode ser um 'grupo de pessoas que têm atitude ostensivamente direcionada para um fim'. Que o nosso jornal signifique tudo isso e muito mais.

Esta é uma iniciativa independente, isto é, não está vinculada nem à universidade nem ao DAMAC. Nosso objetivo é unir os alunos de todos os semestres da Pedagogia e informar sobre os assuntos que sejam de interesse para a nossa formação e para nossa futura profissão. Esperamos que este jornal seja um espaço de debates e discussões livres e democráticas onde todos tenham voz para que possam repercutir a diversidade que deve caracterizar uma instituição universitária.

Contribuições, sugestões e críticas são sempre bem vindas e devem ser enviadas para o nosso endereço eletrônico:

jornalocordao@bol.com.br

Ressaltamos, uma vez mais, que a participação é aberta a todos os alunos da pedagogia.

Um abraço a todos e boa leitura!

## EXPEDIENTE

Participaram desta edição:

Danieli do Nascimento – 1º. M  
Eloá Parada – 2º. M  
Regina Park – 1º. M  
Sylvia Almeida – 1º. M  
Eduardo Amos – 2º. M.

Envie suas contribuições para o e-mail: [jornalocordao@bol.com.br](mailto:jornalocordao@bol.com.br)

## Dia a dia

- Os alunos da tarde não estão agüentando o barulho que vem do ginásio de esportes que fica ao lado do Prédio 12. O mais incrível, contudo, é que ninguém decidiu fazer nada contra isso.

- Está certo que os fumantes andam respeitando as salas de aula. Em compensação, o que se vê de pontas de cigarro nas escadas do Prédio 12 não é brincadeira. E olha que há lixeiras espalhadas por todos os lugares. Vamos colaborar, galera!



- Por que só os alunos dos primeiros semestres são convidados (e muitas vezes levados) a assistir as apresentações de TGI? Por que não se divulga esse evento tão importante para a vida acadêmica?



- Há um blogger de uma galera da Pedagogia da USP- Ribeirão. Endereço: [www.pedagogobafao.blogspot.com.br](http://www.pedagogobafao.blogspot.com.br)

- Será realizado, entre os dias 11 e 13 de dezembro próximo, o IV FONEPe (Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia). O evento terá lugar no campus da UNICAMP, em Campinas, e terá como tema central "O Movimento Estudantil". Todos os estudantes de Pedagogia do Mackenzie estão convidados. Organize um grupo e vá. Participe. Nem que seja um dia apenas. Todos ao FONEPe!

**ESTA SEÇÃO É PARA A GENTE FALAR DO COTIDIANO DA NOSSA VIDA NA UNIVERSIDADE: DAR DICAS, RECLAMAR, INFORMAR SOBRE EVENTOS VARIADOS ETC.**

## AVALIAÇÃO DE VERDADE

Surge uma proposta de avaliação global da universidade, formulada por uma comissão de especialistas instituída pelo MEC, com a participação da UNE. O grande avanço é a mudança do foco – da avaliação do estudante por apenas um exame para a avaliação da instituição, com suas múltiplas funções.

### UM NOVO OLHAR

Os princípios que norteiam o novo sistema de avaliação resgatam pontos importantes para mudar o perfil da universidade brasileira:

**Responsabilidade social** da universidade como princípio fundamental.

**Reconhecimento da diversidade** do sistema e respeito à identidade institucional.

**Globalidade**, ou seja, não focaliza apenas um elemento, como o rendimento estudantil. Consideram-se as múltiplas funções, internas e ex-

### UNE PARTICIPA DA FORMULAÇÃO DA COMISSÃO QUE ELABORA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO GLOBAL DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

ternas da universidade (ensino, pesquisa, extensão, administração, gestão, infra-estrutura etc.), e, sobretudo, a função social de cada instituição em sua micro-região ou na sociedade como um todo.

**Continuidade**, pois os instrumentos não serão pontuais, tipo fotografia, e sim um processo contínuo.

**Compromisso** com a formação no sentido amplo, e não apenas do aspecto de capacitação técnico-profissional; não apenas formação para o mercado, mas formação para a sociedade, para o desenvolvimento do país.

**Publicidade**, levando em conta que a avaliação tem interesse público e precisa ser tornada pública, os resultados têm que estar disponíveis para a sociedade.

### Como vai funcionar

O novo sistema articula vários instrumentos capazes de fazer uma avaliação profunda e fornecer informações que tornem mais rigorosa a regulação das instituições de ensino superior.

1. Avaliação interna, com a participação de toda a comunidade universitária, e externa, com a participação da sociedade. Os resultados são encaminhados para a Comissão Nacional de Avaliação, a ser criada pelo MEC.

2. Avaliação das condições de ensino, com visitas freqüentes e contínuas de comissões e avaliadores às instituições.

3. Cadastro e censo das instituições, atualizados pelo menos uma vez a cada ano, como já é feito.

4. Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área (PAIDEA). Será um exame aplicado anualmente em grandes áreas, por amostragem de estudantes e em pelo menos dois momentos da vida acadêmica. Vai verificar a formação, considerando o desenvolvimento do pensamento crítico e da atitude científica; os conteúdos básicos dos currículos; compromisso social com a sociedade e a micro-região onde se situa a universidade; relações interpessoais; ações e programas que propiciem a multi e interdisciplinaridade; compromisso e práticas do corpo docente.



\* Essa matéria é uma parte do artigo de autoria de Gisela Mendonça, publicado na revista Movimento, publicada pela UNE, no. 9, de outubro de 2003.

## DIÁLOGO COM A EXECUTIVA

Realizou-se no último dia 4, às 18 horas, no DAMAC, um encontro entre os alunos do curso de Pedagogia do Mackenzie e Silvie B. Klein, representante da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia (EEEPE). O tema do encontro foi a regulamentação da profissão que está sendo proposta por meio de projeto de lei no Congresso Nacional.

Num clima muito descontraído, Silvie ressaltou inicialmente a importância da Executiva Estadual dialo-

gar não apenas com os alunos do Mackenzie, mas com os de outras instituições também.

Ao fazer um histórico do projeto, informou que o mesmo foi apresentado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá e encontra-se engavetado, podendo entrar em votação a qualquer momento.

O encontro foi também uma rara oportunidade para os alunos da pedagogia conversarem entre si. Em pouco tempo, o foco da conversa pas-

sou para as questões da nossa instituição, numa clara evidência do quanto estamos precisando sentar juntos e refletir sobre o nosso curso.

Estiveram presentes 19 alunos de várias turmas do vespertino e do noturno. Outros encontros como esse serão agendados na esperança de trazer para o nosso curso as grandes questões relativas à nossa futura profissão e que estão em debate atualmente nas várias entidades representativas. Fique de olho!

### O CORDÃO

Autoria: Chico Buarque

Ninguém, ninguém vai me segurar  
Ninguém há de me fechar  
As portas do coração  
Ninguém, ninguém vai me sujeitar  
A trancar no peito a minha paixão

Eu não, eu não vou desesperar  
Eu não vou renunciar  
Fugir  
Ninguém, ninguém vai me acorrentar  
Enquanto eu puder cantar  
Enquanto eu puder sorrir

Ninguém, ninguém vai me ver sofrer  
Ninguém vai me surpreender  
Na noite da solidão  
Pois quem tiver nada pra perder  
Vai formar comigo o imenso cordão

E então  
Quero ver o vendaval  
Quero ver o carnaval  
Sair  
Ninguém, ninguém vai me acorrentar  
Enquanto eu puder cantar  
Enquanto eu puder sorrir  
Enquanto eu puder cantar

4

## Pedagogia e o Movimento Estudantil

O FONEPe - Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia é a segunda instância de deliberação da Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ExNEPe). Ele reúne delegados dos CAs/DAs dos Cursos de Pedagogia de todo o país e das Executivas Estaduais.

A Executiva de São Paulo considera o FONEPe o principal meio de articulação entre a base do movimento estudantil (CAs e DAs), as Executivas Estaduais e a coordenação da ExNEPe, viabilizando um maior aprofundamento na discussões do Movimento Estudantil de Pedagogia e integrando as diversas entidades representativas.

Mesmo devendo ser um espaço privilegiado de construção e decisão coletiva, o primeiro FONEPe só foi chamado pela coordenação da Executiva Nacional na gestão 2001/2002, e ainda assim no III FoNEPe, realizado em Salvador, notou-se a falta de clareza nos objetivos e possibilidades do Fórum.

Por isso, foi levada a proposta da realização de um FONEPe na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a qual foi aprovada na Plenária Final do XXIII Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia.

Com a realização deste Fórum pretende-se uma reorganização do Movimento Estudantil de Pedagogia, fortalecendo o contato entre base e Executivas nas discussões sobre os assuntos pertinentes ao movimento e as formas de atuação de cada entidade.

É muito importante que todos os CAs e DAs, assim como outros estudantes, repensem sua atuação dentro das universidades e do movimento estudantil em geral, e desta forma possam também compreender a importância de cada participação neste FONEPe, em um momento primordial de debate de concepções e construção.

Fica aqui o convite a todos os alunos da Pedagogia do Mackenzie para participarem do próximo FONEPe que será realizado de 11 a 13 de dezembro, na cidade de Campinas-SP (na UNICAMP), com o tema "Movimento Estudantil".

Vamos lá, galera! Não podemos ficar fora disso.

**ANEXO XXIII –**  
**Ofício da Associação Nacional de Formação**  
**dos Profissionais da Educação**



ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação  
Faculdade de Educação - Unicamp - CP 6120-Cidade Universitária-B.Geraldo  
CEP 13.083-970 Campinas-S.P. Fone/Fax 3788-5599 Fone/Fax: (019) 3252-7655  
e-mail: [anfope@uol.com.br](mailto:anfope@uol.com.br) home page: [www.lite.fae.unicamp.br/anfope](http://www.lite.fae.unicamp.br/anfope)

Campinas, 20 de agosto de 2006

À Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia

Prezados colegas estudantes:

A ANFOPE realizará seu XIII Encontro Nacional no período de **16 a 18 de setembro, na Faculdade de Educação da UNICAMP.**

O tema deste XIII Encontro é "***Diretrizes Curriculares de Pedagogia. Perspectivas para a formação dos Profissionais da Educação***" e tem por objetivo aprofundar a análise das Diretrizes Curriculares recém aprovadas, tendo em vista a *construção da política nacional de formação dos profissionais da educação.*

Considerando o papel e a importância dos estudantes de Pedagogia, que vêm acompanhando historicamente esta discussão e nas lutas conjuntas em defesa da educação pública, queremos convidá-los a participar de nosso Encontro, na mesa de Abertura e das discussões em grupo e dos debates, contribuindo com a análise das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação dos Profissionais da Educação e a construção da política nacional de formação.

Aproveitamos o ensejo para estender o convite para todos os colegas da entidade.

Na certeza de contar mais uma vez com sua participação para o bom êxito do evento, desde já envio meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

**Helena Costa Lopes de Freitas**  
Presidente